



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE
E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA
DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**PARAMILITARES NA COLÔMBIA E NO MÉXICO NA DÉCADA DE 1990:
CONTRAINSURGÊNCIA EM TEMPOS DE ABERTURA NEOLIBERAL**

FLÁVIA FORESTO PORTO DA COSTA

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
(UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE
E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**PARAMILITARES NA COLÔMBIA E NO MÉXICO NA DÉCADA DE 1990:
CONTRAINSURGÊNCIA EM TEMPOS DE ABERTURA NEOLIBERAL**

FLÁVIA FORESTO PORTO DA COSTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientador: Profª. Dra. Patrícia Sposito Mechi

Foz do Iguaçu

2023

FLÁVIA FORESTO PORTO DA COSTA

**PARAMILITARES NA COLÔMBIA E NO MÉXICO NA DÉCADA DE 1990:
CONTRAINSURGÊNCIA EM TEMPOS DE ABERTURA NEOLIBERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

BANCA DE QUALIFICAÇÃO

Orientador: Profa. Dra. Patrícia Sposito Mechi
UNILA

Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri
UNILA

Prof. Dr. Antonio Fuentes Díaz
Benemérita Universidade Autónoma de Puebla (BUAP)

Prof. Dr. Fabio Luis Barbosa dos Santos
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Foz do Iguaçu, 19 de setembro de 2023.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

C837

Costa, Flavia Foresto Porto da.

Paramilitares na Colômbia e no México na década de 1990: contrainsurgência em tempos de abertura neoliberal / Flavia Foresto Porto da Costa. - Foz do Iguaçu, 2023.

187 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Sposito Mechi.

1. Paramilitarismo. 2. Contrainsurgência. 3. Colômbia. 4. México. 5. Neoliberalismo. I. Mechi, Patrícia Sposito. II. Título.

CDU 356.15:330.831.8(72:862)

AGRADECIMENTOS

Nenhum ser humano é uma ilha, somos seres sociais e forjamos nossa humanidade a partir das relações com outras pessoas. Aprendemos a nos comunicar, pensar e, especialmente, trabalhar a partir do contato com nossos iguais. Por isso, nenhum trabalho, especialmente intelectual, pode ser considerado puramente individual e começado do zero, a despeito do esforço – na maioria das vezes, solitário – que o envolve. Além do acúmulo gerado pelo conhecimento produzido pela humanidade durante séculos, o trabalho intelectual necessita de uma série de apoios, que vão desde o nível material até o emocional.

Esse trabalho não teria se materializado sem a existência de minha família, que me deu todos os apoios possíveis e imagináveis. Sou e serei eternamente grata à minha mãe, Rose, que há anos tem me incentivado e apoiado em minhas escolhas acadêmicas e profissionais. Aos meus irmãos, Nádia e Marcela, minha gratidão pela paciência e ajuda cotidianas. À minha avó, Leiza, que sempre foi um suporte em nossas vidas: nada disso teria sido possível sem o cuidado que a senhora e o nosso saudoso vovô, Ary, nos deram desde sempre. O mesmo digo sobre meu pai, Paulo, cuja ausência sempre será sentida. A Salém, Pagu, Maya, Jorge, Elza, Gaspar, Bebê, Pepe, Olga e nosso querido Chico, onde quer que esteja: a todos vocês, digo e repito: muito obrigada.

Um agradecimento muito especial para às duas queridas professoras responsáveis pela orientação desse trabalho. À minha orientadora e amiga Patrícia Melchi, toda minha gratidão e carinho pelo suporte e paciência nessa reta final da escrita. À minha ex-orientadora, Victoria Darling, agradeço o apoio e delicadeza que teve comigo até a banca de qualificação.

Aos professores que compõem a banca de defesa, quero agradecer a gentileza e disposição por terem aceitado avaliar esse estudo: Patrícia Melchi, Pablo Friggeri, Antonio Fuentes Díaz e Fabio Luis: é uma honra e um privilégio poder discutir esse trabalho com vocês, muito obrigada!

Agradeço à CAPES, que contribuiu para que eu tivesse condições materiais para a execução desse trabalho. Sou imensamente grata a todo o PPG-ICAL, pelo suporte em tempos tão difíceis para ciência brasileira, que incluíram pandemia, desmonte da educação e governo profascista. Resistimos!

Agradeço aos meus queridos amigos e companheiros de mestrado – Fernando, Natália, Camila, Carol e Haia – pelo apoio nas horas mais difíceis! Gratidão às e aos camaradas do CFCAM e PCB de Rio Preto pela camaradagem na luta e na vida. Um agradecimento especial ao grupo Realidade Latino-Americana: participar desse grupo, que conheci graças ao meu querido amigo Friedrich Maier, fez despertar meu interesse pelos estudos latino-americanistas.

E muito obrigada aos meus amados amigos, Felipe, Germano e Larissa, irmãos que escolhi e me escolheram, pelas risadas, desabafos, viagens e todos os momentos que compõem a melhor parte da minha trajetória nesse mundo.

Aos Condenados da Terra, que todos os dias
resistem à barbárie do capital e adiam o fim do
mundo.

RESUMO

O ano de 1994 foi emblemático em relação ao crescimento de grupos paramilitares na Colômbia e no México. No primeiro país, um famigerado exemplo de grandes exércitos paraestatais; no segundo, a resposta contrainsurgente ao levante zapatista de Chiapas. O objetivo deste estudo é analisar os fenômenos paramilitares nesses dois países durante uma década, de 1994 a 2004, com o intuito de compreender como uma tática impulsionada pelas doutrinas de contrainsurgência do período da Guerra Fria – o armamento e treinamento de civis para o combate à insurgência e ao “perigo comunista” – fortalece-se mesmo após o término desse período. A partir de uma análise das condições históricas e estruturais de cada caso, por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, o trabalho de comparação concentra-se na expansão das Autodefesas Camponesas de Córdoba e Urabá, na Colômbia, e dos diversos paramilitares que passam a atuar no estado mexicano de Chiapas nesse período, como *Paz y Justicia*, *Los Chinchulines* e *Máscara Roja*. Nossa hipótese é de que, a despeito das particularidades de cada contexto, ambos os fenômenos podem ser interpretados como parte de estratégias impulsionadas por blocos de poder contrainsurgentes em prol da manutenção de uma ordem social favorável à acumulação capitalista, em um período de consolidação neoliberal.

Palavras-chave: paramilitarismo; contrainsurgência; Colômbia; México; neoliberalismo.

RESUMEN

El año 1994 fue emblemático en cuanto al crecimiento de los grupos paramilitares en Colombia y México. En el primer país, un famoso ejemplo de grandes ejércitos paraestatales; en el segundo, la respuesta contrainsurgente al levantamiento zapatista en Chiapas. El objetivo de este estudio es analizar los fenómenos paramilitares en estos dos países durante una década, de 1994 a 2004, con el fin de comprender cómo una táctica impulsada por las doctrinas contrainsurgentes del período de la Guerra Fría -el armamento y entrenamiento de civiles para combatir la insurgencia y el “peligro comunista” – se fortalece incluso después del final de este período. Desde un análisis de las condiciones históricas y estructurales de cada caso, a través de una investigación documental y bibliográfica, el trabajo de comparación se centra en la expansión de las Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá, en Colombia, y de los diversos paramilitares que comienzan a operar en el estado de Chiapas durante este período, como Paz y Justicia y Máscara Roja. Nuestra hipótesis es que, a pesar de las particularidades de cada contexto, ambos fenómenos pueden interpretarse como parte de estrategias impulsadas por bloques de poder contrainsurgentes a favor de mantener un orden social favorable a la acumulación capitalista, en un período de consolidación neoliberal.

Palabras clave: paramilitarismo; contrainsurgencia; Colombia; México; neoliberalismo.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Campos de organização da estratégica e do bloco contrainsurgente
- Figura 2: Letreiro colocado na entrada do município de Puerto Boyacá desde os anos 70
- Figura 3: Estados do México
- Figura 4: Regiões de Chiapas
- Figura 5: Distribuição geográfica das etnias indígenas em Chiapas
- Figura 6: Caracóis Zapatistas
- Figura 7: Fidel, Carlos e Vicente Castaño
- Figura 8: Mapa do Urabá e eixo bananeiro
- Figura 9: Mapa da estrutura das autodefesas em Urabá
- Figura 10: Registro da Primeira Conferência das AUC, em 18 de abril de 1997, Urabá
- Figura 11: Símbolo das AUC
- Figura 12: Página inicial do colombialibre.org
- Figura 13: Comparação do padrão de concentração de assassinatos e massacres cometidos pelas AUC entre 1998 e 2001
- Figura 14: Comparação da expansão das autodefesas (1997-2002)
- Figura 15: Mario Renán Castillo Fernández
- Figura 16: Samuel Sánchez Sánchez
- Figura 17: Municípios de Chiapas com presença do Paz e Justiça
- Figura 18: Marcos Albino Torres López, comandante-chefe do Paz e Justiça
- Figura 19: Organograma do Paz e Justiça como grupo paramilitar
- Figura 20: Organograma do Paz e Justiça como Associação Civil
- Figura 21: Missa de corpo presente das vítimas de Acteal

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Aliança Anti-comunista Americana
ACDEGAM	Asociación Campesina de Ganaderos y Agricultores del Magdalena Medio
ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
BINCI	Batalhão de Inteligência e Contra inteligência Ricardo Charry Solano
CDHFBLC	Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas
COCOPA	Comissão de Concórdia e Conciliação
CONAI	Comissão Nacional de Intermediação
CIA	Central Intelligence Agency
CTC	Confederação de Trabalhadores da Colômbia
CONVIVIR	Cooperativas de Vigilância Privada
DAS	Departamento Administrativo de Segurança
DEA	Drug Enforcement Administration
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ELN	Exército de Libertação Nacional
EPL	Exército Popular de Libertação
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- Exército do Povo
FBI	Federal Bureau of Investigation
FLN	Frentes de Libertação Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNPAZCOR	Fundação para a paz de Córdoba
INCORA	Instituto Colombiano de Reforma Agrária
JUCO	Juventude Comunista Colombiana
MAS	Morte A Sequestradores
M-19	Movimento 19 de Abril
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCC	Partido Comunista Colombiano
PC-ML	Partido Comunista Marxista-Leninista
PEPES	Perseguidos por Pablo Escobar
PRI	Partido Revolucionário Institucional
PSR	Partido Socialista Revolucionário

SOA	School of Americas
SOCAMA	Solidariedad Campesina Magisterial
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TLC	Tratado de Livre-Comércio
UP	União Patriótica
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - PARAMILITARISMO E ESTADO	22
1.1. POR QUE COMPARAR?.....	22
1.2. O PARAMILITARISMO ENQUANTO CONCEITO E FENÔMENO.....	23
1.2.1. O debate sobre o fenômeno paramilitar.....	26
1.3. PARAMILITARISMO, CONTRAINSURGÊNCIA E ESTADO.....	31
1.3.1. O Estado Como Relação: Breve Explicação da Análise De Poulantzas.....	32
1.3.2. Legalidade/ Ilegalidade e Coerção/ Consenso: Campos de Organização da Estratégia e do Bloco Contrainsurgentes.....	35
1.3.3. Paramilitarismo como Estratégia de Transformação Autoritária da Sociedade e do Estado.....	38
1.4. COMPREENDENDO A CONTRAINSURGÊNCIA	41
1.4.1. Um outro jeito de fazer guerra: lições das ex-colônias europeias.....	43
1.4.2. A contrainsurgência estadunidense.....	46
1.4.3. A Guerra de Baixa Intensidade (GBI).....	48
1.5. NEOLIBERALISMO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA: A DOCTRINA DO CHOQUE.....	52
CAPÍTULO 2 – ORIGENS DA VIOLÊNCIA PARAMILITAR NA COLÔMBIA	57
2.1. UM PAÍS MARCADO PELA FRAGMENTAÇÃO DO PODER.....	57
2.2. A VIOLÊNCIA.....	59
2.2.1. O Nascimento das Guerrilhas.....	65
2.3. FRENTE NACIONAL: INSURGÊNCIA E CONTRAINSURGÊNCIA.....	69
2.4. DÉCADA DE 80: NARCOTRÁFICO E EXPANSÃO PARAMILITAR.....	73
2.4.1. O Nascimento das Primeiras “Autodefesas”	76
2.4.2. O narcoparamilitarismo e a guerra suja contra as esquerdas.....	79

CAPÍTULO 3 – MÉXICO: VIOLÊNCIA E REPRESSÃO NA HISTÓRIA.....	84
3.1. MÉXICO IMAGINÁRIO X MÉXICO PROFUNDO: VIOLÊNCIAS DE LONGA DURAÇÃO.....	84
3.2. O INDÍGENA E A QUESTÃO DA TERRA NO MÉXICO INDEPENDENTE.....	89
3.3. O MÉXICO REVOLUCIONÁRIO.....	91
3.3.1. <i>A gente do campo</i> na Revolução Mexicana.....	94
3.4. O MÉXICO PÓS-REVOLUCIONÁRIO.....	100
3.4.1. A crise do pacto: repressão e contrainsurgência.....	101
3.4.2. O fim do milagre e o neoliberalismo.....	105
3.5. CHIAPAS: DO ISOLAMENTO À INSURREIÇÃO.....	107
3.5.1. Repressão e contrainsurgência em Chiapas (1974 – 1992)	115
3.6. O LEVANTE DO EZLN: INSURGÊNCIA E CONTRAINSURGÊNCIA NO MÉXICO NEOLIBERAL.....	117
3.6.1. O 1º de janeiro de 1994.....	119
3.6.2. A contrainsurgência antizapatista.....	120
CAPÍTULO 4 - GRUPOS PARAMILITARES NA COLÔMBIA E NO MÉXICO.....	126
4.1. PARAMILITARISMO NA COLÔMBIA DOS ANOS 1990.....	126
4.1.1. Córdoba e a história dos irmãos Castaño.....	126
4.1.2. Entre a Funpazcor e os Pepes.....	130
4.1.3. Década de 1990: neoliberalismo e privatização da violência.....	132
4.1.4. ACCU/ AUC: auge e características do paramilitarismo dos anos 90.....	134
4.1.4.1. <i>Estrutura das AUC</i>	138
4.1.4.2. <i>Formas de financiamento das AUC</i>	142
4.1.4.3. <i>Modus operandi das AUC</i>	144
4.1.4.4. <i>Do auge ao fim das AUC</i>	147
4.2. PARAMILITARISMO NO MÉXICO NOS ANOS 1990.....	151
4.2.1. O paramilitarismo em Chiapas após o levante zapatista.....	151
4.2.1.1. <i>Fontes de financiamento do Paz y Justicia</i>	157
4.2.1.2. <i>Organização do Paz e Justiça</i>	158

<i>4.2.1.3. Modus operandi do Paz e Justiça.....</i>	<i>160</i>
<i>4.2.1.4. O fenômeno paramilitar em Chiapas após a década de 90.....</i>	<i>163</i>
4.3. PARAMILITARISMO NA COLÔMBIA E NO MÉXICO: UMA COMPARAÇÃO.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS.....	174

INTRODUÇÃO

O início da década de 1990 trouxe muitas expectativas para a América Latina. No contexto mundial, a Guerra Fria terminava junto com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e muitos se apressaram em anunciar o “fim da História” (FUKUYAMA, 1989). A queda do Muro de Berlim e o fim da cortina de ferro projetavam um mundo globalizado e interconectado. No contexto regional, a maioria dos países completava ou iniciava processos de democratização após os árduos anos 80, a chamada “década perdida”, que fora marcada por crise das dívidas externas, estagnação econômica, guerras civis e governos autoritários. Novas constituições, eleições livres e acordos de paz pareciam indicar o triunfo definitivo da democracia liberal capitalista sobre os demais modelos em disputa do século XX.

Mais de 30 anos após a dissolução da União Soviética, sabe-se o quão equivocada estava a tese de Francis Fukuyama. A História não chegou ao fim e a vitória da ordem neoliberal liderada pelos Estados Unidos tampouco foi definitiva. O castelo de areia das certezas de um mundo cada vez mais integrado, liberalizado e democrático não tardou a desabar. Os anos 90 e a primeira década do século XXI já mostravam claros sinais de “perturbação” da nova ordem, que incluíam desde os numerosos conflitos armados, passando pelo crescimento vertiginoso do desemprego, por ondas migratórias e por movimentos antiglobalização, até chegar à crise de 2008. O momento atual, marcado por uma conjuntura de pandemia de Covid-19, crises socioambientais, a guerra na Ucrânia, a disputa entre China e Estados Unidos, a ascensão de políticos autoritários de extrema-direita, dentre outras, parece reforçar que os otimismo liberais foram ilusões de um passado já remoto.

Na América Latina, onde processos de democratização e desmobilização de grupos guerrilheiros apontavam para uma era das “utopias desarmadas” (CASTAÑEDA, 1993), também a realidade não tardou a contrariar as expectativas liberais, como provavam os conflitos armados na Colômbia e no Peru e o levante zapatista na década de 90. As consequências da aplicação do receituário neoliberal no subcontinente tampouco demoraram a aparecer: aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais, do desemprego e da informalidade, da fome e da carestia, das migrações e da pobreza. As mobilizações e resistências contra as políticas neoliberais produziram grandes *estallidos* em praticamente todos os países.

Ainda que as democratizações e as novas constituições tenham sido e trazido importantes conquistas sociais, as jovens democracias latino-americanas não demoraram a repetir e renovar métodos de repressão. Falhas e lacunas nos processos de paz e/ou de

democratização permitiram a continuidade de estruturas dos aparatos repressivos, que seguiram atuando na segurança pública dentro da lógica da guerra, tendo como “inimigos” os setores subalternos da população. Sob a égide de políticas de segurança estadunidenses – primeiro, a “guerra às drogas”, depois, a “guerra ao terror” –, as forças armadas e polícias da América Latina seguiram na função da manutenção de uma ordem autoritária e excludente. Nesse período, a privatização da segurança serviu de reforço e complemento às funções estatais de defesa da propriedade privada e da acumulação capitalista.

Dentre os métodos repressivos que se renovam a partir dos anos 90, uma tática que chama a atenção por sua continuidade e, em alguns casos, expansão: o paramilitarismo. O armamento e treinamento de civis para fins de defesa e repressão não constituía, grosso modo, uma “novidade” histórica. O que a Guerra Fria traz de novo é que a criação de grupos de civis armados com funções paramilitares e parapoliciais passa a ser sistematicamente incentivada como política de Estado no combate às insurgências. O paramilitarismo que se incentiva a partir desse período, e que permanece até mesmo após afastada a ameaça insurgente, está associado às doutrinas de contrainsurgência.

A noção de contrainsurgência foi elaborada, inicialmente, por teóricos militares britânicos e franceses para reprimir a resistência dos povos africanos e asiáticos à expansão imperialista dos séculos XIX e XX. A partir dessas experiências, os europeus procuraram elaborar formas de enfrentamento em um conflito irregular, não-convencional e de forte viés político-ideológico: a guerra revolucionária. Nesse pensamento, o guerrilheiro – o *partisan*, o inimigo interno – deveria ser encarado como o equivalente nacional à ameaça representada pela União Soviética ao Ocidente capitalista.

No entanto, esse inimigo possui particularidades em relação aos exércitos convencionais: ele não só conhece bem seu território e sua população como em ambos consegue camuflar-se, o que dificulta sua identificação e localização. Além disso, ele possui apoio de muitos de seus conterrâneos por possuir uma “superioridade moral” em relação ao exército regular ou invasor, isto é, parte da população adere à causa do guerrilheiro, seja por libertação nacional, seja por revolução social. Por isso, a guerra revolucionária é uma guerra total, que envolve a totalidade da população e do território e que é combatida em várias frentes, no âmbito militar, político, econômico e ideológico.

Nesse contexto, em que a divisão entre civis e militares perde o sentido, o recrutamento de cidadãos pelo exército estatal para funções como coleta de informações e patrulhas é visto como fundamental para vencer o inimigo camuflado em meio ao povo e ao território. Por isso,

manuais militares franceses a partir da década de 1950 recomendam a formação de agrupações civis. Os Estados Unidos apropriam-se das lições de contrainsurgência europeias e passam a disseminá-las para as forças armadas latino-americanas através de instituições como a Escola das Américas, junto à sua própria Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Em meados do século anterior, a contrainsurgência – e com ela, o estímulo o paramilitarismo – chegava à América Latina através de treinamentos e das traduções de manuais franceses e estadunidenses.

Porém, mesmo após o fim da URSS, das derrotas guerrilheiras e das democratizações, a contrainsurgência ainda faz parte das doutrinas militares, tanto latino-americanas como estadunidenses. As táticas contrainsurgentes outrora utilizadas contra as guerrilhas continuam a ser utilizadas para outras classes de inimigos irregulares, como narcotraficantes, terroristas, delinquentes comuns e, em alguns contextos, a opositores como sindicalistas, lideranças políticas, ativistas ambientais, jornalistas, dentre outros. Para manter a fachada de democracia liberal, Estados utilizam-se de métodos irregulares e ilegais – como o paramilitarismo – para reprimir os que realizam oposição política e econômica ao neoliberalismo.

É o caso de alguns países latino-americanos e, em especial, da Colômbia e do México, que possuem em comum a atuação de grupos paramilitares a partir da primeira metade do século XX. País conhecido pela longevidade e amplitude do fenômeno paramilitar, a Colômbia possui um histórico de paramilitarismo que inclui desde quadrilhas rurais ligadas ao partido Conservador (conhecidas como os *pájaros* e os *chulavitas*) no período conhecido como Violência (décadas de 40 e 50), passando por esquadrões da morte na Guerra Fria, como a Aliança Anticomunista Americana (AAA), até exércitos com comando unificado e estruturas formais, como é o caso das “autodefesas” nos anos 80 e 90.

No caso mexicano, os exemplos mais conhecidos são os dos *Halcones*, responsável por um massacre de estudantes em 1971 – o *halconazo* –, da Brigada Especial ou Brigada Branca, responsável por promover uma guerra suja contra grupos guerrilheiros a partir de 1976, e dos grupos paramilitares em Chiapas nos anos 90, com destaque para *Desarrollo, Paz y Justicia*, os *Chinchulines* e *Máscara Roja*, utilizados para combater o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Na Colômbia e no México, o ano de 1994 representa dois marcos em termos de fenômenos paramilitares. No primeiro país, é o período de fundação das Autodefesas Campesinas de Córdoba e Urabá (ACCU), formada por exércitos que atuavam desde os anos 80, mas que agora se expandiam e se lançavam como atores políticos no conflito armado colombiano. No caso mexicano, 1994 foi o ano de elaboração do *Plan de Campaña Chiapas*

pela Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA), um plano contrainsurgente de reação ao Levante Zapatista, ocorrido em 1º de janeiro daquele ano, e que recomenda a organização secreta de setores da sociedade para apoio nas operações militares.

Observando a permanência e a expansão, no caso da Colômbia, e o surgimento, no caso do México, de paramilitarismo na década de 1990, uma primeira pergunta aparece: o que aproxima e o que distancia esses fenômenos? A partir dessa questão, muitas outras indagações surgem: qual é o papel do paramilitarismo na contrainsurgência? Como a lógica da contrainsurgência permanece no pós-Guerra Fria? Quais são as consequências do paramilitarismo para os Estados? O trabalho propõe-se, dessa forma, a responder essas inquietações.

Considera-se o fato de que os fenômenos paramilitares ocorreram em localidades – Córdoba/ Urabá e Chiapas – geográfica e economicamente estratégicas, atraindo interesses nacionais e transnacionais. Ao mesmo tempo, as regiões eram ou são marcadas por uma forte presença de esquerda – sindicalistas, comunistas e guerrilheiros, no caso colombiano, e o EZLN, a teologia da libertação e organizações indígenas, no caso de Chiapas –, que faziam ou fazem resistência à dominação e exploração de trabalhadores e recursos naturais. Nesses dois contextos, a violência exercida pelo paramilitarismo teria um papel não só de combate às insurgências, mas também preventivo, isto é, um papel que inclui repressão e coerção.

O interesse pelo fenômeno do paramilitarismo surgiu de inquietações provocadas por uma viagem a Colômbia e Venezuela no ano de 2014, junto ao Programa de Extensão “Realidade Latino-Americana”¹, coordenado pelos professores Fabio Luis Barbosa Santos e Fabiana Rita Dessotti na Universidade Federal Paulista (UNIFESP). Ao todo, 25 pessoas participaram do projeto naquele ano, contando com docentes e discentes da Universidade Federal de Roraima (UFRR), da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade Anhembi Morumbi e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago

¹ Trata-se de um projeto anual e interdisciplinar no qual professores, pesquisadores e estudantes de diferentes níveis, instituições e áreas de conhecimento buscam conhecer e compreender a América Latina em várias etapas, que incluem a escolha dos países a serem analisados, o planejamento de questões práticas da viagem e da programação nos países em questão, um período de no mínimo seis meses de formação conjunta, a expedição aos países estudados - onde são realizadas visitas e entrevistas com acadêmicos, representantes dos movimentos sociais, autoridades governamentais, entre outros entrevistados – até um período de avaliação, produção acadêmica e realização de eventos a respeito dos resultados observados durante todo o processo.

Dantas.

O período de formação, que durou aproximadamente seis meses, contou com leituras e palestras com estudiosos dos temas, como o Prof. Hector Mondragón e o Prof. Igor Fuser. A programação da viagem ficou proposta para ocorrer entre o final de julho e início de agosto de 2014, com visitas às cidades colombianas de Bogotá e Barrancabermeja e à capital da Venezuela, Caracas. Em Bogotá, a programação incluiu entrevistas na sede da Marcha Patriótica, frente de esquerda que congrega centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais. Também realizamos visitas e entrevistas em Ciudad Bolívar, região periférica da capital. Em Barrancabermeja, conversamos com lideranças do sindicato dos trabalhadores do petróleo (USO) e com lideranças indígenas e camponesas.

Sobre a visita à Colômbia, que deu origem ao interesse pelo tema do paramilitarismo, os testemunhos sobre presos políticos, deslocamentos forçados, assassinatos seletivos e atentados que atingem as forças de oposição colombianas chamaram a nossa atenção para a questão do terrorismo do Estado no país. A formação teórica pré-viagem e a experiência *in loco* auxiliaram a expandir nossa compreensão do conflito colombiano que, ao contrário do que é divulgado nos meios de comunicação brasileiros, vai muito além de uma guerra entre Estado e guerrilhas. Observamos que a repressão perpetrada por agentes estatais e paraestatais atinge, sobretudo, os civis, incluindo desde sindicalistas, militantes e juristas pró-direitos humanos, até pessoas que não participam de qualquer militância política, mas que pertencem às chamadas “classes perigosas”, isto é, as camadas subalternas formadas por camponeses, afro-colombianos, indígenas e trabalhadores urbanos, principais vítimas de deslocamentos forçados, massacres e prisões arbitrárias.

Desse modo, os dados apresentados em entrevistas com sindicalistas, militantes do movimento estudantil e dos direitos humanos e personalidades políticas sobre os enormes números de presos políticos, deslocamentos forçados e “falsos positivos” – isto é, assassinatos de civis por agentes da Força Pública que eram registrados como baixas – de guerrilheiros aliavam-se com a realidade observada nas ruas, que expressam um alto grau de militarização e, ao mesmo tempo, uma sensação de insegurança. A presença do exército armado nas ruas de centros urbanos inibe, mas não impede a ação das gangues e muito menos de paramilitares que, no dia de nossa visita à Barrancabermeja, atearam fogo na sede da Fiscalía General de La Nación, o Ministério Público da Colômbia, para eliminar documentos que os incriminavam. Também nos chamou atenção que figuras da oposição política, como as senadoras Piedad Córdoba e Aída Avella, fossem às entrevistas na sede da Marcha Patriótica em carros blindados

fornecidos pelo próprio governo, além de grafites e pichações que repetiam, nos muros urbanos, o que havíamos lido e ouvido nos testemunhos, como: “No a los falsos positivos”, “No más desplazamiento”, “Menos plata para la guerra, más educación”, dentre outros.

De volta ao Brasil, mantive o interesse na questão de como o terror estatal e paraestatal atinge a oposição política e a população civil na Colômbia. A intenção era, *a priori*, trabalhar precisamente com o conceito de terrorismo de Estado e como este é observado no contexto colombiano. Mas, após outras leituras e em conversas com outros estudiosos do tema, chamou-me a atenção a lacuna de estudos, no Brasil, do tema do paramilitarismo. Pouco trabalhado no debate acadêmico brasileiro², o fenômeno paramilitar é pertinente para a compreensão das dinâmicas de violência e espoliação em nosso país e em toda América Latina. Após ter focado os estudos no caso colombiano e nas AUC durante a graduação em Relações Internacionais na Unesp de Marília, busco contribuir, através do presente trabalho, para o preenchimento de outra brecha, apontada por Cruz Rodríguez (2007): a escassez de perspectivas comparadas sobre o paramilitarismo colombiano e outras experiências latino-americanas, como as já existentes sobre as guerrilhas. Uma cuidadosa análise comparativa possui o potencial de trazer esclarecimentos acerca de processos símiles que tanto impactam nossos sistemas políticos

O presente trabalho³ pretende compreender o paramilitarismo – a organização de civis por agentes estatais com objetivos repressivos – como parte da estratégia mais ampla da contrainsurgência para permitir a continuidade do processo de acumulação capitalista. O intervalo analisado (1994 – 2004) caracterizou-se como um período de consolidação do neoliberalismo, interpretado como uma ofensiva do capital, que se expande através da mercantilização de todos os setores da vida social, além da flexibilização de direitos trabalhistas, políticas de ajuste fiscal, desregulamentação dos mercados, dentre outros. Nesse sentido, o paramilitarismo atua como um braço da repressão organizada pelo *bloco de poder contrainsurgente*.

A reflexão utiliza-se da análise comparativa dos casos concretos de grupos paramilitares na Colômbia e no México. Investiga-se as condições que possibilitaram o surgimento dessas formações no início da década de 1990 nos estados de Córdoba e Chiapas, considerando antecedentes históricos e questões estruturais, políticas e culturais, traçando o perfil dos

² Foram encontrados poucos trabalhos brasileiros que tratam especificamente sobre o tema do paramilitarismo, dentre os quais: dissertação de Claudia H. Quijano Mejía (2009), única a realizar um trabalho comparativo, analisando manifestações de fenômeno paramilitar na Colômbia e no Peru; e o artigo de Héctor Luis Saint-Pierre (1999) sobre o caso de Chiapas..

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

principais atores e organizações envolvidas nesse processo. Com isso, procura-se verificar que, a despeito das particularidades de cada caso e de suas discrepâncias entre si, ambos constituíram parte de uma estratégia de contrainsurgência que permitiu silenciar resistências à acumulação capitalista da era neoliberal.

Enquanto parte de uma doutrina utilizada por exércitos regulares, a estratégia paramilitar traz consigo uma característica paradoxal: a de que o Estado abre mão de seu monopólio da violência para justificar uma maior intervenção da própria repressão oficial. Por isso, o estudo desse fenômeno revela-se de grande importância para a compreensão da contrainsurgência e de processos de militarização na América Latina, como os casos colombiano e mexicano. Dado o papel repressivo do paramilitarismo, a reflexão acerca desse fenômeno ajuda a compreender seus impactos da reorganização da vida social e no funcionamento daquelas democracias latino-americanas.

Uma leitura histórica e comparativa de nossos objetos permite uma análise sistêmica, que compreende esses fenômenos como parte de uma mesma estratégia de contrainsurgência, disseminada primordialmente pelos Estados Unidos, os quais, como potência hegemônica, exercem grande influência sobre as forças armadas e as políticas de segurança latino-americanas. Como artífices da nova ordem neoliberal que, então, se consolidava, os Estados Unidos e o capital transnacional necessitavam garantir sua expansão e reprodução na América Latina, incentivando políticas e estratégias repressivas que possibilitassem a continuidade da acumulação capitalista, como bem mostrou o caso da *Chiquita Brands* na Colômbia, multada por financiar grupos paramilitares. O tema do paramilitarismo é relevante para a compreensão dos conflitos atuais e das doutrinas militares difundidas pelos países hegemônicos entre as forças armadas latino-americanas desde o século XX.

O capítulo 1 traz uma apreciação teórica do conceito de “paramilitarismo”, suas diversas nomenclaturas e manifestações, bem como suas interpretações no debate acadêmico no Brasil e, sobretudo, na Colômbia e no México. Dentro deste debate, adotamos uma linha que foge de análises reducionistas e que evita reproduzir premissas que incluam a separação em diferentes esferas de unidades dialéticas como economia e política ou Estado e sociedade civil, sendo essas cisões extremamente limitadoras na análise do objeto, utilizando interpretações baseadas na análise de Nicos Poulantzas. O capítulo trata das doutrinas de contrainsurgência e de sua aplicação na América Latina, junto a uma abordagem dos principais formuladores e centros de difusão desses preceitos.

O capítulo 2 realiza uma exposição histórica sobre a violência paramilitar na Colômbia,

buscando compreender a longevidade do conflito armado e do fenômeno das “autodefesas” ligadas aos irmãos Castaño. Será necessário compreender as origens do conflito e como a confluência de fatores estruturais internos e externos garantiram um padrão de violência contrainsurgente, que se renova e aprimora conforme as mudanças conjunturais. O capítulo parte da formação do país, abordando questões que envolvem relações clientelistas, regionalismos e fragmentação do poder e da falta de consenso entre as elites políticas e econômicas, passando por temas como a influência dos Estados Unidos e suas doutrinas de contrainsurgência no país, o surgimento do narcotráfico e da guerra às drogas e do aprimoramento da estratégia paramilitar, representado na formação das ACCU e das AUC, nos anos 90.

O capítulo 3 percorre o caso mexicano, abordando fatores estruturais que passam pelo longo domínio do Partido Revolucionário Institucional e da influência estadunidense no México. Focando em Chiapas, região com uma dinâmica própria de conflito agrário devido ao seu relativo isolamento em relação ao restante do país, o capítulo aborda as relações de poder e de propriedade e as lutas de indígenas e camponeses na região. Aborda-se a influência da Teologia da Libertação, da guerrilha marxista e da visão e experiência indígena e camponesa na formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional, bem como seu levante em 1994. A partir disso, aborda-se a reação do Estado mexicano e do PRI contra o EZLN através do paramilitarismo.

O capítulo 4 expõe os grupos paramilitares de ambos os países e compara suas características. Avalia-se as semelhanças e diferenças em relação à extensão e alcance desses grupos, seus modus operandi, suas relações com atores estatais, suas composições sociais e suas fontes de financiamento. O capítulo busca avaliar se ambos os fenômenos estão inseridos dentro de um aprimoramento da estratégia contrainsurgente propagada pelos Estados Unidos a partir da década de 80, utilizando conceitos como a guerra de baixa intensidade.

CAPÍTULO 1 – PARAMILITARISMO E ESTADO

1.1. POR QUE COMPARAR?

Em sua defesa da abordagem da História Comparada para a compreensão da unidade de um problema de diferentes sociedades, Marc Bloch (1998) propõe alguns procedimentos para a realização do método comparativo:

Antes do mais, no nosso domínio, o que é comparar? Incontestavelmente, é o seguinte: escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. São, portanto, necessárias duas condições para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre os factos observados - o que é evidente - e uma certa dissemelhança entre os meios onde tiveram lugar. [...] (BLOCH, p. 121, 1998)

A partir dessas indicações, procura-se explorar as potencialidades que o método comparativo possui, sem cair, no entanto, em generalizações e justaposições. Assim, analisamos duas sociedades latino-americanas dentro de um mesmo recorte histórico, no qual ambas estão inseridas em um processo similar de abertura econômica e execução de reformas neoliberais.

Ambas as sociedades passaram pela colonização hispânica e estão entre os chamados países dependentes do capitalismo. Em comparação aos vizinhos latino-americanos, as sociedades colombiana e mexicana possuem uma estabilidade institucional, não possuindo um histórico de golpes militares em sua história recente. Além das experiências paramilitares, os dois países são centrais na cadeia do narcotráfico americano, e as organizações mexicanas superaram os cartéis colombianos em relação à importância e acumulação de divisas. Alinhadas, em sua política externa, aos Estados Unidos, Colômbia e México assinaram acordos de cooperação securitária com este país em períodos próximos, o Plano Colômbia, no ano 2000, e a Iniciativa Mérida, em 2007.

A despeito de tantas semelhanças que unem essas duas sociedades, várias diferenças e especificidades podem ser verificadas em uma análise preliminar. Além de processos de formação histórica ímpares, Colômbia e México possuem composições sociais e étnicas muito distintas, que impactam diretamente nas questões analisadas neste estudo, como os conflitos entre etnias e grupos religiosos em Chiapas. Tem-se também grandes diferenças na formação do Estado e das forças armadas, além da existência de processos históricos que foram cruciais para o desenvolvimento recente desses países, como é o caso da Revolução Mexicana e o período da Violência na Colômbia. Mencione-se, ainda, aspectos geográficos, ecológicos e

geopolíticos distintos, que corroboram na demarcação das especificidades nacionais. Em relação ao objeto do estudo, o paramilitarismo, cabe ressaltar que esses países possuem grandes diferenças em relação ao desenvolvimento, a forma e o alcance das organizações paramilitares, que deverão ser comparadas neste trabalho.

1.2. O PARAMILITARISMO ENQUANTO CONCEITO E FENÔMENO

De origem grega, o prefixo *para* dá ideia de contiguidade e de paralelismo, ou seja, a expressão *paramilitar* denota uma condição de extensão e apoio coercitivo às forças militares oficiais a fim de configurar e manter a ordem interior (FRANCO RESTREPO, 2009, p. 364). No Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (FERREIRA, 2009), o verbete paramilitar é associado a “corporações particulares de cidadãos, armados, fardados e adestrados, que não fazem parte do exército ou da polícia de um país” (Ibid., p. 1491).

A despeito de seu caráter irregular e, muitas vezes, ilegal, grupos paramilitares tendem a ser pró-Estado ou pró-*status quo*, e se responsabilizam pelo combate à insurgência ao *establishment*. Este fato também explica a atitude conivente dos aparatos estatais em relação à violência dos paramilitares, ambos tendo a insurgência como um inimigo em comum. Dessa forma, o paramilitarismo é um dos pilares da estratégia de contrainsurgência, essa última desenvolvida por teóricos militares britânicos e franceses, para o enfrentamento da resistência de povos africanos e asiáticos à expansão imperialista dos séculos XIX e XX. Apropriado, aperfeiçoado e propagado pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, o modelo de guerra contrainsurgente diz respeito a um enfrentamento assimétrico – onde o oponente não é um exército estatal, mas civis rebeldes, como guerrilheiros ou *partisans* –, e irregular, devido ao uso de métodos não-convencionais e ilegais, como a tortura, sabotagens, propaganda, desinformação, emprego de grupos paramilitares, entre outros.

Segundo a análise de Ignácio Cano (2001) sobre a violência policial e paramilitar na América Latina:

Exército, polícia, paramilitares e esquadrões são estruturas pertencentes ou associadas ao Estado ou grupos dominantes, que se diferenciam basicamente pelo grau de formalidade. As duas primeiras, o exército e a polícia, são forças regulares, a primeira para defender o Estado contra ameaças externas e a segunda para exercer o controle social interno, mantendo a ordem pública, prevenindo a criminalidade e prendendo suspeitos. Os outros dois, paramilitares e esquadrões, são forças irregulares que, por sua vez, também se distinguem pelo grau de formalidade.

Os paramilitares, apesar de constituírem uma força irregular, são geralmente grupos estruturados, com comandos, quartéis-generais e funções conhecidas. São organizados pelo próprio Estado ou por grupos dominantes e, por vezes, funcionam uniformemente.

Os esquadrões são grupos informais, com uma estrutura muito flexível, sem sede ou composição conhecida. Sua criação responde justamente à preservação da identidade de seus membros no desempenho de funções clandestinas. (CANO, 2001, p. 221, tradução nossa⁴).

Kalyvas e Aryjona (2005) definem, igualmente, que os paramilitares são grupos armados que estão direta ou indiretamente ligados ao Estado e seus agentes locais, isto é, são constituídos ou tolerados pelo Estado, apesar de estarem fora de sua estrutura formal. Os autores propõem uma tipologia de paramilitarismo com base em exemplos empíricos e em seus aspectos essenciais:

1. Tamanho e alcance territorial

a) Vigilantes: grupos pequenos, locais e esporádicos formados por civis com o intuito de controlar a criminalidade e fazer cumprir as normas sociais. Os autores dão, como exemplo, os grupos de protestantes loyalistas que operam contra nacionalistas-católicos na Irlanda do Norte.

b) Esquadrões da morte: grupos também reduzidos, mas que operam sob a estrutura de uma cadeia nacional de comando, ou seja, são supralocais. Diferente da espontaneidade dos grupos vigilantes, os esquadrões da morte têm um caráter profissional e estão associados a agências de alto nível do Estado. Como exemplo temos o Comando Democrático Rodrigo Franco, no Peru, formado por civis e que agia contra alvos específicos, como políticos e jornalistas.

c) Guardiães ou milícias de autodefesa local: grupos maiores que os de vigilantes mas que, apesar de atuarem em contextos locais e serem formados por pessoas da própria localidade, integram redes extensas, normalmente controladas pelo Exército ou pela polícia. Um exemplo disso foram as patrulhas civis na Guatemala, conhecidas como milícias, que tinham o objetivo de informar a polícia ou o Exército sobre os simpatizantes da guerrilha dentro da comunidade.

d) Exércitos milicianos ou paramilitares: agremiações grandes e móveis, de caráter

⁴ “Ejército, policía, paramilitares y esquadrones son estructuras pertenecientes o asociadas al Estado o a los grupos dominantes, que se diferencian básicamente por su grado de formalidad. Las dos primeras, ejército e policía, son fuerzas regulares, la primera para defender al Estado contra la amenaza externa y la segunda para ejercer el control social interno guardando el orden público, previniendo la criminalidad y arrestando a los sospechosos. Las otras dos, paramilitares y esquadrones, son fuerzas irregulares que, a su vez, también pueden ser distinguidas entre sí por su grado de formalidad. Los paramilitares, pese a constituir una fuerza irregular, son en general grupos estructurados, con comandos, sedes y funciones conocidas. Están organizados por el propio Estado o por grupos dominantes y llegan a funcionar, en ocasiones, con uniforme. Los esquadrones son grupos informales, con estructura muy flexible, sin sede o composición conocidas. Su creación responde justamente a la preservación de la identidad de sus miembros a la hora de desempeñar funciones clandestinas.”

supralocal, com comando unificado e com capacidade de realizar ações coordenadas de grande magnitude. Possuem ainda estruturas formais ou quase-formais paralelas às que têm os exércitos regulares, e tendem a se parecer com os exércitos guerrilheiros. Um dos casos mais conhecidos deste exemplo é o das Autodefensas Unidas de Colombia (AUC).

2. Nível de recursos disponíveis e grau de ameaça ao Estado

- a) Grupos locais (ou milícias locais): surgem de forma usual, quando os recursos estatais são baixos e a ameaça ao Estado é pequena.
- b) Esquadrões da morte: quando os recursos são baixos mas ameaça é considerada grande, o Estado conforma os esquadrões com fins de “decapitação” da oposição política.
- c) Ações não-paramilitares: quando a ameaça é menor e os recursos são altos.
- d) Grandes redes milicianas e exércitos paramilitares: quando o Estado dispõe de muitos recursos e enfrenta suposta grave ameaça.

Com base em exemplos de casos concretos, os autores ainda elencam variáveis no que diz respeito à forma de financiamento recebido pelos grupos paramilitares, cujas fontes nem sempre advém do Estado, como é o caso da milícia Kamajor, de Serra Leoa, financiada pelo tráfico de diamantes, e das AUC, das quais a maior parte de ingressos era fruto da atividade do narcotráfico. O grau de relação com o Estado também é muito variável: há grupos formados pelo próprio Exército ou polícia de forma aberta ou clandestina, como também existem as formações relativamente independentes do Estado, que, por sua vez, as tolera por terem o mesmo inimigo em comum. O uso da violência e seu grau de seletividade são outros aspectos que variam entre as agremiações paramilitares, ainda que, no geral, o paramilitarismo seja caracterizado por suas atrocidades e pela disseminação de uma violência indiscriminada e generalizada. Enquanto alguns grupos cometem assassinatos seletivos ou um pequeno número de homicídios, como é o caso do espanhol Gal, existem os que fazem uso da violência massiva, como os grupos criados por Idi Amin, em Uganda, que assassinaram milhares de supostos opositores ao regime.

Apesar da complexidade do paramilitarismo extravasar esquemas teóricos, a proposta de Kalyvas e Aryjona – que a partir de diversas manifestações do fenômeno conseguiram apreender dimensões centrais para sua compreensão e diferenciação – cumpriu seu objetivo de “trazer um certo grau de disciplina conceitual a um fenômeno complexo e multifacetado cujo estudo foi afetado pela ausência de um arcabouço teórico explícito e

coerente” (Ibid., p. 25). A tipologia ajuda a aclarar sobre as diversas manifestações do fenômeno no mundo e aponta caminhos para estudos de caso e comparativos sem, por outro lado, prescindir de uma análise histórica específica de cada caso.

1.2.1. O debate sobre o fenômeno paramilitar

Na Colômbia, onde o paramilitarismo assumiu formas e alcance territorial e político de grandes proporções, o debate acadêmico sobre o tema é quase tão antigo e extenso quanto o próprio fenômeno. Cruz Rodriguez (2007) avalia que este debate tem focado três relações principais: paramilitarismo e Estado; paramilitarismo e atores e dinâmicas regionais; e paramilitarismo e fontes de financiamento. Da mesma forma, Cárdena Chaves (2014) retoma as três principais hipóteses sobre o fenômeno e seu surgimento e evolução: (i) o paramilitarismo teria surgido como uma organização espontânea de autodefesa; (ii) os paramilitares não seriam mais que um exército a serviço do narcotráfico; (iii) o paramilitarismo seria um braço antissubversivo do Estado.

Em sua revisão crítica do debate acadêmico acerca do fenômeno paramilitar, Cruz Rodriguez (2007) expõe uma periodização que compreende quatro principais linhas de análise do paramilitarismo colombiano. A primeira linha corresponde à bibliografia produzida entre o fim dos anos 80 até a metade da década seguinte, que marca o início dos estudos sobre o fenômeno no país. Esta interpretação considerou o paramilitarismo como um instrumento estatal de contrainsurgência, citando o trabalho pioneiro de Medina Gallego (1990)⁵ sobre o caso da região do Magdalena Médio, onde membros das Forças Armadas, pecuaristas e narcotraficantes fizeram uma aliança para combater as guerrilhas e toda forma de insurgência.

Uma segunda forma de interpretação do fenômeno surge a partir do final da década de 90 e início dos anos 2000, como o de Romero (1998)⁶, com trabalhos que analisavam as dinâmicas regionais do fenômeno paramilitar através da descrição da estratégia e das alianças locais conformadas por tais grupos, tendo um caráter mais descritivo do *modus operandi* paramilitar em diferentes localidades e procurando explicar as razões para o surgimento do fenômeno sem conseguir, no entanto, esclarecer as causas de suas permanências e expansão para uma organização nacional em 1997, isto é, as AUC. Uma terceira linha interpretativa, que

⁵ MEDINA GALLEGOS, Carlos, Autodefensas, paramilitares y narcotráfico en Colombia. Bogotá: Editorial Documentos Periodísticos, 1990.

⁶ ROMERO, Mauricio, Identidades políticas, intervención estatal y paramilitares: el caso del departamento de Córdoba. Controversia, Bogotá, n. 173, dez. 1998.

utiliza, como exemplo, o trabalho de Rangel (2005)⁷, inicia-se após a autoproclamação das AUC como um terceiro autor político e independente no conflito e refere-se a uma relativa autonomia do paramilitarismo em relação ao Estado, já que, mesmo de caráter contrainsurgente, o fenômeno teria se tornado autônomo e, ao mesmo tempo, fortemente associado ao narcotráfico. A quarta perspectiva a ser colocada no debate colombiano, representada aqui pelo estudo de Cubides (2005)⁸, foi mais focada nas relações do fenômeno com o negócio da droga, considerando que o paramilitarismo só poderia ser compreendido com base na lógica do narcotráfico visto que os vínculos entre os dois fenômenos se mostram ainda mais complexos e indissolúveis após o processo de desmobilização das AUC, quando vários chefes do narcotráfico tiveram um esforço para serem julgados na Lei de Justiça e Paz como atores políticos (CRUZ RODRIGUEZ, 2007).

Crítico das análises reducionistas, Cruz Rodriguez chamou atenção para a complexidade do fenômeno no caso colombiano, cujas relações com outros atores não são unívocas ou simplesmente explicadas por uma subordinação ou autonomia ao aparato estatal, mas possuem suas especificidades regionais.

[...] Esta complexidade revela que o paramilitarismo deixou de ser uma amálgama de grupos ou de organizações armadas, para se converter em um processo sociopolítico com amplas repercussões na sociedade e no sistema político colombianos, cuja magnitude ainda está para se conhecer. (Ibid., p. 133, tradução nossa⁹).

Também Vilma Liliana Franco Restrepo (2009) faz uma crítica ao reducionismo presente nas interpretações do fenômeno paramilitar na bibliografia colombiana, limitando-o a uma ou outra de suas manifestações, como exemplificam as perspectivas Estadocêntricas e as sociocêntricas a respeito do paramilitarismo na Colômbia. Produzidas na década de 80, as interpretações Estadocêntricas definiram o paramilitarismo como um instrumento de contrainsurgência do Estado, este concebido de forma reificada, ou seja, como um sujeito político unitário com vontade própria e separado da sociedade. Os limites desta interpretação não estão na identificação de uma relação orgânica entre Estado e paramilitarismo – já ampla e convincentemente documentada – mas na concepção voluntarista e instrumentalista do Estado (FRANCO RESTREPO, 2009, p. 354).

⁷ RANGEL, Alfredo, "¿Adónde van los paramilitares?". In: RANGEL, A. (Org.). El poder paramilitar. Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia- Planeta, 2005. pp. 11-23.

⁸ CUBIDES, Fernando. Santa Fe de Ralito: avatares de un conato de negociación. Análisis político, Bogotá, n. 53, p. 88-94, 2005.

⁹ No original: “[...] Esta complejidad revela que el paramilitarismo dejó de ser una amálgama de grupos o de organizaciones armadas, para convertirse en un proceso sociopolítico con amplias repercusiones en la sociedad y el sistema político colombianos, cuya magnitud aún está por conocerse.”

A linha sociocêntrica, formulada a partir dos anos 90, abarca autores que interpretaram o paramilitarismo não como uma resposta estatal, mas como uma reação social e consequência direta das ameaças à segurança da vida e do patrimônio. Supondo uma separação taxativa entre sociedade e Estado, este como territorialização da autoridade política ou em termos de seus elementos fundacionais, a abordagem sociocêntrica inclui trabalhos que explicam o fenômeno pela fragmentação do poder político e os vazios deixados pelo Estado central, sendo o paramilitarismo colombiano encarado apenas como uma reação de elites locais e regionais – em aliança com narcotraficantes e forças militares – ao desamparo estatal, às negociações de paz com as guerrilhas e às reformas políticas democratizantes. Tal leitura elimina a responsabilidade do poder central do país na condução da estratégia contrainsurgente. Outra análise na qual o Estado é visto como um ator unitário e passivo diante do fenômeno partiu das transformações dos paramilitares colombianos, que deixaram de ser facções armadas de capitalistas rurais e narcotraficantes em reação à violência insurgente para terem se tornado verdadeiros exércitos com funções de proteção, capturas de excedentes por produção lícita ou ilícita, definição de direitos de propriedade, administração de justiça, tributação, organização de serviços sociais e controle do poder político local. Nessa leitura, o acúmulo de poder do paramilitarismo a partir da economia da guerra teria gerado uma infiltração mafiosa na estrutura do poder político, reforçando a ideia de um *Estadovítima* (FRANCO RESTREPO, 2009, p. 356).

A crítica de Franco Restrepo justifica-se pelo fato de a autora partir de uma concepção ampliada de Estado (que se abordará adiante), e de uma análise histórica e estrutural do objeto, sobre a qual a autora elabora sua tese de que o paramilitarismo – ou *mercenarismo corporativo contrainsurgente*, como ela prefere denominar o fenômeno – é uma estratégia de manutenção da dominação política e econômica desenvolvida pelo bloco de poder contrainsurgente, como condição para a realização de interesses corporativos. Este bloco contrainsurgente é composto por uma articulação entre o bloco *no* poder, isto é, uma unidade política entre classes dominantes e um aparato estatal, junto a coalizões politicamente dominantes – que denotam uma relação orgânica entre os centros de poder econômicos, estes inscritos regionalmente, com as diversas redes de poder político regionais, atravessando os aparatos do Estado em suas diversas escalas – somada à integração, sem assimilação, de setores subalternos. Assim, a autora ressalta que, apesar da estrutura militar e da violência do paramilitarismo, sua existência objetiva é produto *de una alianza de intereses políticos y económicos dominantes que excede la dimensión militar y se estructura en un ámbito político*

e ideológico (FRANCO RESTREPO, 2009, p. 222).

O trabalho de Zelik (2015) contesta análises contemporâneas que veem o fenômeno paramilitar enquanto uma expressão de uma fragmentação do Estado colombiano ou como sintoma próprio de um Estado falido. O autor realiza uma leitura crítica da obra de Mauricio Romero (2005)¹⁰, um dos principais representantes da tese da fragmentação, na qual o fenômeno paramilitar resultaria em uma fragmentação do Estado colombiano, socavando ainda mais o monopólio estatal do uso da força já debilitado pela existência das guerrilhas. Zelik questiona tal proposição, alegando que o paramilitarismo, tendo sido historicamente produzido pelo aparato estatal – sem cuja cooperação não teria podido funcionar – constituiu um instrumento importante para a implantação do dito monopólio, tendo tido os efeitos contraditórios de debilitar e fortalecer o Estado ao mesmo tempo.

Nesse sentido, o paramilitarismo deve ser interpretado como a irregularização da violência, promovida pelos grupos de poder. O terrorismo socialmente seletivo vinculado à referida irregularização contribui para a recuperação do monopólio estatal sobre o uso da força. No entanto, o paramilitarismo não pode ser entendido apenas como um instrumento estatal encoberto. O Estado, [...], não é um ator homogêneo. Em vez disso, o que ocorreu foi uma transformação do Estado nas mãos do paramilitarismo. Portanto, pode-se resumir que o paramilitarismo é uma estratégia político-militar de transformação autoritária da sociedade e do Estado. (ZELIK, 2015, p. 178, tradução nossa¹¹)

Zelik reconhece a contribuição de Romero (2003) em utilizar a noção de empresário da coerção para se referir aos paramilitares – destacando o aspecto político-econômico e revelando o cálculo racional envolvido no uso da violência paramilitar –, bem como sua tentativa de realizar, a partir do caso da região de Urabá, uma descrição “dinâmica” do fenômeno, colocando a variabilidade de alianças e de laços clientelistas entre setores da população e os paramilitares. Por outro lado, Zelik critica o viés construtivista dessa análise dita “dinâmica”, a qual, por não analisar o paramilitarismo enquanto um fenômeno de classe, usa como justifica o fato de que os paramilitares, tal como as guerrilhas, também dispunham de uma base social enraizada nas classes populares, de onde recrutam quase que a totalidade de seus combatentes. Zelik, por sua vez, chama atenção para o caráter classista do paramilitarismo,

¹⁰ ROMERO, Mauricio. *Paramilitares y autodefensas, 1982-2003*. Bogotá: Planeta e Universidad Nacional de Colombia, 2003.

¹¹ No original: “En este sentido, el paramilitarismo debe interpretarse como la irregularización de la violencia, impulsada por los grupos de poder. El terrorismo socialmente selectivo ligado a dicha irregularización contribuye a recuperar el monopólio estatal sobre el uso de la fuerza. Sin embargo, el paramilitarismo no puede entenderse solamente como un instrumento estatal encubierto. El Estado, [...], no es un actor homogéneo. Lo que ha ocurrido más bien es una transformación del Estado a manos del paramilitarismo. Se podría resumir, por lo tanto, que el paramilitarismo es una estrategia político-militar para la transformación autoritaria de la sociedad y del Estado”.

considerando a procedência social da esmagadora maioria de suas vítimas – das chamadas classes perigosas – bem como os interesses socioeconômicos dos paramilitares.

[...] a afirmação de Romero de que esse apoio é resultado de um “compromisso material”, ou seja, da melhoria das condições de vida dos habitantes de Urabá no marco de um pacto social, é, no mínimo, discutível. O ex-presidente do Sintrainagro, Gerardo Nieto [...], que foi deslocado de Urabá, sustenta exatamente o contrário. Nieto afirma que as condições de trabalho pioraram notavelmente desde que os paramilitares tomaram o poder na região no início dos anos 1990. Outras fontes apontam, inclusive, que retornaram as relações quase feudais, pois após a entrega —tão divulgada na propaganda — das terras aos guerrilheiros desmobilizados, houve uma nova concentração fundiária [...]. Além disso, a extrema crueldade com que as ACCU “limparam” a região dos opositores políticos não é exatamente um indicativo de uma proposta atrativa de pacto social. (Ibid, p. 176, tradução nossa¹²)

Iniciada em 2004, a pesquisa de Zelik partiu da crítica um conceito frequentemente usado nos discursos de segurança internacional contemporâneos: a tese dos *Estados falidos*, ou seja, Estados do chamado Terceiro Mundo em que o “plano civilizatório” teria fracassado; lugares dominados pela violência e pela barbárie e suscetíveis a intervenções políticas militares por parte do mundo civilizado, que tenta se proteger - agora não mais do comunismo, mas do terrorismo – através de seu poder imperial¹³. Assim, a Colômbia – que passa a ser quase um sinônimo de conflito armado, guerra de guerrilhas e economia ilícita do narcotráfico – apareceu, nesse contexto, como um caso emblemático de Estado falido e cenário de uma guerra desestatizada.

O Estado colombiano, apesar da fragmentação descrita e da inacessibilidade de suas instituições para a maioria da população, não pode ser considerado “falido”. Este Estado não é fraco nem irracional. Qualquer pessoa que tenha acompanhado ativistas de direitos humanos ou sindicalistas na Colômbia poderá confirmar a presença do Estado. A pressão da Polícia, do establishment político e do judiciário contra os movimentos de oposição é generalizada. O Estado conta com modernas estruturas de controle: seus órgãos de segurança contam com tecnologias de vigilância altamente avançadas, apoiadas em recursos de satélites dos serviços de inteligência dos Estados Unidos. [...] Ao contrário do que costumam supor os analistas de conflitos, seria necessário afirmar então que o problema do Estado colombiano não reside em sua suposta fragilidade, mas em seu caráter e configuração específica, isto é, no fato de ser excludente, extremamente violento e de estar a serviço de interesses oligárquicos

¹² No original: “[...] la afirmación de Romero de que este apoyo es el resultado de un “compromiso material”, o sea, del mejoramiento de las condiciones de vida de los habitantes de Urabá en el marco de un pacto social, es, cuando menos, discutible. El expresidente de Sintrainagro, Gerardo Nieto [...], quien fue desplazado de Urabá, sostiene exactamente lo contrario. Nieto afirma que las condiciones laborales se deterioraron notablemente, desde que los paramilitares se tomaron el poder de la región a principios de los años noventa. Otras fuentes señalan incluso que se retornó a relaciones casi feudales, pues después de la entrega —tan difundida propagandísticamente— de tierras a guerrilleros desmovilizados se produjo una nueva concentración de la propiedad agraria [...]. Además, la crueldad extrema con la que las ACCU “limpiaron” de opositores políticos la región no es precisamente un indicio de una propuesta atractiva de pacto social”.

¹³ Zelik menciona a criação, pelo governo Clinton, da State Failure Task Force, força especial destinada a avaliar a estabilidade dos Estados com base em coeficientes como densidade populacional, taxa de mortalidade infantil, presença de guerras civis ou rebeliões e conflitos étnicos e, até mesmo, o grau de abertura econômica de suas estruturas frente ao mercado internacional. Ainda segundo o autor, os dados coletados pela *State Failure Task Force* teriam servido ao governo estadunidense para decidir sobre possíveis intervenções no mundo

particulares. (Ibidem, p. 168, tradução nossa¹⁴)

O debate sobre a temática paramilitar no México ainda é pouco expressivo comparado ao colombiano, o que é rapidamente verificado quando nos deparamos com um volume muito mais reduzido de trabalhos que tratam especificamente sobre o paramilitarismo. Os trabalhos que se utilizam do vocábulo *paramilitar* referem-se, majoritariamente, aos grupos armados – em geral, ligados aos partidos tradicionais – que combatem o EZLN e suas bases de apoio em Chiapas a partir da década de 1990¹⁵. O termo *paramilitar* também aparece em estudos sobre a Brigada Especial ou *Brigada Blanca*¹⁶ e aos *Halcones*¹⁷, ambos anteriores ao conflito de Chiapas. Sobre fenômenos mais recentes, trabalhos associam o paramilitarismo a grupos associados ao narcotráfico, como *Los Zetas*¹⁸.

Os trabalhos encontrados sobre o paramilitarismo no México associam o fenômeno à contrainsurgência, seja durante a Guerra Fria, como a *Brigada Blanca* e o evento do *halconazo*, seja no período posterior, como os grupos de Chiapas. Nesses trabalhos, discute-se a relação desses grupos com as elites regionais e o Estado central, como de Ochoa (2011). Já os estudos mais recentes abordam a capacidade de penetração do crime organizado nos aparatos estatais.

1.3. PARAMILITARISMO, CONTRAINSURGÊNCIA E ESTADO

Como observado, as relações entre paramilitarismo e Estado ocupam um grande espaço nos debates sobre os fenômenos paramilitares, visto que compreendê-los sem cair em reducionismos constitui uma tarefa complexa. Diante disso, passemos à concepção de Estado a qual utilizará nossa interpretação do objeto.

¹⁴ No original: “El Estado colombiano, pese a la fragmentación descrita y a la inaccesibilidad de sus instituciones para la mayoría de la población, no puede ser considerado “fallido”. Este Estado no es ni débil ni irracional. Cualquiera que haya acompañado a activistas de derechos humanos o a sindicalistas en Colombia, podrá confirmar que el Estado sí está presente. La presión de la Policía, del estamento político y de la justicia contra los movimientos de oposición es generalizada. El Estado cuenta con modernas estructuras de control: sus órganos de seguridad disponen de tecnologías muy avanzadas de vigilancia, que se apoyan en recursos satelitales de los servicios estadounidenses de inteligencia. [...] A diferencia de lo que suelen suponer los analistas de conflictos, habría que plantear entonces que el problema del Estado colombiano no reside en su supuesta debilidad sino en su carácter y configuración concreta, es decir, en el hecho de que es excluyente, extremadamente violento, y está al servicio de intereses oligárquicos particulares.”

¹⁵ Dentre os quais, estão os trabalhos de López y Rivas (2003), Olney (2011), Ochoa (2011) e Galindo de Pablo (2016).

¹⁶ López de La Torre (2013).

¹⁷ López y Rivas (2013).

¹⁸ Correa Senior (2009).

1.3.1. O Estado como relação: breve explanação da análise de Poulantzas

Em concordância com as leituras de Franco Restrepo (2009) e Zelik (2015), utilizamos a noção de Estado de Nicos Poulantzas, que, a partir de Gramsci, trabalha com a ideia de Estado integral parte da noção gramsciana de Estado integral:

O Estado é, como se lê no Caderno 12 [...], um dos dois grandes planos superestruturais, sendo o outro a sociedade civil (que Gramsci entende como o ‘conjunto de organismos vulgarmente denominados ‘privados’, prepostos ‘à função de hegemonia’). Nas sociedades ocidentais, Gramsci vê esses dois planos dialeticamente unidos no conceito de ‘Estado integral’, que representa a contribuição gramsciana específica à teoria do Estado. [...] É no Caderno 6 [...] que se encontram algumas das principais definições de Estado integral, por exemplo aquela que afirma que ‘na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção)’ [...] se intitula Conceito de Estado e diz: ‘por Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil’. E ainda, segundo Gramsci: ‘Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia) [...]’. (LIGUORI, Guido. ‘Estado’. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926-1937). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 261 – 264).

Rejeitando tanto as concepções instrumentalistas que concebem o Estado como coisa e inteiramente manipulado por uma classe ou fração, quanto a leitura de um Estado sujeito e como uma instância racionalizante da sociedade civil, da qual é completamente autônomo, Poulantzas (1985) critica o reducionismo de análises que estabelecem relações de exterioridade entre o Estado e a sociedade civil, pois aquelas não explicam nem as decisões estatais a favor das classes dominantes, nem as contradições internas do próprio Estado. Assim, o autor compreende o Estado capitalista como uma relação social, ou seja, como uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe (Ibid., p. 147)

Ora, o estabelecimento da política do Estado em favor do bloco no poder, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa e seu papel de organização são organicamente ligados a essas fissuras, divisões e contradições internas do Estado que não podem representar simples acidentes disfuncionais. O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado-relação). Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções do Estado-Coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer um terreno vazio. As contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim sua

organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado. (Ibid., p. 152).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o Estado organiza o interesse político do bloco de poder através de hegemonia e direção de uma de suas classes ou frações, ao aparato estatal ainda é permitida uma autonomia relativa em relação àquele ou a uma das frações no poder. Tal autonomia relativa explica as medidas contraditórias tomadas no seio do Estado, este como um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros (Ibid., p. 157). Poulantzas não desconsidera, no entanto, a unidade do Estado, este centralizado a favor da fração dominante do bloco de poder, mas afirma que tal unidade se dá por um processo complexo, que

[...] se estabelece por toda uma cadeia de subordinação de determinados aparelhos a outros, e pela dominação de um aparelho ou setor do Estado (o Exército, um partido político, um ministério, etc.), o que cristaliza por excelência os interesses da fração hegemônica sobre outros setores ou aparelhos, centros de resistência de outras frações do bloco no poder. Esse processo pode tomar assim a forma de toda uma série de subdeterminações e de dissimulações de alguns aparelhos em outros: deslocamento das funções e esferas de competência entre aparelhos e decalagens constantes entre poder real e poder formal [...]. (Ibid., p. 158).

O Estado não constitui, portanto, um conjunto de peças descartáveis, mas apresenta uma unidade de aparelho, designada de centralidade ou centralismo, traduzida por sua política em favor da classe ou fração hegemônica, que o autor aponta como sendo o capital monopolista, este último limitador da autonomia relativa do aparato estatal (Ibid., p. 157). Sob a hegemonia desta classe ou fração, o Estado consegue estabelecer o interesse político a longo prazo do bloco no poder no seu funcionamento, agindo como seu “partido”, por meio da seletividade estrutural e estratégica, que consiste em:

[...] um conjunto complexo de mecanismos institucionais e práticas políticas que servem para atender (ou obstruir) interesses de determinadas frações ou classes”. Estão incluídos entre estes mecanismos e práticas: a filtragem de informações, uma ausência sistemática de ação em certos assuntos, a definição de prioridades e contra prioridades contraditórias entre si, a implementação desigual de medidas tomadas ou originárias em diferentes ramos ou aparelhos, um conjunto de políticas pontuais e descoordenadas, relativas a problemas conjunturais específicos que afetam determinados ramos ou setores do sistema estatal; (JESSOP, 1985 apud ARAÚJO et TÁPIA, 2011, p. 19-20¹⁹).

Poulantzas (1985) opõem-se firmemente à concepção jurídico-legalista do Estado, própria da filosofia política do Estado burguês estabelecido, do “Estado de direito”, na qual existe uma falsa cisão entre lei e terror. A começar pelo fato de que todos os Estados, mesmo

¹⁹ JESSOP, B. Nicos Poulantzas - Marxist Theory and Political Strategy. London: Macmillan Publishers, 1985.

os mais sanguinários, tiveram sempre uma fundamentação jurídica, a lei não é o oposto da repressão, mas parte integrante da ordem repressiva e da organização da violência exercida por todo Estado, sendo ela própria o código da violência pública organizada. Sendo o Estado capitalista o detentor do monopólio da violência física legítima, a acumulação de meios de coação corporal por este Estado acompanha, dessa forma, seu caráter de Estado de direito. (Ibid., p. 90)

Assim, mesmo quando essa violência, monopolizada pelo Estado, não é exercida direta e abertamente, ela continua a ser determinante no estabelecimento do poder, dando sustentação para os mecanismos de consentimento e às técnicas de poder. Não é possível, como exemplifica o autor, pensar a existência de um Parlamento sem a instituição de um exército nacional, ou seja, de uma peça do monopólio estatal da violência legítima. Além das concepções jurídico-legalistas do Estado, Poulantzas ainda polemiza com as análises psicanalíticas, que apesar de terem o mérito de esclarecer mecanismos de internalização do consenso, terminam por subestimar o papel da violência física no Estado moderno. Mesmo que a monopolização da força pelo Estado induza à criação de formas de domínio nas quais os múltiplos procedimentos de criação do consentimento desempenham o papel principal, é a violência física estatal que sustenta materialmente a dominação-exploração. Trata-se de apreender a organização material do poder como relação de classe em que a violência física organizada é a condição de existência e garantia de reprodução (Ibid., p. 91).

Outro aspecto pontuado por Poulantzas – também retomado por Franco Restrepo para sua abordagem sobre a estratégia contrainsurgente – e que remete ao tema da violência irregular representada pelo paramilitarismo, é a transgressão, por parte do Estado, da lei que ele próprio emite.

[...] Todo Estado é organizado em sua ossatura institucional de modo a funcionar (e de modo a que as classes dominantes funcionem) segundo a lei e contra a lei. Inúmeras leis não teriam existido em sua forma precisa se, com o apoio do conjunto de dispositivos estatais, uma taxa de violação das classes dominantes não houvesse sido descontada, isto é, inscrita nos dispositivos do Estado. A ilegalidade é frequentemente parte da lei e mesmo quando ilegalidade e legalidade são distintas não englobam duas organizações separadas, espécie de Estado paralelo (ilegalidade) e de Estado de direito (legalidade), e menos ainda uma distinção entre Estado caótico, um não-Estado (ilegalidade) e um Estado (legalidade). Ilegalidade e legalidade fazem parte de uma única e mesma estrutura institucional.

No fundo, é assim que se deve entender a expressão de Marx de que todo Estado é uma “ditadura” de classe. [...] Há que compreender a expressão na acepção exata em que “ditadura” designa a organização de todo Estado como ordem funcional única de legalidade e de ilegalidade, de uma legalidade vazada por ilegalidade. (Ibid., p. 96)

Após esta breve exposição da análise de Poulantzas da estrutura do Estado capitalista e de sua materialização, bem como o papel desempenhado pela violência, pode-se compreender

a obra de Franco Restrepo (2019), que se utiliza dessas noções para explicar as motivações da estratégia paramilitar para a manutenção da ordem contrainsurgente.

1.3.2. Legalidade/ Ilegalidade e Coerção/ Consenso: campos de organização da estratégia e do bloco contrainsurgentes

Como vimos, Franco Restrepo (2009) aborda a existência de um bloco de poder para explicar como se estrutura e se organiza o poder contrainsurgente. Este bloco de poder contrainsurgente (cuja composição e articulação, no contexto colombiano, serão detalhadas mais adiante) é marcado por contradições latentes entre suas partes e está situado primordialmente ainda que não exclusivamente no seio da sociedade útil, ou seja, na sociedade das frações da classe dominante, cuja medida fundamental é a riqueza e cujos múltiplos interesses são ameaçados pelas insurgências (armadas ou civis) e pela criminalidade comum (FRANCO RESTREPO, p. 225, p. 2009). Neste bloco de poder contrainsurgente o aparato estatal cumpre um papel predominante, tanto por suas funções de coesão e regulação – com a finalidade de procurar a unidade formal da formação social e assegurar a reprodução das relações de produção – como por suas funções de organização da hegemonia de classe e desorganização dos setores subalternos.

O aparato estatal detém essa função porque é ele quem apresenta os interesses específicos da sociedade útil como interesses políticos universalizantes, e somente a partir daí é possível reivindicar o apoio da sociedade subalterna na defesa de interesses que, despojados dessa mistificadora projeção, não são os seus. (Ibid., pág.226, tradução nossa²⁰)

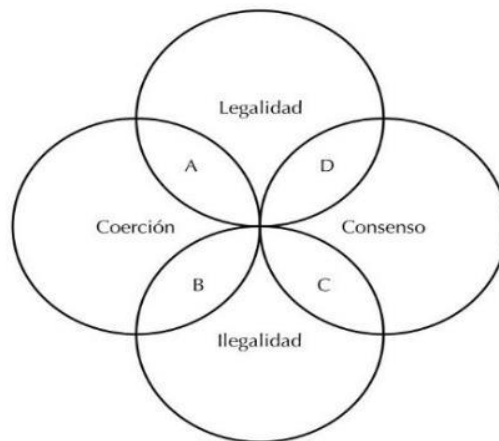
Por sua função de organizar o bloco contrainsurgente e considerando qualquer demanda de democratização política ou justiça distributiva com uma ameaça à ordem, o aparato estatal organiza um padrão de seletividade estratégica que, servindo para avançar ou obstruir interesses em disputa no protesto social e na guerra, funciona na intersecção de duas unidades antitéticas: legalidade-ilegalidade e coerção-consenso (Ibid., p. 252). Considerando a abordagem poulantziana que considera falsa a cisão entre lei e terror, a unidade legalidade-ilegalidade encontra-se estruturalmente inscrita no aparato estatal, sendo a ilegalidade complementar à lei em seu trabalho do exercício do poder e da submissão. A criminalidade

²⁰ No original: “El aparato estatal detenta esta función porque es quien presenta los intereses específicos de la sociedad útil como intereses políticos universalizantes, y sólo sobre esa base se hace posible reclamar el apoyo de la sociedad subalterna en la defensa de intereses que, despojados de esa proyección mistificadora, no son los suyos.” (p. 226)

contrainsurgente, à qual se inclui a estratégia paramilitar, não se constitui em uma ameaça senão em um sistema operativo fundamental para o establishment, em uma extensão paradoxal da soberania (Ibid., p. 254).

Também na estratégia contrainsurgente o consenso é tão necessário quanto o uso da força, dada a necessidade política de legitimar a violência repressiva. Dessa forma, valendo-se da legalidade e de sua autoridade institucional, a disputa pela legitimidade acontece tanto nas esferas institucionais do aparato estatal quanto nos aparatos “privados” de hegemonia, dentre os quais destaca-se o papel dos meios de comunicação. Sobre este segundo binômio, que corresponde ao princípio operatório do poder político, também se erige a construção da estratégia e organização do bloco contrainsurgente, como parte de uma dialética da dominação onde se emanam e se incorporam desagregação e articulação (Ibid., p. 255). Assim sendo, a adoção dessas duas unidades contraditórias na organização do poder contrainsurgente possui uma dimensão estrutural e uma dimensão conjuntural.

Figura 1 - Campos de organização da estratégica e do bloco contrainsurgente



(FONTE: FRANCO RESTREPO, 2009, p. 255)

Como visto, este bloco de poder contrainsurgente inclui a integração de setores subalternos, que servem de apoio ao aparato estatal e ao bloco no poder, na proteção violenta dos interesses da sociedade útil. Esta integração de setores subalternos dá-se em duas dimensões:

Primeiro, a configuração paulatina de uma estrutura armada que se gesta e atua na interseção entre coerção e ilegalidade; desenvolve-se como expressão de uma aliança de interesses dominantes, e responde a uma ligação orgânica com o aparelho do Estado enquanto órgão que detém o protagonismo na luta contrainsurgente. Em segundo lugar, o desencadeamento de uma mobilização contrainsurgente, que oscila entre as interseções consenso-legalidade e consenso-ilegalidade, permite a produção e reprodução do corpo armado, sendo sua fonte de legitimação e recrutamento; além

disso, reúne setores subalternos, médios e dominantes, urbanos e rurais, analfabetos, iletrados e intelectuais que, ativa ou passivamente, justificam o mal radical como uma legítima defesa ou como consequência lógica da agressão de outros setores heterogêneos que sucumbem à tentação autoritária e se unem não pela consciência de um interesse comum, mas pelo desejo indiferente — às determinações de classe — e onipresente de perseguição até a morte do "movimento insurgente", e se torna o garante da dominação política. (Ibid., p. 352, tradução nossa²¹)

Esta estrutura armada, que corresponde ao paramilitarismo, foi reinterpretada e conceituada por Franco Restrepo como mercenarismo corporativo contrainsurgente²². Na organização dessas estruturas armadas ilegais o aparato estatal possui papel primordial e uma responsabilidade política, que pode ser traduzida de várias formas, seja como uma diretriz – legal ou ilegal, pública ou secreta – de organizar militarmente uma fração da população, como participação direta nesse processo de organização (recrutamento, treinamento, etc), como uma incitação desta organização por outros poder com a garantia institucional de “deixar fazer, deixar passar”, ou como combinação de participação direta e incitação. O paramilitarismo é, nesse sentido, parte do processo de construção do Estado, de maneira em que este busca reestabelecer ou conservar sua autoridade e exercer algumas de suas funções, como desorganizar os setores subalternos ou construir uma ordem interior (Ibid., p. 365).

Buscando fugir da armadilha de uma concepção instrumentalista ou Estado-cêntrica do fenômeno paramilitar, Franco Restrepo esclarece que

[...] enfatizar a responsabilidade do Estado e o vínculo orgânico constituiria exclusão ou negação da participação da sociedade se e somente se o Estado fosse concebido como sujeito de direito com vontade própria. Mas o Estado responsável por construir ou facilitar a construção desse dispositivo coercitivo é, segundo Poulantzas, um campo estratégico de disputa, uma relação social e, portanto, uma condensação material do equilíbrio entre as forças de classe. Essa materialidade institucional ou jurídico-política é determinada pelas “interdependências estruturais”, pelo vínculo com outras forças que existem e funcionam além de sua própria entidade. [...] De acordo com essa proposição, pode-se afirmar que o paramilitarismo —seja subordinação relativa ou autonomia— é a expressão de uma aliança de interesses

²¹ No original: “Primero, la paulatina configuración de un a estructura armada que se gesta y actúa en la intersección coerción-ilegalidad; se desarrolla como expresión de una alianza de intereses dominantes, y responde a un vínculo orgánico con el aparato estatal como instancia que detenta la función directriz en la lucha contrainsurgente. Segundo, el desencadenamiento de una movilización contrainsurgente, que oscila entre las intersecciones consenso-legalidad y consenso-ilegalidad, permite la producción y reproducción del cuerpo armado siendo su fuente de legitimación y reclutamiento; además, reúne sectores subalternos, medios y dominantes, urbanos y rurales, analfabetos, iletrados e intelectuales que, activa o pasivamente, justifican el mal radical como una legítima defensa o como una consecuencia lógica de la agresión de otros sectores heterogéneos que sucumben a la tentación autoritaria y no están unidos por la conciencia de un interés común sino por el deseo indiferente — a las determinaciones de clase — y omnipresente de persecución a muerte del “movimiento insurgente”, y se convierte en garante de la dominación política. (Ibid., p. 352)”

²² O intuito dessa conceituação de Franco Restrepo é fazer uma análise que se diferencie das já mencionadas análises Estado e sócio-cêntricas, abordando a natureza e o papel dessas estruturas armadas ilegais no seio do bloco contrainsurgente através de suas várias relações: relação entre violência insurgente e paramilitar; entre aparato estatal e paramilitarismo; entre paramilitarismo, economia na guerra e economia de guerra (Ibid., p. 356). Estas relações serão detalhadas nos capítulos seguintes deste trabalho.

dominantes com uma missão de ordem que se consolida no contexto de uma guerra irregular. (Ibid, p. 370, tradução nossa²³).

Considerando, pois, o vínculo orgânico entre paramilitarismo e Estado, comprovado também historicamente, a tese da autora é de que a criação dessas estruturas não representa uma ruptura do monopólio estatal da força nem uma fratura no princípio unitário de organização política tal como é a rebelião, mas um processo de reorganização da violência. Esta última, descentralizada pela ação de agentes não-estatais, constitui um meio cuja finalidade é a repressão para a manutenção da ordem. Esta descentralização não representa, no entanto, um arranjo estatal com redes de poder local para subjugar aqueles espaços “vazios” por incapacidade financeira e burocrática, mas uma forma complexa de organização da violência que busca evadir constrangimentos políticos, em meio aos temores políticos e dilemas de segurança enfrentados pelos detentores do poder. Assim,

[...] O aparato de Estado, que não é legalidade absoluta e depende de forças sociais que existem para além dos seus limites formais, faz-se representar em outros a quem cria ou encoraja e confia a sua própria preservação, a sua unidade, ou a quem absorve e põe em funcionamento em prol dos interesses que condensa e representa, para finalmente se reafirmar como soberano e preservar o sentido de dominação política de classe. (Ibid, p. 393, tradução nossa²⁴).

1.3.3. Paramilitarismo como estratégia de transformação autoritária da sociedade e do Estado

Em sua crítica à tese dos *Failure States* e da fragmentação do Estado colombiano como explicações para o fenômeno paramilitar, Zelik (2015) pontua alguns dos processos históricos que configuraram os Estados europeus, com a intenção de demonstrar que a estatalidade é resultado não de modelos e esquemas idealistas, mas de diversas dinâmicas contraditórias e disputas de interesses antagônicos. O Estado liberal-burguês, marcado pela separação entre o público e o privado, foi resultado de conflitos sociais entre movimentos em

²³ No original: “[...] subrayar la responsabilidad estatal y el vínculo orgánico constituiría una exclusión o negación de la participación de la sociedad si y sólo si se concibiera el Estado como un sujeto jurídico con voluntad propia. Pero el Estado responsable de construir o facilitar la construcción de ese dispositivo coercitivo es, siguiendo a Poulantzas, un terreno estratégico de disputa, una relación social y, por tanto, una condensación material del balance entre fuerzas de clase. Esa materialidad institucional o jurídico-política está determinada por las “interdependencias estructurales”, por el vínculo con otras fuerzas que existen y funcionan más allá de su propia entidad. [...] Según esta proposición, puede afirmarse que el paramilitarismo —haya subordinación o autonomía relativa— es expresión de una alianza de intereses dominantes con una misión de orden que se afianza en el contexto de una guerra irregular.”

²⁴ No original: “[...] El aparato de Estado, que no es legalidad absoluta y depende de fuerzas sociales que existen más allá de sus confines formales, se hace representar en otros a quienes él crea o incentiva y confía su misma preservación, su unidad, o a quienes absorbe y pone a funcionar a favor de los intereses que condensa y representa, para reafirmarse finalmente como soberano y conservar el sentido de la dominación política de clase.”

defesa de esferas livres da dominação estatal – direitos de liberdade e propriedade privadas – contra a aristocracia do *Ancien Régime*, nos processos de ruptura social das revoluções burguesas. Essas rupturas permitiram a imposição das formas capitalistas de produção e distribuição através da abolição de parte do caráter pessoal da dominação, marcada na separação entre economia e política, esta última delegada a um poder público e “sem sujeito”.

Ao mesmo tempo em que se limitavam as leis estaduais e se transferia a soberania "ao povo", o mercado se libertava de restrições. Nesse sentido, devemos falar de uma dupla separação: o público foi separado do privado e a política, da economia. Este não foi, no entanto, um processo “normativo”. Ao contrário, a materialização dessas relações se produziu por meios violentos e se apoiou na expansão dos recursos coercitivos concentrados nas mãos do Estado. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se limitou o uso da violência pelo Estado, seu aparato para o uso da força se expandia. Estes de forma alguma defenderam o bem comum; sua finalidade era a defesa dos interesses políticos e econômicos dos grandes proprietários de terras. (Ibid, p. 157, tradução nossa²⁵)

O Estado-nação, dessa maneira, busca a integração político-ideológica de uma sociedade socialmente fragmentada através da criação de novos modelos de estabilização em resposta às lutas de classes, como a concessão de direitos sociais aos grupos subalternos. No contexto dos séculos XIX e XX este modelo de “soberania nacional” expandiu-se para todo o mundo, fazendo com que os sistemas jurídicos, as estruturas administrativas, os sistemas de educação e os conceitos de cultura ligados àquele Estado nacional fossem reproduzidos nos países periféricos sem, no entanto, as mesmas condições sociais e políticas que formaram as estatalidades europeias, como questionamento da dominação tradicional, a ciência na Ilustração, a privatização das crenças religiosas, o rechaço ao poder papal, entre outros. Liga-se isso ao capitalismo dependente dos Estados periféricos, onde as elites se apropriam do Estado e são legitimados pela tradição e clientelismo. (Ibid., p. 158)

Como a estatalidade é resultado de dinâmicas de poder, não é possível diferenciar Estados “completos” daqueles “inacabados”. O Estado colombiano sempre atuou mais como um aparato de repressão e controle ao longo de sua História, tendo implementado poucas políticas de integração social. Considerando que só é possível falar em hegemonia política fundada no consenso, o problema deste Estado periférico não reside em sua suposta debilidade, mas em sua configuração concreta, isto é, o fato de ser excludente, extremamente violento e de

²⁵ No original: “A la vez que se le pusieron límites al derecho estatal y se le transfirió la soberanía “al pueblo”, se liberó el mercado de restricciones. En este sentido hay que hablar de una doble separación: lo público se separó de lo privado, y la política, de la economía. Este no fue, sin embargo, un proceso “normativo”. Al contrario, la materialización de estas relaciones se produjo por medios violentos y se apoyó en la expansión de los recursos de la coerción concentrados en manos del Estado. Es decir, a la par que se limitó el uso estatal de la violencia, se expandieron sus aparatos destinados al uso de la fuerza. Estos de ninguna manera defendían el bien común; su fin era la defensa de los intereses políticos y económicos de los grandes propietarios”.

estar a serviço de interesses oligárquicos particulares (Ibid., p. 168).

Por outro lado, a descentralização ou reprivatização da violência coercitiva não é uma exclusividade dos Estados periféricos. Também os Estados “robustos” estão submetidos a esta reorganização, pois em períodos de agudização dos conflitos sociais, quando o aparato estatal não pode garantir seu predomínio, as classes economicamente dominantes tendem a reprivatizar a violência coercitiva física. Um exemplo contemporâneo, no contexto do Estado neoliberal, é a mescla de iniciativas de segurança do tipo estatal com outras de tipo privado, tais como as *private public partnerships* e as empresas militares que atuam nas guerras sob contratos estatais. Este boom de empresas militares e contratistas privados lembra o sistema dos mercenários medievais, o que fez com que Hirsch²⁶ (2005 apud Zelik, 2015, p. 164) nomeasse esse fenômeno de refeudalização da política, que marca um apagamento das “fronteiras” entre Estado, economia e dominação. Seria equivocado supor, no entanto, que esse processo pode levar a um desmoronamento do Estado, já que, diferentemente do sistema tradicional de mercenários, as empresas militares privadas contemporâneas fazem parte dos esquemas de segurança estatal e fortalecem o poder executivo, gerando não uma debilitação, mas uma transformação do Estado. À medida que este coloca a violência coercitiva nas mãos dos proprietários de capital, sem que aqueles questionem o poder governamental, o monopólio da força fica fora do alcance de qualquer controle democrático. (Ibid., p. 164)

Assim sendo, Zelik entende que o paramilitarismo reflete as transformações fundamentais das estratégias ocidentais de guerra, como a terceirização da violência estatal e eliminação de seus limites, a redução deliberada de controles políticos, a reorientação política centrada na população, a radicalização do conceito de “segurança interna” e a introdução de medida informais de governabilidade. Nesse sentido, o paramilitarismo deve ser interpretado como a irregularização da violência impulsionada pelos grupos de poder, que fazem uso do terrorismo socialmente seletivo ligada a dita irregularização, contribuindo, dessa forma, para a recuperação do monopólio estatal do uso da força. O fenômeno paramilitar, longe de ser um simples instrumento encoberto por um ator estatal homogêneo, passa a ser uma estratégia político-militar para a transformação autoritária da sociedade e do Estado (Ibid., p. 178).

Valendo-se das obras de Schmitt (1998)²⁷ e Agamben (2007)²⁸, Zelik argumenta como esse processo remete à noção de Estado de exceção, que pode ser definido, de forma

²⁶ HIRSCH, Joachim. *Materialist State Theory: Transformations of the Capitalist State System*. Hamburg: Germany, 2005.

²⁷ SCHMITT, Carl. *Teología política*. México: Editorial Trotta, 1998.

²⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de excepción: Homo sacer II*. Buenos Aires: Editora Pré-Texto, 2007.

resumida, como uma suspensão da ordem jurídica que amplia os poderes do Estado. Assim, o autor afirma que na Colômbia existe um estado de exceção informal – garantido pela violência paraestatal a fim de restabelecer a ordem sem responsabilizar diretamente o Estado nem socavar a legitimidade do direito – e difuso, pois existem diferentes regimes de acordo com a região (Ibid., p. 179). No caso da América Latina como um todo, esses processos de configuração autoritária foram historicamente um reflexo de conceitos estadunidenses de contrainsurgência.

1.4. COMPREENDENDO A CONTRAINSURGÊNCIA

A contrainsurgência, ou COIN, refere-se ao uso de métodos e atividades não-convencionais, no contexto de uma guerra irregular e assimétrica, contra inimigos não-estatais. No *Dicionário de Termos Militares e Associados do Departamento de Defesa dos Estados Unidos*, o verbete *counterinsurgence* é descrito como “esforços civis e militares abrangentes projetados para, simultaneamente, derrotar e conter a insurgência e lidar com suas causas profundas” (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2021, p. 51, tradução nossa²⁹).

O mesmo documento descreve *insurgência* como “o uso organizado de subversão e violência para apreender, anular ou desafiar o controle político de uma região. Insurgência também pode se referir ao próprio grupo” (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2021, p. 106, tradução nossa³⁰). Partindo dessa noção, o *Guia de Contrainsurgência* elaborado pelo governo estadunidense em 2009 ressalta a importância do apoio da população para o sucesso da insurgência, que “manipula” a identidade religiosa, tribal ou local para explorar queixas ou necessidades comuns da sociedade. Assim, o forte apelo da causa política da insurgência pode fazer com que essa última conquiste a “aquiescência passiva de uma grande proporção da população em disputa”, aumentando as chances de seu sucesso (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2009, p. 2)

Os insurgentes buscam obter o controle de populações por meio de uma combinação de persuasão, subversão e coerção, usando táticas de guerrilha para compensar os pontos fortes das forças de segurança do governo. Sua intenção é geralmente prolongar a luta, exaurir o governo e obter apoio popular suficiente para forçar a capitulação ou a acomodação política. (Ibid., p. 2, tradução nossa³¹)

²⁹ No original: “Comprehensive civilian and military efforts designed to simultaneously defeat and contain insurgency and address its root causes”.

³⁰ No original: “The organized use of subversion and violence to seize, nullify, or challenge political control of a region. Insurgency can also refer to the group itself.”

³¹ Todo o trecho original sobre o conceito de *insurgence*: “Insurgency is the organized use of subversion and violence to seize, nullify or challenge political control of a region. As such, it is primarily a political struggle, in which both sides use armed force to create space for their political, economic and influence activities to be effective. Insurgency is not always conducted by a single group with a centralized, military-style command

Lagos Velasco (2012) coloca que a insurgência é a fusão entre levante popular e guerrilha, entendida como o conjunto de tropas irregulares que possuem uma organização política e militar com o objetivo de tomar o poder ou realizar uma transformação revolucionária na sociedade. Ou seja, a insurgência constitui o momento em que a guerrilha conta com amplo respaldo social e o descontentamento popular deixa de ser uma explosão de ira e descontentamento para se tornar um movimento político com objetivos concretos. A insurgência, tal qual a guerrilha, pode se opor à autoridade nacional ou ao invasor estrangeiro, ou a ambos, como ocorreu na China na guerra entre os comunistas comandados por Mao Tse-Tung, o Koumintang de Chiang Kai-shek e os invasores japoneses.

Uma guerrilha, claro, não necessariamente se torna uma insurgência – pode ser um pequeno grupo de radicais sem nenhum tipo de apoio popular; e uma revolta raramente se transforma em insurgência. As condições que possibilitam a fusão de ambos os elementos (guerrilha e descontentamento popular) são complexas e para sua realização requerem uma árdua tarefa de sensibilização e articulação política por parte dos guerrilheiros, trabalho descrito com riqueza de detalhes nos manuais de guerra revolucionária escritos por Ernesto Che Guevara e Mao Tse-Tung. (LAGOS VELASCO, p. 27, 2012)

A complexidade do tema da insurgência impôs uma reação também complexa. Por isso, a COIN vai além do âmbito militar para construir o apoio popular para um governo e, ao mesmo tempo, marginalizar os insurgentes política, social e economicamente. O mesmo *Guia de Contrainsurgência* de 2009 afirma que uma COIN eficaz envolve, dessa forma, um cuidadoso equilíbrio entre dimensões construtivas e destrutivas. As dimensões construtivas envolvem a edificação de um governo eficaz e legítimo através de reforma política, fortalecimento do Estado de Direito e promoção de desenvolvimento econômico, ações que buscam conquistar a confiança e o apoio da população. Já as dimensões destrutivas – as que procuram destruir, conter, marginalizar ou cooptar os insurgentes – incluem uma mistura de diplomacia e negociação, métodos policiais, trabalho de inteligência, combate militar e não-combate (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2009, p. 14).

structure, but may involve a complex matrix of different actors with various aims, loosely connected in dynamic and non-hierarchical networks. To be successful, insurgencies require charismatic leadership, supporters, recruits, supplies, safe havens and funding (often from illicit activities). They only need the active support of a few enabling individuals, but the passive acquiescence of a large proportion of the contested population will give a higher probability of success. This is best achieved when the political cause of the insurgency has strong appeal, manipulating religious, tribal or local identity to exploit common societal grievances or needs. Insurgents seek to gain control of populations through a combination of persuasion, subversion and coercion while using guerrilla tactics to offset the strengths of government security forces. Their intent is usually to protract the struggle, exhaust the government and win sufficient popular support to force capitulation or political accommodation. Consequently, insurgencies evolve through a series of stages, though the progression and outcome will be different in almost every case.”

O modelo de guerra contrainsurgente corresponde a um conflito assimétrico – no qual o oponente não é um segundo exército estatal, mas civis rebeldes, guerrilheiros ou *partisans* – e irregular, pois para enfrentamento desse oponente são utilizados métodos não-convencionais e mesmo ilegais, como tortura, sabotagens, propaganda, desinformação, emprego de grupos paramilitares, entre outros. Baseadas no combate à insurgência dos povos africanos e asiáticos durante as guerras de libertação nacional, as doutrinas de contrainsurgência foram desenvolvidas por pensadores britânicos e, principalmente, franceses. Esses últimos criam a teoria da *guerre révolutionnaire* para tentar tirar lições das humilhações sofridas por seu exército na Indochina em 1940 (SHY; COLLIER, 1992, p. 874).

1.4.1. Um outro jeito de fazer guerra: lições das ex-colônias europeias

A década de 40 seria aquela em que a guerra revolucionária passaria a ser objeto de preocupação dos estudiosos militares ocidentais. A novidade, segundo Shy e Collier (1992), não era o fenômeno em si, mas percepção do pensamento ocidental sobre este, pois grupos revolucionários e táticas guerrilheiras passaram a atrair a atenção em uma conjuntura de êxitos da resistência e dos *partisans* contra as potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial, das lutas pela descolonização e, não menos importante, da vitória da Revolução Chinesa em 1949. Segundo os autores, os escritos de Mao Tse-Tung constituem o texto básico das ideias sobre a guerra revolucionária.

Em sua violenta luta contra o governo nacionalista, e ainda mais em sua luta contra os japoneses em 1937, Mao e os chineses desenvolveram uma nova doutrina de revolução baseada nas táticas e técnicas de guerrilha camponesa. Os guerrilheiros, mais fracos que seu inimigo, não poderiam ser eficazes ou sobreviver sem um apoio popular bem organizado. Mobilizar esse apoio era uma tarefa mais política do que militar, e a importância das preocupações políticas em relação aos militares tornou-se central nas teorias de guerra de Mao. Nesse sentido, ele estava em desacordo com o pensamento militar ocidental tradicional, com suas grandes distinções entre guerra e paz e entre eventos políticos e militares. (SHY; COLLIER, 1992, p. 862-863, tradução nossa³²)

Outra diferença do pensamento maoísta em relação às doutrinas militares ocidentais estava no valor dado por Mao ao tempo e ao espaço. Sem meios para tomar ou manter um

³² No original: “En su lucha violenta contra el gobierno nacionalista, e incluso más en su lucha contra los japoneses en 1937, Mao y los chinos desarrollaron una nueva doctrina de revolución basada en las tácticas y técnicas de librar una guerra de guerrillas de campesinos. Las guerrillas, más débiles que su enemigo, no podían ser eficaces ni sobrevivir sin un apoyo popular bien organizado. Movilizar este apoyo era una tarea más bien política que militar, y la importancia de las preocupaciones políticas sobre las militares se convirtió en el eje de las teorías de Mao sobre la guerra. En este sentido, discrepaba mucho del pensamiento militar occidental tradicional, con sus grandes distinciones entre guerra y paz y entre acontecimientos políticos y militares.”

território nem para obter uma rápida vitória – como preconizado pelo pensamento ocidental –, o espaço e o tempo se convertem em arma no lugar dos objetivos: uma luta duradoura prometia cansar o inimigo, senão militarmente ao menos politicamente. Do mesmo modo, procurar defender um território poderia ser suicida para as forças guerrilheiras. Por isso, escolhe-se operar em terrenos difíceis, conhecidos melhor pela guerrilha do que pelo inimigo para poder, assim, enganá-lo ou cansá-lo, dando oportunidade para efetuar ataques surpresa. Observa-se, então, que as ideias maoístas básicas são centradas na política, no tempo e no espaço (SHY; COLLIER, 1992).

A experiência chinesa teve uma grande importância para movimentos revolucionários em todo o mundo e, em especial, no Vietnã. Com a vitória das forças de Mao em 1959, a China tornava-se um importante apoiador dos revolucionários vizinhos. Os líderes vietnamitas Ho Chi Minh e Vo Nguyen Giap foram diretamente influenciados pelo maoísmo, como mostraria o desenrolar dos conflitos contra os japoneses, franceses e estadunidenses:

Para os franceses, o tempo era um recurso cada vez menor, pois a paciência em Paris estava se esgotando. Para os vietnamitas, o tempo deu-lhes confiança e permitiu-lhes transformar o apoio popular à independência em tipos de força mais tangíveis: treinamento, suprimentos e força da tropa. [...] Mudando o padrão e local de operações, mudando táticas e armas, e aproveitando as oportunidades, Giap cansou os franceses nos anos seguintes, e os guerrilheiros americanos, até que a impaciência e a pressão produziram uma batalha decisiva em Dienbienphu em 1954. Os mesmos métodos, seguindo a teoria maoísta, serviram tão bem pelos próximos vinte anos na Segunda Guerra da Indochina. (SHY; COLLIER, 1992, p. 872, tradução nossa³³)

O pensamento de Mao foi apropriado não apenas por revolucionários em todo o mundo. As doutrinas clássicas da contrainsurgência também procuraram tirar lições da estratégia maoísta. Principal nome da *guerre révolutionnaire*, Roger Trinquier foi oficial do exército francês na Primeira Guerra da Indochina e na Guerra da Argélia, tendo produzido diversos escritos a partir das experiências nesses conflitos. Sua principal obra, *La Guerra Moderna* (1981), sistematiza seus aprendizados em combate irregular no enfrentamento de insurgentes e foi traduzida e publicada em diversas línguas, além de ter sido distribuída entre forças armadas de todo o mundo.

Em seu livro, Trinquier utiliza o célebre ditado de Mao de que “o insurgente deve se

³³ No original: “Para los franceses el tiempo era un recurso menguante ya que en París se acababa la paciencia. Para los vietnamitas, el tiempo les daba confianza y les permitía transformar el apoyo popular por la independencia en tipos de fuerza más tangibles: adiestramiento, suministros y la fuerza de la tropa. [...] Cambiando el patrón y el lugar de las operaciones, cambiando las tácticas y las armas y aprovechándose de las oportunidades, Giap cansó a los franceses en los siguientes años, y a los partidarios americanos, hasta que la impaciencia y la presión produjo una batalla decisiva en Dienbienphu, en 1954. Los mismos métodos, siguiendo la teoría maoísta, sirvieron igual de bien durante los veinte años siguientes en la Segunda Guerra de Indochina.”

mover pela população como um peixe na água”, o que inspiraria o princípio contrainsurgente de “tirar a água do peixe”, isto é, isolar a insurgência de suas bases de apoio. Para tanto, é necessário identificar o inimigo, o que é muito difícil na guerra moderna, pois não já existe a fronteira física e o insurgente pode estar entre as pessoas comuns, isto é, a linha que separa a insurgência da população seria, segundo o autor, “mais ideológica”. Por isso, Trinquier preconiza que a população deve, imediatamente, colocar-se ao lado do exército e do governo.

Em outras palavras, o exército, cuja responsabilidade é lutar, deve receber cooperação ilimitada, sem reservas e incondicional das pessoas que defende. Qualquer propaganda iniciada que possa minar sua moral, sugerindo dúvidas sobre a necessidade de seu sacrifício, levará a resultados terríveis.

Com esse apoio, o exército saberá onde e quando atacar. Quando se souber da existência de um indivíduo que, em qualquer ordem de coisas, ajuda o objetivo do inimigo, será preciso considerá-lo um traidor e tratá-lo como tal. (TRINQUIER, 1981, p. 43, tradução nossa³⁴)

Considerando que, “em certo sentido, o habitante é também um combatente”, Trinquier aborda a necessidade de se organizar a população, que deve estar inteiramente engajada na estratégia contrainsurgente. Assim, o autor aconselha que sejam destacados civis para chefiarem distritos e subdistritos da cidade em questão, devendo ser pessoas que tenham preponderância local, “diga-se nos comércios, na favela, nos clubes ou até nas próprias famílias” (TRINQUIER, 1981, p. 47, tradução nossa³⁵). Essa organização de habitantes, além de ajudar a proporcionar a segurança local, deve atuar também como um centro de informações. Estimula-se, assim, a criação de uma organização civil de autodefesa.

Em caso de guerra, um corpo misto de civis e militares deve ser criado para controlar os bairros nas grandes cidades, e seu papel essencial será transmitir ordens aos chefes dos subdistritos, garantir que as mesmas sejam realizadas e acumular todas as informações que esses chefes lhe fornecem. (TRINQUIER, 1981, p. 47, tradução nossa³⁶)

A partir dos acúmulos de franceses e britânicos e de suas próprias experiências em conflitos coloniais, os Estados Unidos aperfeiçoariam e difundiriam a noção de

³⁴ No original: “En otras palabras, el ejército, cuya responsabilidad es dar la batalla, debe recibir una cooperación ilimitada, sin reservas, incondicional de pueblo que defiende. Cualquier propaganda que se inicie que pueda socavar su moral, insinuando dudas sobre la necesidad de su sacrificio, conducirá a resultados funestos.

Con este apoyo, el ejército sabrá donde y cuando tiene que atacar. Cuando conozca la existencia de un individuo que, en cualquier orden de cosas, ayude al objetivo del enemigo, tendrá que considerarle traidor y deberá tratarlo como tal.”

³⁵ No original: “Estos jefes de subdistritos resultan tan importantes, que no pueden ser personas que no tengan verdadera preponderancia en el lugar donde se mueven, digamos en los comercios, en la barriada, en los clubes o hasta en las mismas familias.”

³⁶ No original: “En caso de guerra, un organismo mixto de civiles y militares deberá ser creado para controlar los distritos en las grandes ciudades, y su papel esencial será transmitir órdenes a los jefes de los subdistritos, cuidar de que las mismas sean llevadas a efecto y acumular toda la información que estos jefes proporcionarles.”

contrainsurgência, agora dentro do formato de segurança nacional, segundo o qual, a partir da Doutrina Truman (1947), a segurança estadunidense estava em jogo em qualquer lugar em que o comunismo ameaçasse impor-se aos povos livres, fosse diretamente (por pressões externas), fosse de forma indireta (apoiando minorias armadas) (COMBLIN, 1978, p. 111).

1.4.2. A contrainsurgência estadunidense

Tendo tido como foco inicial a Europa – contra uma ameaça, real ou imaginária – de uma invasão soviética, a Doutrina Truman estendeu-se para o território asiático com a Guerra da Coreia, e sob a liderança cruzadista do secretário de Estado John Foster Dulles, o conceito de segurança nacional (como um combate ao comunismo e à subversão interna e externamente) torna-se ainda mais universal. Ao longo dos anos 50 formou-se um cordão sanitário ao redor da União Soviética, impulsionado pelos Estados Unidos através de acordos com cinquenta países na Europa, Ásia e América, além de milhares de bases militares estadunidenses espalhadas pelo globo.

Após a vitória da Revolução Cubana, dos êxitos da União Soviética na corrida armamentista e da crise dos mísseis, estipulou-se uma divisão do trabalho na segurança coletiva do assim chamado mundo livre: enquanto os Estados Unidos assumiam sozinhos e de forma direta uma política de dissuasão nuclear em relação ao rival soviético (buscando frear a corrida armamentista e prezar um equilíbrio entre as potências), caberia aos países satélites do Terceiro Mundo a defesa – nacional e regional – da ameaça comunista (COMBLIN, 1978, p. 114).

A partir de 1961, a estratégia de defesa dos Estados Unidos com relação à América Latina muda de uma defesa hemisférica – que preparava os países-satélites do subcontinente para uma possível invasão soviética através do envio de armamentos pesados ou de material naval – para uma estratégia de segurança nacional, promovida pelo governo Kennedy. No ano seguinte o governo estadunidense cria o Grupo Especial de Contrainsurgência que, em um primeiro momento, focou no combate à subversão no Vietnã do Sul, Laos e Tailândia, para depois focar em países sul-americanos, como Bolívia, Venezuela e Colômbia (VEGA CANTOR, 2015, p. 31).

[..] A partir deste momento, a contrainsurgência surge como uma doutrina da guerra total, que vai além das ações militares antiguerrilha, e envolve a guerra psicológica, o treinamento de forças locais para enfrentar os insurgentes nativos, a criação de grupos paramilitares, a promoção de ações terroristas, a realização de ações encobertas pela CIA e outras agências dos Estados Unidos, a sofisticação das operações de espionagem e a promoção de denúncias por habitantes locais, o apoio de sindicatos e organizações propensas ao "mundo livre", o impulso à ação cívico-militar para retirar o exército do quartel e inseri-lo na vida cotidiana, a ajuda econômica de caráter militar,

a promoção de publicações sobre a contrainsurgência pelos exércitos locais ... Em poucas palavras, trata-se de fornecer "apoio diplomático, político, econômico, psicológico e militar às nações onde os comunistas realizam ataques indiretos". (VEGA CANTOR, 2015, p. 31-32, tradução nossa³⁷).

O uso de civis para ações militares e terroristas foi uma orientação presente nos manuais militares latino-americanos a partir da Guerra Fria, sob influência da *guerre révolutionnaire* e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), graças aos esforços dos Estados Unidos. A DSN tinha, como principais características a centralidade da noção de segurança nacional; a ideia de guerra total, isto é, a percepção de que se vivia um estado de conflito permanente contra o comunismo; a defesa de interesses nacionais; o combate ao inimigo, este representado, no plano externo, pela União Soviética e, no plano interno, por todas as formas de oposição política e protesto social que questionassem a ordem (COMBLIN, 1978, p. 120).

Assim como as doutrinas de contrainsurgência, a DSN não se limitava ao âmbito militar e incluía os âmbitos político, econômico e psicossocial. Segundo José Manuel Ugarte (2018), uma semelhança importante entre a Doutrina de Segurança Nacional e as doutrinas de contrainsurgência é a unificação dos conceitos de defesa nacional e de segurança interior, submetendo a segunda à primeira, na lógica de um conflito total e permanente contra o inimigo marxista.

Em consequência, na América Latina, durante a Guerra Fria, as Forças Armadas exerceram a missão permanente de natureza política de luta contra o movimento comunista internacional, de preservação da ordem interna e de luta contra movimentos insurrecionais ou guerrilheiros, dando prioridade à luta ideológica contra o comunismo. Para o cumprimento dessas missões, eram empregadas tanto a doutrina de segurança nacional como as doutrinas de contrainsurgência. A primeira estabelecia as bases para o governo militar que se entendia imprescindível para lutar contra a ideologia comunista; as outras determinavam as mudanças em doutrina, planejamento, adestramento, equipamento, emprego e organização das Forças Armadas e de segurança requeridas para transformá-las em forças contrainsurgentes. (UGARTE, 2018, p. 228)

O autor frisa que, embora durante o período da Guerra Fria as doutrinas de contrainsurgência terem sido instrumentos de aplicação da DSN no plano militar, não deve haver confusão entre elas:

³⁷ No original: "[...] A partir de este momento, la contrainsurgencia emerge como una doctrina de guerra total, que va más allá de las acciones militares antiguerrilla, e involucra la guerra psicológica, el entrenamiento de fuerzas locales para enfrentar a los insurgentes nativos, la creación de grupos paramilitares, el impulso de acciones terroristas, la realización de acciones encubiertas por la CIA y otras agencias de los Estados Unidos, la sofisticación en operaciones de espionaje y el fomento de la delación por parte de los pobladores locales, el apoyo a sindicatos y organizaciones proclives al «mundo libre», el impulso a la acción cívico-militar para sacar el ejército de los cuarteles e insertarlo en la vida cotidiana, la ayuda económica de tipo militar, el fomento de publicaciones sobre contrainsurgencia por los ejércitos locales... En pocas palabras, se trata de brindar «apoyo diplomático, político, económico, psicológico y militar a las naciones donde los comunistas realizan ataques indirectos»".

[...] Não obstante, a doutrina de segurança nacional não se limitou ao âmbito indicado à contrainsurgência, e também procurou construir poder militar convencional. Nesse sentido, ainda durante a Guerra Fria, as Forças Armadas latino-americanas procuraram assegurar também capacidades para a defesa de seus países.

Por essa razão, a doutrina de segurança nacional não constituiu uma doutrina militar para a prevenção e repressão dos levantamentos armados como as doutrinas de contrainsurgência, sendo sua finalidade a realização de um governo com direção ou ampla participação militar, no qual as preocupações de segurança, entendidas na época como a luta total e permanente em todos os âmbitos da sociedade contra o inimigo marxista, foram um fator determinante, constituindo, no caso brasileiro, a superação do subdesenvolvimento econômico e tecnológico uma questão significativa. (UGARTE, 2018, p. 226)

Nas décadas seguintes, outras leituras e nomenclaturas foram propostas para se compreender o fenômeno das guerras assimétricas e não-convencionais. É o caso da Doutrina da Guerra de Baixa Intensidade (GBI), criada nos anos 80 por estrategistas estadunidenses como uma readaptação das doutrinas de contrainsurgência das décadas anteriores.

1.4.3. A Guerra de Baixa Intensidade (GBI)

A década de 1970 seria marcada por acontecimentos mundiais que pareciam indicar uma perda da hegemonia estadunidense no cenário mundial. A derrota no Vietnã exibiu a impotência do exército mais poderoso do mundo diante de guerrilhas rurais, além de ter criado um rechaço, entre o público estadunidense, às intervenções militares de seu país no exterior. A sensação de uma revitalização da ameaça comunista também foi intensificada diante da irrupção de movimentos sociais e políticos em Moçambique, Camboja e Etiópia; da retirada estadunidense de Angola; e, em 1979, da invasão soviética no Afeganistão e do sequestro de reféns na embaixada dos Estados Unidos em Teerã durante a Revolução Iraniana (KREIBOHM, 2008).

Nesse período de crise, Ronald Reagan em 1980 com a promessa de devolver o país ao lugar de potência hegemônica mundial. Sob o lema de *“America is back”* (“América está de volta”), Reagan adota uma estratégia ofensiva, tanto no ideológico como no geoestratégico. Além de um recrudescimento da Guerra Fria e da retomada da corrida armamentista, os Estados Unidos buscaram reverter sua perda de controle e influência nos países do Terceiro Mundo e, para isso, criaram a Doutrina da Guerra de Baixa Intensidade (GBI), sobre a base dos programas de contrainsurgência estadunidenses da década de 60, mas partindo de uma revisão crítica dos erros cometidos na Guerra do Vietnã. O Pentágono inicia o projeto da GBI em 1985, lançando, no ano seguinte, o *Joint Low-Intensity Conflict Project Final Report*, que esclarecia o significado da doutrina e descrevia seus métodos, táticas e estratégicas. No mesmo período foi criado o Comando Conjunto do Exército e da Força Aérea para Guerra de Baixa Intensidade

(KREIBOHM, 2008).

O leque de atividades do Conflito de Baixa Intensidade é muito amplo e não envolve necessariamente o desdobramento de tropas e o uso sistemático de força armada, o que complica e amplia os modos de intervenção. Fatores econômicos, psicológicos e políticos são partes vitais do tecido estratégico e envolvem a coordenação de tropas, a implementação das chamadas operações especiais (atividades paramilitares clandestinas) e o papel de liderança dos sistemas de inteligência, estruturas diplomáticas e implantações logísticas. Em suma, um conjunto complexo de atividades não convencionais que, voltadas para o uso da força, coordenam as tarefas de grupos e organizações de diversos tipos, aplicadas à luta ideológica. (KREIBOHM, 2008, p. 77, tradução nossa³⁸)

A Guerra de Baixa Intensidade diz respeito ao recurso de uso limitado da força de um ator beligerante em um conflito. Isto é, o país ou organização não se utiliza plenamente de seus recursos para o alcance de seus objetivos políticos. Esse tipo de conflito “pode incluir diplomacia coercitiva, funções policiais, operações psicológicas, insurgência, guerra de guerrilhas, atividades contraterroristas e mobilizações militares-paramilitares com objetivos limitados” (KUPPERMAN, 1983, p. 21-22³⁹, apud BERMÚDEZ, 1989).

Segundo Lilia Bermúdez (1989), a GBI constitui, dessa forma, uma guerra prolongada de desgaste que gira em torno de três eixos: a *contrainsurgência*, para países onde exista uma ameaça evidente, potencial ou hipoteticamente potencial à ordem estabelecida, como era o caso de El Salvador à época de elaboração da GBI, quando o país era ameaçado pela insurgência liderada pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN); a *reversão de processos revolucionários e triunfantes*, a exemplo dos casos da Nicarágua pós-Revolução Sandinista e do Afeganistão após a invasão soviética; e o *antiterrorismo*, que pode ser utilizado por governos e organizações revolucionárias.

O eixo de *contrainsurgência* é o aspecto fundamental da GBI, pois possui o elemento básico da globalidade da proposta, no qual o militar é parte do todo. É o eixo que traz o arcabouço das doutrinas de contrainsurgência anteriores, mas com elementos críticos baseados na análise da guerra do Vietnã. Um dos elementos principais que diferenciam a contrainsurgência da GBI das doutrinas anteriores é a ênfase de que a tarefa da COIN pertence, fundamentalmente, ao exército aliado. Isto é, os Estados Unidos devem evitar o erro do Vietnã

³⁸ No original: “La gama de actividades del CBI es muy amplia y no implica, necesariamente, el despliegue de tropas y el empleo sistemático de la fuerza armada, lo cual complica y extiende los modos de intervención. Los factores económicos, psicológicos y políticos constituyen partes vitales de la trama estratégica e implican la coordinación de tropas, la implementación de las denominadas operaciones especiales (actividades clandestinas paramilitares) y el protagonismo de los sistemas de inteligencia, las estructuras diplomáticas y los despliegues logísticos. En definitiva, un complejo conjunto de actividades no convencionales que, centradas en el uso de la fuerza, coordinan las tareas de grupos y organismos de diversa índole, aplicados a la lucha ideológica.”

³⁹ KUPPERMAN ASSOCIATES, Inc., Robert H., *Low intensity conflict*, Prepared for U.S. Army Training and Doctrine Command, vol. I, Main Report, July 30, 1983.

do enfrentamento direto à guerrilha que ameaça o país anfitrião: essa é função do exército local. A função dos Estados Unidos deve ser, em última instância, a de assessoria e assistência⁴⁰, e seu envolvimento direto ocorre no enfrentamento de um terceiro país, o que financia a insurgência no Estado anfitrião. Nesse caso, o conflito é de intensidade mediana, ou seja, entre tropas regulares, mas sem uso de armamentos nucleares, químicos ou biológicos.

Bermúdez observa a continuidade, na GBI, da estratégia da Defesa e do Desenvolvimento Internos (DDI), desenvolvida na Era Kennedy. Essa estratégia combina a contrainsurgência (defesa) com desenvolvimento interno, que na América Latina foi traduzido pela Aliança pelo Progresso, plano de cooperação socioeconômica lançado em 1961 que, através de projetos sociais, buscou impulsionar o fortalecimento de camadas médias na América Latina e enfraquecer as propostas sociais-desenvolvimentistas e comunistas. Após o período Kennedy, os programas sociais continuaram sob patrocínio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Além das operações militares e de desenvolvimento, “como principais operações de DDI efetuadas pelo país sede – através da polícia civil, paramilitares e militares – ressalta-se a inteligência, as operações psicológicas, os assuntos civis e o controle da população e dos recursos” (BERMÚDEZ, p. 119, 1989, tradução nossa⁴¹).

O segundo eixo da GBI, o de *reversão de processos revolucionários e triunfantes*, substitui o termo “desestabilização”, que fora utilizado na estratégia estadunidense que terminara com o golpe contra Salvador Allende no Chile em 1973. Esse conceito sintetizava as técnicas de guerra suja e encoberta para a exploração das vulnerabilidades econômicas, sociológicas, políticas e psicológicas do país, com o objetivo de derrubada do governo democraticamente eleito. No caso chileno, participaram dessa estratégia o aparato de inteligência estadunidense, empresas transnacionais e o aparato de segurança nacional.

Além da mudança de nomenclatura, na GBI a reversão de processos revolucionários deixa de ser uma política encoberta e é assumida como política de Estado. Foi o caso da

⁴⁰ No entanto, é importante frisar que a intervenção direta não é inteiramente descartada e o grau de participação estadunidense dependerá do nível de intensidade da insurreição. Esses níveis, baseados nas teorias maoístas, incluem desde uma revolta latente ou incipiente, passando pela guerra de guerrilhas (forças irregulares contra forças regulares) até a guerra de movimento, isto é, quando as forças organizadas dos insurretos evoluem para forças regulares e uma política de ofensiva. Ver mais em TSÉ-TUNG, M. Problemas estratégicos da guerra de guerrilhas contra o Japão. [maio de 1938]. In: TSÉ-TUNG, M. Obras escolhidas de Mao Tsé-Tung. 2. ed. Pequim: Edições do Povo, 1975. Tomo II. p. 54-83. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/guerra.htm>>. Acesso em 12 out. 2022.

⁴¹ No original: “Como principales operaciones de DDI efectuadas por el país sede – a través de la policía civil, paramilitares y militares – resaltan la inteligencia, las operaciones psicológicas, los asuntos civiles y el control de la población y los recursos. [...]”

campanha de desestabilização do governo sandinista da Nicarágua. A partir de 1981, um exército contrarrevolucionário começa a ser formado na Nicarágua com apoio e patrocínio estadunidense. *La Contra* nicaraguense teria financiamento dos Estados Unidos, treinamento por assessores da Argentina e retaguarda territorial e logística em Honduras. A justificativa oficial sobre o “direito” à reversão de processos era a defesa da democracia e do direito de legítima defesa contra governos “totalitários”. Como lembra Bermúdez, se, para os EUA, a reversão do processo sandinista constituía uma guerra de baixa intensidade, para a Nicarágua era uma guerra total de defesa, pois todo o conjunto dos recursos do país foram destinados ao esforço bélico.

Sobre o terceiro e último eixo da GBI, o antiterrorismo de Ronald Reagan enxergava o fenômeno terrorista em termos da confrontação Leste-Oeste, considerando os governos patrocinadores desse recurso aqueles “necessariamente” comunistas, com movimentos revolucionários e com o narcotráfico internacional. A revisão do conceito começa a ser formulada após o atentado no Aeroporto Internacional de Beirute em outubro de 1983, no qual faleceram mais de 200 marines. Na lista dos países associados ao terrorismo estavam a União Soviética, Líbia, Irã, Coreia do Norte, Cuba, Nicarágua, entre outros. Bermúdez (1989) faz apanhado de definições que situam o terrorismo como uma tática de valor estratégico; um modo de guerra, quando patrocinado por Estados; uma guerra perpétua sem fronteiras; uma arma definitiva que pode habilitar nações com forças militares inferiores para ganhar um grau de igualdade estratégica com os maiores poderes industriais do mundo, constituindo-se uma alternativa à aquisição de armas nucleares e ao desenvolvimento de grandes forças convencionais (Ibid., p. 182-183, 1989).

Dentro da política reaganista, o conceito de terrorismo amplia-se de tal forma que o torna ambíguo o suficiente para justificar ações de intervenção e uso da força, além de aumentar suas cifras, que podem incluir desde atos terroristas em sentido estrito (ou seja, aqueles executados para propagar terror), até atos violentos como guerras civis, de libertação ou de defesa. Outro aspecto associado ao terrorismo para criar um apelo entre o povo estadunidense foi a suposta ligação daquele fenômeno com o narcotráfico internacional, na qual os narcotraficantes proporcionariam aos terroristas seus canais para transportar armas e equipamentos, bem como dinheiro; terroristas corresponderiam com portos de trânsito seguros para a droga.

Por isso, apesar de ser direcionada primordialmente aos países do Oriente Médio, a política contraterrorista da GBI não deixou de impactar os países latino-americanos. Os

exemplos disso dizem respeito aos países analisados nesse trabalho: os Estados Unidos já classificando as FARC desde os anos 80 como uma “narcoguerrilha”, reforçando a política contrainsurgente na Colômbia; e as ameaças de terrorismo durante a Copa do Mundo no México de 1986 serviram para pressionar o governo mexicano a abrir seus serviços de segurança para o treinamento do FBI. Da mesma forma, o terrorismo foi usado para exigir que México fosse um ponto de depuração de visitantes para os EUA, provenientes tanto da América Central quanto de outras regiões (BERMÚDEZ, p. 190, 1989).

Cisneros (2016) sintetiza os motivos que explicam a utilidade da reformulação representada pela GBI:

É por isso que a eficácia da GBI tem sido avaliada como muito positiva em vários aspectos fundamentais de um confronto. Primeiramente, não promovendo a mobilização aberta de grandes contingentes de efetivos, evita o envolvimento público direto da imagem dos EUA nas ações contrainsurgentes; também fica muito menos exposta a imagem do governo local do país em questão; sendo que unidades operacionais menores, altamente qualificadas com treinamento específico e intensivo, se mostraram muito mais eficazes para o cumprimento dos objetivos militares (contenção, identificação, desarticulação, imobilização e até eliminação do inimigo). Como se esses benefícios não fossem já uma ótima avaliação, esse tipo de guerra, além de um baixo custo para a imagem política do governo local e dos EUA, é uma estratégia mais eficiente economicamente, isto é, melhores e mais rápidos resultados a um custo menor. (CISNEIROS, 2016, p. 65)

Compreender a Guerra de Baixa Intensidade é importante porque ela continuaria vigente nas décadas seguintes, constituindo uma forma de ingerência estadunidense em outros países sem, no entanto, requerer uma intervenção militar direta, apesar de essa possibilidade não ter sido descartada. Nos casos da Colômbia e de Chiapas, a noção de GBI ajuda a compreender os métodos contrainsurgentes utilizados e o papel de países estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, nesses conflitos.

1.5. NEOLIBERALISMO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA: A DOUTRINA DO CHOQUE

A ofensiva de Reagan para recuperar a hegemonia estadunidense não envolveu apenas a política externa e de segurança, na qual as soluções militares tinham primazia. No âmbito doméstico, a primeira medida foi o ataque ao poder do trabalho e aos sindicatos, como a repressão à greve dos sindicatos dos controladores do tráfego aéreo (HARVEY, 2005). Com o discurso neoliberal de retomar o crescimento econômico através da redução de impostos e do corte de gastos públicos, o governo eliminou o caráter progressivo da tributação estadunidense através do *Tax Reform Act*, aumentando a renda disponível dos setores mais ricos da população. Esse efeito mostra o caráter restaurador do poder de classe que o neoliberalismo representa,

pois, longe de reduzir o poder do Estado capitalista, acentua seu caráter de atender aos interesses dos mais ricos e da acumulação de capital (MELLO FILHO, 2010).

O neoliberalismo foi, dessa forma, a resposta à crise de acumulação de capital da década de 1970, caracterizada pela estagnação econômica associada à inflação e ao desemprego. O crescimento econômico possibilitado pelas políticas intervencionistas no pós-Segunda Guerra Mundial era já coisa do passado: as medidas keynesianas não conseguiam resolver as crises fiscal e cambial. Em 1971, é decretado o fim do padrão ouro-dólar, que havia sustentado a hegemonia estadunidense no pós-1945. Os choques do petróleo ajudariam a aprofundar a tendência recessiva da década de 1970. O acirramento das crises e contradições capitalistas faziam com que revoluções e explosões sociais pipocassem por todo o mundo: a Revolução Cubana, a ascensão de partidos comunistas e socialistas na Europa e na América Latina, as guerras de independência na África e na Ásia e os protestos juvenis marcaram gerações que clamavam por transformações profundas e democráticas na sociedade capitalista.

As necessidades de se reestabelecer as condições de acumulação do capital e de restaurar o poder das elites econômicas mundiais provoca a ascensão das teorias neoliberais, representadas por economistas como Friedrich von Hayek, Milton Friedman, Ludwig von Mises, Michael Polanyi, dentre outros. Os teóricos neoliberais defendem que, quanto maior o alcance e a frequência das transações de mercado, maior será o bem social, isto é, todas as ações humanas devem ser enquadradas no domínio do mercado, o qual deve ser livre para se autorregular. Nesse sentido, essas vertentes são contrárias a políticas intervencionistas e de planejamento estatal, sendo defensoras do livre mercado. Daí vem o rótulo, autoatribuído, de “defensoras da liberdade”. Como ironiza David Harvey (2005):

[...] Esse arcabouço teórico, como vários comentadores assinalaram, não é inteiramente coerente. O rigor científico de sua economia neoclássica não é facilmente compatível com seu compromisso político com ideais de liberdade individual, nem sua suposta desconfiança com respeito a todo poder estatal o é com a necessidade de um Estado forte e, se necessário, coercitivo, que defenda os direitos à propriedade privada, às liberdades individuais e às liberdades de empreendimento. O artifício jurídico de definir as corporações como indivíduos perante a lei introduz suas próprias distorções, tornando irônico o credo pessoal de John D. Rockefeller, gravado em pedra no Rockefeller Center da cidade de Nova York, que diz: "o valor supremo do indivíduo" acima de todas as coisas. [...] (Ibid., p. 15)

Essa aparente contradição entre os ideais de liberdade “individual” e livre mercado já seria verificada na primeira implementação histórica dos preceitos neoliberais: o Chile da ditadura de Augusto Pinochet. Após o golpe orquestrado pelos Estados Unidos e as forças armadas chilenas contra o presidente socialista Salvador Allende, em 1973, o novo governo militar constituiu sua equipe econômica com economistas chilenos egressos da Universidade

de Chicago e seguidores de Milton Friedman. O terror causado pelos assassinatos, desaparecimentos, torturas e prisões em massa foi conjugado com a Santíssima Trindade de Friedman: privatização de empresas públicas, desregulação e corte do gasto social.

A combinação de repressão seguida de desmonte abrupto do Estado corresponde ao que Naomi Klein (2006) chamou de “doutrina do choque”. A sangrenta repressão da ditadura pinochetista gerou um estado coletivo semelhante ao de uma pessoa pós-tortura: desorientação e choque. Nos manuais de interrogatório da CIA, promover rupturas violentas entre o prisioneiro e sua habilidade para compreender o mundo à sua volta constituem o melhor método de quebrar suas “resistências”, o que inclui longos períodos de isolamento e privação sensorial de luz e som que são interrompidos por momentos de exposição exagerada a estímulos, como eletrochoques, pancadas, música estridente e muita luminosidade. Tal processo faz com que o prisioneiro perca a capacidade de raciocinar e de proteger seus próprios interesses, fazendo com que forneça informações, confesse ou até renuncie a suas crenças anteriores. A “Doutrina do Choque” imita esse processo e procura atingir, em escala maciça, o que a tortura faz individualmente:

Assim funciona a doutrina do choque: o desastre original – chame-o de golpe, ataque terrorista, quebra do mercado, guerra, tsunami ou furacão – leva a população de um país a um estado de choque coletivo. As bombas, as explosões de terror, os ventos uivantes preparam o terreno para quebrar a vontade das sociedades tanto quanto a música na potência máxima e as chuvas de golpes subjugam os presos em suas celas. Como o prisioneiro aterrorizado que confessa os nomes de seus camaradas e nega sua fé, as sociedades em estado de choque muitas vezes desistem de valores que, de outra forma, defenderiam firmemente. [...] Após o tsunami, os pescadores do Sri Lanka tiveram que abandonar suas valiosas terras à beira-mar e cedê-las a construtores de hotéis. Os iraquianos, se tudo corresse conforme o planejado, ficariam em tal estado de choque que cederiam o controle de suas reservas de petróleo, suas empresas estatais e toda a sua soberania nacional para os militares dos EUA e suas bases militares e parques. (KLEIN, 2006, p. 27-28, tradução nossa⁴²)

O “choque” causado pela crise da dívida dos países latino-americanos – que, como veremos, começa com a moratória mexicana de 1982 – fez com esses estados tivessem que acatar as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), as quais incluíam a adesão a

⁴² No original: “Así funciona la doctrina del shock: el desastre original —llámese golpe, ataque terrorista, colapso del mercado, guerra, tsunami o huracán— lleva a la población de un país a un estado de shock colectivo. Las bombas, los estallidos de terror, los vientos ululantes preparan el terreno para quebrar la voluntad de las sociedades tanto como la música a toda potencia y las lluvias de golpes someten a los prisioneros en sus celdas. Como el aterrorizado preso que confiesa los nombres de sus camaradas y reniega de su fe, las sociedades en estado de shock a menudo renuncian a valores que de otro modo defenderían con entereza. Jamar Perry y sus compañeros de evacuación en el refugio de Baton Rouge tuvieron que sacrificar los pisos de protección oficial y las escuelas públicas. Después del tsunami, los pescadores de Sri Lanka tenían que abandonar su valiosa tierra frente al mar y cederla a los constructores de hoteles. Los iraquíes, si todo iba según lo planeado, tenían que caer en tal estado de shock que cederían el control de sus reservas petrolíferas, sus compañías estatales, y toda su soberanía nacional al ejército estadounidense y sus bases militares y zonas verdes.”

reformas neoliberais: privatizações, abertura econômica e flexibilização das leis trabalhistas. Essas políticas aumentariam a concentração de renda, o desemprego, a informalidade, a pobreza e o aumento da imigração de latino-americanos. Na prática, a neoliberalização mostrou-se um fracasso em promover o bem-estar e promover o crescimento: seu efeito foi o de redistribuir, e não criar, riqueza e renda, a favor, é claro, dos setores mais ricos e do capital financeiro.

David Harvey (2005) relaciona esse processo redistributivo com a retomada de práticas de acumulação “primitiva”, “originária” ou “por espoliação” que, descritas por Karl Marx em *O Capital*, caracterizaram a ascensão do modo de produção capitalista. A base desse processo histórico foi a expropriação das terras dos camponeses, que separou os produtores de seus meios de produção, “liberando-os” para a venda de sua própria mão-de-obra:

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 2013, p. 515)

A acumulação por espoliação não foi um processo que se limitou, historicamente, à Europa pré-moderna, mas que se reproduziu e se reproduz em outros locais e tempos históricos nos quais houve a expansão das relações capitalistas. Nesse sentido, esse processo pode ser observado na recente ofensiva neoliberal, que mercantilizou e privatizou a terra, provocando a expulsão de camponeses nos países do Sul global, como foi o caso dos países latino-americanos e, especificamente, da Colômbia e do México. Percebe-se que um traço característico da acumulação por espoliação, do século XVI ao XXI, é a violência, na qual o Estado, com seu monopólio da violência e definições de legalidade, desempenha um papel vital (HARVEY, 2005, p. 86).

Ainda que a privatização – característica da acumulação por espoliação – tenha atingido até mesmo a guerra e a segurança, o Estado capitalista continua sendo fundamental na organização dos interesses do bloco de poder. Privatização e mercantilização radicais da violência caracterizam o que Klein chamou de “capitalismo de desastre”, isto é, a própria guerra, e não só seus efeitos e consequências, é o novo mercado, uma visão de mundo que coloca o poder da máquina militar estadunidense a serviço dos interesses das corporações.

Assim, setores empresariais são, agora, responsáveis não só pela venda de material bélico e reconstrução de infraestrutura dos países atingidos pelos conflitos, mas por efetuarem a própria guerra através das empresas militares privadas.

O termo mais preciso para definir um sistema que remove os limites do governo e dos negócios não é liberal, conservador ou capitalista, mas corporativista. Suas principais características consistem em uma grande transferência de riqueza pública para a propriedade privada —muitas vezes acompanhada de crescente endividamento—, o fosso crescente entre os imensamente ricos e os pobres descartáveis e um nacionalismo agressivo que justifica um cheque em branco nos gastos com defesa e segurança. Para aqueles que permanecem dentro da bolha de extrema riqueza que esse sistema gera, não há como organizar a sociedade que dê mais benefícios. Mas, dadas as óbvias desvantagens para a grande maioria da população excluída dos benefícios da bolha, uma das características do Estado corporativista é que ele costuma incluir um sistema de vigilância agressiva (novamente, organizada por meio de acordos e contratos entre governos e grandes empresas), encarceramento em massa, cerceamento das liberdades civis e frequentemente, embora nem sempre, tortura. (KLEIN, 2006, p. 26, tradução nossa⁴³)

O objetivo dessa breve exposição foi demonstrar como fenômenos de violência aparentemente apenas locais ou nacionais – como são os casos de grupos paramilitares na Colômbia e no México – estão relacionados com as dinâmicas contemporâneas de acumulação por espoliação que marcaram a ofensiva neoliberal. Nas páginas seguintes, veremos como esses fenômenos são originados na formação histórica dos estados latino-americanos.

⁴³ No original: “El término más preciso para definir un sistema que elimina los límites en el gobierno y el sector empresarial no es liberal, conservador o capitalista sino corporativista. Sus principales características consisten en una gran transferencia de riqueza pública hacia la propiedad privada —a menudo acompañada de un creciente endeudamiento—, el incremento de las distancias entre los inmensamente ricos y los pobres descartables, y un nacionalismo agresivo que justifica un cheque en blanco en gastos de defensa y seguridad. Para los que permanecen dentro de la burbuja de extrema riqueza que este sistema crea, no existe una forma de organizar la sociedad que dé más beneficios. Pero dadas las obvias desventajas que se derivan para la gran mayoría de la población que está excluida de los beneficios de la burbuja, una de las características del Estado corporativista es que suele incluir un sistema de vigilancia agresiva (de nuevo, organizado mediante acuerdos y contratos entre el gobierno y las grandes empresas), encarcelamientos en masa, reducción de las libertades civiles y a menudo, aunque no siempre, tortura.”

CAPÍTULO 2 – ORIGENS DA VIOLÊNCIA PARAMILITAR NA COLÔMBIA

2.1. UM PAÍS MARCADO PELA FRAGMENTAÇÃO DO PODER

Na interpretação de Hylton (2010), a diferenciação geográfica extrema⁴⁴ do território que hoje corresponde à Colômbia favoreceu uma ocupação dispersa do território e uma fragmentação do poder político, fortalecendo regionalismos e as figuras dos caciques políticos e *gamonales*, isto é, as autoridades locais. Existiriam, dessa forma, duas Colômbias. A primeira, habitada pela maioria da população, encontra-se nos vales centrais, onde estão os departamentos ocidentais da zona andina, região enriquecida pelo café e pela indústria e que recebeu maior investimento estatal em infraestrutura e serviços. A “outra Colômbia” corresponde, por sua vez, a 70% do território nacional e localiza-se ao leste e nas regiões costeiras do país. Habitada por indígenas, afro-colombianos e colonos de fronteira, essa segunda Colômbia é carente de serviços estatais e de investimentos em infraestrutura.

Junto à preponderância de localismos e regionalismos, outro fator que auxilia na compreensão da longa história de conflitos civis no país é a rivalidade entre os partidos Conservador e Liberal. Hylton (2010) esclarece que a divisão oligárquica entre conservadores e liberais seguiu o paradigma político clássico que caracterizou os Estados independentes latino-americanos no século XIX: os conservadores faziam uma defesa da ordem e da religião e correspondiam, no geral, às elites fundiárias; os liberais, por sua vez, estavam mais relacionados aos setores comerciais e faziam uma defesa do progresso e do anticlericalismo. O sectarismo partidário foi construído também entre os grupos subalternos e alimentado pelos laços clientelistas com as lideranças oligárquicas, o que gerou um emaranhado de rivalidades locais e regionais e fez com que a cidadania colombiana nascesse sem adotar “*um sentido de pertencimento comum com a nação representada por um governo central, mas com a condição de membro exclusivo de um dos dois partidos políticos*” (HYLTON, 2010, p. 46).

Assim, apesar de oligárquicos, os dois partidos tiveram, desde o princípio, uma base social pluriclassista, composição que permitiu a longevidade do domínio liberal-conservador, pois no interior de cada partido havia um setor de centro que permitia as alianças internas

⁴⁴ O país é cortado do sul ao norte pelos Andes, que se dividem em três cordilheiras (Ocidental, Central e Oriental), estas intermediadas pelos vales dos rios Magdalena e Cauca. A leste da cordilheira oriental estão as terras baixas tropicais entrecruzadas pelos rios que desembocam nas bacias do Orenoco e do Amazonas. Ao Norte e a Oeste, estão as costas do Caribe e do Pacífico, caracterizadas por uma densa vegetação tropical.

(MEJÍA, 2001³⁰ apud RAMOS, 2011, p. 30). A longa duração do bipartidarismo é uma peculiaridade do caso colombiano: enquanto nos demais países latino-americanos esse paradigma político durou no máximo até a primeira metade do século XX, na Colômbia a diarquia liberal conservadora sobreviveu por 150 anos.

A persistência do sistema bipartidário teve outras consequências importantes para a compreensão dos rumos tomados pelo país. De acordo com Zelik (2015, p. 165), o sectarismo entre os dois partidos conseguiu canalizar os conflitos sociais, prejudicando uma articulação autônoma das classes populares e o surgimento de partidos programáticos com uma capacidade integradora que pudessem gerar formas de estatalidade mais inclusivas. Dessa forma, ao contrário de outros países nos quais o pluripartidarismo possibilitou com que partidos de tendências sociais liberal-democráticas conseguissem isolar relativamente os partidos comunistas e socialistas por meio da cooptação e incorporação de movimentos de oposição (BUENAVENTURA, 1970⁴⁵ apud RAMOS, 2011, p. 61) – gerando experiências populistas e revolucionárias, como demonstram os casos da Argentina, do Brasil e do México –, sobre a Colômbia se pode afirmar que:

Fazendo eco a esta constatação de Hobsbawm: “Descobri um país em que a impossibilidade de fazer uma revolução social fez da violência a essência constante, universal e onipresente da vida pública”, talvez se possa dizer que [...] a história do país foi uma história de contenção obstinada de uma profunda demanda de revolução social. [...]

As consequências dessa trajetória histórica são naturalmente duradouras. A mentalidade de um país que passou por uma revolução, ainda que esta tenha sido interrompida (o caso do México ou da Nicarágua), não é a mesma que a de um país que se mostrou incapaz de realizá-la. No primeiro, o exercício do poder popular, embora transitório, deixou uma enorme confiança na capacidade transformadora da ação coletiva, enquanto no segundo, o caso da Colômbia, acentuou-se um profundo pessimismo diante da possibilidade mudança radical. (SANCHEZ GÓMEZ in HYLTON, 2010, p. 26)

Outra peculiaridade da história republicana da Colômbia em relação aos seus vizinhos latino-americanos é a estabilidade institucional, com poucos e breves golpes de Estado, o que tornou o país conhecido como *a democracia mais antiga e sólida da América Latina*⁴⁶. Dentro de um subcontinente marcado pelos constantes golpes militares, a Colômbia teve apenas cinco rupturas institucionais entre 1830 a 1986, que juntas somam um período de apenas seis anos e

⁴⁵ BUENAVENTURA, N. Crisis de los partidos tradicionales. Documentos Políticos: revista del Partido Comunista de Colombia. Bogotá, n. 90, p. 8-25, nov./dez. 1970.

⁴⁶ COLOMBIA. ¿Por qué se dice que Colombia tiene la democracia más antigua de América Latina? Disponível em: <<https://www.colombia.co/pais-colombia/historia/por-que-se-dice-que-colombia-tiene-la-democracia-mas-antigua-de-america-latina/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

meio, no total. Sob a fachada de nação democrática persistem, no entanto, os altos índices de violência política e repressão estatal, a elevada e crônica abstenção eleitoral e longos períodos de legalidade marcial (VALLENCIA VILLA, 1987⁴⁷ apud ZULUAGA GIL, p. 19, 2008).

Sobre essa dupla tradição colombiana de legalidade/repressão, Arango e Moreno (1980) afirmam que essa teria sido inicialmente encarnada por Santander⁴⁸, considerado pai da nacionalidade e conhecido como “o homem das leis”, essas criadas e ditadas em prol de seus interesses pessoais e da minoria a quem representava. No entanto, “quando se tornavam um obstáculo para seus fins, eles silenciosamente deixaram (as leis) de lado e substituíram o código pela espada” (ARANGO e MORENO, 1980, p. 3, tradução nossa)⁴⁹. A repressão brutal – junto à amnésia oficial e à impunidade em relação a crimes de guerra – concentrou terras, riquezas naturais e poder político na mão de poucos grupos oligárquicos, que enriqueceram ao mesmo tempo em que atuaram como intermediários ou sócios menores de todos os impérios que exploraram o país: primeiro, os espanhóis; depois os ingleses e, por último, os estadunidenses.

2.2. A VIOLÊNCIA

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, tem início uma idade de ouro na economia colombiana, beneficiada pela bonança do café e pela indústria de substituição de importações. O aumento populacional e da expectativa de vida e a crescente urbanização mudam a cara da sociedade colombiana, cujo centro da vida nacional passa a se concentrar nas cidades. Em meio à prosperidade econômica aumentava, no entanto, a concentração de ingressos e monopólio de riquezas. Assim, se em 1945 havia, no país, 43 milionários, em 1948 esse índice subiu para 136 (GALAT; ALVAREZ, 1985, p. 113 -114).

Os períodos de *boom* do café haviam sido a base econômica do progresso e da modernização do país, tendo enriquecido as elites dos departamentos de Antioquia, Caldas, Valle del Cauca, Tolima, Risaralda, Quindío e Cundinamarca, região conhecida como o “eixo cafeeiro”. A Colômbia era, então, o segundo maior produtor de café do mundo, depois do Brasil, mas, em oposição ao líder mundial, no qual a produção era realizada em latifúndios e por

⁴⁷ VALLENCIA VILLA, Hernando. *Cartas de Batalla. Una crítica del constitucionalismo colombiano*. Bogotá: Cerec – Universidad Nacional de Colombia, 1987.

⁴⁸ Prócer da Independência, estadista e militar, Francisco de Paula Santander foi o segundo presidente da Colômbia. Autêntico *criollo* e membro de uma rica e influente família, Santander faleceu em maio do ano de 1840, em Bogotá.

⁴⁹ “Cuando se convertían en obstáculo para sus fines, las hacían (las leyes) tranquilamente de lado y reemplazaban el código por la espada”.

trabalhadores endividados e diaristas, naquele país predominou o modelo de minifúndio, que permitiu com que arrendatários e meeiros serem donos de suas terras e controlarem a produção. Assim, o velho clientelismo conseguia cooptar setores camponeses identificados com o progresso econômico gerado no período, facilitando a reação violenta pela manutenção de privilégios das oligarquias diante de reformas progressistas e democratizantes (HYLTON, 2010, p. 48).

Esse crescimento econômico era respaldado pelos Estados Unidos, que consolidava uma hegemonia absoluta no país desde as décadas anteriores, demonstrada pela entrada das multinacionais norte-americanas (como a *United Fruit Company*, na região de Santa Marta, e a petroleira *Tropical Oil*, no Magdalena Médio) e o financiamento em obras públicas e infraestrutura. Em troca de um alinhamento incondicional aos estadunidenses, a Colômbia conseguiu, por sua vez, proteger sua indústria nacional por meio da manutenção de tarifas alfandegárias. Em um momento que a Guerra Fria despontava, o fato de que dirigentes colombianos eleitos de 1945 a toda a década de 50 estivessem comprometidos com o capitalismo e se declarassem enfaticamente anticomunistas favorecia-os frente às agências internacionais de crédito (HENDERSON, 2006, p. 483).

Devido ao acirramento de contradições de um progresso que não beneficiava a maioria dos grupos subalternos, as décadas anteriores foram marcadas por uma ascensão dos movimentos populares. Surge o movimento operário, de trabalhadores das ferrovias, portos e indústrias, como o Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo (USO). São criados partidos de esquerda fora do bipartidarismo tradicional: o Partido Socialista Revolucionário (PSR), criado na década de 20 e que teve papel fundamental na organização política da classe operária, estando na condução e agitação de diversos movimentos grevistas nos enclaves de exportação do Caribe e ao longo das fronteiras cafeeiras; e o Partido Comunista da Colômbia (PCC), formado em 1930 por dissidências do PSR e que conquistaria grande legitimidade política no movimento camponês através de seu “agrarismo revolucionário”, baseado na formação e proteção de comunidades minifundiárias autônomas.

O movimento camponês também experimentara uma ascensão, especialmente pelo nascimento das Ligas Camponesas, criadas por camponeses dispostos a enfrentar a grilagem, a espoliação e a proletarização impostas por grandes proprietários nos departamentos de Cundinamarca e Tolima. De forte caráter socialista, parte dessas organizações de resistência camponesas foram orientadas pelo PCC e pela *Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria* (UNIR), essa última criada por uma figura que se tornava central na política colombiana: Jorge

Eliécer Gaitán.

Advogado e político de uma ala à esquerda do Partido Liberal, Gaitán aglutinava multidões com seus discursos de forte apelo nacionalista, multiétnico e antielitista. Liderança carismática, o caudilho liberal e populista teve uma grande importância na construção de uma consciência política nos setores populares, estes espoliados e excluídos da vida política do país. Impedido de concorrer às eleições presidenciais de 1946 pelo Partido Liberal, mas apoiado por diversos setores sociais, Gaitán lança uma candidatura independente, conquistando a maioria dos votos nas cidades mais importantes do país, como Bogotá, Barranquilla, Cali, Cartagena e Cúcuta, demonstrando a força do gaitanismo entre as massas. No entanto, isso dividiu o voto liberal, permitindo com que o Partido Conservador ganhasse as eleições à Presidência com a eleição de Mariano Ospina Perez. Nos anos seguintes, o governo conservador intensificaria a repressão contra seus opositores e os movimentos populares, enquanto Gaitán conquistaria a liderança do Partido Liberal, afastando os setores mais direitistas.

Após ter atraído a aversão de setores reacionários e se constituir em um empecilho para os grupos dominantes, Jorge Eliécer Gaitán é assassinado a tiros na tarde do dia 9 de abril de 1948, em Bogotá, durante os dias em que a capital colombiana sediava a IX Conferência Pan-americana. Minutos após o crime, um verdadeiro caos, conhecido como *Bogotazo*, se instaurou na cidade. Uma multidão enfurecida linchou o suposto assassino do líder e depositou o cadáver diante do palácio presidencial, iniciando uma violenta revolta no centro de Bogotá, com saques de estabelecimentos comerciais e incêndios de bondes e alvos relacionados ao governo, ao imperialismo estadunidense e à Igreja católica, essa última histórica aliada do partido Conservador. Arderam em chamas prédios e palácios oficiais – como os ministérios da Educação e das Relações Exteriores, a embaixada dos Estados Unidos e o Palácio da Justiça – além de templos, quartéis e a sede do jornal conservador *El Siglo*.

Apesar dos ataques aos alvos primários terem tido uma lógica, a rebelião não teve a mínima organização, nem objetivos claramente definidos, muito menos uma liderança central, como observou o então jovem Fidel Castro, que estava em Bogotá para uma conferência de lideranças estudantis anti-imperialistas e que havia conhecido Gaitán momentos antes de seu assassinato. A falta de centralização da revolta não impediu, evidentemente, que surgissem figuras dirigentes, como foi o caso de Gerardo Molina, intelectual de esquerda e reitor da Universidade Nacional, que ajudou a coordenar juntas gaitanistas para estabelecê-las em todo o país (HYLTON, 2010, p. 67).

Os dados sobre os números de mortes nos três primeiros dias do *Bogotazo* variam de

500 a 3 mil mortes. A revolta contagiou cidades em toda a Colômbia, como a ocupação da refinaria de petróleo por parte de trabalhadores em Barrancabermeja, além de roubo de gado e tomada de terras na zona rural. Apesar de uma parte da própria polícia ter se juntado aos gaitanistas, a falta de coesão impediu um desfecho revolucionário para os eventos que partiram da capital colombiana, o que fez com que a revolta fosse rapidamente derrotada nas cidades, ao passo que, no campo, a repressão continuou por anos, de forma massiva e cruenta, representando o início da fase que ficou conhecida como *A Violência*.

Na IX Conferência Pan-americana, o *Bogotazo* foi apontado como exemplo do “caos comunista” e resultado de uma conspiração arquitetada por Moscou. Entre os resultados da conferência estão a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), o alinhamento dos países do continente americano aos Estados Unidos através de acordos de cooperação em diversos setores (econômicos, políticos, culturais, educacionais) e compromisso de combater os comunismos, além da consolidação definitiva do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)⁵⁰.

Tão logo após o fim da conferência que deu origem à OEA, o Estado colombiano rompeu relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e cassou o registro do PCC. Da mesma forma, teve início uma verdadeira cruzada antiliberal e anticomunista no país e, principalmente, na zona rural. Enquanto nas cidades a repressão ao gaitanismo e aos movimentos sindicais e comunistas já havia conseguido silenciar a classe trabalhadora, nos campos essa violência bestial continuaria por vários anos.

[...]. As mulheres eram estripadas e seus fetos destruídos para evitar que nascessem novos membros do partido opositor. [...] Na tortura chamada de corbata [gravata], por exemplo, puxavam a língua da vítima por meio de uma abertura na garganta; na florista, eram inseridos os membros cortados no pescoço depois da decapitação; no “corte del mono” [corte do macaco], colocava-se a cabeça da vítima no peito. As mutilações de orelhas, dedos, pênis e seios eram tão comuns quanto os estupros. Milhares e milhares de pessoas foram estripadas e atiradas nos rios como o Cauca, que se dizia ter ficado vermelho de tanto sangue. Os incêndios provocados eram outra ferramenta comum do terror. Milhões de camponeses viram-se obrigados a ver suas causas e colheitas ardendo ou tomar a decisão de deixá-las para trás. (HYLTON, 2010, p. 78)

O terror oficial foi empregado pela polícia *chulavita* – formada por voluntários do departamento de Boyacá que haviam se integrado ao exército durante o *Bogotazo* – que

⁵⁰ Aprovado em 1947 na Conferência do Rio de Janeiro, o TIAR fez parte da Doutrina Truman, de contenção ao comunismo, na qual os Estados Unidos comprometeram-se a responder militarmente a qualquer país do mundo ameaçado pela União Soviética ou pela subversão interna comunista. O acordo reiterava esse compromisso em relação às Américas e abriu caminho para o Sistema Militar Interamericano, que seria a fonte das missões de assistência militar estadunidenses em outros países do continente durante a Guerra Fria.

permaneceu fiel aos conservadores e levou as perseguições por todo o eixo cafeeiro (Tolima, Valle del Cauca, Caldas, Risaralda e Quindío). Formada por voluntários que acreditavam travar uma guerra santa contra liberais, ateus, maçons e comunistas, essa polícia conservadora contou com o respaldo de grupos de civis conhecidos como os *pájaros* (pistoleiros), estes, por sua vez, interpretados por alguns autores como os primeiros grupos paramilitares da Colômbia⁵¹.

A posição do partido Liberal, apesar de ter sido o mais golpeado neste período de governo conservador, caracterizou-se pela ambiguidade: ao mesmo tempo em que liberais formaram e financiaram guerrilhas, reprimiam trabalhadores rurais que reivindicavam aumento salarial e melhores condições de trabalho por meio de grupos de bandoleiros⁵², quando não partiam para o exílio. Assim, foi o campesinato que forneceu a esmagadora maioria dos mortos durante a Violência.

Diferentes cálculos de homicídios e grilagem de terras respondem pela magnitude da violência bipartidária, incluindo os do analista Paul Oquist. De acordo com Oquist, entre 1948 e 1966, 193.017 pessoas foram mortas em consequência da violência partidária na Colômbia. A maior proporção ocorreu entre 1948 e 1953, anos de maior intensidade de violência, segundo estudiosos do assunto. Os departamentos mais afetados pelos homicídios foram Antigo Caldas (24,6%), Tolima (17,2%), Antioquia (14,5%), Norte de Santander (11,6%), Santander (10,7%) e Valle del Cauca (7,3%). Quanto ao abandono ou expropriação de terras, Oquist calculou que os proprietários perderam 393.648 parcelas e que os departamentos mais afetados foram Valle del Cauca, Tolima, Cundinamarca, Norte de Santander e Antigo Caldas. (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2013, p. 115, tradução nossa)⁵³.

Os anos do governo conservador de Laureano Gómez⁵⁴ (1950-1953) marcariam um

⁵¹ Zelik (2015) discorda dessa aceção, polemizando com defensores da mesma, como Gloria Gaitán, Guido Piccoli e Gustavo Petro. O autor defende que a guerra civil da Violência foi mais uma expressão do fracionamento partidário da sociedade colombiana e de suas classes dirigentes. É só a partir da Frente Nacional (1958) e seu processo de unificação e homogeneização do poder estatal que o Estado colombiano age como um ator político definido e de maneira uniforme contra movimentos populares e insurgentes. Assim, se o termo “paramilitar” implica uma relação não-oficial de estruturas informais com o Estado, as gangues partidárias da época da Violência não poderiam ser classificadas como paramilitares (ZELIK, 2015, p. 25).

⁵² Comparado ao cangaço brasileiro, o bandoleirismo (ou banditismo) colombiano marcou o período da Violência no meio rural. Caracterizado pelo localismo e bipartidarismo, o fenômeno dos bandoleiros teve início já na década de 20 como reação conservadora aos movimentos camponeses de caráter classista. Durante a Violência propriamente dita, entre as décadas de 40 e 50, o fenômeno entra em ascensão e ganha novos contornos, como estratégias de resistência armada ao terror oficial por parte de camponeses, relações de grupos de bandoleiros com os *gamonales* regionais, uso da violência extrema como represália ou vingança aos grupos inimigos, entre outros. Ver SÁNCHEZ, Gonzalo y MEERTENS, Donny. *Bandoleros, gamonales y campesinos. El caso de la violencia en Colombia*. Bogotá, El Ancora Editores, 1983.

⁵³ “De la magnitud de la violencia bipartidista dan cuenta distintos cálculos sobre los homicidios y el despojo de tierras, entre estos los del analista Paul Oquist. Según Oquist, entre 1948 y 1966, 193.017 personas resultaron muertas producto de la violencia partidista en Colombia. La mayor proporción tuvo lugar entre 1948 y 1953, los años de mayor intensidad de violencia, según los estudiosos del tema. Los departamentos más afectados por los homicidios fueron el Antigo Caldas (24,6%), Tolima (17,2%), Antioquia (14,5%), Norte de Santander (11,6%), Santander (10,7%) y Valle del Cauca (7,3%). En cuanto al abandono o despojo de tierras, Oquist calculó que los propietarios de tierras perdieron 393.648 parcelas, y que los departamentos más afectados fueron Valle del Cauca, Tolima, Cundinamarca, Norte de Santander y Antigo Caldas”.

⁵⁴ Admirador de Hitler e Franco, Gómez foi o fundador do periódico *El Siglo*, em 1936, este tendo cumprido um

recrudescimento do sectarismo político e do autoritarismo, aliado à modernização econômica e a um aprofundamento da dependência estrutural em relação aos Estados Unidos. Foi um período de expansão monopólica estadunidense e de sua solidificação nos setores fundamentais da economia colombiana, processo que contou com uma ampla adesão das frações econômicas dominantes.

Como demonstração de seu alinhamento aos interesses dos Estados Unidos, a Colômbia seria o único país latino-americano a participar da Guerra da Coreia (1950-1953), tendo enviado mais de 4 mil militares para a península coreana em apoio aos estadunidenses. A formação do Batalhão Colômbia significou uma verdadeira norte-americanização do exército colombiano. Segundo Vega Cantor (2015), os militares colombianos tiveram acesso a estratégias de contraguerrilha, tais como a utilização de pequenas unidades de combate, conhecimento direto da guerra de guerrilhas e ênfase na guerra psicológica (propaganda, rumores e mentiras com a finalidade de desmoralizar o inimigo). Dessa forma, como efeitos imediatos da Guerra da Coreia:

[...] o Exército fundou a Escola de Lanceiros de Cundinamarca em 1955, moldada de acordo com os *Rangers* dos Estados Unidos, como pequenas unidades de contraguerrilha; organiza-se a Polícia Militar para enfrentar protestos; estabelecem-se mecanismos para a disseminação da doutrina militar dos EUA, através da publicação da Revista Militar (1955), a Revista de las Fuerzas Armadas (1960) e a Revista do Exército (1961), cujas páginas proliferam artigos anticomunistas, próprios ou traduzidos, [...] (VEGA CANTOR, 2015, p. 21-22, tradução nossa)⁵⁵

A resistência ante ao terror oficial foi expressa no processo de formação de autodefesas camponesas, o qual não foi, por sua vez, homogêneo. Da mesma maneira em que muitos desses grupos de camponeses foram criados e instrumentalizados por grandes proprietários liberais que buscaram proteger suas terras, nos locais em que se havia construído uma sólida tradição de luta organizada pela terra – como Tolima e Cundinamarca, onde as ligas camponesas do PCC e da UNIR haviam se consolidado desde os anos 30 – foram criadas autodefesas que romperam com o bipartidarismo tradicional. Essas guerrilhas influenciadas pelo gaitanismo e pelo PCC seriam, não por acaso, as mais duramente reprimidas. Os massacres, o despojo e os

importante papel na difusão de uma propaganda apocalíptica sobre os perigos do comunismo e da influência de Moscou na Colômbia. Segundo Galat e Alvarez (1985, p. 120), o *laureanismo* significou uma espécie de governo preventivo contra o avanço popular e a contenção ou supressão das conquistas operárias, criando uma situação de enriquecimento oligárquico, empobrecimento popular e superexploração, paralelamente à sua diminuição da participação na renda nacional.

⁵⁵ “[...] el Ejército funda la Escuela de Lanceros en Cundinamarca en 1955, que se moldea según los Rangers de Estados Unidos, como pequeñas unidades de contra-guerrilla; se organiza la Policía militar para enfrentar protestas; se establecen mecanismos de difusión de la doctrina militar estadounidense, mediante la publicación de la Revista Militar (1955), la Revista de las Fuerzas Armadas (1960) y la Revista del Ejército (1961), en cuyas páginas proliferan artículos anti-comunistas, propios o traducidos, [...]”.

deslocamentos forçados provocaram um reordenamento das classes sociais camponesas, das lideranças e hegemonias regionais.

2.2.1. O Nascimento das Guerrilhas

De acordo com Pizarro (1989), nos primeiros anos de resistência armada camponesa atuaram cerca de 36 frentes guerrilheiras, entre liberais e comunistas, sendo que as primeiras predominavam em número e extensão. Tanto nas zonas de resistência liberais quanto nas comunistas fazia-se uma combinação entre autodefesa e luta guerrilheira, visto que a intensidade da forma de luta dependia das características assumidas pela violência oficial em cada zona e em cada período. A composição social desses grupos armados também é heterogênea: ainda que aqueles sejam integrados primordialmente por pequenos e médios produtores, ocasionalmente também participaram camponeses ricos.

Alguns núcleos de autodefesa vão se transformar em guerrilhas móveis. Nem todos deram esse passo. Em alguns casos, devido a uma ausência condições adequadas, como organização, armamento, clareza tática, etc. Em outros, porque a própria autodefesa foi o suficiente para conter a violência oficial e seus objetivos foram alcançados sem necessidade de se transformar em outra forma de organização (como aconteceu na região de Viotá). (PIZARRO, 1989, p. 11, tradução nossa)⁵⁶

O surgimento da resistência não comunista teve caráter espontâneo, de autodefesa em regiões atormentadas pela violência oficial. No caso da resistência comunista, a diretriz para a criação de comitês de autodefesa partiu do Partido Comunista em 1949, o qual havia sido ilegalizado, na prática, no ano anterior, quando teve suas sedes invadidas pela polícia, a proibição da circulação de sua imprensa e a perseguição a seus militantes.

Assim, os movimentos de autodefesa de inspiração comunista constituem-se nas regiões de Tequendama e Sumapaz, no departamento de Cundinamarca, e ao sul do departamento de Tolima, essa última – especialmente o município de Chaparral – considerada o “berço das FARC”, com tradicional luta inspirada pelo socialismo e o agrarismo revolucionário. Não por acaso, os futuros comandantes das guerrilhas comunistas seriam quase todos dessa região, ou ali teriam tido seu início militar, como Jacobo Prías Alape, Ciro Trujillo, Manuel Marulanda, Jaime Guaracas, Raul Valbuena e Isauro Yosa. No sul de Tolima também foi forte a resistência

⁵⁶ “Algunos núcleos de autodefensa se van a transformar en guerrillas móviles. No todos dieron este paso. En algunos casos, debido a una ausencia de condiciones adecuadas, tales como organización, armamento, claridad tática, etc. En otras, porque la propia autodefensa bastó para contener la violencia oficial y sus objetivos se alcanzaron sin necesidad de transformarse en otra modalidad de organización (como ocurrió en la región de Viotá).”

armada de liberais e gaitanistas (município de Rioblanco)⁵⁷ e de indígenas (Natagaima, Coyaima, Ortega e Chaparral), esses últimos tendo tido grande influência da luta e do pensamento de Quintín Lame⁵⁸ (PIZARRO, 1989).

Em 1953 o cenário político colombiano encontrava-se marcado por uma divisão interna dos partidos tradicionais, sem um grupo capaz de exercer a hegemonia no controle do Estado e da sociedade civil (RAMOS, 2011, p. 36). Essa crise política criou as condições para o único golpe militar ocorrido nos tempos modernos na Colômbia, levando ao poder o general Rojas Pinilla em 1953. Apoiado por setores mais moderados do partido Conservador e por frações da classe dominante, às quais interessava dar um basta à guerra partidária, Rojas Pinilla assume com um discurso nacionalista e prometendo uma anistia geral às guerrilhas. Comparado ao argentino Juan Domingo Perón por sua retórica e medidas populistas, o general, entretanto, continuou com a repressão sangrenta no campo, buscando atingir as guerrilhas que não aceitaram a anistia e, de modo especial, as comunistas⁵⁹, que haviam proposto retornar ao caráter de autodefesa, sem desmobilização ou entrega de armas.

A anistia de Pinilla logrou desmobilizar, dessa forma, as guerrilhas liberais mais fortes, dividindo o movimento de autodefesas camponesas e encerrando o predomínio de guerrilhas de inspiração liberal na Colômbia. Nesse período, as principais regiões onde se desenvolveram autodefesas comunistas foram Riochiquito (Cauca), Marquetália (sul de Tolima), Villarrica (leste de Tolima) e Sumapaz (sul de Cundinamarca), com continuidade de traços específico do movimento agrário em Viotá (sudoeste de Cundinamarca).

Assim, para erradicar um dos redutos comunistas, em 1955 Pinilla desencadeia a Guerra de Villarrica com o objetivo de tomar um município no oriente de Tolima, sede de sindicatos camponeses e da Frente Democrática Comunista de Libertação Nacional. Nessa ação, o Batalhão Colômbia, de volta ao seu país de origem, pôde aplicar o aprendizado da estratégia de contraguerrilha através de bombardeiros aéreos, dispersão de *napalm* e criação do Campo de

⁵⁷ Pizarro (1989) relata a tentativa de união entre as guerrilhas liberais e comunistas dessa região, como o Movimento Popular de Libertação Nacional. No entanto, divergências políticas, interesses de setores ligados ao latifúndio e o crescimento de um forte sentimento anticomunista entre liberais provocaram a ruptura dessa aliança após a Primeira Conferência Nacional Guerrilheira, em 1952.

⁵⁸ Manuel Quintín Lame Chantre (1880-1967) foi uma importante liderança indígena na luta pela manutenção dos *resguardos* (terras comunais) e contra a exploração de trabalho escravo dos povos tradicionais, em meio a uma conjuntura em que o processo de modernização capitalista ameaçava esses territórios comunais e o modo de vida indígena. (Ver mais em: NUÑEZ ESPINEL, Angela. Quintín Lame: mil batallas contra el olvido. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, núm. 35, 2008, p. 91-124 Universidad Nacional de Colombia. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1271/Resumenes/Resumen_127112583003_1.pdf. Acesso em: 20/04/ 2020).

⁵⁹ Tendo sido o militar que comandou a repressão ao *Bogotazo* e os soldados colombianos na Guerra da Coreia, Rojas Pinilla estava muito longe de ser um líder de caráter progressista.

Concentração de Cunday, que se tornou um grande centro de tortura. Os resultados foram o desalojamento de cem mil camponeses e o estabelecimento de guerrilhas nas terras baixas ao leste da cordilheira oriental, estabelecendo um padrão de luta que se desenvolveu ao longo dos anos 60 e 70 (HYLTON, 2010, p. 82).

O movimento guerrilheiro se retira de Villarrica em direção ao páramo de Sumapaz e as regiões selváticas de El Pato (Caquetá) e Guayabero (Meta), onde os camponeses revolucionários instalaram suas bases e iniciaram cultivos. Ao contrário das teses triunfalistas divulgadas pelo governo e pelo exército, a guerrilha não havia se dissolvido, mas se deslocado. Os milhares de camponeses agredidos organizam, por sua vez, a chamada Coluna em Marcha até o Rio Duda (Meta) sob o comando do guerrilheiro comunista José A. Castañeda (codinome “Richard”), fundando, em seguida, uma colônia nessa região. Segundo os relatos coletados por Alfredo Molano, o objetivo da Coluna em Marcha:

[...] foi primeiro evacuar a maioria da população não-apta para o combate, primeiro para os páramos e depois, sob o fogo inclemente do Exército, para o desfiladeiro do rio Duda e do *Llano* [...]. Foi, como comentou um velho guerrilheiro, 'a mesma coisa que Bolívar fez, mas para baixo'. (1987⁶⁰, apud PIZARRO, 1989, tradução nossa)⁶¹

Apesar de ter logrado desmobilizar a maioria das guerrilhas liberais e pacificar regiões que haviam sido devastadas pela Violência, o governo militar passou a acumular diferenças importantes com os grupos dominantes e com os partidos tradicionais, além de manifestar a intenção de permanecer indefinidamente no poder. Após uma greve geral promovida pelo empresariado em maio de 1957, o Rojas Pinilla foi obrigado a deixar o país. Uma junta militar assumiu o governo a fim de garantir uma transição pacífica para um regime civil, buscando negociar com as guerrilhas e suspendendo os operativos militares em locais como o sul de Tolima, o que terminou por convencer as lideranças liberais da região a cessar suas atividades. O movimento armado comunista acolheu as iniciativas de paz passando de guerrilha móvel à autodefesa camponesa, situação que permaneceria até a Guerra de Marquetália, em 1964.

A decisão das guerrilhas comunistas de retornar à autodefesa fez parte de uma decisão do PC de atuar por meios legais, que respondia a uma conjuntura não apenas interna, mas também externa. Em 1956, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) já aprovara teses sobre a possibilidade histórica de uma transição pacífica ao socialismo. No ano seguinte, o Manifesto da Paz lançado por 66 partidos comunistas de todo o mundo,

⁶⁰ MOLANO, Alfredo. *Selva Adentro*, Bogotá. El Ancora Editores, 1987.

⁶¹ “evacuar a la mayoría de la población no apta para el combate, primero hacia los páramos y luego, bajo el inclemente fuego del Ejército, hacia el cañón del río Duda y el Llano (...). Fue, como comentó un viejo guerrillero, ‘lo mismo que hizo Bolívar, pero de para abajo’”.

incluindo o colombiano, defendia a coexistência pacífica dos sistemas socialista e capitalista, sua emulação civilizada e a possibilidade de erradicar a guerra como forma de solução de conflitos internacionais (PIZARRO, 1989, p. 22).

Essa nova orientação provocaria uma série de divisões no movimento comunista internacional, com destaque para a ruptura sino-soviética, diante da discordância, por parte da China, em relação às teses da transição pacífica para o socialismo e da coexistência deste sistema com o capitalismo. De acordo com Buitrago Roa e Suárez Gutiérrez (2017), somou-se a essa disputa ideológica entre chineses e soviéticos o triunfo da Revolução Cubana em 1959, fato que traria importantes mudanças na esquerda colombiana, tais como: 1) a formação de uma nova esquerda, fora do PC e das que viriam ser as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que defendia outras formas de se chegar ao poder, especialmente pela via armada ofensiva; 2) A influência da teoria do foco de Ernesto Che Guevara na luta guerrilheira; 3) a virada a uma análise da “realidade nacional” para levar a cabo uma revolução no país.

O início dos anos 60 seria marcado, dessa forma, pelo debate sobre os modelos de guerrilha no movimento comunista colombiano. Divisões internas no Comitê Central do PCC sobre a luta armada geraram a expulsão de Pedro Vásquez Rendón⁶² e seu grupo, que haviam optado pela linha do PC chinês e fundariam o Partido Comunista-Marxista Leninista (PCC-ML), o qual seria o braço político da guerrilha Exército Popular de Libertação (EPL). Por sua vez, vários líderes regionais do PCC e membros da Juventude Comunista Colombiana (JUCO) também abandonaram PCC, entre eles fundadores do que seria o Exército de Libertação Nacional, como Manuel Vázquez Castaño, Víctor Medina Morón e Jaime Arenas (BUITRAGO ROA; SUÁREZ GUTIÉRREZ, 2017).

Nesse debate, um tema muito importante era a forma de se chegar ao poder. O ELN e o EPL tomaram uma posição anti-eleitoral e que privilegiava a luta armada, ao passo que o PCC insistia na combinação de todas as formas de luta, incluindo a eleitoral. Além disso, as novas guerrilhas comunistas criticavam as guerrilhas ligadas ao PCC – que viriam a se chamar FARC em 1966 – por sua “pouca combatividade”, pois, ao menos até o ataque à Marquetália de 1964, as guerrilhas do PC tinham um caráter mais defensivo.

Adotado por grupos guerrilheiros inspirados pela Revolução Cubana, como o

⁶² Nascido em Antioquia, Pedro Hernando Vásquez Rendón havia iniciado sua militância na Juventude Comunista (JUCO) e em 1948 ingressou nas fileiras do Partido Comunista Colombiano (PCC). Nos anos 50, atuou nas guerrilhas do sul de Tolima como Comissário Político. Na década seguinte, chega ao Comitê Central do PCC, do qual seria expulso em 1963 por sua adesão ao maóismo. (VILLARRAGA SARMIENTO, A. **Vásquez Remdón, Pedro Hernando**. Diccionario biográfico de las izquierdas latinoamericanas. 2020. Disponível em: < <https://diccionario.cedinci.org/vasquez-rendon-pedro-hermano/> >. Acesso em: 28 ago. 2023)

Movimiento Obrero Estudiantil Campesino (MOEC) e o próprio ELN, o foquismo implementado em Cuba buscava criar núcleos guerrilheiros em zonas camponesas que se propusessem a iniciar um processo de insurreição, privilegiando o trabalho político-militar rural sobre o urbano. Já as guerrilhas de inspiração maoísta, como foi o caso do EPL, privilegiariam o método da Guerra Popular Prolongada (GPP), um modelo de guerra popular que requer a participação maciça de civis e que contém três etapas principais: a primeira visa a defesa contra um inimigo com grande superioridade numérica e militar; a segunda, equilibrar essas forças com o apoio massivo do “povo”, e a terceira, vencer as forças inimigas e aumentar as manobras ofensivas (BUITRAGO ROA; SUÁREZ GUTIÉRREZ, 2017).

Dessa forma, divergências e disputas, intercaladas com tentativas de associação, como a *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar*⁶³, de 1987, marcariam a trajetória e relacionamento das guerrilhas colombianas.

2.3. FRENTE NACIONAL: INSURGÊNCIA E CONTRAINSURGÊNCIA

Em 1958, um ano após a criação da Junta Militar, entra em vigor o acordo firmado no Pacto de Sitges, no qual os partidos Conservador e Liberal comprometiam-se em dividir equitativamente o poder através da ocupação alternada da Presidência e a partilha igualitária de cadeiras no Congresso. Conhecido como Frente Nacional, o pacto colocou fim no confronto bipartidário e uniu as oligarquias em torno do objetivo do combate dos resquícios do período da Violência: primeiro, o bandoleirismo⁶⁴; depois, a insurgência comunista.

O candidato liberal Alberto Lleras Camargo é eleito presidente da República com a maioria dos votos válidos. Com uma reforma constitucional estabeleceu-se que o princípio da

⁶³ A criação da *Coordinadora Nacional Guerrillera* (GNC) em 1986 e a sua posterior evolução para a *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB) em 1987, marcou um período de interrupção dos conflitos entre as diversas guerrilhas colombianas, especialmente com as FARC, guerrilha que teve maior expansão territorial durante a década de 80. A CGSB promoveu cooperação militar, debate ideológico e solução de diferenças entre os grupos, além de ter criado um código de guerrilha sobre o tratamento para com a população civil e procedimentos estabelecidos para resolver conflitos entre as organizações. Essa unidade, no entanto, não chegou a ter voz única nem nos tratados de paz, nem na guerra, tendo se limitado a poucas ações. (BUITRAGO ROA; SUÁREZ GUTIÉRREZ, 2017)

⁶⁴ Comparado ao cangaço brasileiro, o bandoleirismo (ou banditismo) colombiano marcou o período da Violência no meio rural. Caracterizado pelo localismo e bipartidarismo, o fenômeno dos bandoleiros teve início já na década de 20 como reação conservadora aos movimentos camponeses de caráter classista. Durante a Violência propriamente dita, entre as décadas de 40 e 50, o fenômeno entra em ascensão e ganha novos contornos, como estratégias de resistência armada ao terror oficial por parte de camponeses, relações de grupos de bandoleiros com os *gamonales* regionais, uso da violência extrema como represália ou vingança aos grupos inimigos, entre outros. Ver SÁNCHEZ, Gonzalo y MEERTENS, Donny. *Bandoleros, gamonales y campesinos. El caso de la violencia en Colombia*. Bogotá, El Áncora Editores, 1983.

paridade liberal-conservadora se estenderia até 1974 e que o próximo presidente eleito deveria ser do Partido Conservador. Apesar deste retorno ao regime civil e às eleições diretas, a Frente Nacional representou, na realidade, um fechamento político, pois excluiu a participação de setores que não estivessem ligados aos partidos tradicionais. Assim, a burguesia colombiana – “talvez a mais astuta da América e do mundo para a política e a mais incapaz de gerar progresso social” (ARANGO e MORENO, 1980, p. 7, tradução nossa)⁶⁵ – logrou reestabelecer o sistema político bipartidário civil sem que isso significasse mais participação política e políticas redistributivas, retomando o controle oligárquico sobre o aparelho estatal. Nesse contexto, o mecanismo do Estado de sítio foi um dos pilares de sustentação da Frente Nacional, já que, de seus 196 meses de duração, 126, ou seja, 65% do período de sua vigência, foram sob estado de sítio (RAMOS, 2011, p. 79).

A partir de 1961, o senador e filho de Laureano Gómez, Álvaro Gómez, passa a promover a narrativa, durante seus inflamados discursos no Senado, a respeito da existência de 16 “repúblicas independentes”, áreas sobre as quais o governo colombiano não exerceria soberania territorial alguma. Segundo Pinheiro (2015), nessas áreas de resistência camponesa sob influência comunista – correspondentes a Marquetalia, El Pato, Río Chiquito, Guayabero, Sumapaz e a região do rio Aiari, localizadas nos departamentos de Cundinamarca, Meta e Tolima – os camponeses construía novas formas de sociabilidade através da auto-organização em comunas, onde a relação com a terra não era baseada na propriedade privada e assembleias sem mediação do Estado tomavam as decisões e resolviam impasses.

Pouco tempo depois, Marquetalia se transformou em uma das áreas mais produtivas de alimentos dos departamentos de Tolima, Huila e Cauca. Além disso, os camponeses e os índios da região conseguiram construir formas de autogestão democrática, muito diferente das habituais relações capitalistas de produção, vivenciadas pelos camponeses. (PINHEIRO, 2015, p. 83)

Além do despertar do movimento camponês, nos primeiros da Frente Nacional o cenário era de um aumento das mobilizações nas cidades. Em um país que se urbanizava de forma rápida e desordenada, houve um aumento das demandas por moradia e uma recuperação do movimento sindical, com o surgimento de correntes sindicalistas de esquerda. O novo governo respondeu às mobilizações urbanas e camponesas através de iniciativas reformistas, disponibilizando créditos para moradia e lançando um projeto de reforma agrária, da tentativa de cooptar e dividir o movimento trabalhista pelas duas maiores centrais sindicais e, como de

⁶⁵ “[...] tal vez la más astuta de América e del mundo para la política, y la más incapaz de generar el progreso social”.

praxe, da repressão e perseguição política. Essa estratégia teve uma forte influência dos Estados Unidos, os quais ao mesmo tempo em que fomentavam a Aliança para o Progresso – plano de cooperação socioeconômica lançado em 1961 que, através de projetos sociais, buscou impulsionar o fortalecimento de camadas médias na América Latina e enfraquecer as propostas sociais- desenvolvimentistas e comunistas –, disseminavam sua Doutrina de Segurança Nacional em missões militares e na Escola das Américas⁶⁶.

Como visto, o ódio e a mobilização contrainsurgentes e anticomunistas já não eram uma novidade na Colômbia no momento em que teve início a Frente Nacional. Mesmo antes do Batalhão Colômbia e das missões militares estadunidenses no país, as respostas às demandas populares foram caracterizadas ora pela violência, ora pela cooptação clientelista. Da repressão dos movimentos classistas dos anos 20, passando pela violência dos *pájaros* e *chulavitas* nos anos da Violência e o *laureanismo*, o rechaço ao comunismo – que atingiu todas as formas de oposição que pleiteassem reformas e mais justiça social – ajudou a impedir saídas reformistas ou revolucionárias para o conflito colombiano, fato que fez o país a ser um dos únicos da região a não passar por experiências propriamente populistas ou por revoluções sociais. Assim, quando, a partir do final dos anos 50 e com mais intensidade nas duas décadas seguintes, a Colômbia passa a receber maior influência das doutrinas contrainsurgentes e de segurança nacional que orientavam a formação de unidades paramilitares, já havia, no país sul-americano, “um terreno adubado pela contrainsurgência nativa” (VEGA CANTOR, 2015, p. 30).

Em 1962, a Colômbia recebe a emblemática missão do general William Yarborough, Diretor de Investigação da Escola Especial de Guerra de Fort Bragg, na Carolina do Norte. O objetivo da missão foi avaliar o Estado das Forças Armadas colombianas e examinar o grau de assistência necessária para o combate contrainsurgente. Além de ter identificado notórias debilidades do Exército colombiano em lidar com o desafio da subversão, a missão aconselhou, dentre outras ações, que o Estado colombiano organizasse grupos paramilitares para a execução de tarefas paramilitares, terroristas e de sabotagem, que deveriam contar com o apoio dos Estados Unidos (HEADQUARTERS, U.S. Army Special Warfare School, 1962⁶⁷ apud HUMAN RIGHTS WATCH, 1996).

Deste período também datam os primeiros manuais de contrainsurgência publicados pelo Exército colombiano, influenciados tanto pela Doutrina de Segurança Nacional quanto

⁶⁶ Doutrinas de contrainsurgência na América Latina são tratadas no capítulo 1.

⁶⁷ HEADQUARTERS, U.S. Army Special Warfare School. *Subject: Visit to Colombia, South America, by a team from Special Warfare Center*. Fort Bragg, North Carolina, 26 fev. 1962.

pela Doutrina Francesa. Estes documentos comprovam um giro radical na doutrina tradicionalmente utilizada pelas Forças Armadas, que, se antes manifestava maior preocupação em combater o “exército inimigo”, naquele momento passou a focar na população como um todo, dentro das fronteiras nacionais.

Acreditando na onipresença de um inimigo interno, o Exército passa, dessa maneira: a assumir tarefas policiais – como a orientação que soldados armados pudessem realizar incursões em residências de civis –; a atuar como um serviço de inteligência, estabelecendo um regime de vigilância e controle; a influenciar o cotidiano da população por meio de censos, toques de recolher e deslocamentos forçados; a realizar operações psicológicas e manipulação da opinião pública, que inclui desde uma propaganda oficial e antissubversiva até operações de desinformação, isto é, divulgação de informações falsas feita em nome do inimigo com o intuito de causar um clima de incerteza e desconfiança da população em relação aos insurgentes. Além de campanhas de vacinação, o Exército também passa a executar outras ações cívicas, como construção de escolas e estradas.

Desde o início da Frente Nacional, o movimento agrário de Marquetalia foi colocado como um inimigo interno pelo bloco dominante. Foi principalmente contra as repúblicas independentes que o governo da Frente Nacional lançou, em 1964, o Plano Lazo, após a criação do Comitê Nacional de Ação Cívico Militar, que uniu ações de melhoria em infraestrutura e nos serviços básicos a uma violenta caça à subversão. Pouco antes deste período, o Exército já organizara suas primeiras formações paramilitares, que foram as “forças camponesas de autodefesa”, grupos de camponeses selecionados pela polícia, párocos e fazendeiros que, sobre o controle direto das Forças Armadas, cumpriam tarefas policiais, militares e de inteligência. Como orientação do general Yarborough foram também organizados esquadrões da morte batizados de localizadores, que eram encarregados de assassinar guerrilheiros e só prestavam contas ao governo estadunidense. Em 1962, estes comandos localizadores assassinaram, sem direito a julgamento, 388 guerrilheiros rurais (VEGA CANTOR, 2015, p. 34; HYLTON, 2010, p. 89 – 90).

Além de gerar o deslocamento forçado de milhares de camponeses, o Plano Lazo fracassou dramaticamente ao lançar a Operação Marquetalia, em 1964, com intuito de extinguir o enclave comunista localizado no sul do departamento de Tolima. Com financiamento e equipamento dos Estados Unidos (uso helicópteros Huey, aviões de combate T-33, guerra bacteriológica e uso de napalm), o Exército bombardeou Marquetalia buscando destruir o enclave e seu principal líder, Manuel Marulanda Vélez, o Tirofijo. No entanto, os camponeses

conseguem burlar o cerco militar e se refugiam em Rio Chiquito, onde, junto a outros líderes guerrilheiros, formam o Bloco Sul, deixando de ser uma milícia sedentária de autodefesa para se tornarem uma força móvel que, em 1966, daria origem às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Nos anos seguintes surgiram os outros maiores grupos guerrilheiros da Colômbia: o ELN, que em 7 de janeiro de 1965 dá-se a conhecer com a tomada da aldeia de Simacota, no departamento de Santander; e o EPL que surge em Córdoba e Urabá em 1967.

A década de 70 é marcada por uma nova onda de insurgência e expansão das guerrilhas, devido ao desgaste da Frente Nacional e suas dificuldades em atender as demandas das classes populares rurais e urbanas. Nesse período ocorrem mobilizações de grande magnitude por parte dos movimentos indígenas e camponeses, pelo movimento estudantil e por um sindicalismo reorganizado sob a direção majoritária das correntes de esquerda. Nesse contexto, foram emblemáticas os *paros cívicos* (greves gerais) de 71 de 76. Em 1974, a guerrilha urbana Movimento 19 de abril, o M-19, anunciava sua existência com o roubo de uma espada que pertencera a Bolívar de um museu em Bogotá. De orientação nacional-popular, o M-19 foi formado por jovens de classe média dissidentes da Aliança Nacional Popular (ANAPO), das FARC e do PCC.

O governo de Julio César Turbay Ayala (1978-1982), seria marcado por uma onda de repressão para conter a mobilização social nos centros urbanos por parte da classe operária subempregada ou desempregada nas áreas periféricas, através de associações de bairro e cooperativas (HYLTON, 2010, p. 99). Assim, além do decreto que instituiu o Estatuto da Segurança – que endurecia as sanções contra ‘perturbações da ordem’ e encarregava a Justiça Penal Militar de julgar delitos políticos – e a criação de aparatos estatais como a Brigada de Institutos Militares (BIM) e o Batalhão de Inteligência e Contra inteligência Ricardo Charry Solano (Binci), a guerra interna contra o “comunismo” contou com a atuação da organização clandestina Aliança Anticomunista Americana (AAA)⁶⁸.

2.4. DÉCADA DE 80: NARCOTRÁFICO E EXPANSÃO PARAMILITAR

A intensa repressão estatal e paraestatal somada à crise e à transição de um regime de

⁶⁸ A exemplo da Aliança Anticomunista Argentina, a chamada “Triple A” colombiana foi responsável por grande parte dos atentados cometidos contra militantes dos movimentos populares e personalidades jurídicas que se opuseram ao Estatuto de Segurança, tornando-se alvos de ameaças, sequestros, torturas e assassinatos. Conformado pelo Binci e por altos escalões das Forças Armadas para fazer o “trabalho sujo” no final da década de 70, esse esquadrão da morte assinava advertências mimeografadas a juristas democratas que se manifestaram contra o Estatuto de Segurança.

acumulação de capital produtivo para um regime neoliberal de financeirização – a qual resultou em uma maior dinâmica de concentração e centralização da riqueza e da propriedade de natureza privada e transnacional (ESTRADA ÁLVAREZ, 2015, p. 12) – acabaram por enfraquecer a autoridade estatal e impulsionar a expansão das guerrilhas⁶⁹, bem como o fortalecimento das mobilizações populares no campo e na cidade. Se nos centros urbanos o desemprego, o aumento do setor informal, os baixos salários e a falta de infraestrutura estatal alimentavam a revolta popular, expressa nos *paros cívicos*, na zona rural a concentração fundiária fez avançar o movimento camponês, gerando uma onda de ocupações de terra. Duramente reprimidos pelo governo, milhares destes camponeses sem-terra viram-se obrigados a colonizar novas terras no oriente do país e na região do Magdalena Médio⁷⁰, fortalecendo as guerrilhas que dominavam essas regiões desde os anos 50 e 60 (MOLANO, 2006, p. 9.3).

Outra mudança econômica importante foi o aumento da participação de produtos ilegais nas exportações colombianas, isto é, maconha, cocaína e a extração ilegal de esmeraldas. Assim, entre o fim da década de 70 e meados dos anos 80, tem início a ascensão econômica de uma nova classe de contrabandistas e narcotraficantes, concentrada, principalmente nos departamentos de Antióquia e Córdoba. De acordo com Estrada Álvarez (2015), a inserção da economia colombiana na economia corporativa transnacional das drogas de uso ilícito foi um fator indispensável para a estabilidade macroeconômica, tendo ainda aumentado a especulação imobiliária nos centros urbanos e provocado maior concentração da propriedade de terra. Por outro lado, essa economia tornou-se uma forma de sobrevivência para setores empobrecidos do campesinato e de trabalhadores agrícolas, incorporados àquela pelo cultivo e colheita de coca, gerando ainda novos ciclos de colonização campesina e ampliação da fronteira agrícola.

Além dos impactos econômicos, a economia corporativa transnacional de drogas ilícitas transformou substancialmente o conjunto da formação socioeconômica, entronizando nela traços criminosos e *gangsters*, que permanecem até hoje. Ao mesmo tempo, se tornou um dos pilares dos processos de acumulação por expropriação, da ordem da guerra de contrainsurgência e do paramilitarismo, que foram relançados a partir da década de 1980. A dinâmica desta economia tornou-se um fator de impacto importante na tendência e dinâmica do conflito social e armado. À sombra desta economia transnacional, assistiu-se ao crescimento militarização da vida econômica, política, social e cultural do país. (ESTRADA ÁLVAREZ, 2015, p. 14, tradução nossa⁷¹)

⁶⁹ Outro fator que impulsionou a luta armada na Colômbia foi a vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional em 1979, na Nicarágua, que derrubou a ditadura de Somoza através de um levante guerrilheiro e insurrecional.

⁷⁰ Vale atravessado pelo rio Magdalena na região central do país, o Magdalena Médio é uma região estratégica também por sua economia, caracterizada pela criação de gado, produção de palma africana e cacau, exploração petrolífera e extração de ouro.

⁷¹ No original: “[...] Además de los impactos económicos, la economía corporativa transnacional de las drogas ilícitas transformó su stancialmente el conjunto de la formación socioeconómica, entronizando en ella rasgos

Como o havia sido no ciclo do café, Medellín era o eixo central dessa nova economia, onde se concentravam os principais chefes narcotraficantes. Como descreve Hylton (2007), os grupos que competiam pelo negócio do contrabando de cigarros desde o início dos anos 70 dariam origem, na década seguinte, às diversas redes entrelaçadas do comércio de cocaína – compra, processamento, linhas de crédito, transporte – interligando a região cafeteira até as fronteiras tropicais do Leste e a costa atlântica do Norte, conformando o que ficou conhecido como o cartel de Medellín. O principal meio de lavagem das montanhas de narcodólares era a compra de terrenos, fazendo com que os chefes do narcotráfico – como o próprio Pablo Escobar – adquirissem grandes propriedades nas terras baixas tropicais do norte de Antioquia e no Magdalena Médio (ibid, 2007, p. 74).

Logo essa próspera classe de narcotraficantes se tornaria alvo de sequestros e extorsões das guerrilhas. Em 1981, chefes do cartel de Medellín como Escobar, Carlos Lehder, Víctor Carranza e Gonzalo Rodríguez Gacha organizaram, junto a oficiais do exército, policiais e lideranças partidárias, o grupo paramilitar “Morte aos Sequestradores” (MAS), como resposta ao sequestro de Martha Ochoa (do clã dos Ochoa, que também chefiava o Cartel) pelo M-19. Com o discurso de combater os sequestros e extorsões das organizações guerrilheiras e livrar o Magdalena Médio de “subversivos”, o MAS iniciou uma campanha de sequestros, torturas e desaparecimentos de militantes de esquerda, além de massacres no campo, combatendo mais a base social da guerrilha do que as próprias organizações guerrilheiras. A participação e responsabilidade do Estado também foi uma característica, conforme constatou o então procurador geral da República em um informe realizado em 1983, o qual apontou que, dos 163 membros do MAS, 59 eram membros ativos das forças estatais de segurança (PROCURADURÍA GENERAL DE LA NACIÓN, 1983). Além de demonstrar uma flexível cooperação com figuras do narcotráfico por parte do Estado, o informe também trouxe à luz os vínculos do grupo com caciques eleitorais e pecuaristas.

Zelik (2015) comenta a aparente contradição da cooperação entre o narcotráfico e as forças estatais:

À primeira vista, a aliança entre o narcotráfico e os aparatos de segurança pode surpreender. No entanto, existem sobreposições importantes de interesses. Em troca de seus esforços “antissubversivos”, os chefões do tráfico puderam contar com a

criminales y mafiosos, que se mantienen en la actualidad. Al mismo tiempo, se constituyó en unos de los pilares de los procesos de acumulación por despojo, del orden de la guerra contrainsurgente y del paramilitarismo, que se reeditaron a partir de la década de 1980. La dinámica de dicha economía devino en un factor de impacto importante sobre la tendencia y la dinámica del conflicto social y armado. A la sombra de esta economía transnacional se asistió a la creciente militarización de la vida económica, política, social y cultural del país”.

tolerância do Estado frente a seus negócios ilícitos. Por outro lado, o apoio logístico das Forças Armadas, permitiu-lhes armar suas próprias tropas de segurança privada, necessárias para proteger seus bens. O Exército e a Polícia, por outro lado, se beneficiaram com o crime organizado, na medida em que puderam delegar o negócio sujo da contrainsurgência a terceiros, reduzindo o risco de estar diretamente implicados em um escândalo político ou jurídico. A máfia do narcotráfico constituía um instrumento vantajoso para a força pública, pois pela sua ilegalidade era chantageada e também contava com os recursos financeiros necessários para manter o custoso empreendimento de uma guerra encoberta. Este último ponto é da maior importância, visto que o paramilitarismo é uma forma de mercenarismo, requer enormes quantias de dinheiro. (ZELIK, 2015, p. 90, tradução nossa⁷²)

Fora o MAS, outros grupos paramilitares surgiram e se expandiriam nesse período, alimentados pelos investimentos dos cartéis de droga, pecuaristas, grêmios econômicos, multinacionais e comerciantes. Mais do que uma defesa contra as ações guerrilheiras, esses exércitos privados tinham o intuito de manter uma ordem social conservadora, atacando camponeses e militantes de movimentos sociais.

2.4.1. O Nascimento das Primeiras “Autodefesas”

Como visto, as guerrilhas colombianas surgiram de grupos de autodefesa conformados por pequenos e médios camponeses – como algumas exceções de participação de latifundiários – que necessitavam se proteger de agressões estatais e paraestatais no período da Violência. Segundo Pinheiro (2015) essas autodefesas camponesas surgiram de forma espontânea e, no geral, eram grupos pequenos e constituídos por unidades familiares, que se revezavam entre a tarefa militar e o trabalho na lavoura. Nascidos com o propósito de proteger suas vidas e seu território, muitos desses grupos desenvolveram formas de sociabilidade mais solidárias, com novas relações de viver, produzir, morar, se locomover e se proteger. O recrudescimento da violência impeliu esses grupos a se tornarem guerrilhas: em um primeiro momento, liberais e comunistas; e, posteriormente, apenas comunistas.

As autoproclamadas “autodefesas” que surgem na Colômbia a partir dos anos 1980

⁷² “A primera vista, la alianza entre narcotráfico y aparatos de seguridad puede sorprender. Sin embargo, hay importantes coincidencias de intereses. Como contraprestación a sus esfuerzos “antisubversivos”, los capos pudieron contar con la tolerancia del Estado frente a sus negocios ilícitos. Por otro lado, el apoyo logístico de las FF.MM. les permitió armar sus propias tropas de seguridad privada, que requerían para proteger sus patrimonios. El Ejército y la Policía, en cambio, se beneficiaron del crimen organizado, en la medida en que podían delegar a terceros el negocio sucio de la contrainsurgencia, reduciendo el riesgo de quedar implicados directamente en un escándalo político o jurídico. La mafia narcotraficante constituyó un instrumento ventajoso para la fuerza pública, pues por su carácter ilegal era chantajeable y además disponía de los recursos económicos necesarios para mantener la costosa empresa de una guerra encubierta. Este último punto es de suma importancia, ya que siendo el paramilitarismo una forma de mercenarismo, requiere enormes cantidades de dinero.”

possuem, no entanto, um caráter radicalmente diferente. Impulsionadas por uma aliança entre pecuaristas, comerciantes, autoridades locais⁷³, caciques políticos do Partido Liberal⁷⁴, membros das Forças Armadas⁷⁵ e da Defesa Civil e representantes da *Texas Petroleum Co* (TEXACO), as Autodefesas Campesinas do Magdalena Médio surgem nos municípios de Puerto Boyacá e Puerto Berrío com o intuito de realizar uma “limpeza” da insurgência em uma região com forte influência das FARC e do PCC. Como fachada para a compra de armas e munições, organização de logística e remuneração de combatentes, essas “autodefesas” contavam com a *Asociación de Campesinos y Ganaderos del Magdalena Medio* (ACDEGAM). Baseando-se no estudo pioneiro de Medina Gallego (1990) sobre o caso de Puerto Boyacá, Zelik (2015) coloca que a ACDEGAM:

[...] constituiu um híbrido de grêmio econômico, movimento político e organização militar. A Acdegam controlava grupos de vigilantes e esquadrões da morte que agiam contra líderes sindicais e camponeses e, por sua vez, era responsável pelo controle político-social da região. Integrantes da Acdegam assumiram cargos-chave da administração departamental e municipal, o que lhes permitiu desviar recursos estaduais para a região e, assim, apresentar supostos avanços. Ao mesmo tempo, o sistema paramilitar de extorsão gerou uma economia ilícita própria. (ZELIK, 2015, p. 2018, tradução nossa⁷⁶)

As autodefesas da ACDEGAM passaram a disseminar violência e terror entre a população por meio da prática de assassinatos seletivos, torturas, desaparecimentos forçados e massacres contra a população rural e urbana e, em especial, ativistas e dirigentes sindicais, cívicos e políticos, a camponeses e toda pessoa que tivesse relação com as Farc ou com o PCC ou que pudesse servir-lhes de apoio. Foi um projeto que transformou radicalmente as estruturas sociais e econômicas de uma região que outrora tivera importante influência daquelas organizações. A violência, dessa forma, não foi perpetrada primordialmente contra a guerrilha,

⁷³ Como o prefeito militar de Puerto Boyacá, Capitão Oscar Echandía, que seria citado pela Procuradoria Geral da Nação como membro do MAS em 1983.

⁷⁴ Foram figuras-chave nesse processo os pecuaristas Gonzalo y Henry de Jesús Pérez, o cacique político de Puerto Boyacá Pablo Emilio Guarín e o ministro de governo Jaime Castro, além do também político Ivan Roberto Duque, que se tornou o secretário geral da Acdegam e serviu de ponte entre as autodefesas e a classe política bogotana. Todos eram membros do Partido Liberal.

⁷⁵ Cabe mencionar a criação XIV Brigada em Puerto Berrío em 1983, à qual passou a pertencer o Batalhão Bárbula, este reativado em 1979 em Puerto Boyacá e instalado nos arredores da Texaco. Assim, com a chegada da XIV Brigada, o trabalho de repressão do Batalhão Bárbula foi reforçado, período de um notório aumento de vítimas de crimes de lesa humanidade. (COLOMBIA NUNCA MÁS, 2001)

⁷⁶ “[...] constituyó un híbrido de gremio económico, movimiento político y organización militar. Acdegam controlaba grupos de vigilancia y escuadrones de la muerte que actuaban contra líderes sindicales y campesinos y se ocupaba a su vez del control político-social de la región. Miembros de Acdegam coparon las posiciones claves de la administración departamental y municipal, lo que les permitió desviar recursos estatales hacia la región y mostrar así un supuesto progreso. Al mismo tiempo, el sistema de extorsión paramilitar generó una economía ilícita propia.”

mas organizações civis e políticos que se constituíssem um empecilho aos interesses das autodefesas.

Ao mesmo tempo em que fazia uma “limpeza geral”, a ACDEGAM promovia projetos sociais como construções de escolas e contratação de médicos em áreas mais pobres, buscando constituir uma hegemonia anticomunista no município. A principal ação consistiu nas brigadas de saúde, quando grupos de civis, por vezes armados, começaram a percorrer a região em mutirões de atenção básica, estratégia para entrar em contato com os camponeses e localizar aqueles associados às FARC e aqueles que, pelo contrário, mostravam-se enfasiados com as práticas guerrilheiras. De acordo o dossiê sobre o paramilitarismo publicado em 5 de agosto de 1989 pela revista *Semana*, no mesmo período do início das brigadas de saúde,

[...], começaram a aparecer os cadáveres, às vezes mutilados ou torturados, daqueles aos quais atribuía-se algum nexa com a guerrilha. Era comum que, ao lado de seus corpos, fosse encontrada uma placa com escritos como “Morto por ser comunista”. Ao final de 83, as brigadas de saúde já haviam se expandido por várias zonas do território nacional que sofriam do mesmo mal que a área de Puerto Boyacá: a guerrilha. Fazendeiros, comerciantes e mineiros de regiões como Urabá, Meta, o nordeste antioqueño e de todo o Magdalena Medio começaram a patrocinar as brigadas de saúde que precediam as chamadas “operações de limpeza” e os primeiros massacres que ocorreram nesses tempos no país, como o que aconteceu em Remédios, Antioquia, no fim de 83. (SEMANA. El dossier paramilitar. 5 ag. 1989, tradução nossa⁷⁷)

Figura 2: Letreiro colocado na entrada do município de Puerto Boyacá desde os anos 70



Fonte: <https://www.elespectador.com/noticias/judicial/asi-fue-genesis-del-paramilitarismo-articulo-436386>

O que ficou conhecido como “Modelo de Puerto Boyacá” difundiu-se para outros

⁷⁷ “[...], empezaron a aparecer los cadáveres, a veces mutilados o torturados, de aquellos quienes se les atribuía algún nexa con la guerrilla. Solía suceder que sobre al lado de sus cuerpos, se encontrara un letrero con inscripciones como "Muerto por comunista". A fines del 83, las brigadas de salud se habían extendido ya a varias zonas del territorio nacional que sufrían del mismo mal que el área de Puerto Boyacá: la guerrilla. Hacendados, comerciantes y mineros de regiones como Urabá, el Meta, el nororiente antioqueño, y todo el Magdalena Medio, comenzaron a patrocinar las brigadas de salud que precedían las llamadas "operaciones de limpieza", y las primeras masacres que se dieron en estos tiempos en el país, como la sucedida en Remedios, Antioquia, a fines del 83”.

municípios e departamentos, o que demonstra uma estratégia que ia muito além de autodefesa. Os grupos paramilitares do Magdalena Médio agiam amparados na legislação da década de 1960 que autorizou o Exército a entregar armas de uso privativo para a população civil. Em 1965, o artigo 25 do decreto legislativo 3398 legalizava o uso de civis pelas Forças Armadas⁷⁸. Três anos depois, o decreto foi transformado em legislação permanente (Lei 48 de 1968). Nesse contexto, os já mencionados manuais militares também preconizavam a importância da população civil no combate às insurgências. Conforme alega Alfredo Molano (2006) sobre o Manual Militar de 1969:

[...] Nesse ano utilizou-se, pela primeira vez, a palavra paramilitar como modalidade de “autodefesa civil” e autorizou-se que a força pública treinasse e armasse os camponeses para combater a guerrilha. Nos batalhões do Exército, das Forças Armadas e da polícia, organizaram-se grupos civis e, em muitas regiões (Tolima, Huila, Meta, Santander), escolas de autodefesa, muitas das quais ativas até hoje (Colombia, Huila). [...] (MOLANO, 2006, p. 9.2-9.3, tradução nossa⁷⁹)

As “autodefesas” formadas e treinadas por militares e financiadas por importantes instituições econômicas e políticas não eram, dessa maneira, implacavelmente perseguidas pelo Estado como o eram as guerrilhas de esquerda. É pela atitude estatal frente a esses grupos – que vai muito além de uma omissão, mas inclui uma verdadeira participação – que as “autodefesas” do Magdalena Medio (e das que são objeto desse trabalho) são enquadradas dentro do fenômeno do paramilitarismo.

Em busca de adquirir reconhecimento político, as Autodefesas Campesinas do Magdalena Médio iniciam mobilizações civis que incluíram marchas e encontros de camponeses, criadores de gado, comerciantes e dirigentes regionais para fazer frente aos acordos de paz com as Farc que estavam em curso no governo de Belisário Betancurt (1982 – 1986), o qual, na busca de uma saída política para o conflito armado, havia declarado anistia a mais de mil ativistas políticos e guerrilheiros e tentava solucionar o problema da terra através do Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA).

2. 4. 2. O narcoparamilitarismo e a guerra suja contra as esquerdas

⁷⁸ Conforme o artigo: “Todos los colombianos, hombres y mujeres no comprendidos en el llamamiento al servicio militar obligatorio, podrán ser utilizados por el Gobierno en actividades y trabajos con los cuales contribuyan al restablecimiento de la normalidad (MINISTERIO DE LA DEFENSA NACIONAL, 196652 apud QUIJANO MEJÍA, 2009)”.

⁷⁹ “[...] En ese año se utilizó por su primera vez la palabra paramilitar como modalidad de “autodefensa civil” y se autorizó a la fuerza pública a entrenar y armar a los campesinos para combatir a la guerrilla. En los batallones del Ejército, de la Armada y de la policía, se organizaron grupos civiles y en algunas regiones (Tolima, Huila, Meta, Santander) escuelas de autodefensa, muchas de las cuales están hoy activas (Colombia, Huila)”.

As medidas anunciadas por Belisario Betancurt desde a sua posse, em 7 de agosto de 1982, foram marcadas por uma série de rupturas em relação aos governos anteriores. Além de anunciar reformas para solucionar as causas estruturais da violência, da anistia incondicional e dos acordos de paz com as Farc no município de La Uribe (departamento de Meta), o novo governo propôs o reestabelecimento das relações diplomáticas com Cuba, vinculou a Colômbia ao Movimento dos Países Não-Alinhados (no lugar do longínquo alinhamento aos Estados Unidos) e deu suporte ao Grupo de Contadora⁸⁰ em prol de negociações de paz na Nicarágua e em El Salvador, destoando mais uma vez da agenda estadunidense.

Firmado em março de 1984, o pacto de La Uribe criou uma Comissão para a Paz responsável pela implementação e verificação do cumprimento dos pontos acordados, que incluíam também uma abertura política e garantias para a oposição, tendo sido enunciada, na linguagem oficial, a necessidade de combate aos grupos paramilitares⁸¹. No documento final as Farc reafirmaram sua condenação às práticas de sequestro, extorsão e terrorismo, comprometendo-se em ajudar a extinguir o que as mesmas definiram como “atentados contra a liberdade e dignidade humanas”. Em agosto do mesmo ano novos acordos de paz fizeram com que o EPL e o M-19 também declarassem a trégua. A despeito do cessar-fogo, a tomada do poder pela via armada ainda estava no horizonte para as três guerrilhas, as quais, diante de sua expansão⁸², da ascensão dos movimentos populares, da vitória dos sandinistas na Nicarágua e da crise do sistema político colombiano, realizaram uma leitura triunfalista dos processos de paz e interpretaram aquele momento histórico como pré-revolucionário.

A política de paz do governo Betancurt e sua mudança para uma política externa mais independente dos Estados Unidos provocaram imensa resistência no *status quo*. Internamente, Betancurt enfrentou a rejeição do Exército colombiano, o qual, formado pelos manuais de contrainsurgência da Guerra Fria, não apoiou solução pacífica para resolver o problema das guerrilhas. As negociações pela realização de reformas sociais (como a reforma agrária) e

⁸⁰ Iniciativa político-diplomática empreendida por México, Panamá, Venezuela e Colômbia a partir de 1983 na ilha de Contadora (Panamá) com o objetivo de encontrar soluções para as turbulências que assolavam a América Central e, ao mesmo tempo, dispensar o uso da força e a interferência de potências estrangeiras no tema.

⁸¹ CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRIA. Los Pactos de la Uribe FARC- EP (1984 y 1986) y Dialogo Nacional con el M19, EPL y ADO (1984). 2014. Disponível em: <<http://centromemoria.gov.co/wp-content/uploads/2014/03/Los-Pactos-de-la-Urbe-FARC-EP-1984-y-1986-y-Dialogo-Nacional-con-el-M19-EPL-y-ADO-1984.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2020.

⁸² Durante o governo Turbay, as FARC haviam se multiplicado, passando de nove frentes em 1978 a 27 em 1983. A VII Conferência da organização aprovaria um novo Plano Estratégico Político-Militar, no qual as FARC passariam de uma guerrilha de resistência a um *Ejercito del Pueblo* para a ofensiva pelo poder, adicionando a sigla “EP” ao nome da organização.

políticas (como a eleição popular de prefeitos e governadores, que foi efetivada) foram encaradas como ameaças ao poderio das elites regionais. Assim, o governo Betancurt não teve apoio de nenhuma fração da classe dominante nem obteve maioria no Congresso para aprovar reformas estruturais. Também o cenário internacional não era o mais propício para um alcance da paz na Colômbia, já que as guerras de contrainsurgência financiadas pelos Estados Unidos na América Central entravam em fases críticas⁸³.

Nesse período, o governo de Ronald Reagan aumentava a pressão sobre as autoridades colombianas para que aumentassem seu engajamento na guerra às drogas, o que levaria à descoberta de “Tranquilândia” em 1984, quando uma operação coordenada pela Polícia Nacional e pelo órgão estadunidense de repressão a narcóticos, a *Drug Enforcement Administration* (DEA) descobriu o maior laboratório de processamento de cocaína do mundo escondido, que ficava em meio à selva do departamento de Caquetá e era propriedade do cartel de Medellín. Este fato, junto à possibilidade de extradição para os Estados Unidos, fez com que os narcotraficantes do cartel declarassem guerra ao Estado colombiano sob nome de “Os Extraditáveis”, e ordenassem, 54 dias após o desmantelamento de “Tranquilândia”, o assassinato do ministro de Justiça Rodrigo Lara Bonilla, inimigo do cartel por suas denúncias sobre a influência dos narcotraficantes na política e responsável pela renúncia de Pablo Escobar ao cargo de representante da Câmara⁸⁴.

Outra consequência da descoberta do laboratório foi que a produção do narcotráfico migrou do sul do país e das planícies orientais para a região do Magdalena Médio, onde as “autodefesas” já perpetravam massacres e disseminavam terror entre as bases sociais das guerrilhas. Com seus interesses econômicos também afetados pelas extorsões e sequestros das FARC e pelas reformas políticas e sociais prometidas pelo governo central, os chefes narcotraficantes uniram-se às autodefesas e seus apoiadores, financiando armamentos e escolas de sicários, além do pagamento dos soldos. Em troca, as “autodefesas” passaram a escoltar os

⁸³ Nesse período já havia começado a operação *La Contra*, na qual o governo estadunidense criou, treinou, financiou, armou e abasteceu um exército paramilitar de exilados do regime sandinista, na Nicarágua.

⁸⁴ A guerra do grupo dos Extraditáveis contra o Estado colombiano incluiria uma série de assassinatos e atentados contra juízes, políticos, policiais, militares e quaisquer funcionários estatais que se colocassem no caminho do cartel e apoiassem a extradição de narcotraficantes para os Estados Unidos. Além do ministro Lara Bonilla, também o coronel Ramírez foi assassinado a mando do cartel, além do diretor do jornal *El Espectador* Guillermo Cano (por seus editoriais que denunciavam o poder e a violência do cartel de Medellín) e do candidato à presidência, Luis Carlos Galán, que havia expulsado Escobar de seu movimento Novo Liberalismo. Entre os atos terroristas mais marcantes e cruentos cometidos a mando dos Extraditáveis, podemos citar a explosão de uma aeronave da Avianca em pleno voo em 1989, matando todos os 107 ocupantes; e a explosão de um ônibus-bomba em frente ao edifício do DAS, a qual, na intenção de assassinar o diretor Miguel Maza Márquez, matou cerca de 60 pessoas, entre funcionários e transeuntes.

chefes do cartel e suas propriedades, além de fornecer integrantes para serviços sicariais. O narcoparamilitarismo foi responsável, desse modo, não apenas por uma expansão quantitativa do paramilitarismo – com a replicação do modelo de Puerto Boyacá por todo o território colombiano –, como também promoveu um salto qualitativo pelo investimento em armas e novos artefatos de guerra e a contratação de mercenários estrangeiros⁸⁵ para que ministrassem cursos militares a civis.

Quando foi anunciada, em março de 1985 a criação da União Patriótica (UP), frente civil fundada pelos guerrilheiros desmobilizados das Farc e pelo PCC em conjunto com outras organizações de esquerda e movimentos sociais para participação no sistema político formal, os pactos de paz entre governo e insurgências armadas já estavam em crise e o narcoparamilitarismo já se encontrava em ascensão. Nesse contexto de aumento da violência contrainsurgente, as vitórias eleitorais da esquerda⁸⁶ geraram uma reação sangrenta, que resultou no assassinato de mais de 4 mil militantes e simpatizantes da UP de 1986 a 1993, incluindo seus candidatos à presidência em 86, Jaime Parto Leal, e em 1990 Bernardo Jaramillo Ossa.

Além da UP, os outros grupos de guerrilheiros que se desmobilizaram para ingressar na política formal também sofreram perseguição, como Carlos Pizarro León Gómez, candidato à presidência pelo M-19 em 1990 e assassinado neste mesmo ano em pleno voo de Bogotá a Barranquilla. A essa guerra suja contra os movimentos de esquerda atribui-se a responsabilidade a militares e narcoparamilitares, com destaque para Rodriguez Gacha, o “czar” das esmeraldas

⁸⁵ Narcotraficantes do cartel de Medellín como José Gonzalo Rodriguez Gacha (o “Mexicano”) e o próprio Pablo Escobar financiaram cursos ministrados por mercenários israelenses, britânicos e australianos e promovidos pela ACDEGAM em Puerto Boyacá. Em um desses cursos, os mercenários israelenses Yair Klein e Teddy Melnick ensinaram técnicas confecção de bombas incendiárias e outros tipos de explosivos; técnicas de controle remoto com cabos, radiofrequências, relógios, acumuladores de energia ou altímetros (este método foi usado no ataque ao avião Avianca HK1803); defesa antiaérea; inspeções de raio-x, dentre outros. Além disso, os israelenses chegaram a negociar a venda de armas com narcotraficantes. (NOCHE Y NIEBLA. *Deuda con la Humanidad. Paramilitarismo de Estado em Colombia 1988-2003*. Banco de Datos de Violencia Política, Bogotá, 2004. Disponível em: Disponível em:

<<http://www.nocheyniebla.org/files/u1/casotipo/deuda/html/pdf/deuda20.pdf>>. Acesso em 21 set. 2020.)

⁸⁶ Já nas primeiras eleições em que participou, em 1986, a UP obteve mais de 320 mil votos, elegendo 351 vereadores, 14 deputados estaduais, nove representantes na Câmara e cinco senadores ao Congresso da República e 23 prefeitos.

Víctor Carranza⁸⁷ e os irmãos Castaño⁸⁸. Em 1987, as FARC romperam a trégua contra o governo, e se militarizaram ainda mais diante da ofensiva estatal e paraestatal.

O fim da década de 80 foi marcado por uma intensa violência na Colômbia, com atentados narcoterroristas e massacres narcoparamilitares que dessangraram o país. O recrudescimento do conflito armado continuaria nos anos 90, com a expansão do paramilitarismo, a hipertrofia militar das guerrilhas e a militarização promovida pelo Plano Colômbia.

⁸⁷ Carranza, *el patrón* da máfia das esmeraldas, foi apontado em diversas ocasiões como um dos maiores promotores do paramilitarismo desde a experiência piloto de Puerto Boyacá. Com conexões na política e entre militares, Carranza nunca foi condenado por seus vínculos com o paramilitarismo. Carranza romperia suas estreitas relações com Rodríguez Gacha, a quem havia introduzido no mercado de esmeraldas na década anterior, por não aceitar o narcotráfico em seus territórios. (VERDAD ABIERTA.

Víctor Carranza, 'El Patrón' al que nunca tocó la justicia. 4 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/jefes-de-la-auc/4524-victor-carranza-el-patron-que-nunca-toco-la-justicia>>. Acesso em: 22 set. 2020).

⁸⁸ Figuras diretamente ligadas ao nosso objeto, os Castaño são analisados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – MÉXICO: VIOLÊNCIA E REPRESSÃO NA HISTÓRIA

Neste capítulo, pretende-se refletir sobre o tema da repressão e do paramilitarismo no México a partir de uma análise histórica. Aborda-se as particularidades de um país que realizou a primeira revolução latino-americana do século XX e como a ordem que surge desse processo ajuda a compreender os fenômenos paramilitares em Chiapas.

3.1. MÉXICO IMAGINÁRIO X MÉXICO PROFUNDO: VIOLÊNCIAS DE LONGA DURAÇÃO

Não é possível compreender o conflito em Chiapas sem olhar desde suas raízes: o lugar ocupado pelos povos originários a partir da Conquista e a questão agrária. Com isso, queremos dizer que a violência paramilitar exercida contra o EZLN e suas bases de apoio constitui, na verdade, uma reprodução e uma continuidade de outras violências perpetradas no México desde a invasão espanhola, isto é, a submissão e a exploração das populações indígenas e a expropriação das terras camponesas. Em *México Profundo: uma civilização negada* (2019), Guillermo Bonfil Batalla lembra que "a Conquista foi uma invasão violenta. Essa violência – violência física, sangrenta, brutal – não foi um episódio inicial, ao contrário, tem sido um fato permanente das relações com os povos indígenas desde o século XVI até o presente." (BONFIL BATALLA, p. 171).

Conjugados, esses processos violentos correspondem à negação do que Bonfil Batalla chama de “México profundo”, este derivado da civilização mesoamericana⁸⁹ e que constitui a maioria da sociedade mexicana: os indígenas e os pobres do campo e da cidade. Essa negação significa invalidar, subordinar e suprimir esses povos, seus conhecimentos e modos de vida. Essa negação, que busca anular a pluralidade da população mexicana, é obra do “México imaginário”, isto é, o México das minorias dirigentes, cujo projeto de país espelha-se nos padrões da civilização ocidental, cristã e branca. Tudo o que está fora desses padrões é visto como inferior, irracional, sujo e perverso.

As relações entre o México profundo e o México imaginário têm sido conflituosas durante os cinco séculos de confrontação. O projeto ocidental do México imaginário

⁸⁹ Por civilização, Bonfil Batalla entende que se refere a “um nível de desenvolvimento cultural (no sentido mais amplo e inclusivo do termo) suficientemente alto e complexo para servir de base comum e orientação fundamental para os projetos históricos de todos os povos que compartilham essa civilização” (p. 52). A civilização mesoamericana corresponde, dessa forma, a um conjunto de povos – olmeca, teotihuacana, maya, zapoteca, mixteca, tolteca, tarasca e mexicana – que compartilham, além do território (México e parte da América Central), alguns traços culturais, como o plantio do milho, uso do calendário, pirâmides, cosmovisões, dentre outros.

tem sido excludente e nega a existência da civilização mesoamericana. É um projeto que não abre espaço para uma convergência de civilizações que, por meio de uma fusão paulatina, pudesse dar origem a um projeto novo e diferente dos dois originais, embora fruto deles. Ao contrário, os grupos que encarnam esses dois projetos civilizatórios têm se confrontado permanentemente, às vezes de forma violenta, em suas atividades cotidianas, nas quais colocam em prática os princípios mais profundos de suas respectivas matrizes civilizacionais. (BONFIL BATALLA, 2019, p. 26 -27)

Esse processo tem início a partir do choque da descoberta do “outro”: o “índio”, categoria que, desde o princípio, já denotava uma inferioridade natural e insuperável em relação ao branco e cristão e que conduziu o indígena a uma posição subordinada na sociedade colonial. Além de inferiorizar e homogeneizar os diversos povos originários, a invenção dessa categoria também serviu de base ideológica para legitimar as violências da Conquista e da dominação colonial, perpetradas em nome do rei e da fé católica em prol de uma suposta redenção dos conquistados. Os verdadeiros propósitos dos dominadores eram, no entanto, muito pouco elevados: enriquecimento rápido por meio da apropriação de terras, metais preciosos, tributos e exploração do trabalho indígena. Essa ideologia justificou o genocídio da população originária⁹⁰, que ocorreu já no século XVI e foi provocado pela violência, pelas epidemias de doenças trazidas pelos invasores e pelas condições degradantes de vida e de trabalho às quais os indígenas foram submetidos.

O Vice-Reino da Nova-Espanha – território que abarcou parte da América do Norte (México e sul dos Estados Unidos), América Central, Ásia e Oceania – foi criado como uma sociedade formada por duas *repúblicas* (entendidas, à época, como organizações sociais e políticas, não tendo a conotação de forma de governo): a dos índios e a dos espanhóis, e “cada uma delas estava sujeita a ordens diferentes, que estabeleciam e codificavam o que deveria ser sua vida interna e as maneiras com que uma se relacionaria com a outra” (BONFIL BATALLA, p. 166). Isso não significa, claramente, que havia uma relação de igualdade e respeito entre essas duas esferas da sociedade colonial. As repúblicas ou *pueblos* de índios possuíam seus caciques e principais reconhecidos como autoridades legítimas, mas esses haviam sido transformados em intermediários do poder colonial, que supervisionava as comunidades através

⁹⁰ “A mortalidade da população indígena durante o primeiro século da colônia provocou a mais brutal catástrofe demográfica da história. S. Cook e W. Borah chegaram às seguintes estimativas da população índia do México central: 1519: 25,3 milhões de habitantes; 1523: 16,8 milhões; 1548: 2,6 milhões; 1595: 1 milhão e 300 mil; 1605: 1 milhão. Outras estimativas indicam que a população do Vale do México diminuiu de aproximadamente três milhões de habitantes em 1519 para apenas 70 mil até meados do século XVII. Os primeiros anos após a queda de Tenochtitlán deixaram um saldo pavoroso, já que, em 1524, apenas um terço dos habitantes originais sobreviveram. A população índia começou a crescer, lentamente, a partir da segunda metade do século XVII, mas foi somente no início do presente século que México atingiu uma população semelhante a que havia em seu território em 1519. Esses são os fatos.” (BONFIL BATALLA, p. 173-174)

dos *encomenderos*⁹¹, frades e funcionários menores.

Durante todo o período colonial, a administração espanhola e a Igreja Católica realizaram esforços para proteger os *pueblos* indígenas de abusos de latifundiários e *encomenderos*. Esses esforços tinham o propósito de evitar um fortalecimento excessivo da nobreza local, garantir que os impostos pagos pelos *pueblos* fossem para a Coroa e para a Igreja e manter a ordem nas comunidades, construindo uma legitimidade entre os indígenas (KATZ, 1990). De cunho paternalista, essa proteção estava ancorada na relação de vassalagem dos indígenas na ordem colonial.

Legalmente, os índios tinham como defesa uma das legislações mais protetoras e paternalistas já ocorridas no mundo que, com minúcia espanhola, proibia a invasão ou apropriação de suas terras, danos pessoais e familiares, a entrada de brancos e castas em seus povoados, e abundava em direitos e prerrogativas, fundamentados no fato de serem "como passarinhos em ninhos, cujas asas não cresceram nem crescerão para saberem voar sozinhos", segundo a fiel imagem de um de seus protetores do século XVI. Mas como eles eram os derrotados e sua situação e cor o denotavam, essa legislação, ao invés de protegê-los, certificou e registrou em sua consciência e na de seus dominadores sua condição de "pobres índios menores", e assim foram objeto de exploração inigualável pela sua impunidade e persistência, e de uma violência tão difundida que abarcava todos os aspectos do seu mundo: terras, cidades, trabalho, crianças, mulheres, religião, cultura, costumes, festas. Nada foi salvo, tudo foi violado, alterado e submetido a um processo de desintegração e desvalorização implacável. (FLORESCANO; GIL SÁNCHEZ, 1998, p. 512-513, tradução nossa⁹²)

A organização da sociedade da Nova Espanha em duas repúblicas demonstra a segregação entre esses dois mundos, inconciliáveis. Representa, ainda, os dois polos da sociedade colonial: o espanhol peninsular (isto é, nascido na Espanha) no topo e o indígena, seu antípoda, na base. Entre esses dois extremos estava a *gente menuda*, uma plebe composta, majoritariamente, por mestiços, negros escravizados e castas, mas que também incluía espanhóis e *criollos*⁹³ pobres. Imposta pelo regime colonial, a divisão social em castas era feita

⁹¹ A *encomienda* foi a primeira forma de exploração do trabalho indígena no vice-reino da Nova Espanha e consistiu no direito de receber o tributo e o trabalho de um grupo de indígenas, com a obrigação de protegê-los e instruí-los na fé cristã. Os espanhóis que eram beneficiados com esse direito eram chamados de *encomenderos*.

⁹² No original: "Legalmente los indios tenían como defensa una de las legislaciones más protectoras y paternalistas que se hayan dado en el mundo, la cual con minucia española prohibía la invasión o apropiación de sus tierras, el daño a sus personas y familias, la penetración de los blancos y castas en sus pueblos, y abundaba en sus derechos y prerrogativas, partiendo de que eran "como unos pajaritos en los nidos, a quien no les han crecido las alas ni crecerán para saber por sí volar", según la acertada imagen de uno de sus protectores del siglo XVI. Pero como eran los vencidos y su situación y color así lo denotaba, esta legislación, en lugar de protegerlos, certificó y grabó en su conciencia y en la de sus dominadores su condición de "pobres indios menores", y así fueron objeto de una explotación sin paralelo por su impunidad y persistencia, y de una violencia tan generalizada que abarcó todos los órdenes de su mundo: tierras, pueblos, trabajo, hijos, mujeres, religión, cultura, costumbres, fiestas. Nada quedó a salvo, todo fue violentado, alterado y sometido a un proceso de desintegración y desvalorización implacable."

⁹³ Descendentes de espanhóis nascidos no continente americano. Estavam um degrau abaixo na hierarquia social da colônia, pois os espanhóis peninsulares monopolizavam os altos postos administrativos e políticos da Nova Espanha.

de acordo com o peso relativo dos componentes índio, negro e espanhol, na qual cada casta tinha seu status, direitos, proibições e obrigações. Esse heterogêneo conjunto de pessoas – produto da mescla entre espanhóis, *criollos*, indígenas, mestiços e negros – tinha, legalmente, uma “baixa condição”, e exercia tarefas específicas na sociedade colonial, das quais não se ocupavam os dois grupos principais. Nas cidades, conformavam a massa proletária urbana: eram operários, padeiros, artesãos, cocheiros, entre outras funções. No meio rural, isto é, nas *haciendas*⁹⁴, ranchos e minas, ocupavam cargos intermediários de gestão e confiança, como capatazes e chefes de trabalhadores. As castas não desfrutavam dos direitos dos quais gozavam os espanhóis e *criollos* nem das defesas que protegiam os indígenas⁹⁵.

Concretamente, a divisão das castas era ainda mais complexa do que a classificação étnica que separava mestiços (mescla de espanhol com indígena), mulatos (termo utilizado na época para designar a mescla entre espanhóis e negros) e outros grupos. Além da estratificação vertical que dividia a sociedade em peninsulares, *criollos*, castas e indígenas, havia hierarquias no interior de cada um desses grupos, motivadas por fatores econômicos e sociais:

É verdade que todos os espanhóis ou *criollos* branqueados eram "gente de razão", mas só quem entre estes tivesse riqueza e posição social era considerado "gente decente", membro da elite, detentor de todos privilégios. Da mesma forma, todos os indivíduos das castas nasciam com o estigma de sua cor e, de acordo com ela, lhe atribuíam seus direitos e deveres, mas quem ascendesse economicamente poderia comprar sua “limpeza de sangue” e receber um tratamento social distinto de seus pares. [...] O importante é que, através destes sistemas de estratificação interna, a elite colonial foi capaz de cooptar e absorver indivíduos e grupos dos estratos inferiores, que adotaram seus valores e aspirações sem, com isso, quebrar os alicerces da profunda estratificação que articulava o sistema. Este foi um dos legados duradouros que este sistema deixou à república posterior. (FLORESCANO; GIL SÁNCHEZ. In: COSÍO VILLEGAS, 1998, p. 514, tradução nossa⁹⁶).

⁹⁴ A *hacienda*, ou fazenda, era a base da economia e da produção agropecuária da colônia. Propriedades de grandes extensões, as *haciendas* ficam sob o comando de seus proprietários, que formaram uma verdadeira classe de “senhores da terra”. Os fazendeiros tinham autoridade absoluta sobre suas propriedades, contando até com grupos de homens armados para protegê-las. A forma de trabalho que predominou nas fazendas foi a peonagem, exercida por indígenas, mestiços e mulatos (estes dois últimos grupos costumavam trabalhar como capatazes, vigiando o trabalho dos peões). (LIRA; MURO. El siglo de la integración. In: COSÍO VILLEGAS, D. **Historia general de México**. México: El Colegio de México, 1998. p. 357 - 448.)

⁹⁵ FLORESCANO; GIL SÁNCHEZ. La época de las reformas borbónicas y el crecimiento económico 1750-1808. In: COSÍO VILLEGAS, D. **Historia general de México**. México: El Colegio de México, 1998. p. 448 - 563.

⁹⁶ No original: “Ciertamente, todo español o criollo blanqueado era “gente de razón”, pero sólo quien entre éstos tenía riqueza y posición social era considerado “gente decente”, miembro de la élite, detentador de todos los privilegios. Del mismo modo, todos los individuos de las castas nacían con el estigma de su color y de acuerdo con ello se le fijaban sus derechos y deberes, pero quien ascendía económicamente podía comprar su “limpieza de sangre” y recibir un tratamiento social que lo distinguía de sus congéneres. [...] Lo importante es que mediante estos sistemas de estratificación interna la élite colonial pudo cooptar y absorber a individuos y grupos de los estratos bajos, quienes adoptaban sus valores y aspiraciones, sin que por ello se quebrantaran las bases de la profunda estratificación que articulaba al sistema. Ésta fue una de las herencias más duraderas que dejó este sistema a la república posterior.”

Explorar e aprofundar os sistemas de estratificação interna nas sociedades indígenas foram poderosas estratégias de dominação dos espanhóis, que concediam prerrogativas especiais à nobreza indígena tais como os direitos de portar armas, andar a cavalo e se vestir à maneira espanhola. Para esses antigos nobres só havia dois caminhos: manter sua autoridade tradicional frente aos indígenas, mas, por isso mesmo, perder seu poder em meio à sociedade colonial; ou colaborar com os conquistadores e manter suas posições de autoridade. Essa segunda opção implicou uma hispanização desses nobres, que paulatinamente deixaram de pertencer aos grupos indígenas⁹⁷.

Questões como riqueza e posição social se associavam e, por vezes, se sobrepunham às características biológicas, como em situações nas quais o enriquecimento permitia uma ascensão social para as castas. Dessa forma, houve, por exemplo, mestiços que se passavam por *criollos*, critério que poderia depender mais da situação financeira do que da “pureza do sangue” desses indivíduos. Dentro de uma estratificação baseada na dicotomia fundamental entre o espanhol e o indígena, quanto mais próxima do topo da pirâmide estivesse uma pessoa – isto é, mais perto do padrão branco, proprietário e cristão –, mais direitos, regalias e respeito estariam ao seu alcance.

Essa estrutura nos ajuda a compreender um outro processo: a *desindianização*. Enquanto a mestiçagem é um processo biológico, a desindianização é um processo histórico, que corresponde a uma situação na qual populações são forçadas a renunciar a uma identidade baseada em uma cultura nativa. Isto é, quando se rompe o mecanismo de identificação que permitia delimitar um “nós” vinculado a um patrimônio cultural antes considerado próprio e exclusivo. Ainda que se mantenham diversos elementos culturais, como modo de vida e cosmovisão, esses já não são vistos como parte de uma identidade própria de uma sociedade etnicamente diferenciada.

[...] o processo de desindianização iniciado há quase cinco séculos logrou, mediante mecanismos quase sempre compulsórios, que camadas amplas da população mesoamericana renunciassem a se identificarem como integrantes de uma coletividade índia delimitada que se considera herdeira de um patrimônio cultural específico e que assume o direito exclusivo de tomar decisões relacionadas a todos os seus componentes (recursos naturais, formas de organização social, conhecimento, sistemas simbólicos, motivações, etc.). (BONFIL BATALLA, 2019, p. 66)

Como o trecho coloca, esse processo teve início desde o momento da invasão espanhola. Conforme já mencionado, a conquista foi justificada pelo propósito religioso de expansão da fé

⁹⁷ MORENO TOSCANO. El siglo de la conquista. In: COSÍO VILLEGAS, D. **Historia general de México**. México: El Colegio de México, 1998. p. 280 - 345.

católica: a guerra era justa porque o indígena, idólatra e bárbaro, necessitava ser cristianizado e hispanizado. A conquista espiritual, promovida pelas ordens jesuíticas, foi tão ou mais eficiente para garantir o controle político sobre os povos originários quanto a violência. Durante a catequização, as crianças indígenas eram incentivadas a delatar idolatrias e a destruir seus templos religiosos, para o espanto e tristeza de seus anciãos (MORENO TOSCANO. In: COSÍO VILLEGAS, 1998, p. 321).

Outro fator que inicia a desindianização foi a drástica mudança de modo de vida imposta aos povos originários. Primeiro, vieram os deslocamentos causados por expropriações, transferências para missões jesuíticas e por divisões administrativas territoriais determinadas pelos espanhóis. Em seguida, os indígenas foram obrigados ao trabalho forçado, em um primeiro período, pagando tributos e trabalho a *encomenderos* e, em uma segunda etapa, prestando serviços a donos de fazendas, minas e oficinas. Havia também o trabalho “livre”, representado pelos *peones acasillados*, isto é, trabalhadores rurais que se mantinham atados aos fazendeiros por conta de dívidas que contraíam com esses “senhores da terra”. Deslocados de seus territórios por fazendeiros e jesuítas, perseguidos por suas crenças religiosas e obrigados a modos de viver e trabalho que lhes eram estranhos, muitos indígenas sucumbiram antes de se desindianizar: o alcoolismo, o suicídio coletivo e o aborto induzido eram comuns (BONFIL BATALLA, p. 175).

3.2. O INDÍGENA E A QUESTÃO DA TERRA NO MÉXICO INDEPENDENTE

A desindianização dos povos originários mexicanos foi aprofundada a partir da Independência, em 1821. Isso porque, com o surgimento do México enquanto um Estado independente, as elites dirigentes – o México imaginário – procuraram construir uma ideia de nação, esta enquanto um tecido homogêneo em que exclusivismos culturais não tinham lugar. Além disso, a Independência foi apenas política: os que passaram a dirigir o país, os *criollos* ricos, nunca deixaram de ter a civilização ocidental, branca e cristã como um paradigma a ser seguido. Nesse cenário, o indígena era visto como atrasado e primitivo, um impedimento ao progresso e à modernidade.

Diante do “problema do índio”, as elites do século XIX sentiram a necessidade de “civilizar”, ou seja, desindianizar, essa população indesejável, mas majoritária. Para isso, duas soluções foram pensadas. Uma, conforme as teorias raciais da época, seria “branquear” a população através do estímulo à imigração, com o intuito de “melhorar a raça”. O plano não

deu certo: poucos imigrantes escolhiam o México como destino devido à reputação de este ser um país violento e insalubre. A única esperança era educar os indígenas, mas esse projeto tampouco avançou teve êxito no século XIX:

O problema mais básico não era a diversidade de línguas, mas algo de maior importância na realidade nacional: o México imaginário, rico e moderno habitava, unicamente, em alguns espaços das maiores cidades. A ação educativa, que sim foi empreendida e alcançou avanços notáveis, não cruzou a barreira colonial do perímetro urbano. Excepcionalmente, chegou até o meio rural e houve apenas uma tentativa nas comunidades indígenas. E isso, às vezes contra a oposição aberta e mesmo violenta dos próprios índios. Os *kikapús*, por exemplo, que em 1909 haviam recebido autorização do presidente Juárez para se estabelecerem em Coahuila, queimaram a escola que lhes fora construída no dia em que seria inaugurada. Outras rejeições ocorreram em diversas partes do país. (BONFIL BATALLA, p. 212-213)

Como a revolta dos *kikapús*, a história mexicana está repleta de ocorrências de rebeliões e resistências dos povos originários e camponeses desde a invasão europeia. No entanto, o século XIX marca o início de um período particularmente conflitivo e de acirramento das tensões sociais no campo mexicano. Conforme Katz (1990), entre 1810 e 1920, as revoltas rurais afetaram o México mais do que todo o período colonial e foram centrais para as duas grandes revoluções nacionais: a Independência (1810 – 1820) e a Revolução Mexicana (1910 – 1920), quando as insurreições rurais tiveram impacto em todo o território mexicano. As razões para isso são múltiplas. Uma delas foi o aumento da população indígena e da pressão demográfica sobre a terra. Se o genocídio dos povos originários havia facilitado a expropriação fundiária, a recuperação dessa população no século XVIII tornou insuficientes as terras que haviam sido outorgadas nos séculos anteriores, alimentando os conflitos no campo.

Outro motivo diz respeito ao impacto das políticas liberais nas estruturas de propriedade no campo. Na construção do nascente Estado mexicano, a doutrina da igualdade, aos moldes do liberalismo, entrava como pedra fundamental, o que gerou, por sua vez, a extinção das castas e do imposto indígena. Nesse ideário, os políticos liberais quiseram acabar com os privilégios das corporações, bem como o uso corporativo da terra e da propriedade. Isso incluía a Igreja Católica, cujos eclesiásticos se beneficiaram economicamente desses privilégios, mas também as comunidades rurais, as quais, por sua vez, eram formadas por uma população humilde, sem ingressos, bens ou poder. Dessa forma, as políticas liberais fizeram com que os povos originários perdessem os poucos mecanismos que haviam lhes dado proteção nos tempos coloniais – como, por exemplo, resguardar suas terras e a isenção do serviço militar –, sem dar-lhes possibilidades reais de exercer seus direitos e, menos ainda, de enfrentar os poderes econômicos e políticos. Indígenas e habitantes de comunidades rurais teriam que enfrentar sozinhos, como indivíduos, os fazendeiros e funcionários estatais, e já não como atores

coletivos com direitos e obrigações conjuntas de propriedade, usufruto e ordem política (FALCÓN, 2002, p. 16).

No século XIX, as legislações liberalizantes que mais impactaram as terras comunais, tanto indígenas quanto camponesas, foram a Lei Lerdo, de 1856, e a Lei dos Baldios, de 1894: enquanto a primeira decretou a desamortização das propriedades rurais da Igreja Católica e das corporações civis, a segunda permitia a demarcação e a apropriação dos terrenos baldios, isto é, sem título de propriedade (ainda que ocupadas), provocando o despojo de comunidades indígenas e camponesas. A Lei de Miguel Lerdo de Tejada (o então ministro da Fazenda) procurava aumentar a produtividade, criar uma sociedade de mercado formada por indivíduos produtores e consumidores e acabar com o monopólio da Igreja sobre a terra, mas terminou por afetar as propriedades comunais indígenas e aumentar da concentração fundiária. Da mesma forma, a Lei dos Baldios, do período do governo de Porfírio Díaz (1877 – 1910) – e que constituiu, na verdade, um conjunto de decretos e leis sobre o tema – afetaria 49 milhões de hectares entre 1884 e 1907 e beneficiaria os latifundiários. Além do aumento da concentração de terras, esse despojo serviu para liberação de mão-de-obra, isto é, houve um acréscimo do número de peões (CUESTAS; DE VREESSE, 2013).

A essas legislações liberais soma-se o processo de modernização e abertura econômica do governo de Porfírio Díaz. A expansão da rede ferroviária nacional atraiu investimento estrangeiro e nacional na agricultura e na mineração, abrindo novos mercados nacionais e internacionais para as matérias-primas mexicanas. Esse processo fez o preço da terra disparar e o avanço de especuladores e fazendeiros aumentaria a expropriação dos *pueblos*. Assim, “o auge da economia mexicana produziu a maior catástrofe da história para o campesinato mexicano desde a massiva mortandade dos índios nos séculos XVI e XVII” (KATZ, p. 188, 1990).

Romana Falcón (2002) aponta que a desamortização das terras comunais e a demarcação dos baldios sacudiriam o campo mexicano e constituiriam uma razão profunda para a explosão social de 1910. De fato, a destruição da economia camponesa causada pela modernização agrícola do porfiriato seria uma das pautas da Revolução Mexicana, que daria uma virada significativa na questão agrária. A Constituição de 1917, fruto revolucionário, estabeleceria a figura do *ejido*, a terra comunal, devolvendo aos *pueblos* o seu caráter de atores coletivos, com direito de possuir terras e água (FALCÓN, 2002, p. 17).

3.3. O MÉXICO REVOLUCIONÁRIO

A rebelião desencadeada por Francisco I. Madero⁹⁸ em 1910 e que daria início à Revolução Mexicana, “não foi filha da miséria e da estagnação, e sim da desordem provocada pela expansão e pela mudança” (AGUILAR CAMIN; MEYER, 2000, p.15).

Filha disforme do projeto liberal, aquela sociedade havia sido sonhada, cinquenta anos antes, republicana, democrática, igualitária, racional, industriosa, aberta à inovação e ao progresso. Cinquenta anos depois, era oligárquica, dominada por *caciques* e autoritária, morosa, cada vez mais desconjuntada, introvertida, sacudida pela inovação e pelas mudanças produtivas, mas sempre manietada por suas tradições coloniais. Ela ainda era, como havia sido à época de sua independência, um século antes, uma sociedade católica, indígena, baseada em *haciendas* e perpassada por privilégios corporativos, com uma indústria nacional encapsulada na eficiência produtiva da indústria têxtil e das minas reais e um comércio que apenas começava a romper a inércia regional dos mercados.

O federalismo adquirira a forma operacional do caciquismo; a democracia, a face da ditadura; a igualdade, o rumo da imobilidade social; o progresso, a forma de ferrovias e investimentos estrangeiros; a industriiosidade, a forma da especulação, a apropriação de bens que aumentaram as fortunas privadas sem contribuir para a acumulação da nação. Mas o país havia mudado e as inovações foram permanentes. (AGUILAR CAMIN; MEYER, 2000, p. 13-14)

A pax porfiriana, isto é, o período de 30 anos de relativa estabilidade política e social – construída à base de conciliação política e repressão –, conseguiu modernizar e incorporar o México definitivamente ao mercado internacional. Além dos já mencionados aumento do investimento nacional e estrangeiro e da expansão ferroviária, houve o *boom* da mineração, da exploração de petróleo, da industrialização e do comércio. No campo, houve o crescimento de uma agropecuária voltada para o abastecimento do mercado estadunidense, com uma agricultura comercial voltada para os cultivos de açúcar, pita, algodão, entre outros. Todavia, a reestruturação produtiva do porfiriato reforçou e criou processos contraditórios que alimentaram os descontentamentos de vários setores sociais, como os trabalhadores do campo e da cidade, as camadas médias e setores das classes dominantes.

- (1) O investimento estrangeiro desenvolveu cidades e criou impérios produtivos, mas também gerou a inflação, que afetou o salário real de trabalhadores e da classe média;
- (2) a vinculação ao mercado norte-americano abriu oportunidades de emprego e aumentou as exportações (seis vezes entre 1880 e 1910), mas vulnerabilizou o país às

⁹⁸ Membro de uma família abastada do estado de Coahuila, Madero foi o personagem que conseguiu concentrar e liderar a insatisfação do Norte mexicano, encontrada em algumas das grandes famílias patriarcais que haviam se consolidado no século XIX com a causa liberal, mas que se sentiam alijadas do poder pela mão centralizadora do porfiriato, pela aliança do regime com interesses estrangeiros e pela promoção de uma nova geração oligárquica, essa última formada por porfiristas incondicionais. Assim, os filhos e netos desses caciques almejavam espaços no poder, mas essas vias foram fechadas pelas dinastias porfirianas que começavam a se perpetuar nesses espaços. Em 1909, Madero funda o Clube Central Anti-Reeleição, que defendia o fim do regime porfirista, o qual já durava mais de 30 anos. No ano seguinte, Madero é candidato à presidência da república, mas é silenciado, ou melhor, preso, e Porfirio Díaz é eleito novamente. Após ser libertado, elabora, do Texas, uma plataforma de rebelião, o Plano de San Luís, em que declarava a nulidade das eleições, nomeava-se como presidente provisório do país e conclamava a insurreição. (CAMIN; MEYER, 2000)

flutuações da economia norte-americana, cuja recessão de 1907, por exemplo, levou ao repatriamento de milhares de trabalhadores mexicanos que tinham sido demitidos das fábricas e minas do outro lado da fronteira; (3) o *boom* da mineração criou cidades e pagou altos salários, mas alterou regiões inteiras, criou populações flutuantes, instáveis e turbulentas e semeou um nacionalismo explosivo resultante da discriminação antimexicana no emprego; (4) a ferrovia encurtou distâncias, reduziu os custos dos transportes e unificou mercados, mas também multiplicou o preço das terras ociosas, facilitando sua expropriação, e segregou, ao não alcançá-los, os centros tradicionais de produção e comércio, assim como as oligarquias que deles se beneficiavam; e (5) a modernização agrícola consolidou um setor extraordinariamente dinâmico, mas contribuiu para a destruição da economia camponesa, usurpou os direitos das aldeias e comunidades rurais, atirando seus habitantes à inclemência do mercado, da fome, da peonagem e da migração. (AGUILAR CAMIN; MEYER, 2000, p. 15-16)

O descontentamento também atingia diversos setores das elites políticas e econômicas impedidos de acessar posições de poder pela centralização e o fechamento do regime porfirista. Sedenta por um lugar ao sol na política e na administração pública, uma jovem geração herdeira de famílias importantes e caciques liberais esbarrava (e contrastava) com uma classe dirigente envelhecida e fiel ao regime. Afinal, a média de idade dos políticos de então era de 70 anos, incluindo Díaz, já com 78 e exercendo o sexto mandato. Madero, aos 36 anos, representava esses filhos e netos de origem ilustre que, tendo encontrado fechadas as vias de acesso ao poder, buscaram a solução pelas armas.

Se o caráter ditatorial do regime porfirista restringiu e silenciou membros das elites políticas e econômicas, a repressão às insurreições das classes subalternas foi especialmente brutal. As revoltas rurais em grande escala que haviam sido numerosas durante todo o século XIX deram uma trégua a partir de 1884, quando Díaz inicia seu segundo mandato e instaura a ditadura, e tornaram-se mais locais e limitadas. O fortalecimento do Estado mexicano refletiu-se nas forças militares, cujas tropas estavam numerosas e bem equipadas como nunca. Além disso, as ferrovias permitiram o acesso, por parte das forças governamentais, a regiões de difícil acesso, facilitando o trabalho repressivo. Dentre os exemplos mais conhecidos da repressão porfirista, estão a guerra contra os índios yaquis no estado de Sonora em 1887, e as sangrentas repressões às greves dos mineiros de Cananea, em 1906, e dos trabalhadores da indústria têxtil de Río Blanco, em Veracruz, no ano seguinte (KATZ, 1990; CAMIN; MEYER, 2000).

Em *La Revolución Interrumpida*, Adolfo Gilly (1971) comenta o papel repressivo da expansão ferroviária e a contradição que esse processo adquiriu durante a Revolução:

O traçado das ferrovias também tinha um objetivo político: consolidar o domínio do governo central, permitindo-lhe enviar tropas rapidamente a pontos distantes para reprimir qualquer levante. Assim o fez, por exemplo, contra a greve do Rio Blanco. A unificação nacional teve, assim, não só o aspecto econômico, mas também o aspecto político capitalista, isto é, repressivo. Em 1905, o ministro porfiriano sem pasta, Pablo Macedo, escreveu que o governo agora tinha meios para lidar rapidamente com suas

tropas contra qualquer resistência ou rebelião antes que ela se espalhasse. Ao contrário do que acontecia algumas décadas antes, dizia, agora - 1905 - "o governo da República pode, graças às ferrovias, fazer sentir a sua autoridade e força até aos confins do território mexicano e reprimir qualquer insinuação de perturbação ou revolta em menos dias do que meses que eram necessários para alcançar o mesmo fim". Em poucos anos, essa maravilhosa "descoberta" repressiva transformou-se em seu oposto: as ferrovias se tornaram as estradas da revolução. Com toda a ironia da dialética histórica, os trens foram um instrumento material para a centralização da revolução e o melhor meio para os avanços explosivos de seus exércitos. (GILLY, 1971, p. 17-18-19, tradução nossa⁹⁹)

Não integra o escopo deste trabalho entrar nos pormenores do complexo processo da Revolução Mexicana, mas analisar como esse evento histórico moldou a sociedade mexicana a partir do século XX, sendo de extrema importância para a compreensão de nosso objeto de estudo. O levante protagonizado pelas massas camponesas e populares a partir de 1910 seria um divisor de águas na história do México e da América Latina, tendo sido a primeira revolução social latino-americana do século XX e o acontecimento que definiria o pacto social mexicano nas décadas posteriores.

3.3.1. *A gente do campo* na Revolução Mexicana

É bastante comum nos depararmos com a afirmação de que a Revolução Mexicana foi uma guerra camponesa ou sobre o caráter intrinsecamente campesino desse processo revolucionário. O protagonismo das massas camponesas na guerra iniciada em 1910 é inegável: a despeito das diferenças entre o Exército Libertador do Sul, comandado por Emiliano

⁹⁹ No original: "El trazo de los ferrocarriles tenía también un fin político: consolidar el dominio del gobierno central, permitiéndole enviar tropas rápidamente a puntos lejanos para sofocar cualquier sublevación. Así lo hizo, por ejemplo, contra la huelga de Río Blanco. La unificación nacional tenía así no sólo el aspecto económico, sino también el aspecto político capitalista, es decir, represivo. En 1905, el ministro sin cartera porfiriano Pablo Macedo, escribía que ahora el gobierno tenía medios para hacer frente rápidamente con sus tropas a cualquier resistencia o rebelión antes de que se extendiera. Al contrario de lo que sucedía algunos lustros antes, decía, ahora - 1905 - 'el gobierno de la República puede, merced a los ferrocarriles, hacer sentir su autoridad y su fuerza hasta los más lejanos confines del territorio mexicano y reprimir cualquier asomo de perturbación o de revuelta en menos días que meses eran antes necesarios para alcanzar el mismo fin'. En pocos años más, este maravilloso "descubrimiento" represivo se transformó en su contrario: los ferrocarriles se convirtieron en los caminos de la revolución. Con toda la ironía de la dialéctica histórica, los trenes fueron un instrumento material de la centralización de la revolución y el mejor medio para los avances fulminantes de sus ejércitos."

Zapata¹⁰⁰, e a Divisão do Norte, chefiado por Francisco Villa¹⁰¹, ambos foram majoritariamente formados pela gente do campo, o campesinato e o proletariado agrário. A centralidade do elemento camponês e a radicalidade do zapatismo possibilitaram a derrota da velha oligarquia terratenente, o direito legal à reforma agrária e a inserção da figura do *ejido*¹⁰², essas últimas presentes no artigo 27 da Constituição de 1917.

O movimento liderado por Emiliano Zapata entre 1910 e 1919 foi célebre por sua intransigência com relação ao reparto agrário e por sua experiência de autonomia e democracia direta, a qual Gilly chamou de "comuna de Morelos". Essa experiência regional foi fruto do processo revolucionário nacional e da combinação singular da insurreição camponesa dos *pueblos*, baseados na antiga comunidade agrária, com a revolta do proletariado agrícola e industrial da moderna indústria açucareira de Morelos. Nessa combinação única, as formas tradicionais e comunitárias de organização social e produtiva e a experiência operária constituíram um terreno fértil para as ideias socialistas que vinham das cidades.

Os camponeses armados derrubaram as cercas das fazendas, distribuíram terras, expulsaram as autoridades e funcionários estatais, instituíram um novo poder baseado no autogoverno dos *pueblos* e no Exército Libertador do Sul (comandando por Zapata) e nacionalizaram os engenhos de açúcar, cuja administração ficou a cargo dos chefes camponeses revolucionários e dos trabalhadores. O exército zapatista não foi apenas uma direção militar,

¹⁰⁰ Nascido em Anenecuilco, no estado de Morelos, em 1879, Emiliano Zapata vinha de uma antiga família camponesa cujos membros haviam lutado nas guerras da Independência e da Reforma, o que inspirava respeito e confiança dos camponeses de seu *pueblo*. Por ter herdado um pouco de terra e gado dos pais, Zapata não era um camponês pobre segundo os critérios locais, mas tampouco era considerado rico. Em 1909, Emiliano passa a presidir o conselho comunal do *pueblo* de Anenecuilco, que há 30 anos sofria a pressão dos grandes terratenentes cultivadores de cana-de-açúcar, e passa a lutar, junto aos camponeses, contra o despojo de sua comunidade. Zapata se uniria aos partidários de Madero e seria eleito o Chefe Supremo do Movimento Revolucionário do Sul, liderando massas de camponeses e de proletários agrícolas em defesa dos *pueblos*, do *reparto* agrário e da propriedade comunal (GILLY, 1971).

¹⁰¹ "Francisco Villa era a atualização fulgurante de uma utopia agrícola e guerreira que assumiu, no Norte do México, a forma das colônias militares. Meeiro de uma *hacienda*, foragido que se formara na sabedoria vaqueira da serra, bandoleiro, Villa era o filho natural da vida comunitária, armada e ao ar livre, que os apaches e o roubo de gado haviam imposto por meio de vida nas povoações isoladas e nos territórios fronteiriços da Chihuahua do século XIX. Era o filho natural desses povoados sempre prontos a defender suas terras, lares e famílias com as próprias mãos diante da hostilidade externa, povoados sem excedente econômico para distinções senhoriais, criados no trabalho duro, no cavalo e no rifle, na disciplina guerreira e no igualitarismo de uma sociedade sem hierarquias." (CAMÍN; MEYER, p. 63)

¹⁰² "No México, o *ejido*, em linhas gerais, constitui-se como uma forma jurídica da posse da terra, cuja propriedade pertence ao Estado, que fornece o usufruto coletivo a agrupamentos campesinos comunitários e com autoridades locais reconhecidas legalmente. A exploração coletiva da terra era uma prática comum na Mesoamérica no período de domínio da Confederação Mexica, que foi apropriada pelos espanhóis, sendo substituída pelo sistema de *encomiendas*. Paulatinamente o sistema de *encomiendas* foi desaparecendo frente a outras formas de posse e exploração da terra, mas somente foi abolido legalmente e por completo em território mexicano com a Constituição de 1917, sob a promessa de restabelecer o sistema de *ejidos*, o que foi concretizado, ao menos parcialmente, apenas com a reforma agrária conduzida pelo presidente Lázaro Cárdenas a partir de 1934. Em 1960, 23% das terras cultivadas no México eram *ejidos*." (ANDREO, p. 35)

mas buscou construir um governo efetivo no estado: distribuiu terras, emitiu moeda local, realizou obras públicas e estabeleceu escolas. O documento-guia do zapatismo, que marca seu nascimento e busca sintetizar seu programa foi o Plano de Ayala, de 1911:

Por que o Plano de Ayala é revolucionário? Porque adota as seguintes medidas: a) exige a restituição imediata das terras e a criação de tribunais revolucionários; b) obriga os fazendeiros e latifundiários, e não os camponeses, a esclarecer e justificar a legalidade da propriedade das terras; c) põe o bem-estar coletivo acima do individual, prefigurando a função social da propriedade; d) estabelece o direito de defesa, com armas, das conquistas realizadas. Com base nesses postulados, pode-se afirmar que os zapatistas davam ao processo revolucionário um caráter anticapitalista. [...] (RAMPINELLI, 2011, p. 98)

Esse documento, formulado por Zapata e redigido por Otilio E. Montano, professor da escola rural da Vila de Ayala, marcou o rompimento do movimento do Sul com Francisco Madero, o qual dava sinais de traição ao descumprir suas promessas de justiça agrária e tentar desmobilizar os exércitos revolucionários. O Plano chegou a ser posto em prática em outros lugares afora Morelos, abarcando o centro e o sul do território nacional e atingindo estados como Guerrero, Puebla, Oaxaca, México, Tlaxcala, Michoacán e Hidalgo.

No Norte, a utopia agrária teve outros rostos e formas, tendo sido representada pelo villismo. O exército da Divisão do Norte, comandado por Francisco Pancho Villa, tinha uma composição social diversa da de seus pares zapatistas. Se, no Sul, a característica principal era a gente dos *pueblos*, fortemente ligado aos seus territórios, no Norte os que predominaram foram os trabalhadores agrícolas nômades, temporários, que viajavam a trabalho para outros locais do país ou para os Estados Unidos. Também haviam pequenos proprietários, mineiros, lenhadores e trabalhadores braçais. Embora não tivesse um programa acabado, o villismo propôs e realizou transformações radicais. As expropriações da oligarquia nortenha foram direcionadas para as viúvas e órfãos da Revolução, para os combatentes e para os camponeses sem-terra. A propriedade agrária comunal pensada pelo villismo tinha a forma de colônias militares, nas quais os camponeses compartilhariam a vida e os frutos do trabalho no campo. Além disso, a Divisão do Norte possibilitava a construção de escolas e hospitais por onde passava e decretava medidas sociais avançadas como o controle dos preços dos alimentos, a melhoria dos salários de mineiros e de trabalhadores agrários e a proibição das odiosas *tiendas de raya*, essas últimas constituindo os tristemente célebres armazéns das fazendas nos quais os peões – que não tinha outra opção senão comprar, nessas lojas, alimentos a preços elevados – contraíam dívidas vitalícias, que eram, inclusive, transmitidas aos seus descendentes. “Era o tão conhecido trabalhador ‘acasillado’, isto é, preso ao patrão” (RAMPINELLI, 2011, p. 106).

Em 4 de dezembro de 1914, pouco antes dos exércitos camponeses do Norte e do Sul

ocuparem a capital do país, Villa e Zapata fazem um acordo verbal, o Pacto de Xochimilco, no qual concordam em continuar com as expropriações das oligarquias e o reparto agrário em suas respectivas regiões de ação. Esse acordo não constituiu, portanto, um plano de ação política conjunto no âmbito nacional, como os acontecimentos posteriores mostrariam, visto que o poder foi entregue nas mãos das lideranças pequeno-burguesas, que entregariam o poder, de fato, para a burguesia. Conforme explica Waldir Rampinelli (2011), tanto o villismo quanto o zapatismo não tinham um programa nacional que incluísse outras classes além dos camponeses. A aliança campesinato-operariado não só não ocorreu como os operários chegaram a lutar contra os exércitos agraristas através dos Batalhões Vermelhos, cuja qualificação como “vermelhos” procurava enganar a classe operária e, ao mesmo, garantir concessões feitas através da aliança com as burocracias sindicais (GILLY, 1971, p. 183).

A despeito das conquistas sociais – que incluíram, ainda, a educação obrigatória e laica e a instituição de direitos trabalhistas –, garantidas pela força da participação desse “México profundo” na Revolução, essa última não pôde alterar as estruturas de classe nem terminar com a desigualdade social no México. Por isso, Gilly (1971) considera que o processo revolucionário mexicano foi “interrompido” em duas ocasiões. A primeira vez em 1920, após dez anos de guerra civil e no ano seguinte ao assassinato de Zapata, um momento marcado pela estabilização do poder da burguesia, com a chegada de Álvaro Obregón¹⁰³ à presidência da República, e pelo acordo entre Pancho Villa e o governo federal. A segunda interrupção acontece em 1940, com um estancamento da Revolução após o fim do governo de Lázaro Cárdenas¹⁰⁴, que fora marcado pela nacionalização do petróleo e das ferrovias e pelo avanço da reforma agrária¹⁰⁵.

¹⁰³ Álvaro Obregón fora outro dirigente militar do Norte do país, mais especificamente do estado de Sonora. No movimento revolucionário, representava a pequena burguesia nacionalista e defendia o desenvolvimento capitalista apostando na conciliação de classes e na negociação com lideranças populares para controlar as massas. Seu governo marca um período de estabilidade, obtida através da desmobilização de grupos armados e pacificação de insurreições militares e da primeira incorporação visível de demandas operárias e agrárias, dentre outros. Como muitos comandantes militares que enriqueceram com os espólios da Revolução, Obregón quis impulsionar a formação de uma nova burguesia que, sem se chocar diretamente com as massas, apropria-se do aparato estatal. (CAMÍN; MEYER; GILLY).

¹⁰⁴ General, ex-governador de Michoacán e ex-presidente do partido oficial, o Partido Nacional Revolucionário (PNR), Cárdenas representava a tendência nacionalista e socializante, além de defender uma reforma agrária integral e priorizou os ejidos como base da produção agrária. As conquistas de seu governo – como a própria reforma agrária e as nacionalizações – foram possibilitadas, no âmbito interno, pelo apoio ativo do operariado e do campesinato e, no âmbito externo, pela política de boa vizinhança do governo de Franklin D. Roosevelt para consolidação de uma aliança contra a ascensão do fascismo, às vésperas da 2ª Guerra Mundial.

¹⁰⁵ “Durante o sexênio cardenista, distribuíram-se, em média, 3,3 milhões de hectares anuais (quase 20 milhões em todo o período) a 771 640 famílias camponesas agrupadas em 11 347 *ejidos*. Cada um dos beneficiados recebeu, em média, 25,8 hectares, convertendo Cárdenas não só no presidente que mais terras distribuiu, mas também no que deu maior quantidade de lotes.” (CAMÍN; MEYER, p. 189)

O campesinato mexicano levantou-se em armas para conquistar a terra. No curso de sua guerra camponesa, foi levado a transformá-la em uma luta pelo poder e a questionar o direito burguês à propriedade. Ultrapassou os limites e as medidas democráticas e aplicou medidas empíricas anticapitalistas. Por meio delas, desenvolveu um conteúdo empiricamente anticapitalista na base da revolução que, por suas limitações de classe camponesa, não conseguiu expressar na forma de um programa consciente e de uma direção estatal capaz de exercer e manter o poder. Para isso, portanto, faltava a intervenção dirigente do proletariado, com seu programa e seu partido, e a aliança operária e camponesa. Mas ao mesmo tempo deu origem e alimentou uma ala pequeno-burguesa radical e socializadora, nacionalista e anti-imperialista, que exerceu uma influência decisiva nas duas primeiras fases ascendentes (1910-1920 e 1934-1940); e que ainda hoje a exerce, como expressão política da continuidade da revolução, mas também, agora, como ponte para a direção proletária que se vai formando nesta fase e que é a condição da sua culminação socialista.

Essa guerra camponesa derrubou o poder político dos latifundiários e abriu caminho para o desenvolvimento econômico e o poder político da burguesia. Mas, diferentemente das guerras camponesas de outros tempos, a revolução mexicana deixou aquela burguesia sem bases sociais próprias, condenada a depender das massas que não podiam exercer o poder, mas que também não podiam derrotar. (GILLY, 1971, p. 404 – 405, tradução nossa¹⁰⁶)

Aqui encontramos o impasse gerado após a Revolução e a peculiaridade do Estado capitalista mexicano que surgiu desse processo. Se as massas camponesas e operárias não tomaram o poder, tampouco puderam ser aplastadas ou desorganizadas, pois a Revolução lhes deixara uma memória e uma consciência a respeito de suas capacidades e possibilidades. O Estado mexicano não só teve que permitir a organização de trabalhadores da cidade e do campo como dependia de associações como os sindicatos para legitimar o novo regime, cooptando lideranças e incorporando pautas populares. Como afirma Gilly, os governos da burguesia mexicana “nunca conseguiram se livrar da Revolução, mas tiveram que continuar falando em seu nome, como seus supostos representantes, para poder seguir contendo-a” (GILLY, 1971, p. 344, tradução nossa¹⁰⁷).

¹⁰⁶ No original: “El campesinado mexicano se alzó en armas para conquistar la tierra. En el curso de su guerra campesina, se vio llevado a convertirla en una lucha por el poder y a poner en cuestión el derecho de propiedad burgués. Sobrepasó los límites y las medidas democráticas y aplicó medidas anticapitalistas empíricas. A través de ellas, desarrolló en la base de la revolución un contenido empíricamente anticapitalista que por sus limitaciones de clase campesina no pudo expresar en forma de programa consciente y de dirección estatal capaz de ejercer y mantener el poder. Le faltó para ello, entonces, la intervención dirigente del proletariado, con su programa y su partido, y la alianza obrera y campesina. Pero al mismo tiempo dio origen y alimentó a un ala pequeñoburguesa radical y socializante, nacionalista y antiimperialista, que ejerció una influencia decisiva en las dos primeras fases ascendentes (1910-1920 y 1934-1940); y que aún hoy la ejerce, como expresión política de la continuidad de la revolución pero también, ahora, como un puente hacia la dirección proletaria que se está formando en esta fase y que es la condición de su culminación socialista.

Esa guerra campesina derribó el poder político de los terratenientes y abrió camino al desarrollo económico y al poder político de la burguesía. Pero a diferencia de las guerras campesinas de otras épocas, la revolución mexicana dejó a esa burguesía sin bases sociales propias, condenada a depender de las masas que no pudieron ejercer el poder pero a las cuales ella tampoco pudo derrotar.”

¹⁰⁷ No original: “Nunca pudieron desprenderse de la revolución, sino que tuvieron que seguir hablando en nombre de ella, como sus supuestos representantes; para poder seguir conteniéndola.”

Sem deixar de reconhecer as conquistas sociais da Revolução, Guillermo Bonfil Batalla analisa que esse processo não terminou por representar, de fato, o México profundo. A despeito da valorização da origem indígena – este último sempre visto como um elemento do passado – e da figura do camponês, o plano ainda era incluí-los no projeto modernizador e ocidental, ou seja, no caso dos povos originários, na desindianização. A “mexicanidade” tornou-se sinônima à mestiçagem, na qual a presença indígena e africana encontrava-se diluída, apagada. A diferença civilizacional não foi, de fato, reconhecida, mas encarada como fruto da desigualdade social. Ou seja, essas populações com modos de vida e costumes que destoavam dos padrões modernos capitalistas deixariam seus hábitos culturais quando houvesse justiça social. Se a reforma agrária significava, para as comunidades, recuperar seus territórios e o controle sobre suas próprias culturas, para os gestores pós-revolucionários o reparto agrário significava, além da justiça social, incluir esses territórios no desenvolvimento nacional.

As frentes de expansão que ameaçam e cobiçam os territórios, onde se encontra o coração do México profundo, variaram e se multiplicaram. O despojo e a pressão sobre as terras comunais, *ejidos* e sobre as pequenas propriedades dos camponeses permanecem em algumas zonas, como há 400 anos, por causa da voracidade da pecuária em grande escala. Mas há novos interesses que também cobiçam essas terras, como o crescimento das manchas urbanas, a exploração petrolífera, os centros turísticos e até a proteção ecológica entendida, obviamente, à maneira do México imaginário. (BONFIL BATALLA, p. 243)

A despeito de o reparto agrário ter continuado em diversos momentos após o final do governo Cárdenas, a política agrária dos governos mexicanos passou a priorizar, cada vez menos, a propriedade comunal. As melhores terras eram cedidas a entes privados (como especuladores) e os *ejidos* e pequenos agricultores responsáveis pela produção de alimentos recebiam menos apoio governamental, como insumos, crédito e maquinário. Passou-se a priorizar, dessa forma, os cultivos para exportação, como café, algodão e açúcar, deixando à margem as culturas essenciais na alimentação mexicana, como o milho e o feijão. Essa mudança de política resultaria no aumento do êxodo rural e da imigração para os Estados Unidos, bem como na futura perda da autonomia do país na produção de alimentos, levando à necessidade de se importar esses grãos a partir dos anos 60.

De forma dialética, pode-se encarar a continuidade dos conflitos pela terra e o avanço do extrativismo no México como sinais de um processo revolucionário interrompido, que não se completou, mas também de uma Revolução que não incluiu, verdadeiramente, perspectivas ancestrais e não-ocidentalizadas. Na América Latina e no México, qualquer projeto que se proponha realmente revolucionário e popular precisa incluir as visões daqueles que tem sido exterminados e subjugados desde a colonização, o que incluirá modos de ver e de se relacionar

com a terra de modos muito distintos da civilização ocidental.

3.4. O MÉXICO PÓS-REVOLUCIONÁRIO

O pacto social mexicano que emerge da Revolução teria como sustentáculo o partido do Estado, criado em 1929 com o nome de Partido Nacional Revolucionário (PNR). A intenção de seu fundador, o ex-presidente Plutarco Elias Calles, era alcançar a estabilização do país reunindo e disciplinando os diversos partidos e tendências sob uma única organização oficial, a qual seria representante da “família revolucionária”. A incorporação de setores operários e camponeses ao partido foi aprofundada durante o governo Cárdenas, que necessitava de uma base de apoio para a reforma agrária. Em 1938, o PNR torna-se Partido da Revolução Mexicana (PRM), apresentado como uma coalizão do setor camponês (representado pelas ligas de comunidades agrárias e pela Confederação Nacional Camponesa); o setor operário (representado pelas centrais sindicais e sindicatos industriais); o setor de mineiros e eletricitistas; setor popular (identificado como a burocracia); e setor militar (no qual foram incluídos todos os membros das Forças Armadas, mecanismo de filiação indireto que possibilitou com que o partido contasse com 4 milhões de membros¹⁰⁸).

No ano de 46, o partido é rebatizado com o nome que carrega até hoje, o contraditório Partido Revolucionário Institucional (PRI). Apesar das mudanças, o partido do Estado manteve, pelas sete décadas seguintes desde sua criação, uma característica: a predominância quase absoluta nos postos eleitorais, pondo fim à proliferação partidária que havia predominado na Revolução Mexicana. Nesse longo período, o PRI monopolizou os mandatos presidenciais e predominou no Legislativo e nos municípios.

Desde 1929, e particularmente a partir de 1941, a estabilidade do sistema político mexicano foi notável. A natureza autoritária, mas flexível do controle do PRM-PRI sobre a vida política do país contrasta enormemente com quase todo o restante da América Latina. Diferentemente de outros sistemas também autoritários, ao mexicano não interessa excluir os que queiram ou possam ter força política e sim atraí-los e enquadrá-los em suas fileiras. No entanto, as diferenças de interesses tão heterogêneos e os conflitos potenciais não se resolveram sempre dentro dos canais burocráticos estabelecidos. De vez em quando, a rotina e a disciplina foram rompidas. E, nesses casos, os elementos centrais do sistema, seus mecanismos, bem como as forças e as tendências que representava e defendia, deixaram-se ver então com maior clareza, verdadeiras radiografias da natureza da vida mexicana contemporânea. (AGUILAR

¹⁰⁸ “Em dezembro de 1940, logo após o início da gestão de Avila Camacho, o setor militar do PRM desapareceu definitivamente. Foi uma demonstração simbólica da profissionalização do exército revolucionário e de sua subordinação institucional ao chefe do poder Executivo, uma tendência que haveria de se tornar uma realidade política permanente a partir de 1946 com a eleição do primeiro presidente civil da era pós-revolucionária, Miguel Alemán (1946 – 1952), que iniciou a longa, e até hoje ininterrupta, lista de mandatários não-militares do México pós-revolucionário”. (CAMÍN; MEYER, p. 256)

CAMÍN; MEYER, p. 244)

Sob o PRI, foram estabelecidas as organizações sociais que formariam o sistema corporativista da política mexicana: a Confederação de Trabalhadores do México (CTM), que reunia outros sindicatos operários e que tinha como líder vitalício o priísta Fidel Velázquez, cuja direção foi marcada por uma política entreguista e conciliadora com os setores patronais e por uma postura autoritária que resultou na expulsão de dissidências e na repressão de sindicatos independentes¹⁰⁹; a Confederação Nacional Campesina (CNC), que aglutinava as organizações agrárias; e Confederação Nacional de Organizações Populares (CNOP), que agrupava organizações urbanas de estudantes, inquilinos, comerciantes e empresários. Nada nem ninguém poderia se mobilizar fora dessas organizações, que ficavam, por sua vez, submetidas ao poder governamental (ORTIZ ROSAS, 2014).

Além desse arranjo institucional, a estabilidade política e social foi possibilitada pelo crescimento econômico. De 1940 a 1968, o chamado “milagre mexicano” caracterizou-se pelo desenvolvimentismo, pela política de substituição de importações, pelas baixas taxas de inflação, pela estabilidade monetária, pela subordinação da agricultura à indústria, pela urbanização e pelos altos índices de participação salarial na distribuição do ingresso nacional. A versão do PRI para o *Welfare State* combinava a centralidade da figura presidencial, as redes clientelistas e corporativas, as relações de fidelidade pessoal e o autoritarismo com gastos sociais e um Estado interventor. Esse período também foi marcado pelo aumento da população, da expectativa média de vida e da classe média, e o centro da vida do país passou do campo para a cidade.

3.4.1. A crise do pacto: repressão e contrainsurgência

A sangrenta repressão a uma manifestação estudantil na Praça da Três Culturas, em Tlatelolco, no ano de 1968, anunciou o início da crise do padrão de dominação do PRI. Convergindo com outras explosões que ocorriam mundo afora, como a Primavera de Praga e o Maio de 68 francês, no dia 2 de outubro, cerca de 15 mil estudantes e trabalhadores saíram às ruas da capital mexicana para protestar contra a invasão militar do campus da Universidade

¹⁰⁹ Esse fenômeno da imposição de lideranças sindicais próximas à cúpula governamental recebe o nome, no México, de *charrismo* ou sindicalismo *charrista*. (RAJCHENBERG, Enrique. México. Enciclopédia Latino-Americana. 2015. Disponível em: <<https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/mexico>>. Acesso em: 13 de abril de 2023.)

Nacional Autônoma do México (UNAM). Diante da chegada à capital de estrangeiros e correspondentes internacionais por conta da abertura dos Jogos Olímpicos, cuja abertura seria dali a 10 dias, o governo ordenou a repressão ao ato, que terminou com a chacina de cerca de 350 pessoas¹¹⁰. O Massacre de Tlatelolco contra os filhos universitários de uma classe média urbana que crescera nas três décadas anteriores e que simbolizava a vitória do México moderno pós-revolucionário constituiu, dessa forma, “o anúncio sangrento de que os tempos haviam mudado sem que mudassem as receitas para enfrentá-los” (CAMÍN; MEYER, p. 270).

A repressão estudantil de 1968 faria aumentar o descontentamento social e contribuiria, de forma direta ou indireta, para a proliferação de guerrilhas no país, pois demonstrava a impossibilidade de uma oposição pacífica fora do sistema priísta. Entre os anos 60 e 80, cerca de trinta grupos guerrilheiros surgiram em todo o México, mas praticamente todos foram aniquilados pelo aparato estatal – representado, principalmente, pela Direção Federal de Segurança (DFS) – e por grupos paramilitares, como os *Halcones* e a *Brigada Especial*. Responsáveis por uma segunda e tristemente célebre matança estudantil daquele período – o Massacre de Corpus Christi ou *Halconazo*, em 10 de junho de 1971 –, *Los Halcones* foi um grupo de choque integrado por ex-militares, policiais na ativa e jovens civis (entre os quais havia estudantes, trabalhadores da limpeza e delinquentes) e criado pelo Departamento do Distrito Federal (DDF) com o intuito de controlar grupos de manifestantes estudantis e provocar violência nas manifestações para criar uma imagem pública de que o movimento estudantil era violento. Assim, durante a quinta-feira de Corpus Christi de 1971, milhares de estudantes universitários saíram às ruas da capital mexicana pela primeira vez desde o massacre de Tlatelolco, mas foram reprimidos pelo grupo clandestino (ORTIZ ROSAS, 2014, p. 43).

Em Zacatenco, reuniram-se cerca de 10 mil estudantes que, diante do posicionamento da polícia nas proximidades da Escola Normal, discutiram sobre a possibilidade de suspender a marcha; embora no final a decisão de realizá-la tenha se imposto. Os estudantes saíram do Casco de São Tomás, no norte da cidade e, pouco tempo depois do início da marcha, um grupo de jovens treinados por corpos policiais os enfrentaram. Algumas testemunhas avistaram os jovens paramilitares que compunham "Los Halcones", treinados em Santa María la Ribera. Quando a marcha chegou à Avenida de los Maestros, um oficial da polícia antidistúrbios (os *granaderos*) ordenou, por meio de um megafone, que a marcha fosse dissolvida. Quando os alunos entoaram o hino nacional, a cerca de *granaderos* os deixou passar. Mas os policiais antidistúrbios também permitiram a passagem de dois veículos cinza, dos quais desceram os "Halcones": jovens de cabelos curtos, camisetas brancas e longos bastões de bambu, que gritando "Che, Che, Che Guevara!" atacaram os manifestantes. Atrás dessa onda de atacantes, outros "Halcones", armados com fuzis M-1, posicionaram-se em uma linha de atiradores, e embora quase todos os tiros tenham sido disparados sobre a cabeça dos estudantes, já que foram projetados para intimidar, não faltaram mortos e feridos baleados. (PULIDO LLANO; AMADOR ZAMORA, 2021, p. 11-12,

¹¹⁰ CNDH. Comisión Nacional de Derechos Humanos. *Matanza de Tlatelolco*. Noticias. Disponível em: <https://www.cndh.org.mx/noticia/matanza-de-tlatelolco#_ftn%206>. Acesso em: 12 jun. 2023.

tradução nossa¹¹¹)

Diante de um saldo de 25 mortos e dezenas de feridos, o então presidente, Luis Echeverría Alvarez prometeu punir os culpados e destituiu altos funcionários, como o prefeito da Cidade do México, Alfonso Martínez Domínguez. No entanto, as concessões realizadas pelo ex-presidente ao movimento estudantil integravam um jogo duplo: aos olhos da opinião pública, Echeverría prometia abertura política; nos bastidores, seu governo não só tinha ciência da existência do grupo paramilitar, como havia permitido o treinamento de alguns de seus integrantes nos Estados Unidos, em acordo com a embaixada desse país. Em um informe do sobre a relação do presidente com a juventude, a embaixada descreve que a estratégia de Echeverría com jovens era a “da cenoura e do porrete”, buscando, de um lado, demonstrar uma não-interferência nas questões universitárias e, por outro, tentando controlar os estudantes através do financiamento de grupos antimarxistas e fiéis ao governo¹¹².

O papel dos Estados Unidos na contrainsurgência mexicana é uma amostra da complexa relação que o México manteve com esse país após a Revolução. Até 1940, a relação entre os dois países foi desgastada pelas expropriações e nacionalizações do processo revolucionário. No entanto, a 2ª Guerra Mundial fez com que os Estados Unidos procurassem melhorar suas relações com o vizinho em troca do apoio contra o Eixo, como a obtenção de empréstimos internacionais e a renegociação da dívida externa mexicana. Ao final do conflito, os mexicanos já se encontravam na zona de influência estadunidense sem que, dessa vez, houvesse a presença das potências europeias, destruídas pela guerra, para servir-lhes de contrapeso. Apesar das relações comerciais e de sua relação de dependência com os Estados Unidos terem se aprofundado ao longo do século XX, o México manteve o discurso nacionalista da Revolução e uma relativa independência em sua política externa, não tendo apoiado o vizinho em suas

¹¹¹ No original: “En Zacatenco se reunieron unos 10 000 estudiantes, que ante el despliegue policiaco en las cercanías de la Normal discutieron sobre la posibilidad de suspender la marcha; aunque al final se impuso la decisión de realizarla. Los estudiantes salieron del Casco de Santo Tomás, en el norte de la ciudad, y a poco tiempo de comenzada la marcha un grupo de jóvenes entrenados por cuerpos policiacos los enfrentaron. Algunos testigos habían observado a los jóvenes paramilitares que integraban ‘Los Halcones’, formados en Santa María la Ribera. Cuando la marcha llegó a la Avenida de los Maestros, un oficial de los granaderos ordenó mediante un megáfono que la marcha se disolviera. Cuando los estudiantes entonaron el himno nacional, la valla de granaderos los dejó pasar. Pero los granaderos también dejaron pasar dos vehículos grises de los que descendieron ‘Los Halcones’: jóvenes con el pelo cortado al rape, camisetas blancas y largas varas de bambú, que al grito de ‘¡Che, Che, Che Guevara!’ arremetieron contra los marchistas. Detrás de esta oleada de atacantes, otros ‘Halcones’, armados con rifles M-1, se apostaron en línea de tiradores, y aunque casi todos los tiros fueron hechos sobre las cabezas de los estudiantes, pues estaban pensados para amedrentar, no faltaron los muertos y heridos de bala.”

¹¹² DOYLE, Kate. “The Corpus Christi massacre. Mexico’s attack on its student movement, June 10, 1971”, The National Security Archive, 10 jun. 2003. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB91/>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

investidas imperialistas contra a Guatemala de Jacob Arbenz, em 1954, tampouco contra Cuba a partir de 1960. Da mesma forma, o México não adotou, oficialmente, a Doutrina de Segurança Nacional, como o fizeram outros países latino-americanos. Isso não significa, como já adiantamos, que o país não tenha tido sua própria política anticomunista e de contrainsurgência, nem que aquele tenha passado incólume pela política estadunidense da Guerra Fria, tendo sido signatário do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e enviado seus militares e policiais para treinamentos em contrainsurgência na Escola das Américas e Fort Bragg (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000; ORTIZ ROSAS, 2014).

Outro grupo paramilitar desse período foi a Brigada Especial ou Brigada Branca (não confundir com os grupos armados por terratenentes para reprimir camponeses, as chamadas guardas brancas¹¹³), criada em junho de 1976 para combater a guerrilha urbana, em especial, a Liga Comunista 23 de Septiembre (LC23S), fundada em 73 em Guadalajara, capital do estado de Jalisco. A Brigada Branca contava com 240 elementos provenientes da Direção Federal de Segurança (DFS), do Exército, da Procuradoria Geral da República, da Direção Geral de Polícia e Trânsito, da Polícia Judicial do Distrito Federal e da Polícia Judicial do Estado do México. De caráter clandestino, esse grupo buscava criar uma articulação entre o Exército e as polícias no combate contrainsurgente. Vários membros da Brigada Branca já haviam recebido treinamento em contrainsurgência em outros países, como oficiais militares que participaram do Primeiro Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária, realizado em 1961 em Buenos Aires¹¹⁴; e policiais que tiveram instrução anticomunista na Academia Internacional de Polícia¹¹⁵, em Washington, a exemplo do diretor da DFS, Miguel Nazar Haro, o qual seria um dos principais nomes da guerra suja no México. Em sua perseguição à LC23S, a Brigada Branca cometeu detenções ilegais, torturas e desaparecimentos forçados (ORTIZ ROSAS, 2014).

As dinâmicas e os acontecimentos descritos desde o início desse subtópico ocorreram em um período que corresponde à primeira etapa da contrainsurgência mexicana, que vai de 1966, quando o Grupo Popular Guerrilheiro ataca o quartel do exército em Ciudad Madera, em

¹¹³ As *guardias blancas* são grupos de pistoleiros contratados por terratenentes para proteger suas terras contra ocupações de camponeses e/ ou praticar espoliações de terras de terceiros, além de atentar contra desafetos políticos. Apesar de agirem com o consentimento e até colaboração de forças de segurança estatais, a guardas brancas não são consideradas grupos paramilitares.

¹¹⁴ O curso foi realizado em outubro daquele ano e teve a presença de 34 oficiais provenientes do exército da Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Ministradas por militares franceses, as aulas baseavam-se na doutrina da Guerra Antissubversiva, criada após as derrotas da França na Argélia e na Indochina.

¹¹⁵ Criada em 1962, a Academia Internacional de Polícia treinava policiais de todo o mundo – especialmente da América Latina – em técnicas de investigação contrainsurgente, como o uso da tortura durante os interrogatórios. (ORTIZ ROSAS, 2014, p. 110)

Chihuahua, e termina em 1983, ano em que as últimas células da Liga Comunista 23 de Setembro são exterminadas. Em 1985, o DFS é dissolvido e a Brigada Branca e *Los Halcones* tornaram-se, paulatinamente, grupos criminosos comuns e sem propósitos contrainsurgentes. Como já mencionado, praticamente todos os grupos guerrilheiros foram exterminados pela contrainsurgência nessa primeira etapa. Praticamente, mas não todos: dois grupos – ou o que sobrou das *Fuerzas de Liberación Nacional* (FLN) e do *Partido Revolucionario Obrero Clandestino Unión del Pueblo-Partido de los Pobres* (PROCUP-PDLP) – resistiram e se refugiaram nos estados de Chiapas e Guerrero, respectivamente. Essas guerrilhas continuariam seus trabalhos de base e ressurgiriam décadas depois, quando já se acreditava que a utopia revolucionária havia sido enterrada para sempre, sob os nomes de Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994, e Partido Democrático Popular Revolucionário – Exército Popular Revolucionário (PDPR-EPR), em 1996¹¹⁶. Esse fato motivaria o início da segunda etapa da contrainsurgência no México, que começa em 94 e se estende até hoje (LAGOS VELASCO, 2014).

3.4.2. O fim do milagre e o neoliberalismo

Esse período marcava também o fim do milagre mexicano como fruto da convergência da crise econômica internacional com a crise interna. A década de 70 assistiria ao esgotamento do modelo de substituição de importações e à queda da produtividade, à escassez agrícola, ao aumento do déficit comercial e da dívida externa, à inflação e à desvalorização cambial. A descoberta de importantes jazidas de petróleo e gás no Sudeste do país durante a segunda metade dos anos 70 daria um respiro e possibilitaria o crescimento econômico em meio à disparada dos preços do petróleo. No entanto, já no início dos anos 80 os preços do óleo cru começaram a cair, e em 1981 o México estava em um cenário ainda pior do que antes do *boom* petrolero.

Tal situação, somada ao aumento das taxas de juros internacionais, desembocaria na moratória da dívida externa mexicana em 1982, levando o país a assinar cartas de intenção com o FMI nas quais se comprometia a realizar ajustes orçamentários, disciplina fiscal e o desmonte de empresas estatais. O enxugamento do Estado iniciado no governo de Miguel de la Madrid (1982 – 1988) teria sérios impactos estruturais e levaria à privatização de áreas inteiras da

¹¹⁶ Considerando que o nosso objeto de estudo serão os grupos paramilitares empregados na guerra contrainsurgente ao EZLN, não abordaremos o PDPR-EPR e a dinâmica da contrainsurgência no estado de Guerrero.

economia pública nos governos seguintes, que continuariam e aprofundariam as políticas neoliberais. O resultado desse processo seria o crescimento da pobreza e da concentração de renda, a expansão da indústria maquiladora¹¹⁷, o aumento da emigração como saída para o desemprego e o progresso da economia do crime¹¹⁸, alimentada pela ruptura dos vínculos sociais (RAJCHENBERG, 2015).

Além das crises econômicas e sociais, a crise política ajudou a socavar, ainda mais, a legitimidade do pacto mexicano. Para candidato às eleições de 1988, concorriam, dentro do PRI, dois projetos rivais: um progressista, nacionalista e mais preocupado com o bem-estar social, encarnado por Cuauhtémoc Cárdenas, filho do lendário presidente desenvolvimentista. O outro projeto, representado pelo então secretário de Planejamento e Orçamento do governo de Miguel de La Madrid, Carlos Salinas de Gortari, propunha a continuidade das políticas neoliberais. Essa disputa refletia uma crise interna no partido e chegaria ao ápice com a saída de Cárdenas, que lançaria sua candidatura à presidência pela Frente Democrático Nacional (FDN), uma coalizão de centro-esquerda. Até aquele momento, aquele era o maior desafio eleitoral da história do PRI. As eleições terminaram com evidências de fraude eleitoral: uma “falha” no sistema de contagem de votos aconteceu enquanto Cárdenas liderava a disputa. Quando o sistema foi reestabelecido, Salinas de Gortari aparecia superando o rival, e terminou

¹¹⁷ Apesar de ter tido um crescimento a partir da década de 70, a indústria maquiladora chega ao México já em 1966, resultado do Programa da Indústria Maquiladora de Exportação, acordado com os Estados Unidos no ano anterior. As empresas maquiladoras consistem em fábricas de encaixe, manufatura parcial ou empacotamento de mercadorias de procedência estrangeira. A instalação dessas indústrias de montagem em países periféricos integra a estratégia de multinacionais de realocar partes ou segmentos de seus processos produtivos, com o intuito de reduzir os custos de produção, especialmente por serem países em que o custo da mão-de-obra era muito mais baixo do que nos países industrializados. No México, essas indústrias instalaram-se predominantemente na fronteira Norte e possuem como destino principal de exportação os Estados Unidos. A indústria maquiladora “tem um alto grau de desconexão com o setor industrial local – os insumos de origem nacional chegam apenas a 2%; mantém um emprego precário com altas taxas de exploração e rotatividade de postos por parte dos trabalhadores; e paga salários extremamente baixos em comparação com os salários praticados nos Estados Unidos”. (BALDERAS ARRIETA, I. Maquiladoras mexicanas. Enciclopedia Latinoamericana. 2015. Disponível em: <<https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/maquiladoras-mexicanas>>. Acesso em: 10 abr. 2023)

¹¹⁸ A liberalização financeira e o desenvolvimento da tecnologia bancária facilitaram a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas, sendo largamente aproveitada pelo crime organizado. Destaca-se a expansão do narcotráfico nos países latino-americanos a partir da década de 70, pois a região passa a atender a elevação da demanda por cocaína nos Estados Unidos e países europeus. No México, o narcotráfico cresceria a partir da utilização de pontos litorâneos – como Tampico, Culiacán e Veracruz – no trajeto da droga para os Estados Unidos, já que as linhas aéreas Caribe-Flórida passaram a ser interceptadas pela Força-Tarefa do Sul da Flórida, lançada por Reagan em 1982. A decadência dos cartéis colombianos geraria uma oportunidade para os narcotraficantes mexicanos, que veriam sua ascensão, expressa na Federação de Sinaloa e na figura de Joaquín “El Chapo” Guzmán. Esse crescimento e a própria lógica do proibicionismo e da “guerra às drogas”, a qual, além de aumentar os preços da droga no varejo, também fez com que as organizações incorporassem grupos armados – e até mesmo grupos de elite do Exército mexicano, como seria a origem do grupo *Los Zetas* – em sua estrutura interna, tem gerado uma crise securitária no México, que intensifica sua política antidrogas a partir de 2006, no governo de Felipe Calderón. Esse período assistiria a um recrudescimento da violência no país, com o aumento substantivo das vítimas da guerra às drogas. (BORBA, 2009)

eleito presidente. Esse resultado seria mais uma mácula na legitimidade do partido do Estado¹¹⁹.

Como era esperado, o novo governo aprofundou o projeto neoliberal e uma integração subordinada aos Estados Unidos, expressa na assinatura do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA). Uma das condições para a assinatura do acordo era a mudança na legislação agrária, plasmada na reforma do artigo 27 da Constituição. A mudança permitiu a venda de *ejidos* – que não eram comercializáveis nem rentáveis por seu caráter de propriedade da Nação – e a possibilidade de sua associação com qualquer ente privado. Ou seja, transformava a terra em mercadoria e os *ejidatários* em proprietários privados. Além disso, a reforma decretava o fim do reparto agrário, um direito garantido constitucionalmente desde a Revolução. A assinatura do tratado de livre comércio com os Estados Unidos e a reforma do artigo 27 motivariam uma explosão indígena e camponesa em um dos estados mais remotos e esquecidos do país: Chiapas.

3.5. CHIAPAS: DO ISOLAMENTO À INSURREIÇÃO

Até aqui, procuramos realizar uma exposição geral e sintética sobre o México e sua formação histórica com o objetivo de compreender as características e peculiaridades de um Estado construído pela primeira revolução social da América Latina, bem como visualizar as lutas de classes e contradições em seu interior que permitiram o desenvolvimento dos fenômenos de violência a serem estudados. Nesse sentido, será necessário realizar uma análise que se atenha ao estado de Chiapas e suas dinâmicas, pois este último é o cenário do conflito entre o EZLN e os grupos paramilitares.

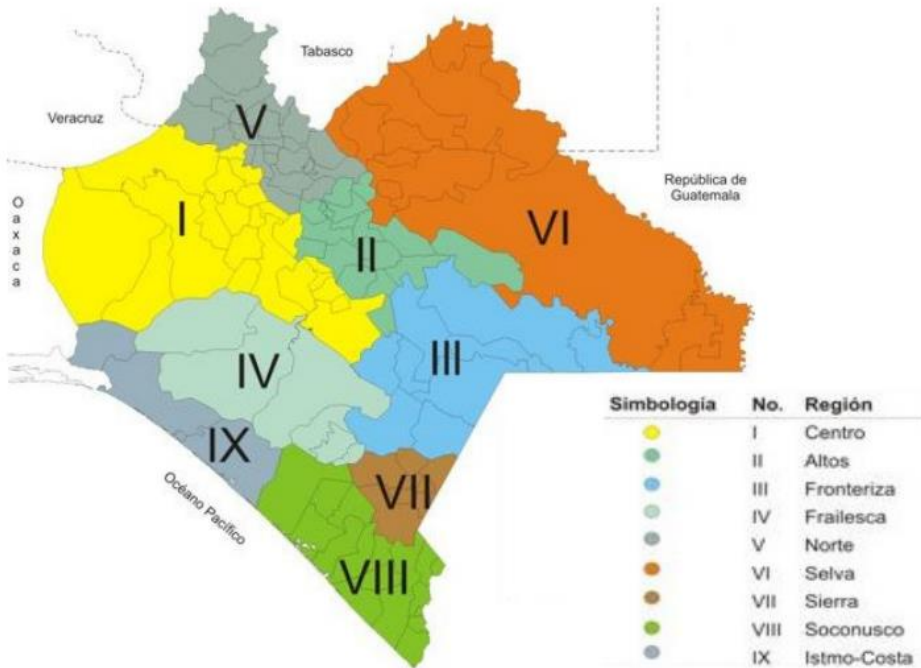
Figura 3: Estados do México

¹¹⁹ SANTOS, P; DRAGAN, S; GOMES, E. DIAS, G; SANTOS, F. Por que o México não entrou na onda progressista? In: DESSOTTI, F. R.; SANTOS, F. L. B.; FRANZONI, M. **México e os desafios do progressismo tardio**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. v. 1. p. 48-57.



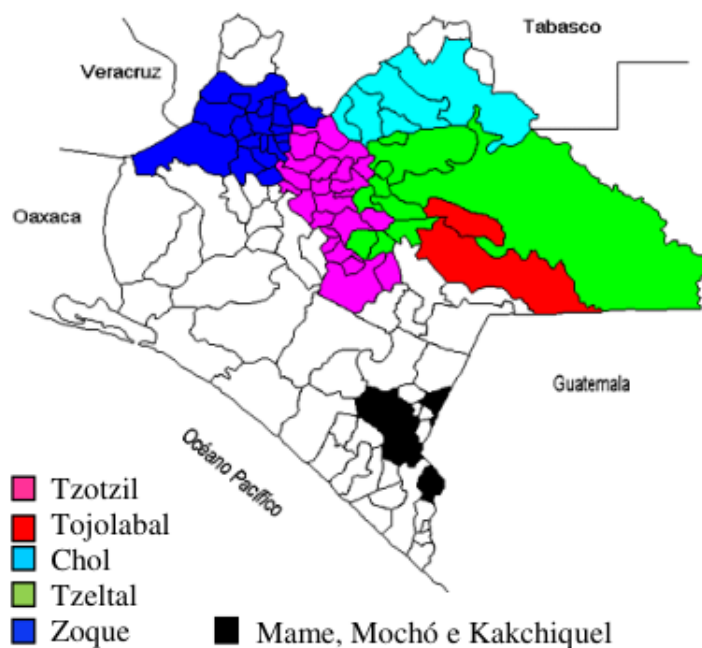
Fonte: ANDREO (2013)

Figura 4: Regiões de Chiapas



Fonte: ANDREO (2013)

Figura 5: Distribuição geográfica das etnias indígenas em Chiapas



Fonte: ANDREO (2013)

Figura 6: Caracóis Zapatistas



Fonte: SILVEIRA (2016)

Localizado no sudeste mexicano, o estado de Chiapas é, em geral, lembrado por seu isolamento, por sua proximidade física e cultural com a América Central e por seu subdesenvolvimento, sendo a entidade federativa mais pobre do México. Chiapas tem a maior quantidade de pessoas vivendo em condições de pobreza e sofrendo de carências no acesso aos

serviços básicos de saúde, educação e moradia¹²⁰. É o segundo estado mexicano com maior quantidade de pessoas que falam línguas indígenas, concentrando 28,2% da população falante de idiomas originários do país¹²¹, e as etnias que prevalecem no estado são de ascendência maia, com destaque para os povos *tzeltal*, *tzotzil*, *chol*, *tojolabal* e *zoque*. A maioria da população do estado trabalha em atividades ligadas ao setor primário, visto que a economia chiapaneca é baseada na agropecuária e é importante fornecedora de alimentos, como milho, café, banana, cacau e laranja. Além disso, o estado viu sua importância estratégica crescer a partir dos anos 70, com a descoberta de petróleo e a construção de hidrelétricas, sendo um dos maiores produtores de energia do país (CUBILLOS GARCÍA, 2008).

Historicamente, a distância e a existência de poucas vias de comunicação aprofundaram o isolamento de Chiapas, o que lhe conferiu certa autonomia em relação aos poderes centrais, primeiro da Capitania Geral da Guatemala, à qual pertenceu por três séculos, e depois do México, ao qual votou por anexar-se, mediante um plebiscito, no ano de 1824. As legislações liberais do século XIX permitiram com que uma nova oligarquia terratenente expropriasse as terras de indígenas e do clero, esse último o maior proprietário de terras de Chiapas até então. A partir do período de Porfirio Díaz, os investimentos estrangeiros – ingleses, alemães, estadunidenses, espanhóis e franceses, principalmente – são beneficiados pela Lei dos Baldios e adquirem terras para a produção de café e exploração de borracha e madeira (GONZÁLEZ ESPONDA; PÓLITO BARRIOS, 1995).

A penetração do capital estrangeiro na agricultura de Chiapas gerou um sistema desigual e estruturou seu espaço com base nas necessidades do capital. Desta forma, a região de Soconusco caracterizava-se pelas plantações de café, cacau e banana, enquanto a exploração pecuária e a agricultura comercial predominavam na região costeira. A região Norte e a área da selva Lacandona foram estruturadas em torno da exploração de madeiras nobres e posteriormente da cafeicultura e da pecuária; e as regiões dos Altos e dos Vales Centrais especializaram-se na produção de insumos necessários para alimentar o processo de acumulação capitalista no setor primário: mão de obra barata, fornecimento de grãos básicos etc. A sujeição da economia estatal às exigências temporárias do capital internacional foi orientada por impulsos externos, seja fora das grandes metrópoles capitalistas ou do centro da república, embora sem deixar de favorecer pequenos grupos econômicos locais. (CUBILLOS GARCÍA, 2008, p. 81-82, tradução nossa¹²²)

¹²⁰ CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL. Informe de Evaluación de la Política de Desarrollo Social 2022. Ciudad de México: CONEVAL, 2023.

¹²¹ INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. Estadísticas a propósito del Día Internacional de los Pueblos Indígenas. Comunicado de prensa n.430/22, 8 ag. 2002. Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/contenidos/saladeprensa/aproposito/2022/EAP_PueblosInd22.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2023.

¹²² No original: “La penetración de capitales extranjeros en el agro chiapaneco generó un sistema desigual y estructuró su espacio en función de las necesidades del capital. De esta manera la región del Soconusco se caracterizó por las plantaciones de café, cacao y plátano, en la región de la costa predominó la explotación ganadera y la agricultura de carácter comercial. La región del norte y el área de la selva lacandona, se estructuraron en función de la explotación de maderas preciosas y mas tarde del café y la ganadería bovina; y las

Esses processos de inserção capitalista se beneficiaram das estruturas desiguais e arcaicas chiapanecas, construídas a partir da centralidade do latifúndio e da exploração da população originária através da servidão por dívidas e do trabalho temporário migrante. As comunidades indígenas dependiam das fazendas, que abasteciam a si mesmas e a todo o seu entorno. Durante o século XX, Chiapas passou por ao menos três etapas de desenvolvimento econômico. A primeira, de 1900 a 1950, foi estruturada a partir da produção de café, borracha e banana. De 1950 a 1970, a cultura do algodão é introduzida e a pecuária passa por uma expansão. A partir dos anos 70, o estado se especializa em prover energia para o país após a descoberta de reservas de petróleo e da construção de hidrelétricas. Além disso, houve o desenvolvimento e o aumento do comércio e do turismo (CUBILLOS GARCÍA, 2008).

A Revolução Mexicana chega a Chiapas em 1914 e institui políticas de caráter progressista que destoam do cenário local: abolição da servidão por dívidas; estabelecimento do salário mínimo e obrigatoriedade de seu pagamento em dinheiro; liberdade de resistência e de circulação para os *peones acasillados*; proibição das *tiendas de raya*; pagamento de horas extras; limitação da jornada de trabalho para dez horas diárias; proibição do trabalho de menores de idade; obrigatoriedade, para os patrões, de fornecimento de boas acomodações para seus empregados. bem como assistência médica e pagamento em casos de acidentes de trabalho, etc. Essas medidas enfrentariam uma reação encarniçada por parte dos fazendeiros, que criam suas guardas brancas contra os primeiros solicitantes de terras e se levantam em armas por meio da Brigada Livre de Chiapas, a qual enfrentou as autoridades revolucionárias com táticas de guerrilha, como emboscadas, ataques-surpresa, etc. Esse movimento só cessaria em 1920, quando o governo de Álvaro Obregón realiza um acordo com os revoltosos e nomeia um de seus líderes, Tiburcio Fernández Ruiz, como Chefe de Operações Militares do Exército Federal e governador de Chiapas. Assim, as medidas progressistas não foram implantadas no estado: a servidão e o latifúndio mantiveram-se intactos (GONZÁLEZ ESPONDA; PÓLITO BARRIOS, 1995).

Até mesmo a reforma agrária de Lázaro Cárdenas encontrou, em Chiapas, sérias limitações, ainda que tenha sido o período de maior reparto agrário entre 1917 e 1940. Para não serem expropriados pelas políticas cardenistas, os latifundiários distribuíam terras afastadas e

regiones de los Altos y los Valles Centrales, se especializaron en la producción de insumos necesarios para alimentar el proceso de acumulación capitalista en el sector primario: la mano de obra barata, el abastecimiento de granos básicos, etc. La sujeción de la economía estatal a los requerimientos temporales de capital internacional, estaba orientada por los impulsos externos, ya fuera de las grandes metrópolis capitalistas o del centro de la república, aunque sin dejar de favorecer a los pequeños grupos económicos locales.”

pouco férteis para seus peões. Esses últimos, ao se transformarem em “pequenos proprietários”, perdiam o direito à dotação de *ejidos*, ao passo que as fazendas já não podiam passar pela repartição por não possuírem mais um número suficiente de trabalhadores com aquele direito. Além disso, os peões continuaram a ter que trabalhar em condições degradantes nas fazendas, pois não conseguiam produzir em suas terras esgotadas e inférteis (ANDREO, 2013).

Entre 1940 e 1960, o reparto agrário continuou, mas atingiu principalmente os terrenos nacionais e áreas selváticas. Essas últimas foram parte de uma política do governo federal para colonizar a Selva Lacandona, utilizando-a como válvula de escape para os conflitos agrários no estado e em outras regiões do país. Assim, milhares de indígenas *tzeltales*, *tzotzilez* e *choles* foram para a Selva com o intuito de cultivar milho e feijão, incentivados pelas autoridades estatais. No entanto, a válvula de escape terminou, na verdade, como um barril de pólvora: os novos colonos tiveram que enfrentar os pecuaristas que já haviam ocupado o território da Selva anteriormente e que expandiam suas terras a cada dia. Em 1972, o governo emitiu um decreto que concedia pouco mais de 600 mil hectares a 66 famílias “lacandones”, reconhecendo-as como ocupantes históricas da Selva. Ao mesmo tempo, 4 mil famílias camponesas continuaram a sofrer ameaças de despejo e os indígenas tiveram que se reagrupar em centros populacionais propostos pelo governo, possibilitando a convivência entre grupos de diferentes origens e etnias e favorecendo, por sua vez, o reconhecimento de demandas em comum e a organização política das comunidades (GONZÁLEZ ESPONDA; PÓLITO BARRIOS, 1995).

A reforma agrária incompleta e seu conseqüente empobrecimento do campesinato, bem como as frequentes ameaças de expulsão, alimentaram um sentimento de revolta entre os camponeses pobres chiapanecos – a grande maioria, indígenas das etnias maias –, sentimento que seria aumentado após a crise da agricultura a partir de meados dos anos 70. A crise agrária terminaria com a perda da soberania alimentar do país, o qual passa a importar grãos elementares para a alimentação dos mexicanos, e a queda dos preços de produtos como o café. Esse último afetaria os cafeicultores da região de Soconusco, que passam a contratar menos jornaleiros migrantes da região dos Altos, cuja força de trabalho dependia desses trabalhos sazonais. Além disso, os fazendeiros de Soconusco passam a empregar maior contingente de mão-de-obra imigrante da Guatemala, aumentado pelo conflito armado naquele país¹²³,

¹²³ O conflito armado guatemalteco (1962 – 1996) tem como origem a deposição do presidente Jacobo Arbenz pela intervenção direta dos Estados Unidos em 1954. O golpe contra o projeto nacional popular de Arbenz, que havia realizado uma reforma agrária e enfraquecido o poder da oligarquia cafeeira, fechou todas as possibilidades de transformações políticas pacíficas na Guatemala, com o surgimento de um Estado de contrainsurgência e a proliferação de grupos guerrilheiros. O pior momento desse longo conflito foi o período de 1981 a 1983, quando o Exército e grupos paramilitares cometeram centenas de massacres contra as populações

reduzindo ainda mais os empregos para a população indígena chiapaneca. Soma-se essa crise à modernização excludente pela qual Chiapas passava desde a década de 60, com a construção de hidrelétricas que inundaram milhares de hectares de terras férteis, e à descoberta de reservas petrolíferas durante os anos 70, que fez a inflação disparar nas zonas petroleiras a partir de 1976, o que fez com que cerca de 50 mil pessoas se deslocassem em busca de novas terras ou de trabalho. Esse processo atrai diversos interesses públicos e privados e aumenta a presença do poder central no estado, expressa nos novos investimentos públicos em infraestrutura e em vias de comunicação, além de uma maior presença do Exército, o qual, junto às guardas brancas, ajudaria a reprimir o campesinato em meio à ascensão dos movimentos no campo (GARCÍA DE LEÓN, 2002, p. 56).

Esse cenário de crises e transformações é impulsionado pelas insurreições camponesas que começam a explodir e a desafiar as instituições oficiais, escapando das redes de controle e clientelismo do PRI. Nesse contexto, o trabalho da Diocese de San Cristóbal de las Casas¹²⁴ junto aos indígenas, guiado, em especial, pelo bispo Dom Samuel Ruiz García¹²⁵ e pelos preceitos da Teologia da Libertação¹²⁶, ajudou a organizar e respaldar o movimento camponês,

indígenas maia. Segundo a Comissão para o Esclarecimento Histórico (1999), o conflito armado teria como saldo a morte e a desapareição forçada de mais de 200 mil pessoas, em sua maioria, indígenas. (COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO (CEH). Guatemala: memoria del silencio. Guatemala: 1999).

¹²⁴ Município localizado na região dos Altos, San Cristóbal de las Casas já foi a capital de Chiapas, tendo sido substituída, em 1892, por Tuxtla Gutiérrez, após anos de conflitos entre as elites liberais e conservadoras chiapanecas. Atualmente, San Cristóbal ainda é considerada a capital cultural do estado, atraindo turistas por conta de seus monumentos coloniais e da forte presença indígena.

¹²⁵ Samuel Ruiz García assume o episcopado da Diocese de San Cristóbal de Las Casas em 1960. De formação conservadora e anticomunista, Dom Samuel Ruiz vive uma progressiva transformação de orientação político-ideológica a partir do contato com a realidade indígena de Chiapas, marcada pelo racismo, exclusão e exploração das etnias originárias. Além do choque com a realidade local, Ruiz García ainda foi influenciado pelas movimentações que ocorriam na Igreja Católica, como o Concílio Vaticano II (1962-1965), marcado pela influência de novas formas de cristianismo social e correntes teológicas progressistas que marcaram uma abertura da Igreja a reflexões sobre questões políticas e objetivas do mundo moderno. Além do Concílio, Dom Samuel Ruiz participou da Conferência de Medellín (1968), fortemente marcada pelo Cristianismo da Libertação e por ideias desenvolvimentistas e marxistas. Apesar de nunca ter defendido o marxismo, Dom Samuel compreendeu que a dura realidade vivenciada pelos indígenas não era fruto da ação individual, mas de ordem estrutural e sistêmica, que medidas paternalistas ou assistencialistas não seriam capazes de resolver. Além disso, tentar integrar o indígena à sociedade mestiça e “moderna” desrespeitava sua cultura e tradição e agravava sua situação de precariedade e abandono. Nessas transformações e influências, a Diocese de San Cristóbal, sob os auspícios de Ruiz García, passa a adequar suas ações à realidade material e cultural dos indígenas, ajudando a organizá-los na criação de cooperativas e centros educacionais, “com intuito de que os próprios criassem as condições para sua autolibertação, além de reforçar a coesão comunitária e estimular o trabalho coletivo”. (ANDREO, 2013)

¹²⁶ A Teologia da Libertação é fruto das mudanças propiciadas pelo Concílio Vaticano II – como o fim das missas realizadas em latim – e do contexto de lutas e revoluções que aconteciam na América Latina, como a Revolução Cubana e as resistências às ditaduras. Os principais eixos dessa teologia latino-americana são: “a interpretação da fé cristã pelo prisma da luta e da esperança de mudança dos pobres; a crítica firme à sociedade e às instituições que abonam a manutenção de um estado de injustiça; e a reformulação da ação pastoral e da atividade da Igreja por uma perspectiva crítica e do ponto de vista dos mais pobres”. (GUTIÉRREZ, M. A. Teologia da Libertação. Enciclopédia Latino-Americana)

resultando na organização do Congresso Indígena de 1974¹²⁷. Esse evento constituiu uma preciosa contribuição para a articulação de comunidades e etnias apartadas por distâncias físicas, políticas e linguísticas, dando origem a diversas organizações, como a Central Independente de Operários, Agricultas e Camponeses (CIOAC) e Organização Campesina Emiliano Zapata (OCEZ). De acordo com Andreo (2013),

[...] os indígenas de Chiapas já não procuravam que o Estado somente suprisse suas necessidades mínimas de sobrevivência, mas também seu direito de viver segundo sua cultura, campesina e indígena que, portanto, pouco contribui materialmente para os cofres do Estado mexicano. Igualmente, passaram a exigir seus direitos de possuir boas terras e em quantidade suficiente, fator essencial para sua existência material e cultural; condições justas de comércio; além de educação e saúde de qualidade e de acordo com suas realidades materiais e culturais. Isto ocorreu porque as comunidades indígenas participantes do congresso passaram a enxergar suas demandas como dever do Estado para com eles, enquanto cidadãos mexicanos [...]. (ANDREO, 2013, p. 127)

Várias lutas e conflitos explodiam por todo o estado, assim como os atos repressivos do Exército e de pistoleiros dos terratenentes. Em 1974, uma ocupação de *tojolabales* em uma fazenda no município de Altamirano (região de Los Altos) foi duramente reprimida por militares, que cercaram a comunidade, agrediram e roubaram seus moradores, além de tê-los obrigado a queimar suas próprias casas. Na região Frailesca, camponeses retomaram o lema zapatista “a terra é para quem nela trabalha” e ocuparam dezenas de propriedades entre 1975 e 1976. Apesar de algumas vitórias, como a conquista de parte das terras, a repressão a esse movimento foi brutal: militares e policiais foram responsáveis por seis assassinatos e três desaparecimentos de camponeses do movimento, além das muitas prisões. No município de Venustiano Carrazana (região Centro), os vários anos de assassinatos de líderes camponeses e despojos causados pela expansão pecuária e pela inundação de terras férteis na construção da hidrelétrica de La Angostura radicalizaram o movimento campesino dirigido por *tzotziles*, que escapa ao controle dos caciques ladinos¹²⁸ e funda organizações independentes, que dariam origem à OCEZ, já em 1982. A violência militar no município incluiu anos de despojos, prisões, torturas, estupros e assassinatos, iniciando uma série de ações de contrainsurgência, como a criação de uma precoce organização paramilitar em uma comunidade indígena na

¹²⁷ O Primeiro Congresso Indígena de Chiapas Fray Bartolomé de Las Casas ocorreu no mês de outubro de 1974 em San Cristóbal de las Casas e reuniu representantes de 327 comunidades originárias, em especial, *tzeltales*, *tzotziles*, *tojolabales* e *choles*. Organizado pela Diocese de Dom Samuel Ruiz, o evento teve como temas: terra, comércio, educação e saúde. O Congresso indígena de 1974 foi um marco na união dos povos indígenas de Chiapas e na organização de suas demandas.

¹²⁸ *Ladino* é um termo equivalente a *mestiço*. Assim como a “desindianização”, a “ladinização” também significava uma forma de ascensão social para os indígenas, e as profundas desigualdades entre esses últimos e os ladinos são a raiz dos conflitos entre os dois grupos em Chiapas. Enquanto os indígenas estão associados às formas de propriedade coletiva e à agricultura de subsistências, os ladinos ricos estão, em sua maioria, ligados à pecuária extensiva.

década de 70 (GARCÍA DE LEÓN, 2002, p. 157).

3.5.1. Repressão e contrainsurgência em Chiapas (1974 – 1992)

Lucila Polo Herrera (1994) elenca três momentos fundamentais da repressão em Chiapas entre os anos 70 e início dos 90: de 1974 a 1982; o sexênio do governador Absalón Castellanos Domínguez (1982 – 1988); e o período do governador Patrocinio González Garrido (1988 – 1992). No primeiro período – marcado tanto pela descoberta do petróleo e a elevação de Chiapas a tema de Segurança Nacional, como pelo conflito armado guatemalteco – os movimentos camponeses começam a ser encarados na ótica da contrainsurgência, e foram reprimidos com o intuito de silenciamento e prevenção de novas manifestações e de experimentos guerrilheiros. Nesse período, o Exército se instala, principalmente, nos municípios de Ocosingo – na Selva Lacandona, onde a diocese realizava um intenso trabalho de politização com os indígenas *tzeltales* – e Venustiano Carranza.

Em 1980, a ocupação de mais de 68 fazendas realizada por cerca de 7 mil camponeses afiliados do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) na região da Selva teria como ápice o Massacre de Wololchán. Camponeses do PST e *peones acasillados* da fazenda Wololchán, os quais faziam a solicitação de terras na Secretaria de Reforma Agrária desde os anos 50, realizam a ocupação dessa propriedade para acelerar o processo de reparto agrário. No entanto, a ocupação foi surpreendida com uma operação realizada por fazendeiros armados e tropas do Exército dirigidas pelo General Absalón Castellanos Domínguez, então comandante da XXXI Zona Militar, que arrasaram a comunidade com metralhadoras, lança-chamas e bombas de gás lacrimogênio. Doze indígenas *tzeltales* foram assassinados e incinerados, e mais de 700 famílias foram expulsas. O massacre de Wololchán, em 1980, acelerou a militarização de Chiapas, com a continuidade dos cercos militares sobre as comunidades indígenas e simulações de treinamento em contra guerrilha, bem como a modernização de corpos policiais.

O General Absalón Castellanos Domínguez não só permaneceu impune pelos crimes do massacre como assumiu o governo de Chiapas em 1982. Nesse período, a política genocida de Efraín Ríos Montt na Guatemala havia levado mais de 80 mil refugiados, em sua maioria, indígenas, para as fronteiras com Chiapas. Amigo pessoal de Ríos Montt, Castellanos Domínguez expressava suas pretensões de “devolver” os refugiados ao ditador, fato que levou ao primeiro confronto direto entre a diocese de San Cristóbal e as autoridades militares mexicanas (GARCÍA DE LEÓN, 2002, p. 209). Além de Ocosingo e Venustiano Carranza, a

região do município de Simojovel, na região Norte, também sofreu repressão estatal contra a resistência indígena à construção da represa de Itzantún, que afetaria várias comunidades. Além da repressão massiva, o governo de Castellanos Domínguez foi marcado pela repressão seletiva, atacando e assassinando figuras dirigentes dos movimentos populares.

Observa-se uma continuidade na ação repressiva estatal no período de 1974 a 1988, isto é, nos primeiros recortes temporais. Em um primeiro momento, realizou-se um uso massivo do Exército nas zonas mais conflituosas. Em seguida, a repressão se torna mais seletiva e certa contra as organizações independentes e suas lideranças, e conta com uma maior participação da Polícia de Segurança Pública. O saldo social dessa estratégia é aterrador:

As estatísticas de terror não são confiáveis: são terríveis. De 1974 a 1987, são 982 líderes assassinados em apenas uma parte da região indígena de Chiapas; 1.084 camponeses detidos sem fundamento legal; 379 feridos graves; 505 sequestrados ou torturados; 334 desaparecidos; 38 mulheres estupradas; milhares de expulsos de suas casas e de suas terras; 89 cidades que sofreram queima de casas e destruição de colheitas. Nesse período, a violência aumentou cem por cento, diz um ex-dirigente. (GONZÁLEZ CASANOVA, 1995, p. 282, tradução nossa¹²⁹)

O terceiro período, de 1988 a 1992, corresponde ao governo inconcluso de Patrocinio González Garrido, que deixaria o cargo para assumir a Secretaria de Governo na gestão de Carlos Salinas de Gortari. Apesar da interrupção, o governo de González Garrido deixaria uma marca de repressão e de fechamento político, que terminaria por fortalecer o argumento de uma ofensiva armada contra o Estado pelo EZLN. O novo governo modificou o Código Penal estadual, elevando à categoria de crimes a conspiração, a sedição, a associação criminosa, a rebelião e o motim. O aumento do encarceramento gerou uma verdadeira crise no sistema penal de Chiapas, com o aumento de rebeliões e greves de fome no presídio de Cerro Hueco, em Tuxtla Gutiérrez. Mas uma das maiores “contribuições” do período de González Garrido foi a reorganização das guardas brancas. Em 1992, são criadas as Uniões de Defesa Cidadã em vários municípios da Selva Lacandona e Los Altos, organizadas por grêmios de pecuaristas, comerciantes, pequenos proprietários e setores das camadas médias urbanas. Alegando ter o objetivo de vigiar e atuar diante de qualquer atentado a sua integridade pessoal e patrimonial, essas Uniões encobriam as velhas guardas brancas, grupos armados de proteção à propriedade privada. “A tolerância do governo, que não era desse momento, mas de sempre, expressava, no entanto, a pretensão de institucionalizar as guardas brancas, cuja existência havia sido negada

¹²⁹ No original: “Las estadísticas del terror no son confiables: son terribles. De 1974 a 1987 se cuentan 982 líderes asesinados tan sólo en una parte de la región indígena de Chiapas; 1.084 campesinos detenidos sin bases legales; 379 heridos de gravedad; 505 secuestrados o torturados; 334 desaparecidos; 38 mujeres violadas; miles de expulsados de sus casas y sus tierras; 89 poblados que sufrieron quemas de viviendas y destrucción de cultivos. En este periodo aumentó la violencia en ciento por ciento, dice un ex líder.”.

até então” (POLO HERRERA, 1994, p. 71, tradução nossa¹³⁰).

O apoio de militares e policiais às guardas brancas e aos terratenentes abalou profundamente a legitimidade do Estado pós-revolucionário entre as comunidades indígenas, que viam as forças armadas como o “Exército dos ricos”. Além da repressão, outro fator que contribuiu para a deterioração da legitimidade e do apoio do campo chiapaneco ao governo foi o início dos cortes sociais a partir de 1982, com o cancelamento do crédito para várias organizações camponesas pró-governo, como a CNC. Isso fortaleceria as tendências independentes e radicais do movimento camponês, bem como um pequeno grupo guerrilheiro, sobrevivente da guerra contrainsurgente do Estado mexicano, que se assentava na Selva Lacandona a partir do início dos anos 80.

3.6. O LEVANTE DO EZLN: INSURGÊNCIA E CONTRAINSURGÊNCIA NO MÉXICO NEOLIBERAL

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) é fruto do crescimento de uma pequena célula das Forças de Libertação Nacional (FLN) que se instalou em Chiapas em 1983, em especial, nas regiões da Selva Lacandona, Norte e Los Altos. A origem das FLN, no entanto, era urbana: elas eram fruto do Exército Insurgente Mexicano (EIM), o qual, após sua dissolução, no fim dos anos 60, foi refundado por profissionais e universitários da Universidade de Nuevo León sob o nome de FLN. Após se expandirem por outros estados, as FLN foram praticamente aniquiladas pelos serviços de segurança durante a década de 70. Os poucos sobreviventes dessa guerra suja conseguiriam assentar-se em Chiapas no começo dos anos 80, dando origem ao EZLN (LAGOS VELASCO, 2014).

Os primeiros anos desse pequeno grupo militante na Selva foram de isolamento e muitas dificuldades, no qual a principal tarefa era a sobrevivência. Apesar disso, esse seria um período precioso para os guerrilheiros: sua convivência na Selva Lacandona lhes forneceria profundo conhecimento sobre o território e o reconhecimento das comunidades, que deixariam de vê-los como forasteiros, isto é, dois fatores indispensáveis na guerra de guerrilhas. O contato dos guerrilheiros com indígenas mais politizados e com longa experiência de luta política – os “intelectuais orgânicos” do movimento indígena, como dissera o Subcomandante Marcos – possibilitaria sua aproximação com as comunidades, com as quais estabeleceriam um acordo

¹³⁰ No original: “La tolerancia del gobierno, que no era de ese momento sino desde siempre, expresaba sin embargo la pretensión de institucionalizar las guardias blancas, cuya existencia habla sido negada hasta ese momento”.

de troca mútua. Os guerrilheiros forneceriam aos indígenas instrução militar e treinamento, enquanto as comunidades lhes ajudariam com venda de alimentos e auxílio no transporte de provisões. Longe de ser apenas material, essa troca provocou profundas mudanças nos dois grupos: as traduções e assimilações de conhecimentos e bagagens políticas e culturais entre os indígenas e guerrilheiros possibilitariam o surgimento da experiência inteiramente nova que caracterizaria o EZLN.

Relativamente em pouco tempo, o que era uma organização nos moldes ditos marxista-leninista e maoístas, e que deveria servir como vanguarda revolucionária e levar a consciência e a “luz” à população explorada, se deparou com uma outra realidade, em que a organização político-militar se constituía principalmente em um “braço armado”, como mais um dos elementos constitutivos de um amplo movimento de resistência indígena. Esta foi - segundo o Subcomandante Marcos - a “primeira derrota” infligida ao Exército Zapatista. Derrota esta que significou o início de uma transformação profunda no EZLN, de uma vanguarda revolucionária em exército das comunidades indígenas. Esse processo se deu porque os guerrilheiros urbanos acreditavam que se dirigir a um camponês, a um operário, a um estudante ou a um indígena fosse a mesma coisa, que todos entenderiam da mesma forma a linguagem revolucionária marxista. Contudo, eles se depararam com uma outra realidade, uma realidade com outros substratos e valores simbólicos. Neste momento eles admitem que não têm todas as respostas, que eles têm que aprender também. (HILSENBECK FILHO, 2007, p. 99)

Assim, a aceitação dessa primeira “derrota” fez com que o EZLN conseguisse a transição um pequeno grupo de guerrilheiros para um exército indígena de milhares de combatentes. Os zapatistas cresciam enquanto a conjuntura mundial e regional lhes era totalmente desfavorável: enquanto o chamado “socialismo real” enfrentava suas crises terminais e as guerrilhas latino-americanas também eram derrotadas, especialmente na América Central, vide a derrota dos sandinistas nas eleições de 1990. Essa conjuntura desfavorável provocava uma divisão sobre a decisão do EZLN de declarar guerra ao Estado. Uma consulta realizada no ano de 92 em cerca de 500 comunidades de quatro etnias - *tzotzil*, os *chol*, os *tojolabal* e os *tzeltal* – deu maioria à decisão pela guerra. Em janeiro de 93, outra transformação: o comando do EZLN passava para o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, formado pelos próprios dirigentes das comunidades (HILSENBECK FILHO, 2007).

Se a conjuntura mundial e regional era desfavorável às revoluções, as realidades local e nacional apontavam para uma impossibilidade de transformações por vias pacíficas: a fraude nas eleições mexicanas de 1988; a vertiginosa queda dos preços do café entre 1989 e 1992; epidemias que causaram milhares de mortes infantis na Selva Lacandona; a política repressiva de Patrocínio Gonzalez; a reforma do artigo 27 e, finalmente, a entrada o México no NAFTA, em 1º de janeiro de 1994. Essa seria a data escolhida pelos zapatistas para o seu célebre levante.

3.6.1. O 1º de janeiro de 1994

Na madrugada do dia 1º de janeiro de 1994, data da entrada em vigor do NAFTA, uma rebelião armada explodia no México. Não, não eram jovens universitários de classe média barbudos promovendo algum tipo de ação na capital federal, uma imagem tão emblemática da luta insurgente durante a Guerra Fria: eram milhares de indígenas ocupando cabeceiras municipais¹³¹ de Chiapas, o estado mais pobre do país.

A essa altura, quase ninguém se recordava dos índios do México, cujo desaparecimento os liberais triunfantes do século XIX e seus seguidores do século XX tinham prognosticado e promovido. Os governos emanados da revolução impulsionaram o integracionismo como fórmula de inclusão da população indígena à nação. Ainda que com métodos diametralmente opostos à política de extermínio do século XIX, o indigenismo estatal apostava na inclusão mediante a eliminação, certamente não física, das culturas indígenas. (RAJCHENBERG, 2015)

A data, claro, não era fortuita, mas uma manifestação de repúdio ao tratado que, com a reforma do artigo 27 da Constituição, declarava não só a morte da propriedade coletiva, mas também da população originária. Mobilizando cerca de 2,2 mil combatentes na ocupação de sete cabeceiras municipais – San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Altamirano, Ocosingo, Chanal, Oxchuc, e Huixtán – os zapatistas ainda ocuparam uma rádio, através da qual transmitiram comunicados em línguas indígenas, e capturaram o ex-governador Absalón Castellanos Domínguez, que seria posteriormente libertado em um julgamento público “com a pena de conviver o resto da vida com o perdão dado por aqueles a quem usurpou e explorou” (HILSENBECK FILHO, 2007).

Os confrontos com o Estado – que mobilizou em torno de 20 mil soldados contra 2,2 zapatistas que lutavam nas cidades e cerca de 4 mil nas matas – durariam doze dias, pois o governo federal decide recuar diante da pressão nacional e internacional sobre os abusos de direitos humanos. O México, com a queda de sua máscara de país “estável” e “moderno”, tornava-se o centro das atenções mundiais naquele início de 94. O presidente Carlos Salinas de Gortari procurava tranquilizar a opinião pública e os investidores com o cessar-fogo unilateral e a abertura para o diálogo com os insurgentes. Após o início do confronto bélico aberto, começava uma guerra midiática: o EZLN, através da voz do Subcomandante Marcos, seguia denunciando o Estado mexicano por sua violência e abandono dos povos indígenas e divulgando a célebre I Declaração da Selva Lacandona¹³². O governo salinista, por sua vez,

¹³¹ Conforme bem traduziu Andreo (2013): “no México, a *cabecera* é a região, isto é, a vila ou povoado no qual se exerce a ação político-administrativa de um município”.

¹³² O famoso documento foi lido circulou impresso nas ruas de Chiapas e foi lido nas rádios do estado. Além

procurava apresentar os zapatistas como intransigentes para, dessa forma, isolá-los politicamente (HILSENBECK FILHO, 2007; FAZIO, 1996).

A partir dos primeiros dias do levante zapatista, o confronto evoluiria em duas direções simultâneas: enquanto o governo, por meio do exército federal, promovia uma política de cerco e intimidação contra o EZLN e as comunidades indígenas de Chiapas, aos olhos do México e do mundo procurava uma saída pacífica e negociada para o conflito. Esses diálogos terminariam com a assinatura, em 1996, dos Acordos de San Andrés Larráinzar, nos quais o governo se comprometia com as causas dos povos indígenas, mas que jamais seriam cumpridos. O cerco e o assédio e a militarização de Chiapas seriam, por sua vez, uma política permanente. Formada por membros da Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA)¹³³, a contrainteligência do exército, os serviços de inteligência da Secretaria de Governo e a Procuradoria Geral da República (PGR), uma equipe de Segurança Nacional foi encarregada de planejar e executar as políticas para Chiapas com base nas diretrizes básicas da contrainsurgência estadunidense e, mais precisamente, da Guerra de Baixa Intensidade (GBI), especialmente no que concerne aos trabalhos de inteligência, ação cívica, guerra psicológica e controle de populações (FAZIO, 1996, p. 31-32).

3.6.2. A contrainsurgência antizapatista

De acordo com Ramsés Lagos Velasco (2012), a contrainsurgência operada pelo Estado mexicano contra o EZLN pode ser dividida em três períodos distintos:

- 1ª fase (janeiro a dezembro de 1994): nesse primeiro ano, foi cimentada a militarização não apenas da zona de conflito, mas também de regiões contíguas. Em janeiro, o objetivo das forças armadas era retomar os territórios ocupados pelos rebeldes e impedir que estes avançassem para a capital federal. Segundo as cifras oficiais, nessa ofensiva morreram 150 zapatistas, 19 soldados e 24 policiais. Após a trégua e meses de negociações que não avançaram,

disso, foi publicado em jornais nacionais, como o *La Jornada*. A Declaração reivindica as figuras de Villa e Zapata e o artigo 39 da Constituição (a soberania nacional reside essencial e originalmente do povo, que tem o direito de alterar a forma de governo). Nessa declaração de guerra ao Estado mexicano, o documento afirma que a luta é por “*trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz*”. Ver mais em: EZLN. Primeira Declaración de la Selva Lacandona. Enlace Zapatista, 1993. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primer-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

¹³³ “As forças armadas do México estão divididas em dois ministérios: a Secretaria de Defesa Nacional, responsável pelo Exército e pela Força Aérea; e a Secretaria da Marinha. Tal estrutura acarreta uma sobreposição de deveres e de capacidades entre as forças, o que gera disputas por orçamento e prestígio.” (MELO, T. Por que as forças armadas fazem segurança pública? In: DESSOTTI, F. R.; SANTOS, F. L. B.; FRANZONI, M. México e os desafios do progressismo tardio. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. v. 1, p. 125-129)

em dezembro os rebeldes romperam o cerco ocuparam 38 municípios, nomeando novas autoridades civis e criando os Municípios Autônomos Revolucionários Zapatistas (MAREZ). Os militares cercaram a zona de conflito e fizeram diversas incursões nos territórios com presença zapatista sob a justificativa de adquirir conhecimento a respeito da superfície selvática.

- 2ª fase (1995 a 2001): anos marcados pela modernização das forças armadas e de uma maior cooperação militar e política entre México e Estados Unidos. A segunda fase começa com uma nova ofensiva do governo contra o EZLN, em fevereiro de 95, quando o então presidente Ernesto Zedillo ordena a captura das lideranças zapatistas. À frente da VII Região Militar, em Tuxtla Gutiérrez, o comandante Mario Renán Castillo lidera a ofensiva com base no *Plan de Campaña Chiapas 94*, um documento elaborado pela SEDENA que intencionava destruir a estrutura organizativa militar do EZLN e isolá-lo da população. Nessa fase, o exército instalou uma “barreira de proteção” não só em Chiapas, mas que atingiu outros estados, e que até hoje assedia os zapatistas e as comunidades indígenas. Além de operações que encurralaram o EZLN na selva e provocaram o deslocamento de milhares de civis, os militares procuravam aumentar o contato com as comunidades por meio de ações cívicas – oferecendo serviços de assistência médica e distribuição de alimentos e água potável – e operações psicológicas, como patrulhas, interrogatórios, sobrevoos rasantes, intimidações sexuais contra mulheres, entre outros.

- 3ª fase (dezembro de 2000 até atualidade): a estratégia contrainsurgente do governo começa a priorizar a neutralização em detrimento da aniquilação do EZLN. Na prática, isso significou a redução do número de grandes operações e de mobilização de tropas, do contingente de soldados, de postos de controle e de acampamentos militares nas regiões de conflito. No entanto, o exército continuou a violência contrainsurgente – os assassinatos, desalojamentos, incêndios e intimidações – continuaram, mas passam a ser prioritariamente obra dos grupos paramilitares, apontados pelo governo como um problema local e não parte de uma política de Estado. Além da violência paramilitar, outra forma de neutralizar o EZLN foram as leis¹³⁴ que aparentavam atender as demandas indígenas e os programas sociais, os quais,

¹³⁴ Os zapatistas reivindicavam a proposta de reforma constitucional elaborada pela Comisión de Concordia y Pacificación (COCOPA) com base nos Acordos de San Andrés de Larráinzar. No entanto, a proposta aprovada pelo senado em 2001 – a Lei de Direitos e Cultura Indígenas – não corresponde à proposta original e foi rechaçada pelos zapatistas que, no lugar de declarar uma nova guerra contra o Estado, dedicaram-se a fortalecer a autonomia dos territórios rebeldes. Assim, em 2003 o EZLN anunciou a criação dos *Caracoles* e das *Juntas de Buen Gobierno*. Enquanto essas últimas são entidades supramunicipais de exercem tarefas de executivas, administrativas e judiciárias, os Caracóis são espaços que possibilitam a aproximação e o diálogo do EZLN com suas bases de apoio e o mundo externo. Onde há um Caracol, há uma Junta de Bom Governo. São, ao todo, cinco caracóis: *La Realidad*, *Morelia*, *La Garrucha*, *Roberto Barrios* e *Oventic*.

apesar da propaganda da “boa vontade” governamental contra a “intransigência” dos zapatistas, não contribuíram para alterar a realidade de Chiapas, que segue sendo o estado mais pobre e profundamente desigual.

É preciso fazer uma ponderação sobre este último item. No início dos anos 2000 foi anunciada a retirada de sete bases militares de Chiapas, mas os soldados dessas bases seriam realocados em outros 250 pontos do estado. Isto é, o anúncio da redução de soldados não apontava, necessariamente, para uma desmilitarização (PROGRAMA SUIZO DE OBSERVACIÓN Y PROMOCIÓN DEL PROCESO DE PAZ EN CHIAPAS, 2002¹³⁵ apud LÓPEZ Y RIVAS, 2003). De fato, a militarização de Chiapas e da fronteira sul mexicana só aumentou nas últimas décadas, justificada pela atuação do narcotráfico e do crime organizado e pelo aumento do contingente migratório. Além disso, as forças armadas assumem megaobras de infraestrutura, como o Trem Maia¹³⁶, projeto de construção de 1525 quilômetros de linhas férreas que atravessará, além de Chiapas, os estados de Tabasco, Campeche, Yucatán e Quintana Roo. Obra que tem gerado controversas e resistência das comunidades do sudeste mexicano por conta de seus impactos socioambientais, o Trem Maia é mais um fator que acentua a militarização e a ameaça de direitos humanos na região.

Além disso, uma tendência histórica da contrainsurgência foi sua utilização para além da própria insurgência. A flexibilidade e a agilidade desenvolvidas no enfrentamento às guerrilhas são utilizadas no combate à delinquência comum e ao terrorismo desde os anos 80, com a Guerra de Baixa Intensidade e as políticas antidrogas. O 11 de setembro de 2001 foi outro marco nas políticas de segurança, quando a maioria dos países passam a adotar legislações antiterroristas. Como na Guerra Fria,

Os elementos desestabilizadores localizaram-se assim na população, passando abertamente para a modalidade de guerra assimétrica com o inimigo difuso e reforçando as operações preventivas que procuravam dismantelar o perigo ainda antes de ele se concretizar. Os militares e as forças de segurança, então, voltaram-se para o controle populacional, punindo não apenas a dissidência, mas também a diferença: muçulmano, mexicano, haitiano, africano ou, em âmbitos internos como o do México, indígena, estudante pobre e, claro, aparecendo em todos os casos, mulher. (CECEÑA et al., 2021, p. 50, tradução nossa¹³⁷)

¹³⁵ (PROGRAMA SUIZO DE OBSERVACIÓN Y PROMOCIÓN DEL PROCESO DE PAZ EN CHIAPAS. Informe de la 6a misión del 5 al 14 de abril de 2002, Zurich, ago. 2002).

¹³⁶ Todos os recursos gerados pelo Trem Maia serão da SEDENA, que alimentarão os fundos de pensão militares. Além disso, a SEDENA será proprietária de 500 quilômetros da ferrovia. (CECEÑA, A. E.; BARRIOS, D.; HIDALGO LUNA, A.; RAMÍREZ, S.; ROMERO, Y.; FRANCO, A.; BACHELOT, B.; LÓPEZ, M.; GARDUÑO, A. D, 2021)

¹³⁷ No original: “Los elementos desestabilizadores se ubicaban así en la población, pasando abiertamente a la modalidad de guerra asimétrica con enemigo difuso y a reforzar las operaciones preventivas que buscaran

Na dinâmica de Chiapas e no que diz respeito à relação entre os órgãos repressivos do Estado e os novos grupos criminosos que lucram com o tráfico de drogas e pessoas, a contrainsurgência é utilizada tanto no combate a esses grupos irregulares, como na aliança – corrupta, por certo – que o aparato estatal frequentemente realiza com o crime para reprimir movimentos antissistêmicos, como a resistência de comunidades aos megaprojetos e à economia criminosa¹³⁸.

Cabe ainda ressaltar que o cenário de militarização da fronteira sul do México e, especialmente, de Chiapas, continuou e se aprofundou como resultado da maior influência dos Estados Unidos nas políticas de defesa mexicanas, o que já ocorria desde os anos 80 com a ascensão do narcotráfico e o assassinato do agente da *Drug Enforcement Administration* (DEA) em Guadalajara. A cooperação econômica e social aprofundada no início dos anos de 1990 com o Nafta e a primeira Cúpula das Américas, realizada em Miami no ano de 94, facilitariam o aprofundamento do que Carlos Fazio (1996) chamou de “terceiro vínculo”, isto é, a relação subordinada do México em relação aos Estados Unidos também no âmbito da segurança. Nesse contexto, uma série de acordos entre os dois países são firmados: em 1989, o Convênio entre México e Estados Unidos para a Cooperação na Luta contra o Narcotráfico; o Tratado de Assistência Jurídica Mútua, de 1991; a Iniciativa de Adestramento México (IAM), de 1996; as “Fronteiras Inteligentes”, de 2002; a Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (ASPAN), de 2005; e a Iniciativa Mérida, de 2007. (LAGOS VELASCO, 2012).

Voltando à guerra de contrainsurgência especificamente contra o EZLN, a primeira e maior prova material de sua existência foi o próprio *Plan de Campaña Chiapas 94*. O objetivo estratégico-operacional desse plano era “destruir a vontade de combater do EZLN, isolando-o da população civil e lograr o apoio desta em benefício das operações”, enquanto o objetivo tático era “destruir e/ou desorganizar a estrutura político-organizacional do EZLN” (SEDENA, 1994). A linguagem e a estrutura do documento demonstram uma clara orientação das doutrinas de contrainsurgência e da Guerra de Baixa Intensidade, como a centralidade da população civil, a qual deve ser conquistada e organizada na luta contra os zapatistas. Sobre organizar a

desmontar el peligro aun antes de que se convirtiera en tal. Los cuerpos militares y de seguridad, entonces, se volcaron hacia el control de población castigando no sólo la disidencia sino también la diferencia: musulmán, mexicano, haitiano, africano o, en ámbitos internos como el de México, indígena, estudiante pobre y, de pasada en todos los casos, mujer.”

¹³⁸ O desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa, no estado de Guerrero, em setembro de 2014, talvez seja o exemplo mais conhecido da macabra associação entre o Estado e o crime organizado. Ver mais em: SILVA, G. A.; MECHI, P. S. O que aconteceu com os 43 estudantes desaparecidos de Ayotzinapa? In: DESSOTTI, F. et al. (Org.). México e os desafios do progressismo tardio. São Paulo: Elefante, 2019).

população, o documento fala sobre assessorar e organizar forças de autodefesa e textualmente orienta a:

organizar secretamente certos setores da população civil, entre outros, fazendeiros, pequenos proprietários de terra e indivíduos caracterizados por um alto senso de patriotismo, que serão empregados sob ordens em apoio às nossas operações. (SEDENA, 1994, p. 3)

A existência desse documento é uma prova de que o nascimento dos grupos paramilitares em Chiapas a partir desse período não foi espontâneo ou fruto de meros conflitos locais, mas parte de uma política de Estado. Como já mencionado, o fenômeno das “*guardias blancas*”, isto é, os grupos de pistoleiros formados e pagos por terratenentes, não era uma novidade nem em Chiapas, nem no México. Historicamente, os fazendeiros sempre contaram com seus próprios exércitos, e a cumplicidade estatal para com esses tampouco era novidade. O que os grupos paramilitares traziam de novo era o fato de serem formados e adestrados pelas próprias forças armadas com base em uma doutrina específica.

Além da formação de grupos paramilitares, o *Plan de Chiapas* faz outras orientações em sua fase de ofensiva, tais como: “suspensão das garantias individuais em Chiapas”; “deslocamento forçado da população sob influência zapatista para albergues ou zonas de refúgio oficiais”; “neutralização da organização e atividades da Diocese de San Cristóbal de las Casas”; “captura e expulsão de estrangeiros perniciosos”; “censura dos meios massivos de comunicação”, etc. Para destruir a infraestrutura do EZLN, o documento orienta a “morte ou controle do gado equino e bovino” e “destruição de plantios e colheitas”, além da restrição da passagem de alimentos, combustíveis, medicamentos, câmeras fotográficas e quaisquer equipamentos de radiocomunicação nos postos de controle (SEDENA, 1994, p. 22).

O documento ainda traz as operações psicológicas, as quais, a despeito de intencionarem abalar a vontade de combater do EZLN e ganhar o apoio da população civil, consistem em ações que assediam e aterrorizam a população, como a distribuição de folhetos com prazo para que os civis deixassem suas comunidades e se dirigissem aos albergues, e os voos rasantes de aviões supersônicos, que aconteciam tanto de dia quanto à noite. Como tipicamente orienta a contrainsurgência, afora essas operações que buscam “conquistar” a população e afastá-la da insurgência através do terror, os militares devem realizar ainda as “operações de desenvolvimento”, isto é, atividades de trabalho social, demonstrando o interesse do governo para com a população. As forças paramilitares também devem participar dessas atividades de desenvolvimento.

Além da violência militar e paramilitar, foram utilizados outros meios da estratégia

contrainsurgente. O governo passa a fornecer recursos econômicos para a região, não para resolver as causas estruturais que haviam conduzido ao levante, mas para gerar divisões nas comunidades, fornecendo apoio só para os que apoiavam o governo e o PRI. Esses apoios incluem subsídios para a agricultura e saneamento básico. A política contrainsurgente também estimula conflitos e divisões que já existiam nas comunidades – como rixas políticas, religiosas e étnicas – para, assim, enfraquecê-las e reforçar a narrativa que a violência em Chiapas se trata de um “conflito entre índios” (SAINT-PIERRE, p. 119, 1999).

O paramilitarismo mexicano da década de 1990 será aprofundado e comparado ao fenômeno na Colômbia no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV: GRUPOS PARAMILITARES NA COLÔMBIA E NO MÉXICO

Nesse capítulo, desenvolve-se os resultados da pesquisa a respeito dos fenômenos paramilitares na Colômbia e no México entre as décadas de 1990 e 2000. Em seguida, realiza-se a análise comparativa desses grupos.

4.1. PARAMILITARISMO NA COLÔMBIA DOS ANOS 1990

O início dos anos 90 é marcado por importantes transformações no paramilitarismo na Colômbia. Nos marcos da política de submissão à justiça do governo de Cesar Gaviria, orientada para dismantelar organizações narcotraficantes e paramilitares, três grandes grupos de “autodefesa” anunciaram sua desmobilização: em Pacho (Cundinamarca), um grupo remanescente do exército de Rodriguez Gacha entregou suas armas e colocou cerca de 200 paramilitares à disposição da justiça; no Magdalena Medio, as “autodefesas”, agora sobre o mando de Ariel Ortero, desmobilizaram mais de 400 homens; em Córdoba e Urabá, a desmobilização das autodefesas dos irmãos Castaño sob o mesmo procedimento entregou mais de 600 fuzis e terras, não impedindo, contudo, que o clã protagonizasse uma nova geração paramilitar, a qual nasceria com os *Pepes*, evoluiria para as ACCU e, finalmente, para as AUC. Dessa forma, para se compreender as formas assumidas pelo fenômeno paramilitar na Colômbia a partir da década de 90 e início dos anos 2000, é necessário conhecer a história da família Castaño.

4.1.1. Córdoba e a história dos irmãos Castaño

Figura 7: Fidel, Carlos e Vicente Castaño



Fonte: Minuto 30, 28 set. 2013.

Naturais da pequena cidade de Amalfi (Antioquia), onde possuíam uma fazenda e uma

casa, os Castaño Gil eram uma família de doze irmãos, na qual o mais velho, Fidel, cedo se envolvera em diversos negócios ilícitos em Medellín, tais como roubo de mercadorias, contrabando de esmeraldas e, principalmente, narcotráfico, tendo sido muito próximo de Pablo Escobar e de outros chefes do cartel. Em 1979, o patriarca do clã, Jesus Castaño, foi sequestrado por guerrilheiros da IV frente das Farc, e morreu no cativado após o pagamento de dois resgates. Este fato é apontado como o principal motivo que teria “empurrado” os irmãos Castaño para a guerra contrainsurgente na década de 80. No entanto, fortes indícios apontam ser falso este “mito fundador” das autodefesas, pois muito antes de perpetrarem massacres nos anos 80 sob a justificativa de vingança pelo pai, os Castaño já delinham e tinham importantes contatos dentro da força pública que lhe garantiam seguir em suas atividades ilegais (VERDAD ABIERTA, 2014).

Carlos, um dos mais jovens dos irmãos, começa a atuar ao lado de Fidel nos negócios ilegais e, ao mesmo tempo em que atua como sicário do cartel de Medellín e nas fileiras do MAS, junto aos outros irmãos passa a servir como guia e informante do batalhão Bomboná, em Segovia (Antioquia)¹³⁹. Fidel, conhecido como “Rambo”, em 1983 participou do massacre de Cañaveral e Manila, em Remedios (a dez quilômetros de Segovia), que fez mais de 20 vítimas fatais (INSUASTY RODRÍGUEZ et al., 2016; COLOMBIA NUNCA MÁS, 2001; HYLTON; 2010).

El 1 de agosto de 1983, un comando de 35 hombres salió de la base militar de Segovia en dos vehículos carpados: un camión de marca Ford 3.50 de propiedad de la empresa Frontino Gold Mines, la cual lo había prestado al oficial Valbuena Barriga ante la solicitud que él mismo formulara, y una camioneta de propiedad de Osear López, alias "Relámpago", reconocido minero amigo de los comandantes del Batallón Bombona; se internaron por la zona de Cañaveral y recorrieron la región de Manila, ubicada entre Remedios y Segovia. Tenían la orden de "peinar la zona". Dicho comando realizó una nueva masacre de mineros y campesinos, entre los que se encontraban ancianos y niños, algunos de ellos habían promovido la construcción de escuelas y obras de servicio público. Según el Padre Gabriel Yepes, Párroco de Remedios, se calculan entre 30 y 40 víctimas, muchas de ellas asesinadas a machete y tiradas al río Manila; otras fueron enterradas en fosas comunes.

Los campesinos y mineros fueron detenidos, torturados y asesinados con sevicia por los 35 hombres armados vestidos de ropa oscura y ponchos, pertenecientes a Unidades de Contraguerrilla del Batallón Bombona. Se pudo establecer en instancias judiciales que el Capitán Jorge Eligió Valbuena Barriga fue quien ordenó, dirigió y participó en dicha expedición, en contravía a la versión inicial de los mandos militares quienes atribuyeron la masacre a un grupo paramilitar liderado por Fidel Castaño. La impunidad que cubre esta masacre revela una vez más la táctica del terror como una política de Estado (COLOMBIA NUNCA MÁS, 2001¹⁴⁰).

¹³⁹ O recrutamento de guias e informantes era um dos preceitos dos manuais de contraguerrilha do exército. A prestação de serviços às Forças Armadas - seguida por um processo de treinamento, organização e recrutamento tutelado por militares na ativa ou na reserva – aparece na trajetória de vários outros chefes paramilitares, como Salvatore Mancuso e Ramón Isaza. (FRANCO RESTREPO, 2009, p. 82)

¹⁴⁰ COLOMBIA NUNCA MÁS. Bajo Nordeste Antioqueño. 16 jul. 2001. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/colombia/libros/nm/z14I/cap7.html#N_25_>. Acesso em: 3 mai. 2020.

No mesmo ano, Carlos, então com 18 anos, viaja a Israel para um curso militar. Apaixonado pela história daquele país, do qual afirma ter copiado o conceito de *autodefesa*, Castaño narra alguns detalhes do treinamento:

[...] o local onde fomos recebidos e acomodados em nossos quartos foi uma escola privada; nosso grupo era formado por chilenos, mexicanos, espanhóis e argentinos. Pela Europa compareceu um grupo de franceses; conversei com eles sobre sua *legião estrangeira*.

O curso não tinha nome, apenas um número, 562, começamos em 40 homens, alguns desistiram. No primeiro dia fizemos um *check-up* médico completo e no dia seguinte levantamos às quatro da manhã para o treinamento físico, tomamos café da manhã e começamos a receber palestras. Ao contrário do que as pessoas imaginam, estudou-se com mais afinco em sala de aula do que nas aulas práticas. As palestras enfatizaram a maneira como funciona o mundo regular e irregular. Estudamos geopolítica, política, as guerras do Oriente, fundamentos de armamento atômico e gestão psicológica de operações. Recebemos palestras sobre o negócio de armas no mundo, como comprar rifles. Mas algo me marcou substancialmente, aprendi a me comportar de maneira diferente.

Nas aulas práticas, eu recebia instruções sobre estratégias urbanas, como proteger um personagem, como o protegido é morto ou como deveria ser executado, se for o caso. Aprendemos como bloquear um carro blindado e usar granadas de fragmentação para atingir um alvo, praticamos com vários lançadores de granadas e treinamos para acertar com precisão o RPG7 ou introduzir um projétil de obus através de uma janela. Cursos complementares de conhecimento sobre terrorismo e contraterrorismo, rondas noturnas e paraquedismo, até aprendemos a fazer explosivos manuais. [...] (ARANGUREN MOLINA, 2001, p. 42, tradução nossa¹⁴¹).

Em 1983, os Castaño, à época com 300 combatentes, chegam ao departamento de Córdoba, buscando uma região estratégica para assentar e expandir as autodefesas. Carlos Castaño, em sua biografia, afirma que escolheram comprar uma fazenda na área ao redor do rio Sinú por terem recebido ofertas de “*terrenos abandonados, a bons preços e, acima de tudo, férteis. Os fazendeiros os deixaram devido aos contínuos sequestros e extorsões*” (Ibid., p. 45,

¹⁴¹ No original: “[...] El sitio donde fuimos recibidos y acomodados en nuestras habitaciones era una escuela privada; el grupo lo conformábamos chilenos, mexicanos, españoles y argentinos. Por Europa asistía un grupo de franceses; con ellos hablé de su legión extranjera. El curso no tenía nombre, sólo un número, el 562, lo comenzamos cuarenta hombres, algunos se retiraron. El primer día nos practicaron un minucioso chequeo médico y al día siguiente nos levantamos a las cuatro de la mañana a entrenamiento físico, desayunamos y comenzamos a recibir conferencias. Distinto a lo que la gente se imagina, se estudió con más ahínco en un aula que em prácticas. Las conferencias enfatizaban en la forma en la que se mueve el mundo regular e irregular. Estudiamos geopolítica, política, las guerras de Oriente, fundamentos de armamento atómico y manejo psicológico de operaciones. Recibimos charlas sobre el negocio del armamento en el mundo, cómo comprar fusiles. Pero sustancialmente algo me marcó, aprendí a comportarme de una manera distinta. En lo práctico, recibía instrucción en estrategias urbanas, cómo proteger a un personaje, cómo le matan a uno el protegido o cómo debe ejecutarse, si es el caso. Aprendimos a bloquear un carro blindado y utilizar las granadas de fragmentación para romper entrando a un objetivo, practicamos con lanzagranadas múltiple y entrenamos para dar golpes certeros con RPG7, o introducir el proyectil de un obús por una ventana. Cursos complementarios de conocimiento sobre terrorismo y antiterrorismo, miras nocturnas y paracaidismo, incluso aprendimos a fabricar explosivos manuales.”

tradução nossa¹⁴²). Assim teria sido a aquisição da fazenda Las Tangas, que faria o grupo paramilitar dos Castaño ser conhecido como *los tangueros*¹⁴³. No entanto, investigações do Ministério Público da Colômbia chegaram à conclusão que Fidel Castaño ameaçou, sequestrou e assassinou os proprietários da fazenda, uma família antioquenha¹⁴⁴. Las Tangas, na região de Valencia, seria o centro de controle de suas “autodefesas”, local de treinamento militar e planejamento de crimes.

Según documentó la Corte Interamericana de Derechos Humanos, en sentencia del 31 de enero de 2006, “Fidel Castaño llevó a cabo desde Las Tangas, con la tolerancia y colaboración de la fuerza pública, las masacres de Currulao (15 asesinados), Buenavista, Córdoba (28 asesinados), Punta Coquitos, Turbo (26 muertos), Canalete, Córdoba (16 víctimas), Pueblo Bello (43 campesinos desaparecidos y asesinados)”. (apud VERDAD ABIERTA, 3 set. 2012).

Após “terem liberado” a região da fazenda da “subversão”, os Castaño lograram atingir o objetivo inicial: chegar à zona de Urabá¹⁴⁵, cuja saída para o mar era estratégica para a exportação de cocaína. Segundo a confissão do Mayor Óscar Echandía Sánchez, essa expansão contou com amplo apoio das autodefesas de Puerto Boyacá, cujos fundadores, Gonzalo e Henry Perez, em 1988 haviam adquirido terras em Urabá e, seguindo ordens de Rodriguez Gacha e Pablo Escobar, promovem uma “limpeza” na região por meio de uma série de massacres, estes, por sua vez, encabeçados por Fidel Castaño (NOCHE Y NIEBLA, 2004).

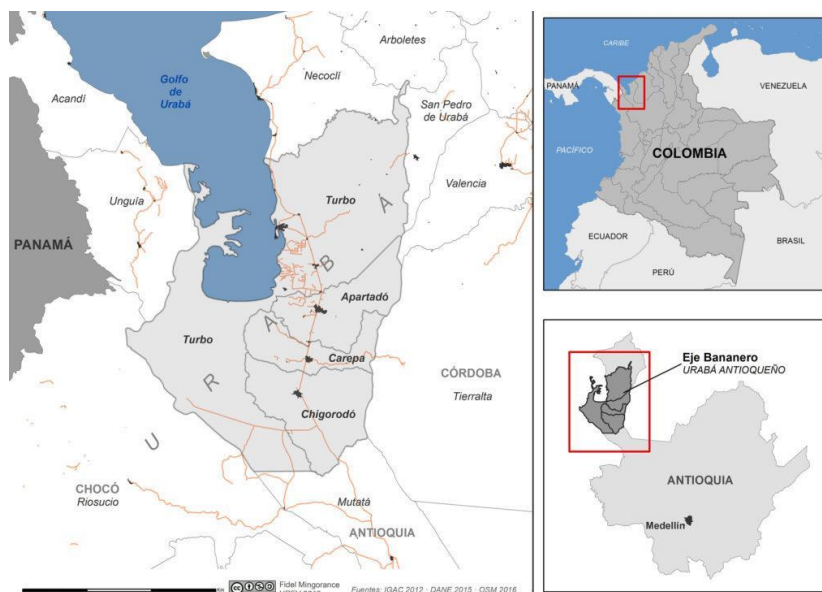
Figura 8: Mapa do Urabá e eixo bananeiro

¹⁴² No original: “[...] extensiones de tierra abandonadas, a buenos precios y, sobre todo, fértiles. Los ganaderos las dejaron por los continuos secuestros y extorsiones”.

¹⁴³ Outra alcunha recebida pelo grupo paramilitar dos Castaño em outras regiões era a de “los Mochacabezas” (“corta-cabeças”), pela prática frequente de decapitar suas vítimas. (EL ESPECTADOR. *El exorcismo de la hacienda Las Tangas*. 7 dez. de 2014. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/nacional/el-exorcismo-de-hacienda-tangas-articulo-531963>>. Acesso em: 14 de maio de 2020).

¹⁴⁴ VERDAD ABIERTA. **Cómo Fidel Castaño despojó la finca Las Tangas**. 3 set. 2012. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/component/content/article/80-versiones/4191-la-historia-detras-de-la-finca-las-tangas->>. Acesso em: 14 mai. 2020.

¹⁴⁵ O Urabá antioquenho está localizado no noroeste da Colômbia, estendendo-se até a fronteira com o Panamá, incluindo o Golfo de Urabá. Historicamente, Urabá se apresenta como uma área geoestratégica relevante, por sua condição de porto, sua proximidade com sistemas montanhosos e florestais e a existência de cultivos extensivos, como o de banana. Essas características a tornaram uma região-chave para grupos armados irregulares, que, desde suas origens, procuraram se instalar nessa área, buscando aproveitar suas condições geográficas para a entrada de mercadorias contrabandeadas, tráfico ilegal de armas, entrada de insumos químicos para o beneficiamento da coca e embarque de entorpecentes para os países da América Central. (OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH. **Dinámica reciente de la confrontación armada en el Urabá antioqueño**. 2010. Disponível em: <[http://historico.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/Publicaciones/documents/2010/Estu_Regionales/uraba.p](http://historico.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/Publicaciones/documents/2010/Estu_Regionales/uraba.pdf)df>. Acesso em: 13 mar. 2020).



Fonte: Colombia Plural, 2016.

Só em 1988 foram assassinadas 42 pessoas no eixo bananeiro¹⁴⁶, com destaque para a matança de 20 camponeses nas quintas “Honduras” e “La negra”, crime pelo qual Fidel Castaño e Henry Perez foram condenados a 20 anos de prisão, sem terem cumprido a pena. Essa limpeza teve amplo respaldo do empresariado bananeiro, que visava exterminar as guerrilhas (EPL e FARC) e sua influência sobre os sindicatos¹⁴⁷. A partir de 1991, a hegemonia da esquerda na região passa a ser substituída por uma mais autoritária e, sobretudo, paramilitar, quando o EPL se desmobiliza e sua fração majoritária cria o partido Esperança, Paz e Liberdade, o qual, deixando de lado seus fins revolucionários, inicia cooperações sociais com agroempresários e latifundiários da região. A nova aliança entre Estado, paramilitares e o novo partido teve uma resposta violenta por parte das FARC e de guerrilheiros não-desmobilizados do EPL, culminando no massacre de 35 simpatizantes do novo partido em Apartadó em 1994. Esta violência terminou por empurrar definitivamente os ex-guerrilheiros do EPL para as fileiras paramilitares dos Castaño.

4.1.2. Entre a Funpazcor e os Pepes

Em 1990, os Castaño criam a Fundação para a Paz em Córdoba (FUNPAZCOR), com

¹⁴⁶ Integrado pelos municípios urabenhos de Chigorodó, Carepa, Turbo e Apartadó.

¹⁴⁷ A V Frente das Farc tinha maior influência no sindicato Sintrabanano, ao passo que o EPL era influente no Sintragro. Em 1989, ambos sindicatos se fundiram e conformaram o Sintrainagro.

o intuito de se lançarem como líderes políticos comprometidos com a paz. Segundo anunciaram naquele momento, o objetivo da fundação era fazer uma reforma agrária “privada” na região, com a doação de mais de 10 mil hectares de terra para 2.500 famílias “vítimas das guerrilhas”. Na época, a ação foi bem vista pela comunidade, mas não demorou muito para que a suposta reforma agrária se tornasse um pesadelo para as famílias restituídas. As escrituras das terras proibiam vender ou alugar as propriedades sem a permissão da fundação. Além disso, havia cláusulas que limitavam a forma com a qual os camponeses poderiam utilizar suas terras, como impor arrendatários que usavam as terras para pecuária ou cobrar parte da produção e dos ganhos. Além disso, o programa da Funpazcor mostrou ser o exato oposto dos discursos: uma fraude para despojar os camponeses, já que, tempos depois das “doações”, as famílias foram obrigadas a vender as terras por valores irrisórios, sob ameaças de morte. As terras expropriadas foram doadas a testas-de-ferro das autodefesas, sendo que esta operação de despojo e lavagem ficava a cargo de Teresa Gómez, cunhada dos Castaño, condenada a 40 anos de prisão em 2011 pelo assassinato de uma camponesa. Foram criadas iniciativas para restituir os camponeses despojados¹⁴⁸ pela fundação.

Ao mesmo tempo em que propagandeavam comprometimento com a paz em Córdoba e Urabá e anunciavam a desmobilização de seus grupos “Los Tangueros” e “Muerte a los Revolucionario del Nordeste”, a partir de 1992 os Castaño entram em uma guerra sangrenta contra seus antigos sócios e, mais especificamente, contra Pablo Escobar. Essa não havia sido a primeira ruptura importante no seio do narcoparamilitarismo. No final de 1989, o chefe das Autodefesas do Magdalena Médio, Henry Perez, já havia declarado guerra a Escobar, pois o narcoterrorismo do cartel de Medellín terminava por empurrar os paramilitares na guerra contra o Estado, o que prejudicava a coalizão regional que os respaldava.

Em 1992, Escobar assassina os Galeano, seus antigos sócios no cartel, dentro da prisão “La Catedral”¹⁴⁹, e foge pouco depois com seu grupo de sicários. Diego Murillo Bejarano, o “Don Berna”, à época guarda-costas dos Galeano e sobrevivente da onda de assassinatos perpetrada por Escobar, une-se a uma aliança para assassiná-lo. Essa coalizão foi formada pelos Castaño, o Cartel de Cali, setores da polícia e do exército colombianos, o DAS e a DEA¹⁵⁰.

¹⁴⁸ SEMANA. *Poco queda de la herencia maldita del clan Castaño*. 21 jan. 2015; VERDAD ABIERTA. *El fraude de los Castaño para despojar*. 28 set. 2012.

¹⁴⁹ Escobar havia aceitado se entregar à Justiça em 1991, após a aprovação da nova Constituição que proibiu a extradição de colombianos aos Estados Unidos. No entanto, Escobar manteve seu poder desde a prisão, “La Catedral”, construída pelo próprio chefe narcotraficante em um de seus terrenos e vigiada por seus homens armados.

¹⁵⁰ Em novembro do ano 2000, o jornal *Philadelphia Inquirer* publicou uma investigação segundo a qual várias unidades de elite dos Estados Unidos, como a Delta Force, unidades da Marinha, a CIA, o FBI, a DEA e a

Desta aliança nasceu o esquadrão da morte “Perseguidos por Pablo Escobar” (Los Pepes), descrito por Castaño como o primeiro grupo paraestatal da Colômbia em seu significado estrito: “*Fomos tolerados pelo Ministério Público, pela Polícia, pelo Exército, pelo DAS e pela Procuradoria-Geral da República, e o próprio Presidente César Gaviria Trujillo nunca ordenou que fôssemos perseguidos*” (ARANGUREN MOLINA, 2001, p. 63, tradução nossa¹⁵¹).

Em 2 de dezembro de 1993, Pablo Escobar é assassinado ao tentar fugir de seu esconderijo, em Medellín. O desmonte dos grandes cartéis colombianos – o de Cali foi desmantelado em 1995 – em meados dos 90 não representou uma vitória contra o narcotráfico, mas contribuiu para uma atomização do negócio da droga na Colômbia, que continuou a ser a maior produtora de cocaína do mundo (KALMANOVITZ, 2010, p. 352).

4.1.3. Década de 1990: neoliberalismo e privatização da violência

Os anos 90 começavam com um aparente clima de paz diante do fim dos anos de narcoterrorismo após a morte de Escobar, a desmobilização das guerrilhas EPL, M-19, Quintín Lame e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e de grupos paramilitares e a aprovação de uma Constituição progressista em 1991. As FARC e o ELN, por sua vez, diante de uma Constituição que, embora avançada em relação aos direitos humanos não fornecia garantias para a oposição política, alegaram a longevidade da violência política na Colômbia e a guerra suja contra os partidos de esquerda para continuar a luta armada¹⁵². Assim, as duas guerrilhas passam a se expandir para os territórios que outrora estavam sob controle dos grupos desmobilizados e reacomodam sua estratégia para seguir na confrontação armada. As condições para a construção de uma *sociedade democrática e feliz*, portanto, estavam longe de serem uma realidade na Colômbia. As taxas de mortes por homicídio alcançavam novos patamares e as pressões econômicas, políticas e paramilitares geravam novos contingentes de camponeses deslocados de suas terras (HYLTON, 2010; CENTRO NACIONAL DE MEMORIA

Agência Nacional de Segurança estavam envolvidas na perseguição e morte de Escobar, em unidade de ação com o Bloco de Busca da polícia colombiana e os Pepes. Ainda de acordo com a investigação, há denúncias de que os Pepes não apenas colaboraram como dirigiam as operações. O envolvimento de órgãos estadunidenses com esquadrões da morte colombianos foi bem documentado pelo jornalista Mark Bowden em seu livro *Killing Pablo* (NOCHE Y NIEBLA, 2004).

¹⁵¹ No original: “[...] Fuimos tolerados por la Fiscalía, la Policía, el Ejército, el DAS y la Procuraduría, y el propio presidente César Gaviria Trujillo nunca ordenó que se nos persiguiera [...]”.

¹⁵² SECRETARIADO NACIONAL DE LAS FARC-EP. Carta a los intelectuales. 28 jun. 1992. Disponível em: <<https://www.farc-ep.co/comunicado/carta-a-los-intelectuales.html>>. Acesso em: 20 out. 2020.

HISTÓRICA, 2013).

Fatores estruturais que garantiram a longevidade do conflito armado também se aprofundavam com o avanço neoliberal após o Consenso de Washington, em 1989. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a nova Constituição outorgava direitos históricos aos povos indígenas, o texto final foi influenciado pelos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, promovendo descentralização política, a qual fortaleceu o poder de dirigentes locais e regionais e permitiu com que os paramilitares, através do Partido Liberal, pudessem exercer uma tutela do jogo democrático local e capturar recursos municipais para o financiamento da guerra ou direcionar os investimentos públicos para aumentar seu respaldo político; privatizando empresas estatais (como a empresa de telecomunicações Telecom e a petrolífera Ecopetrol, dentre outras); possibilitando a abertura econômica e modernização produtiva (o que flexibilizou as relações de trabalho e enfraqueceu os sindicatos já golpeados pela guerra suja); transnacionalizando a economia (responsável pela limitação da capacidade do Estado e dos atores nacionais para regular comportamentos econômicos); dentre outras medidas (BEDOYA, 2003).

A abertura econômica levou à adoção definitiva do modelo agrário-exportador, abandonou definitivamente a política redistributiva e desmontou a proteção tarifária que brindava a economia nacional. Assim, indústrias como a de algodão, que naquele momento mobilizava tanta mão de obra como a do café, acabaram quebradas. A isto se somou o desmonte do pacto internacional de países produtores que regulava o preço do café, ocasionando um desmoronamento em sua cotação. Esse processo contribuiu ainda para a expansão e consolidação do narcotráfico. Se, por um lado, as transformações favoreceram processos de expansão pecuária e concentração fundiária, impulsionados pela compra massiva de terras por parte de narcotraficantes, por outro, a precarização da economia camponesa terminou por expandir os cultivos ilícitos (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2013, p. 152-153). Assim, enquanto as importações de alimentos se triplicaram de 215 milhões de dólares a 715 milhões nos anos 90, a área de cultivos coca também triplicou na segunda metade da década. Nas cidades, essa liberalização econômica beneficiou o *boom* da construção civil financiado pela narco-burguesia, a qual interessa a virada para um capitalismo rentista (HYLTON, 2010).

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que o paramilitarismo serviu para impor uma política neoliberal de privatização e desregulação, a expansão daquele obedeceu às lógicas de privatização e terceirização do novo receituário econômico (ZELIK, 2015, p. 299). Em um

momento de redefinição do papel estatal e a entrega de serviços públicos ao mercado, a privatização da segurança já era uma tendência, visto a multiplicação das empresas de segurança no mundo todo. Na Colômbia, essa tendência foi materializada na aprovação das Cooperativas de Vigilância Privada (Convivir), através do Decreto 534, promulgado pelo governo Gaviria em fevereiro de 1994. O artigo 39 do decreto, este intitulado como “Estatuto de vigilância e segurança privada”, autorizava o porte de armas de uso privativo da força pública aos serviços especiais de segurança e vigilância privada.

Na prática, as Convivir legalizavam a formação de estruturas paramilitares, tendo favorecido o processo de reorganização e expansão do paramilitarismo. Em seu debate sobre os vínculos entre paramilitares e políticos realizado no Senado em 2007, o senador Gustavo Petro afirmou que as Convivir, aprovadas em menos de dois meses após a morte de Pablo Escobar, teria sido um “prêmio” ao paramilitarismo por sua participação na captura do chefe do cartel de Medellín. Conforme declarou o chefe paramilitar Éver Veloza García, codinome “HH”, “*todas as Convivir eram nossas*”, pois as cooperativas ficavam sob o comando direto das “autodefesas” dos Castaño (COMISIÓN COLOMBIANA DE JURISTAS, 2008).

4.1.4. ACCU/ AUC: auge e características do paramilitarismo dos anos 90

Vitorioso da guerra contra Pablo Escobar e recém-condenado a 20 anos pelo massacre das fazendas “Honduras” e “La Negra”, Fidel Castaño desaparece em janeiro de 1994, cerca de um mês após a morte de Escobar. Apesar de a versão mais aceita, atualmente, ser a de que Fidel teria sido assassinado a mando de Carlos por conta de uma suposta aproximação com as FARC, ainda pairam dúvidas sobre seu desaparecimento, pois há versões de que o paramilitar tenha fugido do país com o auxílio de autoridades colombianas e que atualmente more em Israel ou Portugal¹⁵³.

Com a ausência de Fidel, Carlos Castaño assume seus negócios e a liderança de seus grupos paramilitares, aos quais tenta adquirir o status político, como as guerrilhas, a medida em que ganha projeção sob o nome de *Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá* (ACCU). De acordo com Romero (2002):

Assim, em meados da década de 1990, a ACCU era uma aliança aparentemente inusitada, e não sem tensão, entre negociantes e empresários ligados ao narcotráfico,

¹⁵³ GUILLÉN, Gonzalo. ¿Los hermanos Castaño Gil realmente están muertos?. SEMANA, 18 jan. 2017.

Disponível em: <<http://www.semana.com/opinion/articulo/los-hermanos-castano-gil-realmente-estan-muertos-gonzalo-guillen/512484>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

pecuaristas e agroexportadores, e ex-guerrilheiros ou ex-militantes da esquerda legal ou revolucionária, uma coligação que se manteve unida dada a dimensão do objetivo comum a ser enfrentado. [...]

Essa nova composição da ACCU se refletiu com certo distanciamento, pelo menos no discurso, contra o exército, os partidos tradicionais e o próprio narcotráfico, e um fortalecimento da solidariedade interna criada em torno da consolidação do aparato militar e político. Outra característica que surgiu com a nova composição foi o início de programas comunitários de produção, educação e promoção nas áreas de influência da ACCU, que aumentaram sua base social, não só com o apoio de proprietários abastados, mas também de grupos beneficiados por programas sociais. (ROMERO, 2002, p. 287, tradução nossa¹⁵⁴)

Em *Mi Confesión*, Castaño narra que a primeira direção das autodefesas foi formada também por Salvatore “El Mono” Mancuso¹⁵⁵, “Jorge 40”¹⁵⁶ e seus primos Hernando e “Panina”.

“Rodrigo Doble Cero” ou “Rodrigo Franco”, cujo nome real era Carlos Mauricio García, era um ex-militar de Medellín que havia se retirado do Exército em 1988, quando começou suas atividades paramilitares ao lado dos Castaño, tendo colaborado com os Pepes. Graduado em direito pela Universidade de Antioquia, “Doble Cero”¹⁵⁷ não apenas ajudou a

¹⁵⁴ No original: “Así, para mediados de los años 90 las ACCU eran una alianza aparentemente insólita, y no sin tensiones, entre negociantes y empresarios vinculados con el narcotráfico, ganaderos y agroexportadores, y exguerrilleros o antiguos militantes de la izquierda legal o revolucionaria, coalición que se mantenía unida dada la dimensión del objetivo común por enfrentar. [...] Esa nueva composición de las ACCU se reflejó en cierta distancia, al menos en el discurso, frente al ejército, los partidos tradicionales y el mismo narcotráfico, y un fortalecimiento de las solidaridades internas creadas alrededor de la consolidación del aparato militar y político. Otra característica que afloró con la nueva composición fue el inicio de programas de producción, educación y promoción comunitaria en las zonas de influencia de las ACCU, lo cual aumentó su base social, ya no sólo con respaldo dentro de los propietarios pudientes, sino entre grupos de menores ingresos beneficiados con los programas de promoción social”.

¹⁵⁵ Salvatore Mancuso Gómez foi um próspero pecuarista de Montería (capital de Córdoba) que, após retornar a sua cidade natal após anos de estudos em engenharia civil e administração pecuária em Bogotá, criou, em 1991, um grupo paramilitar junto a outros criadores de gado e com o apoio da Brigada XI do Exército, com o objetivo de proteger seus negócios dos ataques guerrilheiros. Próximo dos militares, Mancuso recrutou doze soldados retirados, pagando-lhes em torno de 110 mil pesos e lhes entregando armas e rádios. O grupo criou uma rede de informantes em conjunto com o Exército para proteger uma dúzia de fazendas da região de Tierralta. Em 1993, o grupo de Mancuso conhece as “autodefesas” dos irmãos Castaño, que estavam do outro lado do rio Sinú. Com o controle armado consolidado e já ligado às ACCU, Mancuso passou a ter enorme influência nas eleições dos prefeitos da região. Além disso, o grupo de Mancuso assumiu a liderança do negócio de cocaína em Córdoba. (MARTINEZ, Tadeo. El guardaespaldas de Mancuso. *Verdad Abierta*. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/victimarios/545-el-guardaespaldas-de-mancuso->>. Acesso em: 20 jul. 2020).

¹⁵⁶ Rodrigo Tovar Pupo, codinome Jorge “40”, nasceu na cidade de Valledupar, no departamento de Cesar, filho de um oficial retirado que havia estudado em Bogotá, onde conhecera Mancuso, com o qual já participava do tráfico de armamentos. Ingressou nas autodefesas em 1996, quando um general da primeira divisão do exército reuniu membros de famílias importantes da região, como eram os Pupo, convidando-os a se unir a pequenos grupos de defesa contra a guerrilha. Assim, Tovar Pupo viajou junto a outros jovens da classe dirigente de Cesar para Córdoba, onde se reuniu com Mancuso e Carlos Castaño. Batizado como Jorge “40”, Tovar Pupo tornou-se comandante do bloco Norte das autodefesas. (VERDAD ABIERTA. 'Jorge 40', Rodrigo Tovar Pupo. *Verdad Abierta*, 29 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/victimarios/los-jefes/691-perfil-rodrigo-tovar-pupo-alias-jorge-40->>. Acesso em: 20 jul. 2020).

¹⁵⁷ “Doble Cero” receberia o comando do bloco Metro das ACCU, com o objetivo de desterrar as guerrilhas do oriente e nordeste de Antioquia, além da capital Medellín. (VERDAD ABIERTA. 'Doble Cero', Carlos Mauricio García Fernández. 29 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/la-historia/687-perfil-carlos->

escrever os estatutos das autodefesas como coordenou a primeira escola de paramilitares das ACCU na fazenda “La 35”, em San Pedro, no Urabá antioquenho. Propriedade dos Castaño Gil, essa fazenda tinha 100 hectares e treinou paramilitares de 1994 a 2003¹⁵⁸. Os treinamentos eram realizados em uma colina, onde foram instalados equipamentos para comunicação, uma praça de armas e uma pista de obstáculos para exercícios físicos e militares. Além de “Doble Cero” e Castaño, também coordenavam os treinamentos na “35” o também ex-militar Manuel Arturo Salom Rueda, codinome “JL”, e José Efraín Pérez Cardona, o “Eduardo 400” (VERDAD ABIERTA, 2009¹⁵⁹; FISCALIA 13, 2016).

A entrada das “autodefesas” sobre o eixo bananeiro fora anunciada em janeiro de 1995 em um comunicado de Carlos Castaño, a qual se cumpriu em agosto daquele ano com o massacre em uma discoteca no município de Chigorodó, cuja base social era ligada à União Patriótica. Assim, o modelo aplicado em Urabá se expandiu para outras regiões, “seguindo o mesmo *modus operandi*, que se concentrou não tanto em manter confrontos abertos com a insurgência, mas sim em atingir suas 'bases de apoio'; [...]” (OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH, 2010, tradução nossa¹⁶⁰).

De acordo com a investigação de Castro Caycedo (1996, apud VERDAD ABIERTA, 2010)¹⁶¹, até o estabelecimento do bloco Bananeiro, as ACCU agiram no eixo em grupos que se dividiam de acordo com a consolidação da guerrilha. Em áreas de controle guerrilheiros, agia o “grupo de choque”, de caráter ofensivo e composto por uma média de 40 homens, que localizava e atacava a guerrilha em seu próprio território. Em áreas em disputa, os grupos paramilitares eram formados também por camponeses locais, que recebem armamento de guerra, mas não são tão treinados como os grupos ofensivos. Nas áreas em que a guerrilha havia sido totalmente expurgada, por sua vez, agiam os grupos de base, formada pela população civil e campesinato, que formavam redes de inteligência e comunicação. Uma vez consolidado, o bloco Bananeiro cuidava da segurança na região e dos pontos de entrada da produção de banana, drogas e armamentos.

mauricio-garcia-fernandez-alias-doble-cero>. Acesso em: 20 jul. 2017).

¹⁵⁸ FISCALÍA 13 UNIDAD NACIONAL DE JUSTICIA Y PAZ, 2016.

¹⁵⁹ VERDAD ABIERTA. **Las escuelas para matar de los 'paras'**. 28 out. 2008. Disponível em: <http://www.verdadabierta.com/justicia-y-paz/1909-las-escuelas-para-matar-de-los-paras>. Acesso em: 10 mai. 2020.

¹⁶⁰ No original: “*siguiendo el mismo modus operandi, que se centraba no tanto en mantener confrontaciones abiertas con la insurgencia, sino más bien en golpear a sus 'bases de apoyo'; [...]*”

¹⁶¹ VERDAD ABIERTA. Bloque Bananero. 6 out. 2010. Disponível em: <http://www.verdadabierta.com/victimarios/832-bloque-bananero#3>. Acesso em: 6 jul. 2020.

Nos municípios de Urabá nos quais predominavam atividades pecuárias e outras economias camponesas, as ACCU operavam através do bloco Élmér Cárdenas sob o comando de Freddy Rendón, “El Alemán”¹⁶², correspondente ao Urabá chocoano; e do bloco Héros de Tolova, este dirigido por “Don Berna”¹⁶³, formando um cordão de Tierralta até San Pedro de Urabá e tomando como centro de ação as áreas de cultivo e processamento de coca.

Figura 9: Mapa da estrutura das autodefesas em Urabá



Fonte: OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH, 2010

Com pleno domínio sobre Córdoba e Urabá, as ACCU seriam a coluna vertebral da expansão paramilitar na Colômbia e, até 1997 já havia dominado a Costa Caribe, Catatumbo e os Llanos Orientais. Até serem declaradas inexecutableis pela Corte Constitucional, naquele mesmo ano, as Convivir já contavam mais de 400, tendo sua infantaria passado para as fileiras das autodefesas após a decisão judicial (Hylton, 2010, p. 236).

No dia 18 de abril de 1997, ocorreu aquela que seria Primeira Conferência Nacional das

¹⁶² Freddy Rendón Herrera, ou “El Alemán”, chegou em Urabá no ano de 1994, como ajudante de um caminhão de cerveja, e ingressa nas autodefesas dois anos depois. Seu codinome foi-lhe dado devido a sua obsessão por ordem e disciplina.

¹⁶³ Após a queda de Escobar, “Don Berna” herda suas estruturas armadas dedicadas ao narcotráfico e se torna o grande “patrón” de Medellín, alcançando um poder na capital antioqueña nunca imaginado por Pablo Escobar. Após ter que se refugiar em Córdoba por conta de perseguições por parte do Cartel de Cali, em 1996, “Don Berna” assumiria o controle do bloco Héros de Tolova. (FISCALIA 13 UNIDAD NACIONAL DE JUSTICIA Y PAZ, 2016, p. 15-17)

Autodefensas Unidas de Colombia (AUC), quando os sete grupos paramilitares consolidados em Antioquia, Córdoba, Magdalena, Santander, Boyacá, Casanare e Meta lançam a confederação de “autodefesas”. Em sua carta constitucional, as AUC definiam-se como um "movimento político-militar de caráter antissubversivo no exercício do direito de legítima defesa, que exige transformações do Estado, mas não atenta contra ele”. O documento ainda traz que as AUC seguiriam os mesmos preceitos das ACCU, dentre os quais: ter bem definidos seus princípios antissubversivos e uma clara projeção política; não abandonar a luta enquanto a guerrilha estiver em pé de guerra; compromisso inevitável de deixar as armas apenas como fruto de uma negociação trilateral; não envolver suas frentes em atividades no narcotráfico; assumir a responsabilidade por suas ações militares (AUC, 1997).

Figura 10: Registro da Primeira Conferência das AUC, em 18 de abril de 1997, Urabá



Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR DE BOGOTÁ – SALA JUSTICIA Y PAZ, 23 mai. 2017)

Figura 11: Símbolo das AUC



Fonte: Latin American Studies

4.1.4.1. *Estrutura das AUC*

De acordo com seu Estatuto de Constituição (1998), as AUC eram formadas por três

estruturas básicas: estamento político, organização militar e estruturas de condução e coordenação. O estamento político apoiava-se no movimento *Colombia Libre*, que representaria as comunidades afetadas pela violência subversiva. Segundo o Estatuto, o movimento possuía um projeto democrático de transformação nacional e a proposta de um modelo estatal que eliminasse as causas que deram origem ao conflito armado. O *Colombia Libre* também teria uma estrutura organizacional composta por juntas políticas de autodefesa, comitês de trabalho e estudo, comissão de apoio político interzonal, associações camponesas, ligas operárias, estudantis e profissionais, por comandos populares de divulgação política, direção nacional e assembleias nacionais. Sem entrar em detalhes, o regime estatutário do *Colombia Libre* estabelecia definições de uma plataforma política e doutrinária, composição e funções dos órgãos de sua estrutura organizacional e objetivos, programas e projetos. Na prática, *Colômbia libre* foi o nome utilizado no portal eletrônico das AUC (*colombialibre.org*)¹⁶⁴ e na edição de material propagandístico, como os livros *Colombia siglo XXI. Las autodefensas y la paz*, de Carlos Castaño, e *Autodefendiendo la vida*, este assinado pelas AUC.

Figura 12: Página inicial do colombialibre.org

¹⁶⁴ Segundo a investigação do portal Verdad Abierta, o endereço foi criado em 27 de abril de 1999 e ficou no ar por seis anos. Em 2008, quando terminava o processo de desmobilização das AUC, o portal passou a se chamar *Movimiento Nacional de Autodefensas Desmovilizadas*, funcionando até 22 de agosto daquele ano. O registro do portal estava disponível pelo Archive.org: <<http://web.archive.org/web/20030201081514/colombia-libre.org/colombialibre/pp.asp>>, mas foi apagado. (VERDAD ABIERTA. *Página web Colombia Libre*. 10 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/victimarios/3000-pagina-web-colombia-libre>>. Acesso em: 12 jan. 2020.)

The screenshot shows the website 'Colombia Libre.org' with the title 'AUC. Autodefensas Unidas de Colombia'. The main content is a posthumous tribute ('HOMENAJE PÓSTUMO') dated 12 de abril de 2003, dedicated to fallen members of the AUC. The page features a navigation menu on the left, a main article section with a date of 24 de diciembre de 2002, and several news snippets from January 2003. The snippets include titles like 'Diplomáticos apoyan procesos en Colombia', 'Alcaldes quieren participar de la paz', and 'Nuevos contactos entre el Gobierno y las Autodefensas'. The page also has a search bar and a 'Actualidad' section at the bottom.

Fonte: Web Archive

Em relação a sua estrutura militar operativa, as AUC dividiam-se em blocos, frentes, companhias, grupos, seções e esquadras. Segundo o estatuto, cada uma dessas unidades possuía comandantes de primeira e segunda categorias, assim como combatentes de primeira e segunda categorias e combatentes em armas especiais, isto é, efetivos com alto grau de preparação técnica. As estruturas de condução e coordenação correspondiam, por sua vez, aos máximos órgãos colegiados de direção geral, regional e local, isto é, o Estado Maior conjunto, os Estados Maiores Regionais e as Cúpulas Maiores, respectivamente. O Estado Maior conjunto era formado pelo Comandante Geral das AUC, pelos comandantes dos Estados Maiores Regionais e pelas estruturas políticas da organização. Os Estados Maiores Regionais eram formados por membros das Juntas de Autodefesa Regionais e pelos comandantes dos blocos e frentes que operavam nas respectivas regiões. As Cúpulas Maiores, por sua vez, eram estruturas de condução e coordenação zonais e regionais integradas pelos comandantes das companhias, grupos, seções e esquadras (AUC, 1998).

É interessante ainda constatar como as AUC procuraram copiar as estruturas dos exércitos guerrilheiros em seu discurso político, com a intenção de serem reconhecidas como antítese das guerrilhas. Suas unidades receberam nomes “*surpreendentemente semelhantes aos da insurgência*”, como os blocos Resistencia Tayrona e Cacique Nutibara, que, como os fronts guerrilheiros, homenageavam a resistência anticolonial indígena (ZELIK, p. 109).

No entanto, os documentos oficiais a respeito da estrutura e composição das AUC mostraram-se contraditórios em relação ao que foi verificado na realidade, que mostrava unidades muito mais instáveis e irregulares do que os esquemas disponibilizados por Carlos Castaño. Na sentença do Tribunal Superior de Bogotá, sala de Justiça e Paz, do dia 23 de maio de 2017, concluiu-se que as AUC foram uma aliança temporária e instável de diferentes donos de exércitos privados regionais e narcotraficantes que convergiram no início do século XXI para aproveitar as oportunidades de um marco jurídico flexível do processo de paz com o governo central. Assim,

[...] se for levado em conta que uma confederação é uma "união estável de Estados em que o relacionamento entre os membros é ordenado sob os princípios de unidade, autonomia, hierarquia e participação" [...], a mesma evidência recolhida pela Sala ao longo do processo de Justiça e Paz poderiam refutar esta ideia de uma "confederação" nas AUC, pois o fato de se registarem tantos confrontos entre os grupos paramilitares que se desmobilizaram coletivamente revela problemas de coesão interna problemas que existiam. (TRIBUNAL SUPERIOR DE BOGOTÁ, 2017, p. 112, tradução nossa¹⁶⁵)

Com base na revisão de 44 sentenças proferidas pelo Tribunal de Justiça e Paz, entre os anos de 1993 a 2005 ocorreram 26 disputas violentas entre os grupos paramilitares e cerca de 31% das ocorrências foram de insubordinações e desacatos à autoridade dos Castaño Gil, além de conflitos entre os membros do Estado Maior Conjunto. A sentença ainda recorda o episódio das vendas de *franquias* a narcotraficantes, que “compravam” soldados e armamentos das AUC e conformavam estruturas paramilitares em seus respectivos territórios¹⁶⁶. Durante o processo de desmobilização das AUC com o governo a partir de 2002, esses chefes narcotraficantes se apresentaram como comandantes paramilitares buscando ocultar sua participação no narcotráfico, fato que os deixou conhecidos como “os paraquedistas”.

As recentes conclusões do tribunal vão ao encontro da tese de Gustavo Duncan (2015), o qual aponta que as “autodefesas” eram, antes de tudo, exércitos fragmentados, que cumpriam funções de Estado em um território, sob o comando de um “homem forte” no local, necessariamente vinculado ao narcotráfico. O autor alega que as AUC foram resultado de um processo de transformação do paramilitarismo no país, pois já não se tratavam de grupos

¹⁶⁵ No original: “[...] si se tiene en cuenta que una confederación es una ‘unión estable de Estados en la que la relación entre los miembros se ordena bajo los principios de unidad, autonomía, jerarquía y participación’ [...], la misma evidencia recopilada por la Sala a lo largo del proceso de Justicia y Paz, podría refutar esa idea de ‘confederación’ en las AUC, pues el hecho de que se hayan registrado esa cantidad de enfrentamientos entre los grupos paramilitares que se desmovilizaron colectivamente, revela los problemas de cohesión interna que hubo.”

¹⁶⁶ Este foi o caso, por exemplo, de Miguel Arroyave, que comprou a “franquia” do bloco Centauros para atuar na região dos Llanos Orientais. EQUIPO NIZKOR. **Las franquicias de las Auc, mercenarios al servicio del narcotráfico**. 14 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/colombia/doc/auc10.html>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

armados subordinados às Forças Armadas ou ao poder de narcotraficantes, mas exércitos de combatentes com doutrina, identidade simbólica (uniformes, escudos, hinos, etc) e armamento a serviço de “senhores da guerra”, que se tornam autoridades locais. Esses exércitos passam a controlar as fases territoriais do narcotráfico, assumem a função de administração e justiça entre vizinhos, expulsam ou eliminam a população associada à insurgência, reorganizam a propriedade de terra e se apropriam das fazendas e negócios da região. Assim, os “senhores da guerra” das AUC, que nas zonas rurais e semiurbanas desempenham papel estatal, abrem as rotas de narcotráfico aos cartéis urbanos, estes atomizados e expostos ao controle pelos novos exércitos paramilitares.

4.1.4.2. Formas de financiamento das AUC

Os documentos oficiais das AUC e as declarações de suas principais lideranças (em especial, Carlos Castaño) negavam e condenavam veementemente o financiamento da organização pelo narcotráfico. Em sua biografia, Castaño, por sua vez, reproduz um discurso contraditório, no qual ora repudia os narcotraficantes e procura diferenciar as autodefesas do narcotráfico, ora admite a proximidade com chefes narcotraficantes e procura justificar suas atividades ilícitas: “*A primeira coisa que se descobre é que nenhuma guerra é legalmente financiada. Nunca!*” (ARANGUREN MOLINA, 2001, p. 48, tradução nossa¹⁶⁷).

Até o início de sua desmobilização, em 2002, as AUC contavam com cerca de seis milhões de dólares mensais para o funcionamento de suas estruturas, sendo que 70% dos recursos provinham do narcotráfico, sua principal fonte de financiamento¹⁶⁸. Esses recursos serviam para sustentar a folha de pagamento de soldados, desde patrulheiros até membros do Estado maior, bem como compra de material de guerra, logística, assistência a familiares de membros presos ou mortos, pagamento de informantes e serviço de inteligência e gastos com propaganda. Os valores dos soldos variavam de acordo com estruturas e regiões, bem como posição hierárquica, variando de 150 mil pesos para patrulheiros ingressantes para até 1 milhão de pesos (MÖLLER CIRO, 2010).

Medina Gallego (2005), elaborou um esquema que expõe a fontes de financiamento da economia de guerra dos paramilitares colombianos:

¹⁶⁷ No original: “Lo primero que uno descubre es que ninguna guerra se financia lícitamente. ¡Jamás!”.

¹⁶⁸ SEMANA. *El testamento de Carlos Castaño*. 9 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/el-testamento-carlos-castano/94444-3>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

1. Contribuições voluntárias ou forçadas da população, em especial, de grupos econômicos, como empresários, agricultores, criadores de gado, comerciantes, transportadores e agroindústria, entre outros¹⁶⁹;
2. Fontes institucionais de financiamento: recursos públicos retirados de suas áreas de influência mediante acordos com prefeitos e parlamentares, por meio de testas-de-ferro e doações encobertas¹⁷⁰;
3. Atividade de narcotráfico mediante a produção e o pagamento de impostos a produtores de coca e compradores de pasta e lavagem de ativos;
4. Contribuições da mineração de esmeraldas¹⁷¹;
5. Práticas de sequestro extorsivo, contrabando, pirataria terrestre, abigeato, deslocamento forçado e ocupação violenta de territórios;
6. Contribuições de empresas transnacionais de petróleo, mineração, produção agroflorestal, dentre outras¹⁷²;
7. Interesses de macroprojetos de infraestrutura viária e energética¹⁷³;
8. Investimentos dos próprios paramilitares em setores econômicos como agropecuária, comércio, agroindústria e serviços;
9. Ajuda internacional de organismos de extrema-direita.

¹⁶⁹ Destaca-se os casos da Federación Ganadera de Córdoba (GANACOR), grêmio cordobês de criadores de gado que apoio abertamente as autodefesas na região; e a Federación Nacional de Cafeteros (Fedegan).

¹⁷⁰ O escândalo da parapolítica ganhou destaque nos principais noticiários do país a partir de 2005, em meio ao processo de desmobilização das AUC, quando foi descoberto que os paramilitares controlavam um terço do Congresso colombiano, sendo 80% dos partidos com membros processados parte da coalisão de Álvaro Uribe. Além disso, um informe da Corporación Nuevo Arco Iris (CNAI) de 2010 traz uma lista de 101 figuras políticas regionais processadas por vínculos com paramilitares, incluindo prefeitos e governadores. (VERDAD ABIERTA. **La 'para-política'**. 27 jul. 2010. Disponível em: <<https://verdadabierta.com/la-para-politica-sp-764685506/>>. Acesso em: 15 mai. 2017).

¹⁷¹ Bem conhecidos foram os vínculos estreitos entre Victor Carranza, o intocável czar das esmeraldas colombiano, com as AUC, apontado como um dos de seus cofundadores e um de seus principais patrocinadores, segundo Freddy Rendón Herrera, 'El alemán'. (EL ESPECTADOR. **Victor Carranza fue 'cofundador de las AUC': 'El Alemán'**. 17 Mar. 2011. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/judicial/victor-carranza-fue-cofundador-de-auc-el-aleman-articulo-257486>>. Acesso em: 15 mai. 2017).

¹⁷² Podemos citar os casos emblemáticos da multinacional de mineração Drummond, empresa com sede no Alabama com extração de carbono no departamento colombiano de Cesar, acusada de ter financiado as AUC em troca da repressão, tortura e assassinato de sindicalistas mineiros, em 2001; do caso “Chiquita Papers”, que revelou uma estreita colaboração entre a bananeira Chiquita Brands e as AUC, tendo não apenas pago grandes somas para os paramilitares mas também transportando armamentos; além de colaboração por parte da transnacional suíça Nestlé, que pressionou o governo de Uribe e criadores de gado leiteiro a agir contra os sindicatos de seus trabalhadores e se beneficiou da violência paramilitar contra estes (AZZELLINI, 2008; ZELIK, 2015).

¹⁷³ “En particular es interesante mirar cómo el mapa de los desplazamientos coincide con el mapa de la presencia paramilitar y las zonas de ejecución de los grandes macroproyectos en las zonas del Antioquia, Magdalena Medio, nororiente y suroccidente colombiano, Chocó, Darién, y los departamentos de Boyacá, Casanare, Arauca, Meta, Norte de Santander, Antioquia, y los territorios del Magdalena Medio y sur de Bolívar donde se localizan los principales yacimientos y recursos petroleros. (MEDINA GALLEG0, 2005, p. 85)

No contexto de construção de uma ordem econômica neoliberal, a redefinição do papel do Estado e a abertura econômica agudizaram os problemas de concentração de ingressos e riqueza, influenciando nos objetivos políticos do conflito colombiano e gerando uma pressão maior por parte da insurgência, da oposição política e de movimentos reivindicativos pela reforma agrária, pela propriedade estatal sobre setores estratégicos (como energético, telecomunicações, portos, dentre outros); além da reivindicação de um modelo econômico oposto ao neoliberalismo, isto é, baseado na ampliação do mercado interno, na segurança alimentar, na produção dos setores produtivo e agrário, em gastos públicos que priorizem investimentos sociais e redistribuição da riqueza, entre outras medidas (FRANCO RESTREPO, 2009, p. 244). A violência paramilitar – que calou a oposição política, massacrou o sindicalismo, deslocou o campesinato e aprofundou a concentração fundiária – serviu para uma imposição violenta do receituário neoliberal, abrindo a região para investimentos e agindo como transformador das relações entre capital e trabalho, bem como Estado e mercado (ZELIK, 2015, p. 225).

Com ações de violência extrema que obedeciam a um cálculo, as AUC foram responsáveis por um massivo deslocamento forçado de civis, questão que levou a uma concentração de terras ainda maior. Esse processo, descrito por Hylton (2010) como uma refeudalização no campo, possibilitou uma reprimarização das exportações, adequando-se às demandas da nova ordem econômica.

4.1.4.3. *Modus operandi das AUC*

O modo de atuação das AUC possuía quatro fases: *terror, consolidação, formação de bases sociais e econômicas e desterritorialização - mental e espiritual - dos povos e comunidades*, percebe-se como os índices de massacres perpetrados pelas AUC até antes de sua desmobilização, iniciada em 2002, obedece às etapas de assentamento dos paramilitares nas regiões colombianas. Conforme o estudo de Romero¹⁷⁴ (2003, apud QUIJANO MEJÍA e DIAZ MATEUS, 2004), a fase do terror é verificada em massacres e constituem um meio para provocar deslocamentos massivos e gerar pânico da população, neutralizando qualquer forma

¹⁷⁴ ROMERO, Mauricio. Paramilitares y autodefensas (1982-2003). 1. ed. Bogotá, DC: IEPRI/Editorial Planeta Colombiana, S.A, 2003.

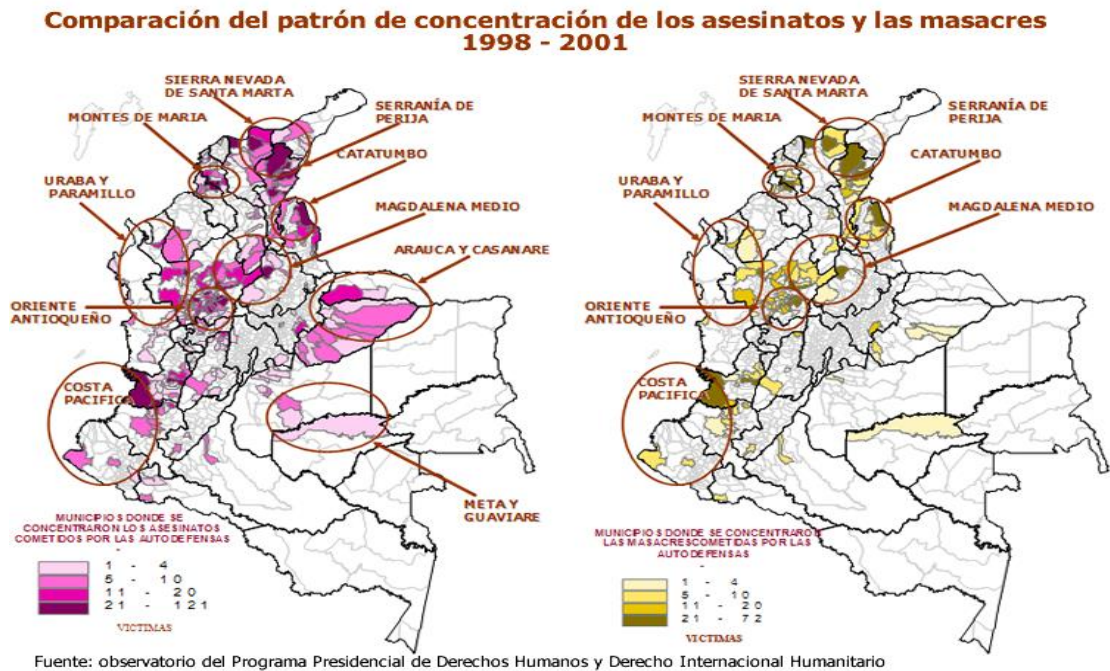
de insurgência. O exemplo tristemente célebre dessa fase seria o Massacre de Mapiripán¹⁷⁵, evento que marcou a expansão das AUC para áreas de anterior hegemonia guerrilheira, como o departamento de Meta.

A segunda fase baseia-se na consolidação militar do grupo armado, mediante a realização de assassinatos seletivos contra seus opositores e a penetração nas estruturas econômicas, sociais e políticas da comunidade, impondo impostos de diversas naturezas aos fazendeiros, comerciantes e à população em general, pressionando a administração local para que entreguem recursos do orçamento oficial e comprando as terras que os camponeses foram obrigados a abandonar na fase anterior. O departamento de Meta, que está sob o controle do chamado Bloco dos Centauros, pode ser localizado nesta fase. A terceira fase consiste na consolidação de uma base social por meio da criação de fundações e cooperativas que realizam trabalhos comunitários com a população da região; da mesma forma, buscam obter a direção das universidades ali presentes. Neste último estão as cidades de Barrancabermeja e Cúcuta e as regiões do norte de Antioquia e o eixo da banana. Na última fase, conseguem o domínio total do território e a oposição à sua presença é praticamente inexistente. Os departamentos de Cesar, Córdoba e Magdalena são exemplos dessa situação (Ibid, 2004, p. 56, tradução nossa¹⁷⁶).

Figura 13: Comparação do padrão de concentração de assassinatos e massacres cometidos pelas AUC entre 1998 e 2001

¹⁷⁵ A partir do segundo semestre de 1997, as AUC avançam para os departamentos de Meta e Guaviare, zona com grande controle das Farc. O primeiro alvo dessa ofensiva militar foi o pequeno município de Mapiripán, situado a mais de 300 km da capital de Meta, mas uma área estratégica da economia da coca. Assim, na manhã de 15 de julho daquele ano, os paramilitares rodearam Maripiripán por vias terrestre e fluvial, portando uniformes, rádios e armas de monopólio das Forças Armadas. Durante cinco dias, a população local sofreu intimidações, ameaças, torturas e assassinatos, estes últimos sendo perpetrados no matadouro de Mapiripán durante a noite, quando os paramilitares cortavam o fornecimento de energia do município. Depoimentos fornecidos por testemunhas para o Ministério Público colombiano alegaram que todas as noites era possível escutar gritos de socorro vindos do local do crime, no qual as vítimas foram torturadas, degoladas e esquartejadas. No total, 49 pessoas, acusadas de colaboração com a guerrilha foram assassinadas de maneira bestial. (CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Caso Mapiripán versus Colombia. Sentença. 15 set. 2005. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_134_esp.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021)

¹⁷⁶ No original: “La segunda fase se basa en la consolidación militar del grupo armado, mediante la realización de asesinatos selectivos contra sus opositores y la penetración de las estructuras económicas, sociales y políticas de la comunidad, imponiendo tributos de diversa índole a ganaderos, comerciante y población en general, presionando a la administración local para que les entregue recursos de presupuesto oficial y comprando las tierras que si vieron obligados los campesinos a abandonar en la fase anterior. En esta etapa puede ser ubicado el departamento de Meta que se encuentra bajo el control del denominado Bloque Centauros. La tercera fase consiste en la consolidación de una base social mediante la creación de fundaciones y cooperativas que llevan a cabo trabajo comunitario con la población de la zona; así mismo buscan conseguir el manejo de las universidades presentes allí. En esta última se hallan las ciudades de Barrancabermeja y Cúcuta y las regiones del norte de Antioquia y el eje bananero. En última fase, logran dominio total del territorio y la oposición a su presencia es prácticamente inexistente. Los departamentos de Cesar, Córdoba y Magdalena son muestra de esta situación”



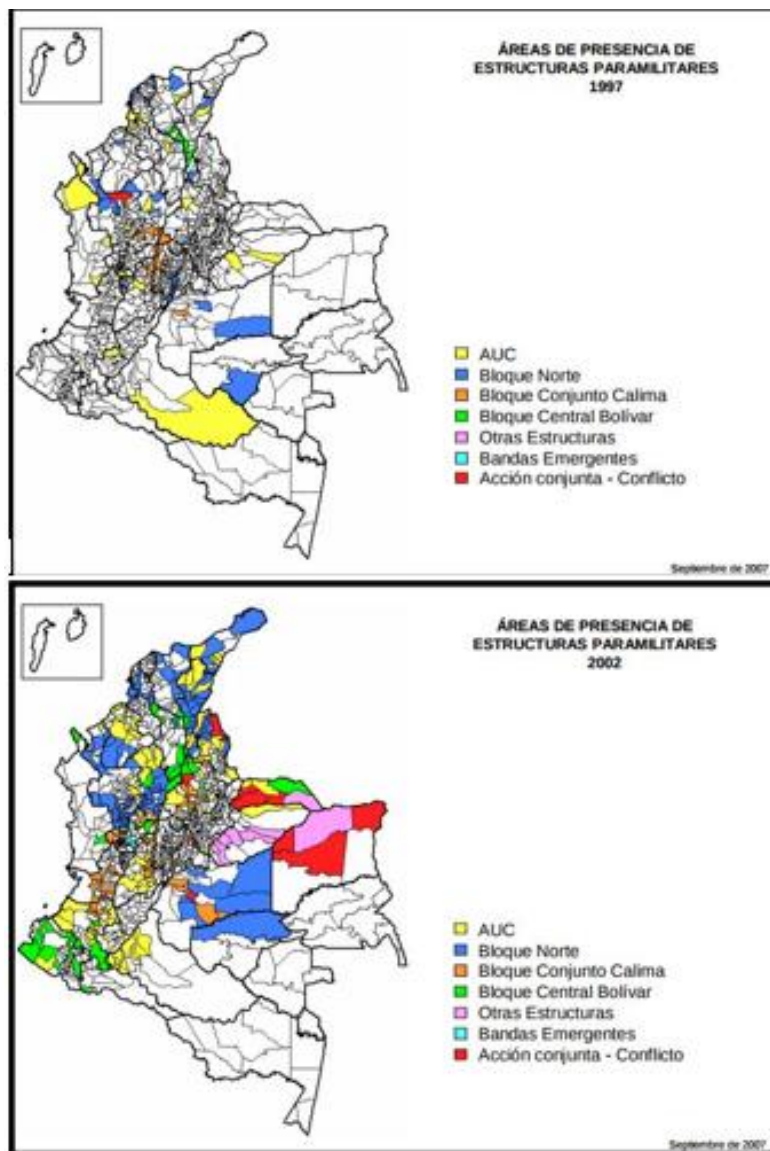
Fonte: Observatório do Programa Presidencial de Direitos Humanos e DIH, 2010

A partir de 2002, a diminuição do número de vítimas de massacres está relacionada, em primeiro lugar, com a conduta assumida pelos grupos de autodefesa que, após terem conseguido consolidar seu domínio em grandes territórios, deixam de recorrer à violência massiva e indiscriminada e, em segundo lugar, com a retirada dos guerrilheiros em cenários regionais onde a Força Pública consegue retomar a iniciativa no confronto armado. (VERDAD ABIERTA. **La expansión: el nacimiento de las Autodefensas Unidas de Colombia (1997-2002)**. 20 ag. 2008, tradução nossa¹⁷⁷).

Dessa forma, as AUC lograram um controle absoluto em vastos setores do Caribe, Urabá e a parte central do rio Magdalena; uma dominação relativa no nordeste e em setores localizados de Medellín; e com presença menor nas regiões oriental e sul do país (Llanos Orientales, Valle, Nariño e Putamayo) (EL TIEMPO. **El mapa de la influencia 'para'**. 26 set. 2004).

Figura 14: Comparação da expansão das autodefesas (1997-2002)

¹⁷⁷ No original: "A partir de 2002, la disminución de las víctimas de masacres se relaciona, en primer lugar, con la conducta asumida por las autodefensas que, tras haber logrado la consolidación de su dominio en amplios territorios, dejan de recurrir a la violencia masiva e indiscriminada y, en segundo lugar, con el repliegue de las guerrillas en escenarios regionales donde la Fuerza Pública logra retomar la iniciativa en la confrontación armada."



Fonte: Observatório do Programa Presidencial de Direitos Humanos e DIH, 2010

4.1.4.4. Do auge ao fim das AUC

A segunda metade da década de 90 até o início dos anos 2000 foram marcados pela expansão dos paramilitares – que lograram conquistar e hegemonizar territórios antes com forte presença guerrilheira, além de representantes na política institucional – e por uma hipertrofia militar da esquerda armada, a qual, diante da atuação do paramilitarismo, acabou por priorizar o aspecto militar em detrimento da combinação de “todas as formas de luta”, isto é, a luta armada somada à ação política legal (HYLTON, 2010). Assim, quando as autodefesas conquistavam cada vez mais espaço nas instituições, tendo chegado a dominar 35% do

Congresso Nacional nas eleições de 2002¹⁷⁸, as Farc-EP perdiam boa parte do apoio da população, em parte por suas próprias ações bélicas, e, por outra parte, pela campanha midiática empregada pelo bloco de poder contrainsurgente¹⁷⁹ nos principais meios de comunicação, gerando confusão e desconfiança ao atribuir massacres de autoria paramilitar às guerrilhas.

Andrés Pastrana venceu as eleições de 1998 com a promessa de diálogo com as FARC, buscando uma saída negociada para o conflito e reconhecendo a legitimidade política da guerrilha. Deu-se início ao mais importante processo de diálogo vivenciado, até aquele momento, no país, tendo como primeira medida a desmilitarização de cinco municípios acordados com a intenção de preparar o terreno para iniciar os diálogos de paz com as FARC-EP (PINHEIRO, 2015, p.180).

No entanto, apesar de várias negociações que deram origem a 20 pontos para a negociação, a Pastrana faltou poder ou vontade política para cumprir as reformas estruturais exigidas pela guerrilha. Assim, ao mesmo tempo em que negociava com as Farc, o então presidente promovia medidas de austeridade fiscal exigidas pelo FMI em troca de um empréstimo de 1,9 milhões de dólares, bem como foi o responsável pela assinatura do Plano Colômbia com os Estados Unidos¹⁸⁰. Aquele consistia, por sua vez, em um pacote de “ajuda” de cinco anos e 4 milhões de dólares, em teoria para combater a explosão da produção de narcóticos e modernizar os aparatos policiais e militares colombiano nos marcos da “guerra às drogas” (HYLTON, 2010).

Um plano militar de alto nível, robustecido pelo argumento, não mais do inimigo interno, mas do combate ao narcotráfico e, depois do dia 11 de setembro, ao terrorismo. Esse novo movimento em direção aos EUA criaria as condições no terreno para as estratégias militares mais ousadas, como o Plano Colômbia (2000), o Plano de Defesa e Segurança Democrática (2002) e o Plano Patriota (2004), sendo os dois

¹⁷⁸ Esse fato, desatado em 2006, processo que ficou conhecido como ‘escândalo da parapolítica’, levou a prisão de dezenas de parlamentares, incluindo o primo de Álvaro Uribe, acusado de envolvimento com paramilitares.

¹⁷⁹ Franco Restrepo descreve a composição concreta deste bloco de poder contrainsurgente na Colômbia: na escala mais alta, o bloco de poder contrainsurgente articula os interesses competitivos expressados ou encarnados por porta-vozes de grupos econômicos ou fração hegemônica – como o Grupo Empresarial Bavaria e o Sindicato Antioqueño e associações gremiais e intergremiais que estes grupos integram, tal como a SAC; o oligopólios de meios de comunicação como aparato ideológico, caso dos grupos RCN e Caracol e dos jornais *El Siglo* e *El Tiempo*; empresas multinacionais com interesses específicos, como da British Petroleum, a Chiquita Brands, a Texaco, a Monsanto e a Coca-Cola; governo norte-americano, exemplificado por meio de ações de órgãos como a própria CIA e companhias militares estadunidenses, como Dyn Corp; e o Estado nacional, isto é membros das instituições estatais, como políticos, militares e membros da burocracia judicial. Na escala menor escala, esse bloco de poder se reproduz através da articulação de mercenários nacionais e estrangeiros da luta contrainsurgente, redes de poder político ou coalizões políticas dominantes regionais, força pública (brigadas e comandos de polícia), comerciantes (distribuidores ou intermediários), empresários do transporte, empresários de exploração mineira, camponeses ricos ou empresários (cafeicultores, floricultores, bananeiros, etc), proprietários de terras, narcotraficantes, vítimas da violência, lumpenproletários e agentes paupérrimos em busca de sobrevivência, entre outros.

¹⁸⁰ Com o avanço da “centro-esquerda” cada vez maior na região na América do Sul, a Colômbia converteu-se em um aliado “geoestratégico” cada vez maior para os Estados Unidos na região.

últimos já no governo de Uribe Velez (2002/2006) (PINHEIRO, 2015, p. 185).

Na prática, porém, esses novos helicópteros, tanques, aviões, radares, satélites e treinamentos de origem estadunidense adquiridos pela Colômbia após a assinatura do Plano foram utilizados para golpear, principalmente, a economia cocaleira nas zonas das Farc¹⁸¹. Assim, segundo Vega Cantor (2015), a ação dos Estados foi determinante para romper o processo de paz do governo colombiano com a guerrilha, tendo como exemplo a inauguração, em novembro de 2001, da base militar de Três Esquinas – em Caquetá, bastião das Farc – ato presenciado por Pastrana, a cúpula militar e a embaixadora dos Estados Unidos Anne Patterson.

Os paramilitares, longe de serem golpeados pelo Plano Colômbia, saíram fortalecidos desse processo, obtendo inclusive vantagens econômicas¹⁸² e tendo suas regiões praticamente poupadas das investidas militares e fumigações. Assim, fortalecido, o bloco de poder contrainsurgente ajudou a socavar o processo de paz de Pastrana com as Farc. No que tange às relações das autodefesas com o Estado, a expansão paramilitar foi uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que enfraquecia a soberania estatal, ajudava a fortalecê-la, pois suas ações justificavam intervenções militares por parte dos agentes estatais. Esse cenário abriu caminho para a política de Segurança Democrática de Álvaro Uribe Vélez¹⁸³, eleito em 2002, contribuindo para a militarização crescente da sociedade colombiana e ao enfrentamento intensivo das insurgências.

Diversas fontes evidenciam um envolvimento de Uribe com os paramilitares, que lhes foram partidários no pleito de 2002. Naturais de Antioquia, os Uribe têm relações estreitas com setores do narcotráfico e paramilitarismo desde pelo menos os anos 80, incluindo membros do cartel de Medellín, como o clã dos Ochoa, e Salvatore Mancuso, o qual tinha uma propriedade

¹⁸¹ Hylton (2010) destaca o papel das fumigações, nas quais pilotos colombianos e mercenários estadunidenses despejaram doses altamente concentradas do herbicida roundup ultra da Monsanto, destruindo peixes, animais selvagens, gado, rios e culturas legais, bem como os campos de coca em todo o sul da Colômbia. A guerra química precisa ser vista, conforme o autor de uma estratégia mais ampla de contrainsurgência, com o objetivo de deslocar os habitantes e camponeses da região e impedi-los de ajudar a subversão, “secar a água do peixe”, como consta no jargão da contrainsurgência.

¹⁸² BALLVE, Teo. El lado oscuro del Plan Colombia. Verdad Abierta, 4 jun. 2009. Disponível em: < <https://verdadabierta.com/el-lado-oscuro-del-plan-colombia/> >. Acesso em: 20 mai. 2017.

¹⁸³ “Los ejes principales del proyecto pueden resumirse así: Un plan de desarrollo económico, que invoca la tesis de la “seguridad democrática”, con el argumento de que la recesión económica es consecuencia del conflicto armado, por lo cual las perspectivas del crecimiento dependen de que se derrote a la guerrilla. Incluye la promoción de un supuesto “Estado comunitario” que esconde las medidas de reducción del salario real y el proceso de supresión del régimen laboral y la propuesta de un “país de propietarios”. La negociación de un Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos (TLC) que es la profundización del sistema neoliberal. Medidas restrictivas de los derechos y garantías democráticos. Un fortalecimiento descomunal de la fuerza pública. Un entreguismo sin fronteras en relación con gobierno Bush y una política en contravía de los procesos democráticos de América Latina. Una continuada ofensiva contra los intereses de los trabajadores (LOZANO GUILLÉN, A. **Guerra o Paz en Colombia?** Bogotá: Izquierda Viva, 2006 apud PINHEIRO, 2015, p. 223).

vizinha à fazenda do ex-presidente, em Córdoba (HYTON, 2010). Santiago Uribe, irmão caçula do ex-presidente, foi apontado como financiador e líder do grupo paramilitar “Os doze apóstolos”, na década de 90¹⁸⁴.

No entanto, no contexto da guerra ao terror, intensificada após os atentados de 11 de setembro de 2001, e da inclusão das AUC na lista estadunidense de organizações terroristas, no mesmo ano, o então novo presidente adotou uma postura de se distanciar dos paramilitares. O processo de Santa Fé de Ralito¹⁸⁵, iniciado por Uribe com as AUC para a desmobilização das autodefesas, em 2002, também vinha recheado de polêmicas, acusado de indultar paramilitares com as penalidades irrisórias para crimes hediondos¹⁸⁶, fora a participação de chefes narcotraficantes como lideranças das autodefesas nos acordos¹⁸⁷. Nesse período Carlos Castaño sustentava a tese, perante à opinião pública, de que as autodefesas haviam se degenerado pela economia da droga, reforçando uma divisão, em verdade, fictícia, de paramilitares puros *versus* narcotraficantes oportunistas no processo de paz. Nesse contexto e em meio a rumores de que estaria negociando diretamente com os Estados Unidos, Castaño desaparece em 2004, supostamente assassinado¹⁸⁸, deixando a liderança para Vicente Castaño.

A rápida desmobilização das AUC evidenciou que as autodefesas como uma organização única e altamente hierarquizada e centralizada não passava de uma ficção. Os Acordos de Santa Fé de Ralito não significaram, no entanto, uma erradicação do

¹⁸⁴ FORERO, Juan. **Colombian president's brother said to have lead death squads**. The Washington Post, 24 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/05/23/AR2010052303821.html?noredirect=on>>. Acesso em 15 abr. 2020.

¹⁸⁵ “[...] En el acuerdo de Ralito, las Autodefensas Unidas de Colombia se comprometieron a desmovilizar a la totalidad de sus miembros antes del 31 de diciembre de 2005, en un proceso gradual que comenzó con la desmovilización el 25 de noviembre de 2003 del Bloque Cacique Nutibara en la ciudad de Medellín. Tiempo después, el 10 de diciembre de 2004, se produjo una de las entregas más importantes: la del Bloque Catatumbo, en la cual se desmovilizó Salvatore Mancuso. Los desarmes colectivos se extendieron hasta agosto de 2006. Según la oficina del Alto Comisionado de Paz de la presidencia de Álvaro Uribe Vélez, durante este periodo se desmovilizaron 31.671 combatientes y se entregaron 18.051 armas, en los 38 actos de desmovilización. [...]” (INDEPAZ. **Proceso de paz con las Autodefensas Unidas de Colombia –AUC**. V. 4, 2013).

¹⁸⁶ A Lei de Justiça e Paz, referentes às condenações dos paramilitares participantes dos acordos, previa pena privativa de liberdade de um mínimo de 5 até 8 anos. Objeto de fortes críticas, a Lei foi modificada pela Corte Suprema de Justiça, que impôs que os paramilitares apenas poderiam rebaixar suas penas caso esclarecessem seus crimes.

¹⁸⁷ Após o desarmamento das AUC, em 13 de maio de 2008, em uma operação surpresa foram extraditados aos Estados Unidos 14 chefes das AUC que haviam se submetido à Lei de Justiça e Paz, sob a justificativa de que aqueles seguiam delinquindo na cadeia. Várias organizações de vítimas e entidades defensoras de direitos humanos protestaram diante desta medida, pois nos Estados Unidos os chefes foram julgados pelo delito de narcotráfico, tornando muito mais difícil para as vítimas ter acesso a verdade e reparação (INDEPAZ, 2013, p. 3).

¹⁸⁸ O suposto assassinato de Castaño teria sido uma ordem de seu irmão, Vicente, devido às mesmas negociações com os Estados Unidos. Vicente, por sua vez, teria sido assassinado por seus sócios na Venezuela, em 2007. No entanto, ainda pairam dúvidas sobre a veracidade das mortes dos Castaño, existindo a hipótese de que estes estariam, na verdade, fugindo da justiça (GUILLÉN, Gonzalo, 2017).

paramilitarismo na Colômbia, onde operam vários dos que são conhecidos como “neoparamilitares” ou Bandas Criminales (BACRIM), como as atuais “Los Rastrojos” e “Los Urabeños”. Essa persistência do fenômeno paramilitar no país é explicada pelo fato de que as estruturas paramilitares não foram desmontadas após o processo de paz. Atualmente, apesar da atomização dos grupos paramilitares, estes são herdeiros de estruturas e economias antes controlados por grupos das AUC.

4.2. PARAMILITARISMO NO MÉXICO NOS ANOS 1990

Conforme colocado, na década de 1990 o México veria o aprofundamento do processo de liberalização iniciado nos anos 80, bem como uma aproximação com os Estados Unidos que, como veremos, excederia o âmbito comercial diante dos “novos” desafios de segurança do pós-Guerra Fria.

4.2.1. O paramilitarismo em Chiapas após o levante zapatista

Em fevereiro de 1995 o então governo de Ernesto Zedillo lança uma nova ofensiva contra o EZLN¹⁸⁹. Nesse processo, destaca-se a figura do General Mario Renán Castillo Fernández, que toma posse da VII Região Militar, em Tuxtla Gutiérrez, no primeiro dia daquele mês, cargo que ocuparia até novembro de 1997. Egresso do Centro de Treinamento em Guerra Psicológica, Operações Especiais e Forças Especiais na academia militar de Fort Bragg, Carolina do Norte, Renán Castillo é apontado como responsável pelo *Plan de Campaña Chiapas 94* e pela introdução do paramilitarismo no conflito contra os zapatistas (CDHFBLC, 2017, p. 3).

Figura 15: Mario Renán Castillo Fernández

¹⁸⁹ A ofensiva não conseguiu a captura do subcomandante Marcos e demais lideranças zapatistas, como era o objetivo, mas empurrou o EZLN para um território delimitado na Selva e em Los Altos. Nos dias da operação, a campanha midiática do governo foi constante, tentando convencer a opinião pública sobre a boa vontade do Estado diante da intransigência dos zapatistas e denunciando a verdadeira identidade de Marcos e de outros dirigentes. O avanço do Exército e a massiva chegada de novas tropas, que ficaram aquarteladas nos ejidos e comunidades, fez com que os rebeldes e a Diocese de San Cristóbal de las Casas agissem para chegar a uma negociação com o governo. Foi então que se aprovou, no Congresso, uma iniciativa de lei de “concordia e pacificação”, para possibilitar o diálogo e a imunidade dos rebeldes enquanto acontecessem as negociações, além da continuidade da trégua. Foi criada a Comissão Nacional de Intermediação (CONAI), presidida por Samuel Ruiz García, e a Comissão de Concordia e Pacificação (COCOPA), com membros do Legislativo estadual e federal. Esse processo de diálogo resultaria nos *Acordos de San Andrés sobre Direitos e Cultura Indígena*, em fevereiro de 1996. (GARCIA DE LEÓN, 2002)



(Fonte: Chiapas Paralelo, 27 dez. 2017)

Segundo o *Plan de Campaña Chiapas*, as operações seriam realizadas por zonas: Zona de Expansão, Zona Estratégica de Retaguarda e Zona de Defesa. Essas duas últimas correspondem às regiões da Selva Lacandona, das Cañadas até Montes Azules, nas quais as tropas deveriam “destruir o quartel-general do EZLN” (Zona de Retaguarda) e “destruir ou desorganizar as unidades regulares, comandos milicianos e guerrilhas locais do EZLN” (Zona de Defesa). Sobre a Zona de Expansão, o documento afirma:

Na Zona de Expansão, sua principal tarefa é a destruição ou neutralização de guerrilheiros, milicianos e comandos locais e a segurança e defesa de instalações vitais.

Nessa mesma área, a direção, coordenação e controle serão exercidos sobre todas as forças de segurança pública, responsabilizando-as pela eliminação dos comandos urbanos e pela desintegração ou controle das organizações de massa.

Para isso, as forças policiais terão os seguintes três objetivos:

- 1.- Romper a relação de apoio que existe entre a população e os transgressores da lei.
- 2.- Conhecer a estrutura dos subversivos e suas atividades na população.
- 3.- Proporcionar um ambiente de segurança física e psicológica à população fora do conflito. (SEDENA, 1994, p. 2, tradução nossa)

Na linha traçada pelos militares, a leste estavam as Zonas de Retaguarda e de Defesa, correspondentes, como afirmado, à região selvática. A Zona de Expansão ficava a oeste e correspondia às regiões Norte e Los Altos, exatamente as mais castigadas pela contrainsurgência e o paramilitarismo entre 1995 e 2000. Nesse intervalo, a região Norte registrou 122 vítimas fatais, 85 de execuções e 37 desaparecimentos forçados, além do deslocamento de 3.618 pessoas. Em Los Altos, a estratégia paramilitar começa a partir de 1997 e provocou, até 2000, 62 homicídios e o deslocamento forçado de 6.332 pessoas (CDHFBLC, 2005, p. 9).

Na região *chol* da zona Norte de Chiapas surgiu o primeiro grupo do período, o *Paz y Justicia*, criado em 1995 nos municípios de Tila e Salto de Agua. Nessa região, com o aumento de ocupações camponesas no pós-levante de 94, houve um estreitamento das relações entre uma

elite ejidal pecuarista de Tila¹⁹⁰ e associações de grandes proprietários de Salto de Agua, Palenque e Playas de Catazajá, que passaram a financiar um “cordão sanitário” de proteção contra os movimentos camponeses emergentes da região. Entrelaçada com o tema da terra, estava a questão política: o enfraquecimento do PRI, representado pelos caciques locais, levou ao crescimento dos eleitores do Partido da Revolução Democrática (PRD), muitos dos quais simpatizavam com o zapatismo. Essa seria a origem do *Paz y Justicia*, fruto da confluência de interesses de pecuaristas, comissariados ejidais¹⁹¹ e caciques priístas. Em 2004, o Centro de Direitos Humanos Fray Bartolomé de las Casas (CDHFBC) entrevistou um ex-membro e comandante do *Paz y Justicia* (identificado como *PyJ*), que confirmou a existência do vínculo do grupo paramilitar com o general Mario Renán Castillo Fernández:

PyJ: (...) Conheci Mario Renán, que estava falando com os líderes do Paz e Justiça. CDHFBC: Mario falou com os líderes do Paz e Justiça?

PyJ: Sim, sim.

CDHFBC: Ele ia vê-los em Miguel Alemán (povoado de Tila)?

PyJ: Sim, ele chegou lá, ele chegou lá e tinha muita confiança deles, mesmo as armas ele lhes não tirou, o exército não lhes tirou...

CDHFBC: E sobre o que falavam com Mario Renán Castillo?

PyJ: Bem, que...

CDHFBC: Mario Renán Castillo.

PyJ: Sim, não, hum, Mario Renán está em Tuxtla, que é o general, certo? Bem, nós conversamos com ele não apenas uma vez, senão a terceira vez fomos com ele...

CDHFBC: Além disso, ele foi para Miguel Alemán?

PyJ: Marcos (Albino) entrou, sim, 121 delegados chegamos lá, lá em Tuxtla, chegamos às reuniões, mas sim, ele nos disse em particular; não disse a todos os delegados de Paz e Justiça de lá, mas aqueles que sabiam, aqueles que coordenavam quem ia sair, quem não falava nada, quem era traidor naquela hora, fomos escolhidos os que não falavam, o que não estariam naquela, aha...

CDHFBC: O que Mario Renán lhe disse?

PyJ: Que a gente continuasse com isso, que não déssemos chance pro povo de Abu xú (organização opositora, simpatizante dos zapatistas e do PRD), que eles eram safados, que não sei o quê, que lhes iam tomar a terra, e tudo, que simplesmente era superstições deles, simplesmente nos pegamos assim, para nos convencer a gente a eliminar os dirigentes, bom, mas eles não conseguiram eliminar, só os simpatizantes deles, gente pobre, que..., velhos que morreram naquela guerra, ainda jovens e mulheres que foram desaparecidos..." (CDHFBC, 2004, p. 11, tradução nossa¹⁹²)

¹⁹⁰ Em Tila, essas minorias que controlavam a política dos *ejidos* – os quais correspondiam à maior área das terras do município, fruto do reparto agrário do período de Cárdenas e Ávila Camacho – foram beneficiadas por uma aliança com as associações pecuaristas, que forneciam créditos e o controle da atividade pecuária. (CDHFBC, 1996).

¹⁹¹ De acordo com a Lei Agrária, o comissariado ejidal é o órgão encarregado da execução dos acordos da assembleia, bem como a representação e gestão administrativa do *ejido*. É composto por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro (MÉXICO. Ley agraria. 26 de fevereiro de 1992. Regulamenta o artigo 27 Constitucional em matéria agrária e de observância geral em toda a República. Cidade do México, D.F., p. 7, 1992).

¹⁹² Por questões de espaço, não reproduziremos trechos de depoimentos e entrevistas originais nas notas de rodapé. Essa entrevista pode ser conferida na íntegra em: CDHFBC. La paramilitarización en la Zona Norte de Chiapas. El desarrollo de Paz y Justicia, de acuerdo a Paz y Justicia. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, 16 jul. 2004. Disponível em:

<https://frayba.org.mx/sites/default/files/040716_paramilitarizacion_en_la_zona_norte_de_chiapas_frayba.pdf> . Acesso em: 11 jan. 2023.

Quando o general deixou seu cargo na VII Região Militar e partiu de Chiapas, em 1998, o Paz e Justiça prestou-lhe homenagens. Na ocasião, o então deputado local do PRI e líder do grupo, Samuel Sánchez Sánchez, disse ao militar: “Jamais o esqueceremos, senhor. Existem recursos que estão gravados na consciência dos homens e você representa um deles. Tudo o que fez por nós nos impõe gratidão” (MARISCAL, 2005).

Outros trechos da entrevista realizada pelo CDHFBC evidenciam as conexões do Paz e Justiça com o aparato militar. Em certo momento, o ex-paramilitar, protegido pelo anonimato, descreve que os integrantes do grupo eram treinados por militares e ex-militares, e que conseguiam uniformes e armas exclusivos das forças armadas e polícias:

“CDHFBC: Então os Paz e Justiça estavam de uniforme?”

PyJ: Sim, eles compraram um uniforme

CDHFBC: E como era o uniforme?

PyJ: Era, usavam como o da polícia setorial, da segurança pública e do Exército Mexicano, e para cobrir o rosto usavam uma balaclava ou lenço vermelho, ou verde.

CDHFBC: E quem lhes deu os uniformes? Vocês os compraram?

PyJ: Bem, os compravam uma vez que o Exército mexicano os vendia lá em Limar”

4.- “CDHFBC: Que tipos de armas trouxeram?”

PyJ: Diferentes, um R15, uma UZI.

CDHFBC: De que ano estamos falando?

*PyJ: De 96-97. Dos conflitos de Usipá, Cruz Palenque, Limar, toda aquela região. Aprendi muito a manusear essas armas, eles me ensinaram, pois fui delegado dessa organização Paz e Justiça em *****, cada delegado tinha sua comunidade.*

*CDHFBC: Quem os ensinou, *****?*

PyJ: Adestramento, esse Sabelino (Torres Martinez, ex-militar e vereador priísta de Tila), tiveram outros que foram militares, e que ainda são militares de lá, de Masojá Shujá, que se chama Emilio Pérez López e agora ainda é do Exército Mexicano da Infantaria em Tenosique ou na Cidade do México, mas era ele quem administrava as pessoas

CDHFBC: Em qual acampamento ou regimento?

PyJ: Ou seja, tanto em Miguel Alemán quanto em Saquil

CDHFBC: Havia um acampamento militar?

PyJ: Havia em Saquil, em uma plantação de café, em Miguel Alemán

CDHFBC: Onde se treinava o grupo Paz e Justiça.

[...]

“PyJ: A partir disso (sobre os uniformes) muitas pessoas tinham contato com o comandante da polícia, não eu, o que eu tive foi com muitos MP, eu perguntava quanto custava uma R15, e ele me disse cerca de 10.000 pesos ou até 20.000 pesos, eles nos davam armas, até Yajalón íamos comprar

CDHFBC: E até os MP lhes ofereceram armas?

PyJ: Sim, ficaram como amigos e foi assim que conheci muitos, outros tinham colegas da segurança pública que o comandante também lhes dava, Sabelino (Torres) também lhes dava, mas para mim quase não davam.” (CDHFBC, 2004, p. 8-9, tradução nossa)

Além de Miguel Alemán, outro povoado no município de Tila que era base de operação do Paz e Justiça foi El Limar, no qual também estavam a 11ª Brigada de Operações Mistas (BOM) do Exército Nacional e uma sede do Ministério Público. Mesmo localizada na praça de um povoado de pouco mais de 3 mil habitantes e realizando comboios diários pela região, a

Brigada parecia não notar a presença dos paramilitares, os quais, por sua vez, controlavam as estradas de Tila e cobravam pedágio.

A 11^o BOM realiza ações de caráter humanitário. Essas se enquadram nos chamados “programas de conteúdo não-militar” implementados pelo Exército Nacional Mexicano (ENM) de acordo com o Manual de Guerra Irregular da SEDENA. O objetivo é assegurar as bases de apoio remanescentes do Estado na região e minar ao máximo as de seus inimigos zapatistas. Assim, os trabalhos do ENM têm se concentrado em cidades dominadas por Paz y Justicia (Agua Fria, Masojá Grande, Masojá Chico, El Limar, etc.). (CDHFBC, 1996, p. 106, tradução nossa¹⁹³)

Liderança mais conhecida do Paz e Justiça e fundador do grupo, Samuel Sánchez Sánchez liderava também a *Solidaridad Campesina Magisterial* (SOCAMA), organização formada por trabalhadores ligados ao Sindicato Nacional de Trabalhadores da Educação (SNTE) e à Confederação Nacional Camponesa (CNC). Por seus estreitos laços com políticos do PRI, a SOCAMA sempre foi uma das organizações mais favorecidas por recursos governamentais, o que garantiu a lealdade de seus quadros ao partido (LA JORNADA, 10 fev. 2005). Além disso, a SOCAMA fazia o repasse de recursos para as comunidades, com o mesmo intuito de manter a hegemonia do PRI. No entanto, a redução dos auxílios econômicos do governo federal, gerada pela política de austeridade neoliberal de Salinas de Gortari, deixou à margem as comunidades que não pertenciam à rede da SOCAMA, produzindo rancores que seriam alimentados pela crise dos preços do café e que fariam crescer a oposição política e os anseios por autonomia. A “tragédia do salinismo” é que simplesmente não havia dinheiro para reintegrar às redes do PRI todos aqueles que haviam sido abandonados na crise do Estado (CDHFBC, 1996).

O paramilitarismo na região Norte foi, dessa forma, a tentativa de manter a hegemonia do partido do governo. Samuel Sánchez Sánchez criou o Paz e Justiça a partir das fileiras da SOCAMA. Apesar disso, o líder e então deputado negava o caráter paramilitar do grupo, afirmando que se tratava de uma “organização social”. Ao entrevistá-lo para o jornal *El Mundo*, em 1998, o jornalista Javier Espinosa escreveu:

Na Colômbia, os líderes de grupos paramilitares vivem na selva com suas tropas. Marcar uma entrevista com eles é um verdadeiro calvário de encontros secretos, viagens por caminhos intrincados e promessas de não revelar nenhum local sob pena de punição “final”.
Em Chiapas, o principal líder desses movimentos armados convive no Parlamento local com seus companheiros de assento. A conversa requer apenas combinar uma hora com sua secretária.

¹⁹³ No original: “La 11^a BOM lleva a cabo acciones de carácter humanitario. Éstas se encuadran en los llamados “programas de contenido no militar” implementados por el ENM de acuerdo al Manual de Guerra Irregular de la SEDENA. El objetivo es asegurar las bases de apoyo que quedan al Estado en la región y minar en lo posible las de sus enemigos zapatistas. Así, las obras del ENM se han concentrado en poblados dominados por Paz y Justicia (Agua Fria, Masojá Grande, Masojá Chico, El Limar, &c.).”.

Samuel Sánchez Sánchez, indígena Chol de 45 años, profesor, miembro del Partido Revolucionario Institucional (PRI) e diputado en el Parlamento de Chiapas desde 1995. Relatores de organizaciones de derechos humanos como el Centro Fray Bartolomé de Las Casas, en San Cristóbal, o la *Human Rights Watch* lo identifican como jefe del *Paz y Justicia*, el grupo paramilitar más importante del estado del sur del México que también causó el éxodo de 5.000 indígenas personas, que este grupo prefiere describir como "autodesplazados". (ESPINOSA, 10 jan. 1998, traducción nuestra¹⁹⁴)

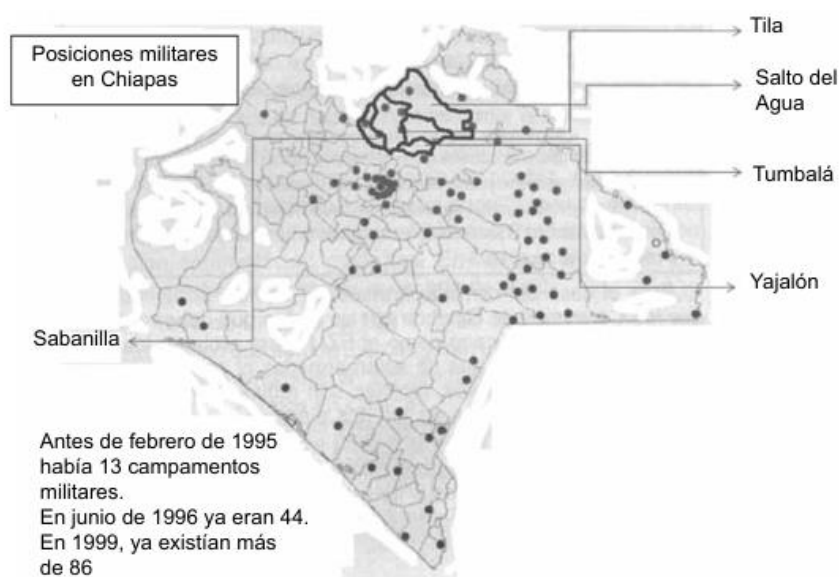
Figura 16: Samuel Sánchez Sánchez



Fonte: CDHFBC, 2005.

Figura 17: Municipios de Chiapas con presencia del *Paz y Justicia*

¹⁹⁴ No original: "En Colombia, los líderes de los grupos paramilitares conviven en la selva con sus tropas. Concertar una entrevista con ellos es un auténtico calvario de citas secretas, viajes por intrincadas veredas y promesas de no revelar ningún emplazamiento so pena de un castigo "definitivo"/ En Chiapas, el principal dirigente de estos movimientos armados se codea en el Parlamento local con sus compañeros de escaño. La conversación tan sólo requiere acordar una hora con su secretaria/ Samuel Sánchez Sánchez, indígena chol de 45 años, maestro, militante del Partido Revolucionario Institucional (PRI) y diputado en el Parlamento de Chiapas desde 1995/ Informes de organizaciones pro derechos humanos como el Centro Fray Bartolomé de Las Casas de San Cristóbal o *Human Righth Watch* lo identifican como el jefe máximo de Paz y Justicia, el grupo paramilitar más importante del sureño estado mexicano que ha provocado, además, el éxodo de 5.000 indígenas, que este grupo prefiere calificar de 'autodesplazamiento'."



Fonte: OCHOA, 2011

4.2.1.1. Fontes de financiamento do Paz e Justiça

Como já mencionado, o Paz e Justiça era financiado por associações de proprietários de Salto de Agua, Palenque e Playas de Catazajá. Mas havia outras formas de financiamento do grupo. Uma delas era a cobrança de cotas, obrigatórias para toda a população priísta, que era obrigada a integrar o grupo. Como os que se recusavam a participar do PRI eram expulsos ou assassinados, o que gerou o deslocamento de milhares de pessoas, o despojo dessa população foi apropriado pelos paramilitares:

“CDHFBC: Então cada um era responsável por conseguir sua arma ou os líderes da organização lhes deram as armas ou eles lhes davam para comprar as armas, ou como as conseguiam?”

PyJ: Bem, o que compramos em Miguel Alemán, foi do gado dos deslocados, do gente do Mario (deslocado) que tinha gado, ou seja, as armas foram compradas por quem queria se proteger em suas casas, era necessário, se não tinha como comprar as armas, então para comprar as balas, sim, até demos uma contribuição de 100 pesos, em menos de três dias você tem que dar os 100 pesos e depois não tinha onde pegar (...).”

PyJ: (...) depois de (E)l Limar chegaram lá (a) Miguel Alemán para fazer troca por uma arma com um boi, uma vaca, sei lá, mas não eram da Paz e Justiça, eram simplesmente dos companheiros que foram deslocados naquela época de 1996.” (CDHFBC, 2004, p. 7, tradução nossa)

Em 1997, o grupo cria uma associação civil, denominada *Desarrollo, paz y justicia* (Desenvolvimento, paz e justiça), o que lhes permitiu conseguir financiamento direto do governo. Em 4 de julho de 1997, o grupo assinou um convênio de mais 4 milhões de pesos com o governo estadual, o qual contou com a assinatura do general Mario Renán Castillo Fernandez

como testemunha de honra.

“PyJ: Bem, Samuel Sánchez também era da SOCAMA, e fomos à reunião em Tuxtla, havia muitos delegados 121 (4 de julho de 1997), mas poucos falaram, e Mario Renán Castillo assinou o recurso de \$ 4.600.000 (pesos), que seriam em três parcelas, e esse recurso era em troca de voto.

Quem administrava o dinheiro era Raymundo (Sánchez Trujillo, deputado federal de 1997 a 2000), Samuel, Marcos (Albino Torres López, ex-militar), o dinheiro prometido pelo secretário de governo também estava presente, ele também assinou o acordo, eu dei para o Mario, onde todos assinaram, a testemunha de honra foi o Mario Renán Castillo Então tivemos que descer no dia seguinte para fazer uma reunião e saber quem ia votar.

Mas o dinheiro nunca chegou em nossas mãos porque os líderes de Paz e Justiça começaram a negociar; compraram cerca de 8 caminhões em cada município tanto em Sabanilla quanto em Tumbalá, em Tila, foi aí que começaram os problemas, Sabelino e Cristóbal (Álvaro Jiménez) começaram a perceber que Raymundo estava gastando o dinheiro, porque o dinheiro seria para projetos como agricultura, avicultura, pecuária e melhoramento do café, eles até nos prometeram que teríamos uma reunião com a SOCAMA para que eles pudessem nos ensinar como adubar o café, mas essa reunião nunca foi realizada, mas começaram os problemas, começaram os confrontos e Raymundo ficou sem gente.” (CDHFBC, 2004, p. 13, tradução nossa)

No dia 19 setembro de 2002, Carlos Torres López, ex-prefeito do PRI de Tila, foi preso pelas autoridades judiciais do estado por ter entregue dinheiro, gasolina, veículos e uma ampla rede de rádios de telecomunicações ao *Desarrollo, Paz y Justicia*, configurando um desvio de mais de 3 milhões de pesos, recursos que seriam para obras de infraestrutura e que nunca foram realizadas durante seu mandato (CDHFBC, 2004, p. 14; GUTIÉRREZ; MARTÍN, 18 set. 2002).

4.2.1.2. Organização do Paz e Justiça

De acordo com o depoimento de um subcomandante do *Paz e Justicia* ao CDHFBC EM 17 de julho de 2004, Marcos Albino Torres López, ex-militar e vereador de Tila, era o comandante-chefe da organização. Sabelino Torres Martínez, que também fora membro do exército e também era parlamentar no município, exercia o comando na comunidade de Miguel Alemán. O deputado federal Raymundo Sánchez Trujillo era o responsável pela aquisição de armas, ao passo que Samuel Sánchez Sánchez se responsabilizava pelos recursos externos. Diego Vázquez Pérez era comandante em El Limar (CDHFBC, 2004, p. 33).

Figura 18: Marcos Albino Torres López, comandante-chefe do Paz e Justicia



Fonte: MARISCAL, 2005

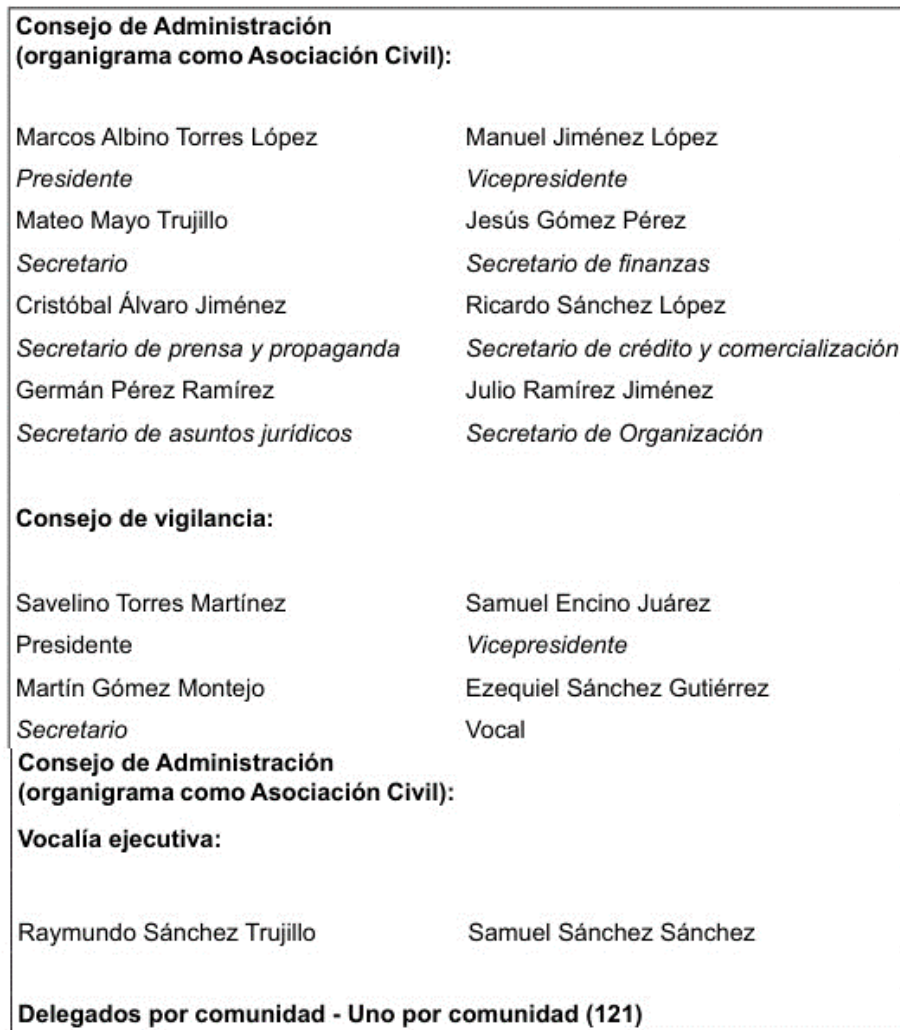
Não existe uma estimativa do número total de participantes do Paz e Justiça. De acordo com os documentos da organização enquanto associação civil, a *Desarrollo, Paz y Justicia* teve 14 pessoas nos cargos mais altos – dentre os quais, as lideranças já citadas – e pelos 121 delegados, isto é, os representantes das comunidades.

Figura 19: Organograma do Paz e Justiça como grupo paramilitar

Organigrama de Paz y Justicia como grupo paramilitar	
Marcos Albino Torres López - ex militar <i>Comandante en jefe en Tila</i>	Raymundo Sánchez Trujillo <i>Diputado federal 1997-2000</i> Adquisición de armas
Samuel Sánchez Sánchez <i>Diputado local 1995-1997</i> Responsable de recursos	Savelino Torres - ex militar <i>Comandante en Miguel Alemán</i>
Diego Vásquez <i>Comandante en el Limar</i>	

Fonte: CDHFBC 2004.

Figura 20: Organograma do Paz e Justiça como Associação Civil



Fonte: CDHFBC 2004.

4.2.1.3. Modus operandi do Paz e Justiça

O *Paz y Justicia* começou a disseminar pânico e terror no município de Tila por meio de emboscadas contra membros do PRD a partir de março de 1995, o que fez com que muitos militantes ou simpatizantes desse partido se isolassem em suas cidades e evitassem circular pelas estradas. Limitar a circulação de opositores era o objetivo dos paramilitares, que começaram a controlar as estradas e montanhas, cobrando pedágios e assediando a população. Além do *Paz y Justicia*, outro grupo paramilitar atuou na região Norte naquele período: *Los Chinchulines*, que atuaram no município de Chilón, “corredor” natural de comunicação entre a região e as Cañadas, essa última controlada pelos zapatistas. Por isso, esses dois grupos paramilitares do Norte chiapaneco atuavam em parceria, ambicionando controlar o território e isolar a oposição de outras regiões hegemônicas pelo PRD e o EZLN (CDHFBC, 1996, p.

108).

Além de assassinatos em emboscadas, controle de estradas e cobranças de pedágios e tributos, os grupos paramilitares de Chiapas tiveram uma atuação marcada por desaparecimentos forçados, despojos violentos, roubo de gado, ameaças, sequestros, estupros, torturas, execuções extrajudiciais, deslocamentos forçados, privação ilegal de liberdade, queima de casas e carros, patrulhamento armado e despojos em conjunto com as forças de segurança pública. Esses métodos caracterizaram a atuação de todas as agrupações paramilitares criadas no estado a partir de 1995¹⁹⁵ (GALINDO DE PABLO, 2016, p. 67)

O auge da violência contrainsurgente e paramilitares dos anos 90 foi o Massacre de Acteal, em 22 de dezembro de 1997. Acteal é um povoado perto do município de San Pedro Chenalhó, na região dos Altos, na qual é predominante a etnia maia *tzotzil*. A violência nessa região aumentou em 1996 com a criação do Município Autónomo Rebelde Zapatista de San Pedro Polhó, fato que aumentou a polarização nas comunidades indígenas, o que seria aproveitado pelo Estado em sua estratégia de contrainsurgência. Em Chenalhó, os homicídios, desaparecimentos, sequestros, despojos, ameaças, roubos e outras violências passaram a ser parte do cotidiano, e Acteal virou um acampamento de deslocados. Apesar do fato de esses conflitos produzirem vítimas tanto do PRI quanto do EZLN, a maioria dos deslocados eram do lado zapatista e da Organização Sociedade Civil *Las Abejas*, essa última fundada em 1992 para lutar contra a prisão de cinco indígenas *tzotziles* em Chenalhó. Apesar de suas demandas coincidirem com as do EZLN, *Las Abejas* sempre deixou clara sua postura pacifista desde o levante de 94.

No dia 22 de dezembro de 1997, cerca de 325 membros das *Abejas* – a maioria, deslocados pela violência – lotavam a capela de Acteal para uma vigília pela paz em Chenalhó. Em torno das onze da manhã, um grupo de mais de cem homens munidos com armas de fogo, facas e facões rodearam a capela e atacaram as pessoas que participavam da oração. A matança fez 45 vítimas fatais, a maioria, mulheres e crianças, além de 26 feridos. O ataque durou várias horas, e há relatos de que os perpetradores teriam violado cadáveres e esfaqueado mulheres grávidas na região do ventre. Apesar da presença de policiais aquartelados a 200 metros de Acteal e de denúncias sobre ruídos de disparos na região, a segurança pública só chegou quando a matança já havia terminado. Além da omissão, houve depoimentos de que as forças de segurança ajudaram os assassinos a fugir (CDHFBC, 2007, p. 23).

Figura 21: Missa de corpo presente das vítimas de Acteal

¹⁹⁵ Ao menos 15 grupos paramilitares operaram em Chiapas a



Fonte: HENRÍQUEZ, 2012

Mas quem foram os autores do massacre? Numerosos testemunhos afirmaram que os perpetradores estavam vestidos de negro ou azul, como os uniformes da polícia de Segurança Pública, e que todos usavam um lenço vermelho amarrado na cabeça ou no braço. Apesar da vestimenta, os assassinos foram identificados pelas testemunhas como paramilitares ligados ao PRI, de um grupo conhecido como *Máscara Roja* (“Máscara Vermelha”). Nos dias posteriores à matança, que provocou comoção nacional e internacional, o Presidente Municipal de Chenalhó, Jacinto Arias Cruz, foi preso após confessar ter fornecido armas e instruções aos autores do massacre. Além do ex-presidente, dezenas de servidores públicos de baixo nível – a maioria, policiais – e indígenas de Chenalhó foram processados por homicídio, omissão e porte de armas de uso exclusivo das forças armadas. O massacre justificou uma militarização ainda maior da região e inibiu as atividades paramilitares, embora essas não tenham terminado definitivamente. (CDHFBC, 2007, p. 24).

As semelhanças da violência “civil” perpetrada em Chiapas com as técnicas da contrainsurgência estão longe de ser mera coincidência, a despeito dos esforços do Estado em atribuir esses conflitos a uma “guerra entre indígenas” ou em limitar seu caráter a uma dinâmica puramente local. Além da gritante cumplicidade e proximidade de autoridades municipais, militares e policiais com os priístas, os nexos que mostram se tratar de uma política de Estado estavam nos métodos e efeitos dos atos violentos, que foram controlar e isolar as comunidades dos zapatistas através do terror e deslocar suas bases de apoio. Em 2020, o governo federal realizou um ato de reconhecimento de responsabilidade do Estado pelo massacre de Acteal, bem como sua obrigação de reparar as vítimas e gerar condições para a reconciliação e a paz em Chiapas.

Além do *Paz y Justicia*, *Los Chinchulines* e *Máscara Roja*, outros grupos paramilitares surgiram em Chiapas durante a década de 90, como o *Movimiento Indígena Revolucionario Antizapatista* (MIRA), que surge no município de Oxchuc, na região dos Altos, e teve nexos com o deputado federal priísta Norberto Sántiz López; a *Alianza San Bartolomé de los Llanos*, em Venustiano Carranza, que atacava a Organização Campesina Emiliano Zapata (OCEZ); *Los Quintos*, também em Venustiano Carranza; *Los Puñales*, em Tila e Salto de Água; a *Organización Campesina Obrero Popular del Estado de Chiapas* (OCOPECH), considerada o grupo de choque do Partido del Trabajo, que atacou as bases de apoio zapatistas em Simojovel, Huitiupán, El Bosque e no município autônomo San Juan de la Libertad; *Los Plátanos*, que consistiam em um grupo de 80 jovens priístas treinados pelo exército federal e vinculados aos políticos Alonso López Gómez y Norberto Sántiz López; *Frente Civil*, cujo propósito era atacar o município autônomo Terra e Liberdade; *Organización Clandestina Revolucionaria*, que mirava nos militantes do PRD; *Fuerzas Armadas del Pueblo*, em Venustiano Carranza; *Tomás Munzer*, que atuou na Selva Lacandona e na região Norte; dentre outros (ARELLANO, 1998; RODRIGUEZ HERRERA, 2004; LAGOS VELASCO, 2012).

4.2.1.4. O fenômeno paramilitar em Chiapas após a década de 90

No começo dos anos 2000, acontecem as prisões de lideranças paramilitares. O *Paz y Justicia* começa a ter vários membros presos a partir de 2002: em fevereiro, Diego Vásquez Pérez é capturado; em setembro, uma operação da polícia estadual prende 27 membros da organização, dentre eles, Sabelino Torres Martínez e Carlos Torres López. Em 2005, Samuel Sánchez Sánchez e Marcos Albino Torres López também são presos.

A comoção gerada pela matança em Acteal impõe à estratégia do paramilitarismo uma transformação. As operações paramilitares deixam de ter um papel protagonista e começa uma etapa na qual a utilização de políticas públicas e os programas sociais de forma discricionária e condicionada torna-se central, buscando aumentar as divisões dentro das comunidades. Dessa forma, o maior objetivo desses programas oficiais é:

[...] anular a construção de alternativas civis, garantindo a continuidade da pobreza, buscando maquiar os padrões de desenvolvimento no marco do discurso de respeito e garantia dos direitos humanos, tentando também invisibilizar as condições sofridas por milhões de vítimas das políticas governamentais. Seu objetivo não é atacar ou resolver as causas profundas, mas persistir em políticas populistas de fracasso estrutural, mas que servem para uso político eleitoral, de manipulação e controle social. (CDHFBC, 2015, p. 4, tradução nossa¹⁹⁶).

¹⁹⁶ No original: “Así, el objetivo más importante de los programas de dependencia oficial, es anular la

Outra estratégia adotada na estratégia contrainsurgente foi a criação de associações civis, o que lhes permitiu obter recursos do governo para obter financiamento e continuar os ataques armados, agora de forma mais seletiva e precisa. Além da *Desarrollo, Paz y Justicia*, houve a criação da Organização Popular para a Defesa dos Direitos Indígenas e Campesinos (OPDDIC), que se apropriava dos lemas dos zapatistas para disputar suas bases de apoio, mas que, além de seus nexos com políticos do PRI, teve uma atuação marcada por práticas violentas, como a apropriação de terras ganhas pelo EZLN (HIDALGO, 2006¹⁹⁷ apud GALINDO DE PABLO, 2016).

Há pouco mais de duas décadas, atores armados ligados à economia criminosa passam por um crescimento em Chiapas, frequentemente contado com a permissividade e colaboração dos atores estatais. Ainda conforme Hidalgo (apud GALINDO DE PABLO, 2016), a retirada tática de 43 posições militares fixas da zona de conflito no início da década de 2000 teve a intenção de permitir com que esses grupos delinquentes atentassem contra os territórios zapatistas, por meio de semeadura de droga, introdução de carros roubados, cortes clandestinos de madeira e tráfico de migrantes, além de acentuarem os conflitos intercomunitários por terra e recursos, como água.

De acordo com o último informe do CDHFBC sobre a situação dos direitos humanos em Chiapas, os atores que fazem uso da violência armada atualmente são: sucessores do paramilitarismo, isto é, grupos armados grupos armados cujos membros ou líderes faziam parte do paramilitarismo dos anos noventa, ou que são sucessores de dinastias políticas, replicando as estratégias armadas aprendidas com o Exército; organizações corporativistas, as quais, apesar de organizarem camponeses e indígenas, mantém relações clientelistas com políticos em troca de benefícios; grupos de autodefesa, que se organizam espontaneamente contra delinquência organizada; grupos criminosos e seus braços armados, muitos dos quais utilizam equipamentos e estruturas semelhantes a de militares; exércitos populares, que possuem propósito revolucionário e organização e estrutura militares; comunidades e *pueblos* que recorrem à violência armada nos conflitos locais, especialmente conflitos pela posse de terra (CDHFBC,

construcción de alternativas civiles, garantizando la continuidad de la pobreza, buscando maquillar los estándares de desarrollo en el marco del discurso de respeto y garantía de los derechos humanos, tratando también de invisibilizar las condiciones que padecen millones de víctimas de las políticas gubernamentales. Su objetivo no es atender ni resolver las causas de fondo, sino persistir en las políticas populistas de fracaso estructural, pero que sirven para la utilización política electoral, de manipulación y control social.”

¹⁹⁷ HIDALGO, O. *Tras los pasos de una guerra inconclusa (doce años de militarización en Chiapas)*. CIEPAC, San Cristóbal de las Casas, 2006.

2023, p. 113-114).

Entre 2010 e 2022, ao menos 16.755 pessoas foram deslocadas pela violência em Chiapas. Esse processo favorece rupturas no tecido social, dificultando a resistência das comunidades ao avanço do capital nacional e transnacional, cujos interesses voltam-se, cada vez mais, para territórios ricos em biodiversidade e recursos naturais.

De acordo com o informe do CDHFBC,

[...] ao promover a formação de grupos paramilitares em Chiapas durante a década de 1990, o Estado mexicano semeou a imagem do uso de armas como um instrumento útil para a imposição de projetos de infraestrutura e turismo que reconfiguram, política e economicamente, os territórios. Assim, a responsabilidade do Estado começa com essa promoção e depois transformar-se na continuidade e reprodução da violência armada por velhos e novos atores sob o manto da impunidade. (CDHFBC, 2023, p. 119, tradução nossa¹⁹⁸)

A contrainsurgência continua e ganha outros métodos e novos atores, mas o propósito ainda é o silenciamento das resistências e oposições à acumulação de capital.

4.3. PARAMILITARISMO NA COLÔMBIA E NO MÉXICO: UMA COMPARAÇÃO

Os fenômenos paramilitares na Colômbia e no México a partir da década de 1990 coincidem em alguns pontos, mas possuem importantes diferenças. A primeira discrepância que salta aos olhos do pesquisador é sobre a disponibilidade de fontes primárias e de bibliografia especializada em ambos os países: se, na Colômbia, o debate sobre o fenômeno paramilitar já começa nos anos 80 e tem gerado uma infinidade de estudos, análises e documentos, no México esse tema foi bem menos analisado pela academia e pela sociedade. Esse fato tem a ver, é claro, com a magnitude do fenômeno paramilitar colombiano, o qual, alimentado pela economia da droga, teve uma expansão por quase todo o território do país. No México, o paramilitarismo nos anos 1990 foi muito mais restrito, limitado a uma região já marcada pelo isolamento.

Como visto, na Colômbia os nexos do paramilitarismo com o narcotráfico são fundamentais e não foram limitados à atuação desses grupos como braços armados dos cartéis, mas incluiu sua participação na distribuição e transporte da droga, convertendo muitas lideranças paramilitares em *capos* narcotraficantes. Além desse riquíssimo aporte, os exércitos paramilitares colombianos chegaram a ser financiados por grupos econômicos de relevância

¹⁹⁸ No original: “[...] al promover la formación de grupos paramilitares en Chiapas durante la década de los noventa, el Estado mexicano sembró la imagen del uso de las armas como un instrumento útil para la imposición de proyectos de infraestructura y turísticos que reconfiguran, política y económicamente, los territorios. Así, la responsabilidad estatal comienza con esta promoción para después devenir en la continuidad y reproducción de la violencia armada por antiguos y nuevos actores bajo un manto de impunidad.”

nacional e internacional, como empresas multinacionais. Esse fato explica sua expansão e estrutura. No México, o aporte dos grupos paramilitares de Chiapas foi muito mais modesto, pois não teve a fonte da economia do narcotráfico e foi financiado por atores econômicos de importância mais restrita, isto é, as elites pecuaristas e terratenentes chiapanecas. Nesse sentido, foi necessária e importante a contribuição do Estado e do PRI para o financiamento desses grupos.

No caso colombiano, a centralidade da economia do narcotráfico possibilitou com que as autodefesas adquirissem mais “independência” do aparato estatal, colocando em dúvida o próprio caráter “paramilitar” desses grupos, o que procurou ser reforçada pelas AUC e pelo governo, o qual procurava mostrar esses grupos ora como atores políticos independentes, ora como grupos delinquentes sem vínculo com o Estado. No entanto, como visto, essa autonomia possibilitada pelos lucros com a droga e outras atividades delitivas não tira o caráter paramilitar e contrainsurgente das AUC, que tiveram suporte material e ideológico do Estado desde o princípio. Os grupos paramilitares chiapanecos, por sua vez, tiveram uma dependência material mais acentuada com o aparato estatal, tendo criado organizações sociais de fachada para obter financiamento público e conseguir financiar sua guerra contrainsurgente.

Se, no caso das ACCU/ AUC, pode-se falar em verdadeiros exércitos paramilitares, com estruturas mais complexas e hierarquizadas, aos moldes de exércitos convencionais, no caso dos grupos de Chiapas a organização era mais simples, caracterizada por grupos guardiães ou milícias de autodefesa, com atuação local, mas controlada por forças armadas e polícias. Apesar de serem móveis como os exércitos paramilitares, os grupos de Chiapas expandiram-se apenas entre os municípios do Estado e, quase sempre, de uma mesma região, com o intuito de isolar determinados territórios do EZLN. No caso colombiano, a expansão territorial foi muito mais significativa e esteve ligada não só ao combate à insurgência, mas também ao controle das rotas do narcotráfico.

Outro fator distintivo é a questão propagandística. Em seu afã de serem reconhecidas como atores políticos no conflito colombiano, as AUC produziram uma série de materiais de propaganda contrainsurgente, como portais de internet, livros, vídeos, entrevistas e folhetos impressos. Não há informação a esse respeito sobre os grupos paramilitares de Chiapas. Na disputa de corações e mentes da guerra psicológica, a propaganda e a contrapropaganda são armas fundamentais para a insurgência e a contrainsurgência. A batalha midiática foi fundamental para o EZLN, tanto para neutralizar a contrainformação do governo e da mídia, quanto para proteger a insurgência e suas bases de apoio das ofensivas e abusos de direitos

humanos, pois as denúncias serviam para mobilizar a opinião pública e pressionar o Estado mexicano a buscar uma solução pacífica e política para o conflito. No entanto, no caso de Chiapas, os atores paramilitares não tiveram relevância na batalha midiática, que foi protagonizada pelo governo, grandes grupos de mídia e os zapatistas.

Porém, uma tática que foi reproduzida tanto pelos grupos colombianos quanto mexicanos foi a mimese com a guerrilha, que consiste na imitação de discursos, palavras de ordem e estruturas insurgentes com o intuito de confundir e disputar a população. Na Colômbia, isso foi muito evidente na construção da imagem das autodefesas como atores políticos, imitando as guerrilhas ao atribuírem aos seus blocos nomes de figuras históricas colombianas e na reprodução de discursos como a “busca pela paz” e “respeito aos direitos humanos”, imitando a esquerda no geral. Em Chiapas, apesar da escassez de informações, os grupos paramilitares tinham nomes úteis na disputa das comunidades indígenas, utilizando palavras como “revolucionário”, “vermelho”, “popular”, “clandestino”, “paz e justiça”, o que indica que a mesma técnica foi utilizada pela contrainsurgência mexicana. A confusão gerada por grupos que reproduziam discursos emancipatórios, mas que perpetravam atos violentos e deslocavam comunidades inteiras¹⁹⁹ tinha o efeito de gerar despolitização e apatia nas bases sociais, como era esperado pela estratégia de contrainsurgência (ZELIK, 2015, p. 116).

Como dissemos, um engano causado pelas cisões entre sociedade/ Estado e política/ economia, é pensar nos atores paramilitares do pós-Guerra Fria apenas em seu sentido econômico e desprovidos de interesses políticos, compreendendo a política apenas em seu sentido institucional. Isso é especialmente observável no caso colombiano, onde a economia do crime produziu a imagem de autodefesas independentes do Estado e esvaziadas em seus objetivos políticos.

O uso de grupos paramilitares é benéfico para mascarar responsabilidades, especialmente do aparato estatal. Por isso, o Estado quase nunca admite seu envolvimento com esses grupos, negando seu caráter “paramilitar”. Na Colômbia, quando as evidências do caráter narcotraficante e desorganizado das AUC ficaram evidentes e já não se podia mais falar nas autodefesas como o ator à direita no conflito colombiano, separado do Estado, tentou-se reduzi-las a apenas grupos de mercenários do narcotráfico. Por isso, a noção de mercenarismo contrainsurgente permite uma melhor compreensão do que foram as AUC, expressando a complexidade do fenômeno.

¹⁹⁹ Carlos Fazio (1996) descreve um grupo de paramilitares no município de Sabanilla que se passaram por zapatistas, utilizando balaclavas, e assassinaram três pessoas em uma emboscada.

No caso de Chiapas, o Estado mexicano também procurou negar o caráter paramilitar dos grupos de civis armados, tentando convencer a opinião pública de que se tratavam de organizações espontâneas e com causas legítimas no conflito. No entanto, as relações desses grupos com políticos e as forças de segurança e seu teor fortemente partidário obrigou o Estado a reconhecer sua responsabilidade em certos momentos, como foi o caso do massacre de Acteal. As disparidades entre os dois casos não fazem com que esses deixem de ser considerados como manifestações de um mesmo fenômeno, o paramilitarismo. Como vimos, o fenômeno paramilitar possui diversas formas, que incluem desde esquadrões da morte até grandes exércitos. O que aproxima esses casos é o seu caráter fundado na contrainsurgência, que determina e aproxima suas ações táticas e estratégicas. Esse caráter é comprovado pelos modos de atuar desses grupos e pela documentação disponível, a qual demonstra que o uso de civis na luta contrainsurgente constituiu uma política de ambos os Estados latino-americanos.

A despeito das diferenças dimensionais, tanto os paramilitares colombianos quanto mexicanos tiveram modos de atuar semelhantes. O terror exercido pelos massacres, assassinatos seletivos, desaparecimentos, torturas, estupros e ameaças tinham o propósito de exterminar e expulsar os opositores e disciplinar a população remanescente. Além disso, em ambos os casos ficou claro que o despojo gerado pela violência foi apropriado pelos paramilitares, militares e grupos econômicos que os financiavam, possibilitando a acumulação de capital. Após a pacificação do território com a eliminação da insurgência e silenciamento da oposição, outras ações ganham ênfase na conquista de legitimidade e apoio da população, como distribuição de alimentos e água potável e construção de obras de infraestrutura como estradas e escolas. Esse *modus operandi* possibilitou o enfraquecimento das insurgências e o aumento dos territórios em mãos paramilitares e militares. As ações do paramilitarismo no recrudescimento do conflito armado servem para legitimar a militarização dos territórios, tendências historicamente observadas em ambos os países.

Tanto na Colômbia quanto no México constituíram um fato, suficientemente comprovado, o uso de uniformes, armamentos, bases e meios de transporte das forças armadas por paramilitares e o apoio do aparato de segurança estatal nas ações desses grupos clandestinos. Exemplos disso foram as evidências e testemunhas dos massacres de Mapiripán (Colômbia) e Acteal (México), que apontaram para a cumplicidade e auxílio dos militares e do uso de material do Estado pelas AUC e o *Máscara Roja*, respectivamente. Além disso, o que caracterizou ambos acontecimentos foi a omissão e demora do poder público em investigar os fatos e reparar as vítimas.

Uma característica em comum das experiências paramilitares colombiana e mexicana é a impunidade. Se, na Colômbia, o Acordo de Santa Fé de Ralito representou o fracasso do Estado em buscar memória e justiça para as vítimas e em impedir a reestruturação dos grupos paramilitares, no México o mesmo pode ser dito a respeito da Lei de Anistia para o Desarmamento de Grupos Civis em Chiapas, que tinha o objetivo de dissipar responsabilidades e garantir a impunidade, pois não foram julgadas as diferenças entre os grupos civis armados, colocando todos como autônomos e defensores de causas legítimas. Na verdade, essa lei foi uma anistia para os grupos paramilitares (GALINDO DE PABLO, 2016, p. 78).

Em relação à legitimação do uso da violência por entes privados, ambos os países tiveram, no início da década de 1990, processos de legalização de grupos armados para fins de segurança que permitiram a reorganização dos grupos paramilitares. No caso colombiano, a criação das Cooperativas de Vigilância Privada (Convivir) permitiu o funcionamento dos grupos paramilitares na legalidade; no caso mexicano, as Uniões de Defesa Cidadã, criadas no governo de Patrocínio González Garrido, permitiu a reorganização das guardas brancas. Ao seguirem as tendências de privatização da violência, Colômbia e México permitiram a terceirização da repressão e da violência contrainsurgente para grupos clandestinos.

Um fator que aproxima Colômbia e México foram as transformações de suas políticas de segurança nas últimas décadas, influenciadas pelos Estados Unidos. Se, na Colômbia, essas relações já eram de longa data, tendo sido o único país latino-americano a ter enviado suas tropas para a Guerra da Coreia, como já mencionado, no México essas relações nem sempre foram de alinhamento claro devido ao nacionalismo dos governos pós-revolucionários. No entanto, como demonstrado, o México não foi imune à Guerra Fria e o treinamento e apoio estadunidense foi importante no combate ao “inimigo interno” pelas forças de segurança mexicanas, mesmo que isso não tenha sido explícito. A partir da moratória da dívida mexicana e do aprofundamento das relações com o vizinho do Norte, o México vê suas políticas de segurança serem, cada vez mais, transformadas pelos acordos e convênios com os Estados Unidos, como a Colômbia já havia feito, fato justificado pelo crescimento mexicano no narcotráfico internacional.

Nesse sentido, o aumento de acordos com os Estados Unidos na área de segurança aproxima os dois países. Um exemplo é a comparação entre o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida, essa última o tratado de cooperação antidrogas assinado entre Estados Unidos, México e países da América Central em 2007. Assim como o Plano Colômbia, a Iniciativa Mérida consistiu em um opulento pacote estadunidense para a área de segurança: 1,4 bilhões de dólares.

Os dois acordos coincidem também na ênfase dada ao aparelhamento e adestramento das forças de segurança dos países auxiliados pelos Estados Unidos. No entanto, no caso mexicano, não há previsão de presença de tropas estadunidenses em seu território, como ocorreu no Plano Colômbia (BORBA, 2009).

Mais uma questão que aproxima a situação mexicana com a colombiana e que influi no tema do papel das forças armadas é o enfraquecimento do poder central, o qual, no México, foi reflexo da crise do PRI mas que, na Colômbia, constitui uma tendência histórica. Esse fato, junto à ascensão dos cartéis narcotraficantes mexicanos e de novos caciques locais, tende a fortalecer os poderes regionais. Em um cenário em que o governo central perde a capacidade coesiva do poder, a tutela e a gestão militar aparecem como única saída para manter união do país, isto é, justifica-se a militarização. A corporação militar é fortalecida não só nacionalmente como também localmente, pois possui elos com poderes – lícitos e ilícitos – nos níveis locais e regionais, tecendo relações e compromissos em todos os níveis do Estado (CECEÑA et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desse trabalho foi analisar e comparar como a contrainsurgência e a estratégia paramilitar se desenrolaram na Colômbia e no México no início da ascensão do neoliberalismo. Procuramos compreender como esses fenômenos coincidiram em estados com processos históricos tão diferentes. De um lado, a Colômbia, um país no qual a violência impediu revoluções e governos populistas que atendessem, minimamente, às demandas dos “de baixo”, como ocorreu em outros países da América Latina. De outro, o México, que carrega todas as contradições de uma revolução social precoce, mas inconclusa, na qual as concessões aos trabalhadores e mecanismos corporativistas e clientelistas conseguiram garantir uma estabilidade social por décadas, mas que entra em crise à medida que o aparato estatal recrudescer seu caráter repressivo e já não consegue manter seus compromissos sociais.

Ambos os países tiveram uma escalada repressiva no período da Guerra Fria e foram influenciados pelos Estados Unidos no combate aos seus “inimigos” internos. Mesmo não tendo regimes militares, Colômbia e México tiveram operações de guerra suja contra grupos guerrilheiros e setores de oposição política. Da mesma forma, ambos os países passaram por um processo de militarização, justificada pelo combate à insurgência e ao narcotráfico, na qual a participação estadunidense foi primordial. A hipertrofia do setor militar seria associada à organização de civis em armas nas tarefas de contrainsurgência, que teria o objetivo de aterrorizar e dividir as comunidades e bases de apoio, silenciando resistências e abrindo caminhos para a expropriação fundiária e o acúmulo de capital.

Em um contexto no qual as populações camponesas e originárias entram na mira de grandes interesses econômicos por habitarem territórios cada vez mais estratégicos, como o são Córdoba e Chiapas, a violência é utilizada por diversos atores, rompendo e mesclando as barreiras da legalidade/ilegalidade, mas que possui o objetivo e o efeito de destruir oposições que dificultem a efetivação de seus interesses. Ainda que o Estado tenha, em seu interior, disputas e relações contraditórias, a seletividade estratégica permite a priorização dos interesses do bloco de poder contrainsurgente.

O paramilitarismo, que havia sido um importante aliado na defesa da segurança nacional contra o inimigo comunista, continua e se reinventa, adquirindo uma atuação mais complexa e refinada tanto militarmente quanto retoricamente, pois as batalhas envolvem não só balas e coturnos, mas também palavras e imagens. A estratégia paramilitar é útil para encobrir

responsabilidades e dissimular os objetivos e interesses, gerando dúvida e confusão sobre o teor do conflito, o qual ganha a simplificadora caracterização de “guerra civil”. Por isso, é importante historicizar e situar o fenômeno paramilitar como fruto da contrainsurgência, uma estratégia do Estado capitalista.

A despeito do fim da Guerra Fria, a contrainsurgência está longe de ter se tornado um assunto do passado. Pelo contrário, ela gerou acúmulos e experiências para as políticas securitárias atuais, nas quais o campo de batalha e os objetivos já não são outros estados, mas a própria população. O *know-how* suscitado pelas experiências na Argélia e na Indochina e pelas guerras sujas contra as insurgências de esquerda foi e é utilizado no combate ao narcotráfico e ao terrorismo, onde as principais vítimas são, quase sempre, os elos mais frágeis e pobres. Nesse sentido, a contrainsurgência e o paramilitarismo representam um aprimoramento da dominação e exploração na América Latina e Caribe, pois aprofundam e complexificam processos de gestão violenta da população e de militarização da vida. Cotidianamente, observa-se não só a continuidade como a generalização de técnicas e procedimentos que foram utilizados nas ditaduras civis-militares e nas guerras sujas contra as insurgências do século passado, como torturas, toques de recolher, desaparecimentos e chacinas.

No contexto de ofensiva neoliberal, em que o capital se expande para outros territórios da terra e da vida social, o uso da violência provoca o choque que ajuda a forjar o “consenso”. O capitalismo do desastre impõe a nova ordem nas tragédias diárias: inflação, desemprego, cortes de gastos públicos, uberização, informalidade e, cada vez mais, catástrofes do aquecimento global, que engordam as desalentadas massas de deslocados e imigrantes. Essa situação expressa o velho provérbio brasileiro: “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”. Os que “optam” ou são forçados a migrar ficam expostos à violência de grupos criminosos e de autoridades estatais das fronteiras. Os que ficam precisam lidar com o assédio constante de atores que incluem desde policiais e soldados até narcotraficantes e paramilitares.

Uma estratégia de defesa adotada pelas comunidades assediadas pela violência contrainsurgente tem sido a denúncia, tanto na mídia – mobilizando a opinião pública e as forças populares para frear a violência e pressionar as autoridades estatais – como em organizações internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). No âmbito nacional, organizações e movimentos sociais há anos reúnem esforços na busca por verdade, memória e justiça, a exemplo do próprio Centro de Direitos Humanos Fray Bartolomé de las Casas, no México, e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz (INDEPAZ), na Colômbia. Nessas amplas redes de luta e solidariedade tece-se a resistência à violência, à

expropriação e ao autoritarismo.

REFERÊNCIAS

AGUILAR CAMIN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989**. São Paulo: Edusp, 2000.

ANDREO, Igor Luis. **Teologia da Libertação e Cultura Política Maia Chiapaneca: o Congresso Indígena de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional**. São Paulo: Alameda, 2013.

ARAÚJO, Angela M. Carneiro; TAPIA, Jorge Ruben Biton. Estado, Classes e Estratégias: notas sobre um debate. **Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v.1, n.1, p. 7-54, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/issue/view/689/showToc>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ARANGO, J. V.; MORENO, G. R. **Libro negro de la represión 1958-1980**. Bogotá: Fundación para la investigación y la cultura, 1980.

ARELLANO, José. Estrategias y guerra de baja intensidad. Los grupos paramilitares en Chiapas". **RECERCA, Revista de Pensament i anàlisi**. an, 1998-Vol.XXV, n. 10 Universitat Jaume I, Castelló (Espanha), p. 77-101,1998.

BERMÚDEZ, Lilia. **Guerra de baja intensidad: Reagan contra Centroamérica**. 2 ed. México: Ed. Siglo XXI, 1989.

BLOCH, M. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: _____. História e Historiadores. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119 - 150.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **México profundo: uma civilização negada**. Tradução de Rebecca Lemos Igreja. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

BORBA, Pedro. 'Colombianização' do México?: Economia Política da Droga e Cooperação Securitária Inter-Estatal. **Fronteira**, PUC-MG, v. 8, p. 65-90, 2009.

BUITRAGO ROA, L. M.; SUÁREZ GUTIÉRREZ, M. E. Historia de la interacción político-militar entre guerrillas colombianas, 1964-2015. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 199-225, 2017. DOI: 10.15446/achsc.v44n2.64021. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/64021>. Acesso em: 18 jun. 2020.

CANO, Ignacio. Policía, paramilitares y escuadrones de la muerte en América Latina. In: BODEMER, K.; KURTENBACH, S.; MESCHKAT, K. (Org.). **Violencia y regulación de conflictos en América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 200. p. 219-235.

CARDONA CHAVES, Juan. Tres hipótesis acerca del fenómeno paramilitar en Colombia. **Pensamiento Jurídico**, n. 40, jul-dez., Bogotá, p. 159-188, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/66848/48904-238881-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CASTAÑEDA, Jorge G. **La Utopía Desarmada**. Editorial Joaquín Mortiz, México, 1993.

CECEÑA, A. E.; BARRIOS, D.; HIDALGO LUNA, A.; RAMÍREZ, S.; ROMERO, Y.; FRANCO, A.; BACHELOT, B.; LÓPEZ, M.; GARDUÑO, A. D. **Militarización del Sureste mexicano**. Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2021. Disponível em: <<https://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/geopolitica.iiec.unam.mx/files/2021-09/Militarizacio%CC%81n%20del%20Sureste%20de%20Me%CC%81xico.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CISNEROS, Leandro Marcelo. A guerra de baixa intensidade contra as comunidades zapatistas de Chiapas-México. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 58 - 84, 2016.

COMBLIN, Pe. Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREA SENIOR, Eduardo. Estado paramilitar, una espada de Damocles sobre los derechos humanos/ La política contra el narcotráfico. In: GONZÁLEZ RUIZ, Jorge Henríque (Ed). **Balance de los derechos humanos en el "sexenio del cambio"**. Universidad de la Ciudad de México, 2009. Disponível em: <<http://ru.juridicas.unam.mx/xmlui/handle/123456789/34308>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

COSÍO VILLEGAS, D. **Historia general de México**. México: El Colegio de México, 1998.

CRUZ RODRÍGUEZ, Edwin. Los estudios sobre el paramilitarismo en Colombia. **Análisis Político**, Bogotá, v. 20, n. 60, p. 117-134, 2007. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/46000/47548>>. Acesso em 15 mai. 2020.

CUBILLOS GARCÍA, Adriana. **Importancia Geoestratégica de Chiapas a partir del proceso de reestructuración capitalista**. 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, México D.F., 2008.

CUESTAS, D; DE VREESSE, S. **Economía mexicana 1854-1900**. Portal Académico del CCH, UNAM, 2013. Disponível em: <<https://portalacademico.cch.unam.mx/alumno/historiademexico1/unidad5/economiaMexicana1854-1900>>. Acesso em: 10. Jun. 2023.

DESSOTTI, F. R.; SANTOS, F. L. B.; FRANZONI, M. **México e os desafios do progressismo tardio**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. v. 1. 256p.

ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo. **Acumulación capitalista, dominación de clase y rebelión armada**: Elementos para una interpretación histórica del conflicto social y armado. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, 2015.

FALCÓN, Romana. **México descalzo**. Estrategias de sobrevivencia a la modernización liberal. México D.F., Plaza y Janés, 2002.

FAZIO, Carlos. **El tercer vínculo** – de la teoría del caos a la teoría de la militarización. México, D.F., Joaquín Mortiz, 1996.

FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, P. El EZLN y la GBI en Chiapas: derechos indígenas contra corporaciones transnacionales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Vol. XLVI, núm.189, pp.213-262, 2003. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42118910>. Acesso em: 7 jul. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2009.

FRANCO RESTREPO, Vilma Liliana. **Orden contrainsurgente y dominación**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Instituto Popular de Capacitación, 2009.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, 16, p. 3-16, 1989. Disponible em: < <http://www.wesjones.com/eoh.htm>>. Acesso em: 10 out. 2022.

GALINDO DE PABLO, Adrián. **El paramilitarismo como política de Estado en México**. 189 f. Tesis de Maestría. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2016. Disponible em: < https://repositorio.unam.mx/contenidos/el-paramilitarismo-como-politica-de-estado-en-mexico-73196?c=pzYvv0&d=false&q=*&i=1&v=1&t=search_0&as=0>. Acesso em: 21 fev. 2022.

GALAT, J. C.; ÁLVAREZ, O. C. Del fascismo al neofascismo: Colombia y la experiencia laureanista (1930-1953). **Universitas Humanistica**, Bogotá, v. 14, n. 24 Pontificia Universidad Javeriana, p. 107-126, dez.1985. Disponible em: < <http://revistas.colojaveriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/10237/8394>>. Acesso em: 20 set. 2020.

GARCÍA DE LEÓN, Antonio. **Fronteras Interiores** - Chiapas: una modernidad particular. México: Oceano, 2002.

GILLY, Adolfo. **La Revolución Interrumpida**: México, 1910-1920 : una guerra campesina por la tierra y el poder. México, Ed. El Caballito, 1971.

GONZÁLEZ ESPONDA, J. ; PÓLITO BARRIOS, E. Notas para comprender el origen de la

rebelión zapatista. **Revista Chiapas**, Era, México, 1995.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HERRERA, Ivan Rodriguez. **La contrainsurgencia, una política pública: el caso del Ejército Zapatista de Liberación Nacional**. 2004. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Políticas)–Facultad de Ciencias Politicas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, México D.F., 2004.

HENDERSON, James David. **La modernización en Colombia**. Los tiempos de Laureano Gómez (1889-1965). Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2006.

_____. **Víctima de la globalización**. La historia de cómo el narcotráfico destruyó la paz en Colombia. Bogotá: Editora Siglo del Hombre, 2012.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. **Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do exército zapatista de libertação nacional**. 2007. 247 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/88801>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

HYLTON, Forrest. **A revolução colombiana**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

KALMANOVITZ, Salomón. **Nueva historia económica de Colombia**. Bogotá: Universidad Jorge Tadeo Lozano – Taurus, 2010.

KALYVAS, S.; ARJONA, A. M. Paramilitarismo: una perspectiva teórica. In: RANGEL, A. **El poder paramilitar**. Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia- Planeta, 2005. p. 25-45.

KATZ, F. Las rebeliones rurales a partir de 1810. In: KATZ, F. (Org.). **Revuelta, rebelión y revolución**. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX. México, Era, 1990.

KLEIN, Naomi. **La Doctrina del Shock: el auge del capitalismo del desastre**. Epublibre, 2021. Disponível em: <https://www.solidaridadobrero.org/ateneo_nacho/libros/Naomi%20Klein%20-%20La%20doctrina%20del%20shock.pdf> Acesso em: 21 jun. 2023.

KREIBOHM, Patrícia. A doutrina da guerra de baixa intensidade: a formulação de uma nova categoria de conflitos. **Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares**, n. 17, 11, 2008.

LAGOS VELASCO, Ramses. **Contrainsurgencia en América del Norte: influjo de Estados**

Unidos en la guerra contra el EZLN y el EPR, 1994-2012. 2012. 172 f. Tesis de Licenciatura –Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unam.mx/contenidos/193247>>. Acesso em: 22 mai. 2022.

LIGUORI, Guido.; VOZA, Pasquale. (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Contrainsurgencia y paramilitarismo en Chiapas en el gobierno de Vicente Fox. **Revista Chiapas**, n. 15, 2003. Disponível em: <<https://chiapas.iiec.unam.mx/No15-PDF/ch15lopez.pdf>>. Acesso em 13 out. 2021.

_____. Paramilitarismo y contrainsurgencia en México, una historia necesaria. **Revista En el volcán**, 2013. Disponível em: <<https://docplayer.es/18509939-Paramilitarismo-y-contrainsurgencia-en-mexico-una-historia-necesaria.html>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LÓPEZ DE LA TORRE, Carlos Fernando. Miguel Nazar Haro y la guerra sucia en México. **Revista Grafia** - Cuaderno de trabajo de los profesores de la Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Autónoma de Colombia, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 56-72, jan. 2013. Disponível em: <<http://revistas.fuac.edu.co/index.php/grafia/article/view/350>>. Acesso em: 09 dez. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. El Estado de Contrainsurgencia. **Cuadernos Políticos**, México, n. 18, Ediciones Era, p. 21-29, 1978.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDINA GALLEGOS, Carlos. Paramilitares, autodefensas y narcoterrorismo en Colombia - 1980-1990. **Cuadernos África América Latina**, Manágua, n. 7, p. 73-85, 1992.

_____. La economía de guerra paramilitar: una aproximación a sus fuentes de financiación. **Análisis Político**, Bogotá, nº 53, p. 77-87, 2005.

MELLO FILHO, M. S. B. **A economia política do Governo Regan**: Estado neoliberal, tributação e gasto público federal nos Estados Unidos da América entre 1981 e 1988. 2010. 160 f. Dissertação (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

MERCADANTE, Maria Aparecida Felix. Da Guerra às Drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos EUA para a América do Sul. **Revista NEIBA**, v. 7, n. 1, 2018.

MOLANO, Alfredo. Aproximaciones Históricas Al Paramilitarismo. In: **Jornadas Internacionales Quién no tiene memoria, no tiene futuro**, 2006, Barcelona. Mapa Mundi de Conflictos – América Latina. 24 nov. 2006, p. 9.1-9.14. Disponível em: <http://www.observatori.org/paises/pais_51/documentos/E_MOLANO.pdf>. Acesso em: 20

set. 2020.

MÖLLER CIRO, Lisbeth. **Jóvenes en armas**: sobre sus motivaciones de ingreso en grupos paramilitares. Un acercamiento desde el enfoque de elección racional. 2010. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política)–Universidade Javeriana, Bogotá, 2010.

NUÑEZ ESPINEL, Angela. Quintín Lame: mil batallas contra el olvido. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, núm. 35, 2008, p. 91-124 Universidad Nacional de Colombia. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/1271/Resumenes/Resumen_127112583003_1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

OCHOA, Pauline. Conflicto armado y grupos paramilitares en Chiapas: implicaciones para la democracia mexicana. **Desafíos**, Bogotá, v. 23, n. 1, p.175-216, 2011.

OLNEY, Patricia. La proliferación de los grupos paramilitares en el sur de México: ¿estrategia de Estado o batalla entre élites políticas locales? **Desafíos**, Bogotá, v. 23-II, p. 83-121, 2011.

ORTIZ ROSAS, Rubén. (2014). **La brigada especial**: un instrumento de la contrainsurgencia urbana en el Valle de México (1976 - 1981). (Tesis de Licenciatura). Universidad Nacional Autónoma de México, México. Disponível em: <<https://repositorio.unam.mx/contenidos/30453>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

OSTOS, Silvia J. B. Paramilitarismo y neoliberalismo en Barrancabermeja: El caso de la privatización de Ecopetrol 1980-2000. **Ciencia Política**, n. 7, jan-jul, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3663242>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

PINEDA, Francisco. La guerra de baja intensidad. **Revista Chiapas n. 2**, 1996. Disponível em: <https://chiapas.iiec.unam.mx/No2/ch2pineda.html>. Acesso em: 10 mai. 2020.

PINEYRO, José Luis. Las fuerzas armadas y la contraguerrilla rural en México: pasado y presente. **Nueva antropol**, México, v. 20, n. 65, p. 75-92, agosto 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-06362005000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2020.

PINHEIRO, Maristela Rosângela dos Santos. **FARC-EP**: Meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível. 2015. 260 f. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PIZARRO. E. Los orígenes del movimiento armado comunista en Colombia (1949-1966). **Análisis Político**, Bogotá, n. 7, mai/ago, 1989.

_____. Elementos para una sociología de la guerrilla en Colombia.

Análisis Político, [S. l.], n. 12, p. 7–22, 1991. Disponível em:

<<https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/74528>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

POLO HERRERA, Lucila. **La represión a las organizaciones indígenas independientes de Chiapas**. 1994. 127 f. (Tesis de Licenciatura). Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1994. Disponível em: <https://repositorio.unam.mx/contenidos/la-represion-a-las-organizaciones-indigenas-independientes-de-chiapas-313363?c=B9nW8o&d=false&q=*.*&i=1&v=1&t=search_0&as=0>. Acesso em: 15 mai. 2023.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO, Maria Ligia C. **Repensando a História Comparada da América Latina**. Revista de Historia (USP), v. 153, p. 11-33, 2005.

PULIDO LLANO, G., AMADOR ZAMORA, R. A 50 años del 10 de junio, No se olvida. In: CASTILLO TRONCOSO, A. **La Matanza del Jueves de Corpus: fotografía y memoria**. México: INEHRM/Memórica/Secretaría de Cultura, 2021, p. 11-12. Disponível em: <https://inehrm.gob.mx/recursos/Libros/La_Matanza_de_Jueves.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

QUIJANO MEJÍA, Claudia Helena. **Comitês de Autodefesa no Peru e grupos paramilitares na Colômbia: Dois casos de contrainsurgência armada**. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-Graduação em América Latina (PROLAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____; DIAZ MATEUS, Luz Adriana. El ejercicio del castigo en la relación entre actores armados ilegales y población civil: Caso Barrancabermeja, 1998-2003. 2004. 187 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho Social)-Universidad Industrial de Santander, Bucaramanga, 2004.

RAMOS, Ana Caroline. **A Frente Nacional e os Limites da Democracia na Colômbia (1958-1974)**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

RAMPINELLI, W. J. A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 126, p. 90-107, nov. 2011.

RAJCHENBERG, Enrique. **México**. Enciclopédia Latino-Americana. 2015. Disponível em: <<https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/mexico>>. Acesso em: 13 de abril de 2023

REGO MONTEIRO, L. C. Rio de Janeiro “tipo Colômbia”: jogo de escalas, controle territorial e segurança urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 12, p.117-133, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951682008.pdf>>.

Acesso em: 12 mai. 2021.

RODRIGUEZ HERRERA, Ivan. **La contrainsurgencia, una politica publica**: el caso del Ejercito Zapatista de Liberacion Nacional. 2004. 82 f. Tesis (Licenciatura en Ciencia Politica)-Facultad de Ciencias Politicas y Sociales, Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Ciudad de Mexico, 2004.

RODRIGUEZ REJAS, M. J. **Proyeto Hegemónico Estadounidense y Procesos de Militarización en América Latina**. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 26., 2007, Guadalajara. Disponível em: <<https://cdsa.academica.org/000-066/887.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2022.

ROMERO, Mauricio. Democratización política y contrarreforma paramilitar en Colombia. **Política y Sociedad**, Bogotá, v. 39, n. 1, p. 273-292, 2002.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. O paramilitarismo como vetor da guerra de contra-insurgência. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 9, p. 110-123, 1999.

SÁNCHEZ, G.; MEERTENS, D. **Bandoleros, gamonales y campesinos**. El caso de la violencia en Colombia. Bogotá: El Áncora Editores, 1983.

SILVEIRA, Renata F. Apontamentos sobre as territorialidades zapatistas. In: **II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, 2016, São Paulo/SP. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2016.

SANTOS FILHO, João Estevam dos. **Hegemonia e relações militares**: a influência norteamericana nos processos de transformação militar da Colômbia e do México no pós-Guerra Fria. 2021. 192 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/ UNICAMP/ PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/204881>>. Acesso em: 14 de out. 2022.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político / Teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SHY, John; COLLIER, Thomas W. La Guerra Revolucionaria. In: PARET, Peter (Ed). **Construtores da la Estrategia Moderna**. Ministerio de Defensa: Madrid, 1992.

TRINQUIER, Roger. **La guerra moderna**. Buenos Aires: Ediciones cuatro espadas, 1981.

UGARTE, J. M. Doutrina de Segurança Nacional. In: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. (Orgs.) **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

VEGA CANTOR, Renán. La dimensión internacional del conflicto social y armado en Colombia: injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado. In: ESTRADA ÁLVAREZ, J. **Conflicto social y rebelión armada en Colombia**: ensayos

críticos. Bogotá: Gentes del Común, 2015. p. 373-442.

VILLARRAGA SARMIENTO, Álvaro. **Vásquez Remdón, Pedro Hernando**. Diccionario biográfico de las izquierdas latinoamericanas. 2020. Disponible em: < <https://diccionario.cedinci.org/vasquez-rendon-pedro-hernando/> >. Acceso em: 28 ago. 2023

ZELIK, Raul. **Paramilitarismo: violencia y transformación social, política y económica en Colombia**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2015.

ZULUAGA GIL, Ricardo. De la expectativa al desconcierto. El proceso constituyente de 1991 visto por sus protagonistas. **Criterio Jurídico**, Cali, v. 8, n. 2, p. 335-337, 2008.

BIBLIOGRAFIA

ANSALDI, W.; GIORDANO, V. **América Latina, la construcción del orden**: de las sociedades de masas a las sociedades en proceso de reestructuración. Buenos Aires: Ariel, 2012.

BORÓN, Atilio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. Disponible em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100529013505/estado.pdf> >. Acceso em: 14 jul. 2022.

MAZZEI, Julie. Paramilitary groups of Chiapas. Target, Triad, Foot soldiers. In: _____. **Death squads or self-defense forces?** How paramilitary groups emerge and challenge democracy in Latin America. North Carolina: University of North Carolina Press, 2009. p. 45-65.

NAVARRO, A. S. “¡Qué esperanza que alguien dijera: yo soy príista!”. Estado, liderazgos indígenas y faccionalismo político en San Jerónimo Tulijá, Chiapas. **Desacatos**, n. 26, jan/abr, p. 93-118, 2008.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. **A política armada**. Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FONTES

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Violencia política en Colombia, Mito y Realidad**. Madrid: EDAI, 1994. 92 p.

ARANGUREN MOLINA, Mauricio. **Mi confesión**: Carlos Castaño revela sus

secretos. Bogotá: Oveja Negra, 2001.

AUBRY, A; INDA, A. "¿Quiénes son los 'paramilitares'?. **La Jornada**, México, 23 dez. 1997. Disponível em: < <https://www.jornada.com.mx/1998/07/30/inda.html>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

AUTODEFENSAS UNIDAS DE COLOMBIA. Estatuto de Constitución y Regimen Disciplinario. 18 mai. 1998.

CDHFBLC. **Ni paz ni justicia**. Informe general y amplio acerca de la guerra civil que sufren los ch'oles en la Zona Norte de Chiapas – Diciembre de 1994 a Octubre de 1996. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, Out. 1996. Disponível em: < <https://frayba.org.mx/ni-paz-ni-justicia-informe-general-y-amplio-acerca-de-la-guerra-civil-que-sufren-los-choles-en-la-zona-norte-de-chiapas>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. **A 9 años de la liberación de paramilitares por la SCJN**. San Cristóbal de las Casas, 13 ago. 2018. Disponível em: < <https://frayba.org.mx/a-9-anos-de-la-liberacion-de-paramilitares-por-la-scnj/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

_____. **Estado mexicano responsable de crímenes de lesa humanidad**: CIDH. Boletín de Prensa No. 08, San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, 3 mai. 2017. Disponível em: < <https://frayba.org.mx/estado-mexicano-responsable-de-crimenes-de-lesa-humanidad-cidh> >. Acesso em: 20 jan. 2022.

_____. **La Política Genocida en el conflicto armado en Chiapas**: Reconstrucción de hechos, pruebas, delitos y testimonios. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, Fev. 2005. Disponível em: <https://frayba.org.mx/sites/default/files/050201_la_politica_genocida_en_el_conflicto_armado_en_chiapas.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

_____. **La paramilitarización en la Zona Norte de Chiapas**. El desarrollo de Paz y Justicia, de acuerdo a Paz y Justicia. San Cristóbal de Las Casas, Chiapa, 16 jul. 2004. Disponível em: < <https://frayba.org.mx/la-paramilitarizacion-en-la-zona-norte-de-chiapas-el-desarrollo-de-paz-y-justicia> >. Acesso em: 17 mai. 2023.

_____. **Acteal a 10 años Recordar para no olvidar, hasta que la justicia se siente entre nosotros y nosotras. Informe sobre la responsabilidad del Estado mexicano en el caso Acteal**. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, 22 dez. 2007. Disponível em: < https://frayba.org.mx/sites/default/files/071222_acteal_a_10_anos_frayba.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2023.

_____. **Chiapas, um desastre**: entre la violencia criminal y la complicidad del Estado.

Informe Frayba, Jobel, mar. 2023. Disponível em: < <https://frayba.org.mx/informe-frayba-chiapas-un-desastre> >. Acesso em: 10 jul. 2023.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **¡Basta Ya! – Informe general**, cap. 2, 2013. Disponível em: <http://centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/capitulos/basta-ya-cap2_110-195.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CHIAPAS PARALELO. **Fallece general Mario Renán Castillo, operó contra EZLN plan contrainsurgente**. Chiapas Paralelo, 27 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.chiapasparalelo.com/noticias/chiapas/2017/12/fallece-general-mario-renan-castillo-opero-contra-ezln-plan-contrainsurgente/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

COLOMBIA NUNCA MÁS. Bajo Nordeste Antioqueño. 16 jul. 2001. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/colombia/libros/nm/z14I/cap7.html#N_25_>. Acesso em: 3 mai. 2020.

COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO (CEH). **Guatemala: memoria del silencio**. Guatemala: 1999.

COMISSIÓN COLOMBIANA DE JURISTAS. **“Todas las Convivir eran nuestras”**. Boletín n. 27, Bogotá, 20 jun. 2008. Disponível em: <http://www.coljuristas.org/documentos/boletines/bol_n27_975.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2020.

COLOMBIA PLURAL. Eje bananero. 30 set. 2016. Disponível em: <<https://colombiaplural.com/perdon-las-farc-uraba-una-verdad-sanar-odio/eje-bananero/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

EL ESPECTADOR. **El exorcismo de la hacienda Las Tangas**. 7 de dezembro de 2014. Disponível em: <[2017https://www.elespectador.com/noticias/nacional/el-exorcismo-de-hacienda-tangas-articulo-531963](https://www.elespectador.com/noticias/nacional/el-exorcismo-de-hacienda-tangas-articulo-531963)>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

EL TIEMPO. **El mapa de la influencia ‘para’**. 26 set. 2004. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-14361193>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

EQUIPO NIZKOR. **Las franquicias de las Auc, mercenarios al servicio del narcotráfico**. 14 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/colombia/doc/auc10.html>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

ESPINOSA, Javier. "Samuel Ruiz incita a matar en el nombre de Dios". El Mundo, Madrid, 10 jan. 1998. Disponível em: <<https://www.elmundo.es/elmundo/1998/enero/10/internacional/chiapas.html>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

EZLN. **Primeira Declaración de la Selva Lacandona**. Enlace Zapatista, 1993. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FISCALÍA 13 UNIDAD NACIONAL DE JUSTICIA Y PAZ. **Bloque Héroes de Tolová - Sentencia Primera Instancia**. Sala de Justicia y Paz – Tribunal Superior de Medellín. Medellín, 7 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.urosario.edu.co/Facultad-de-Jurisprudencia/Grupos-Investigacion/Derecho-Internacional/Sentencias/2016/03-2016-14-Sentencia-del-Tribunal-Superior-de-Mede.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

FORERO, Juan. Colombian president's brother said to have lead death squads. The Washington Post, 24 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/05/23/AR2010052303821.html?noredirect=on>>. Acesso em 15 abr. 2020.

GRUPO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA. **La Rochela – Memórias de un crimen contra la Justicia**. Informe del Centro Nacional de Memoria Historica. Ediciones Semana, 2010. Disponível em: <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2010/informe_la_rochela.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

GUILLÉN, Gonzalo. **¿Los hermanos Castaño Gil realmente están muertos?**. SEMANA, 18 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.semana.com/opinion/articulo/los-hermanos-castano-gil-realmente-están-muertos-gonzalo-guillen/512484>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

INDEPAZ. **Proceso de paz con las Autodefensas Unidas de Colombia –AUC**. V. 4, 2013. Disponível em: <http://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2013/04/Proceso_de_paz_con_las_Autodefensas.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

LATIN AMERICAN STUDIES. **Autodefensas Unidas de Colombia (AUC)**. Disponível em: <<https://www.latinamericanstudies.org/auc-2.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

HENRÍQUEZ, Elio. Persiste la impunidad por la matanza de Acteal; hay retroceso en la justicia: Frayba. La Jornada. 22 dez. 2012. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2012/12/22/politica/017n1pol>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MARISCAL, Angeles. **Capturan en Chiapas a líder del grupo paramilitar Desarrollo, Paz y Justicia. La Jornada**, Ciudad de México, 4 jun. 2005. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2005/06/04/index.php?section=politica&article=018n1pol>>. Acesso em: 8 jan. 2023.

MINUTO 30. Hallados los restos del Fidel Castaño Gil en una fosa de San Pedro de Urabá. **Minuto 30**, 28 set. 2013. Disponível em: <<https://www.minuto30.com/hallados-los-restos-del-fidel-castano-gil-en-una-fosa-de-san-pedro-de-uraba/187790/>>. Acesso em: 3 mai. 2021.

NOCHE Y NIEBLA. **Deuda con la Humanidad**. Paramilitarismo de Estado em Colombia 1988-2003. Banco de Datos de Violencia Política, Bogotá, 2004. Disponível em: Disponível em: <<http://www.nocheyniebla.org/files/u1/casotipo/deuda/html/pdf/deuda20.pdf>>. Acesso em 21 set. 2020

OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH. **Dinámica reciente de la confrontación armada en el Urabá antioqueño**. 2010. Disponível em: <http://historico.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/Publicaciones/documents/2010/Estu_Regionales/uraba.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SECRETARIADO NACIONAL DE LAS FARC-EP. Carta a los intelectuales. 28 jun. 1992. Disponível em: <<https://www.farc-ep.co/comunicado/carta-a-los-intelectuales.html>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SEDENA. **Plan de Campaña Chiapas 94**. Chiapas, out. 1994. Disponível em: <https://frayba.org.mx/sites/default/files/941001_plan%20de_campana_chiapas94_sedena-4.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SEMANA. **Poco queda de la herencia maldita del clan Castaño**. 21 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.semana.com/funpazcor-unidad-de-restitucion-de-tierras-finaliza-intervencion/415375-3/>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR DE BOGOTÁ – SALA DE JUSTICIA Y PAZ. **Sentencia a Indalecio José Sánchez Jaramillo**, alias 'Freddy'. Bogotá, 23 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2017/07/fallos45490.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington D.C: Department Of Defense, 2021. Disponível em: <<https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/dictionary.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. U.S. **Government counterinsurgency Guide**. Washington D.C., 2009. Disponível em: < <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA494660.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

VERDAD ABIERTA. **Comandos Populares de Urabá, base de las Accu**. Disponível em: <http://www.verdadabierta.com/justicia-y-paz/3681-comandos-populares-de-uraba-base-de-las-accu>. 17 nov. 2011. Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. **Víctor Carranza, 'El Patrón' al que nunca tocó la justicia**. 4 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/jefes-de-la-auc/4524-victor-carranza-el-patron-que-nunca-toco-la-justicia>>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. **Cómo Fidel Castaño despojó la finca Las Tangas**. 3 set. 2012. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/component/content/article/80-versiones/4191-la-historia-detras-de-la-finca-las-tangas->>. Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. **El fraude de los Castaño para despojar**. 28 set. 2012. Disponível em: < <https://verdadabierta.com/las-mentiras-de-los-castano-para-despojar/>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. **'Jorge 40', Rodrigo Tovar Pupo**. Verdad Abierta, 29 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/victimarios/los-jefes/691-perfil-rodrigo-tovar-pupo-alias-jorge-40>>. Acesso em: 20 jul. 2020).

_____. **'Doble Cero', Carlos Mauricio García Fernández**. 29 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/la-historia/687-perfil-carlos-mauricio-garcia-fernandez-alias-doble-cero>>. Acesso em: 20 jul. 2017

_____. **Las escuelas para matar de los 'paras'**. 28 out. 2008. Disponível em: <http://www.verdadabierta.com/justicia-y-paz/1909-las-escuelas-para-matar-de-los-paras>. Acesso em: 10 mai. 2020.

_____. **Página web Colombia Libre**. 10 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/victimarios/3000-pagina-web-colombia-libre>>. Acesso em: 12 jan. 2020

_____. **La expansión: el nacimiento de las Autodefensas Unidas de Colombia (1997-2002)**. 20 ag. 2008. Disponível em: < <https://verdadabierta.com/expansion-de-las-autodefensas-unidas-de-colombia/>>. Acesso em: 12 jan. 2020.